

CONTABILIDADE FINANCEIRA

Prof. Valdecir Knuth

Prof.^a Maíke Bauler Theis



UNIASSELVI

2014



UNIASSELVI

Copyright © UNIASSELVI 2014

Elaboração:
Prof. Valdecir Knuth
Prof.^a Maike Bauler Theis

Revisão, Diagramação e Produção:
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

657.046

K67c Knuth, Valdecir

Contabilidade Financeira / Valdecir Knuth, Maike
Bauler Theis. Indaial : Uniasselvi, 2014.

260 p. : il

ISBN 978-85-7830-837-7

1. Contabilidade Financeira. 2. Contabilidade Avançada.
3. Administração de Finanças. 4. Aspectos Gerenciais.
I. Centro Universitário Leonardo da Vinci.

APRESENTAÇÃO

A Contabilidade existe desde as civilizações antigas, e o conhecimento contábil evoluiu vinculado ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais da humanidade.

A partir da última década do século XX, o surgimento da globalização e a desregulamentação da economia na maioria dos países do primeiro mundo, acompanhados das inovações tecnológicas, principalmente no setor da informação, possibilitaram a expansão do mercado de capitais de forma global. Esta nova realidade provocou mudanças no mercado e consequentemente na gestão das empresas que passaram a disputar um mercado muito mais acirrado e intenso. Assim, as informações contábeis vêm se tornando cada vez mais importantes para os gestores uma vez que servem de parâmetro para análise da evolução da empresa e seu crescimento em participação no mercado, ao longo do tempo.

Por isso, neste Caderno de Estudos vamos identificar o papel da contabilidade na geração de informações para os usuários e compreender a estrutura do Balanço Patrimonial e toda a movimentação que ocorre nas empresas, como a origem e aplicação de seus recursos, os controles de seus recursos financeiros, as movimentações operacionais em estoques e seus controles, além da tributação incidente, para avaliar o impacto nos resultados econômicos e financeiros.

Ainda, em uma análise mais abrangente, abordaremos as operações entre empresas coligadas e controladas, e conheceremos como os ativos interferem nos resultados da empresa e porque se devem realizar as provisões contábeis no grupo do Passivo.

Todo este conjunto de informações é importante para estruturar a Demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Demonstrações estas essenciais para analisar as movimentações financeiras e operacionais que ocorreram e proporcionar uma visão das perspectivas da empresa em relação às tomadas de decisão com maior segurança preservando a sua continuidade.

Assim, com o propósito de contribuir para o fornecimento de uma visão teórico-prática do trabalho nas atividades abrangidas pela área da contabilidade, estamos iniciando o estudo da disciplina de Contabilidade Financeira.

Na Unidade 1 estudaremos a aplicação da contabilidade nas empresas. No Tópico 1 conheceremos o papel desempenhado pela contabilidade. Para

isso, vamos conhecer um pouco sobre como surgiu a contabilidade, seus aspectos evolutivos e suas principais funções de acordo com cada período histórico, destacando a contabilidade nos dias atuais. Veremos também a importância das informações produzidas pela contabilidade com o uso das técnicas contábeis, envolvendo a composição do patrimônio e também as equações patrimoniais básicas para se compreender o raciocínio contábil. Também vamos conhecer as áreas de mercado onde se aplica a Contabilidade e o mercado de trabalho do Contador. No Tópico 2 vamos conhecer como o patrimônio empresarial pode ser compreendido de acordo com a equação do patrimônio da empresa, isto é, o equilíbrio entre as contas contábeis do ativo, passivo e patrimônio líquido. No Tópico 3 estudaremos as técnicas de escrituração contábil utilizadas para registro e apuração dos dados econômicos da empresa. Sendo assim, veremos o que é um plano de contas, de que forma são classificados e efetuados os registros contábeis, e também estudaremos as ferramentas de apuração e análise dos dados, como balancete e demonstrativo de resultados.

A Unidade 2 refere-se às operações contábeis e seus reflexos no resultado econômico e no patrimônio da empresa. O Tópico 1 apresentará a principal atividade das empresas comerciais que são as operações de compra e venda de mercadorias. É imprescindível a aplicação de um efetivo controle sobre as operações de movimentações de mercadorias que atenda o mínimo suficiente para que a empresa possa demonstrar o resultado alcançado. E esse resultado é demonstrado no grupo de contas de Resultado Bruto com Mercadorias, Resultado Bruto ou Lucro Bruto. Porém, como algumas empresas possuem dificuldades na implantação e manutenção do sistema de controle das mercadorias, um dos principais problemas ou dificuldades que a contabilidade encontra, envolvendo operações de controle de estoque, está em determinar qual é o real custo da mercadoria que está sendo efetivamente comercializada por uma empresa. Veremos isso no decorrer deste tópico. No Tópico 2 veremos que os recursos originados das contas do Passivo ou do Patrimônio Líquido estão aplicados no grupo de contas do Ativo. No entanto, o Ativo está dividido em dois grupos de contas, o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante. Daremos enfoque à composição das contas que envolvem o Ativo Não Circulante. No Tópico 3 estudaremos quais são e como se procedem operações com instrumentos financeiros e provisões contábeis.

Finalmente, a Unidade 3 apresenta a estrutura das demonstrações contábeis e Notas Explicativas, bem como a importância da análise destas demonstrações para as tomadas de decisão. O Tópico 1 trata das demonstrações contábeis que contribuem com os gestores financeiros nos processos de tomada de decisão, explorando-se a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. No Tópico 2 aprofundaremos a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e, no Tópico 3, estudaremos as Notas Explicativas, que têm a finalidade de complementar as informações das demonstrações com esclarecimentos e

informes adicionais que possam auxiliar na melhor compreensão dos dados das demonstrações. Este elenco permite visualizar a destinação dos resultados da empresa, suas fontes de origem e aplicação de recurso, e as informações são extremamente importantes para a continuidade do empreendimento.

O material apresentado tem o objetivo de orientar os seus estudos. Porém, a busca de mais informações e uma atualização constante são indispensáveis para o enriquecimento de seus conhecimentos. Então, vamos ao estudo do nosso caderno!

Prof. Valdecir Knuth

Prof.^a Maike Bauler Theis

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Olá! Sou o professor Valdecir Knuth, Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com área de concentração em Controladoria.

Tenho atuação em cursos de Graduação, desde 1996, na área de Contabilidade, com ênfase em Contabilidade Geral, Custos, Controladoria e Auditoria, principalmente nos seguintes temas: Gestão Econômica de Negócios, Gestão de Custos e Resultados, Resultado Econômico, Ética Profissional, Responsabilidade Profissional, Sistemas de Custeio, Método de Custeio e Orçamentos.

Atuo na Pós Graduação, em cursos de Especialização *lato sensu*, desde 2001, na área de Contabilidade com ênfase em Controladoria, Gestão Econômica, Finanças Internacionais e Auditoria (Controles Internos / *Sarbanes Oxley*).

Sou autor de Cadernos de Estudos de Ensino a Distância (EAD) nas áreas de Orçamento Empresarial, Custos Industriais, Engenharia Econômica, Controladoria e coautor no Caderno de Estudos de Empreendedorismo.

Atuo com consultoria empresarial.

Meu *e-mail* de contato é valdecir.knuth@tpa.com.br.

Prof. Valdecir Knuth

Olá, sou a Professora Maike Bauler Theis, Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com área de concentração em Controladoria. Possuo graduação em Ciências Contábeis pela Associação Educacional Leonardo da Vinci – ASSELVI, concluída no ano de 2002.

Atualmente exerço o cargo de contadora em Escritório de Prestação de Serviços Contábeis e atuo paralelamente na tutoria interna do curso de Ciências Contábeis ofertado pela modalidade EAD (a distância) pelo Grupo Uniasselvi - Centro Universitário Leonardo da Vinci - NEAD (Núcleo de Educação a Distância).

No ensino presencial atuo em disciplinas específicas do curso de Ciências Contábeis, e no momento desempenho a coordenação do curso de Ciências Contábeis.

Desejamos uma boa leitura e que o seu conhecimento seja aperfeiçoado e enriquecido com a realização da disciplina.

Então, mãos à obra!

Prof.^a Maike Bauler Theis



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades.



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE.



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso.



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas.



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE!



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NAS EMPRESAS.....	1
TÓPICO 1 – O PAPEL DA CONTABILIDADE NAS EMPRESAS.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	3
2 ORIGEM E FUNÇÃO DA CONTABILIDADE.....	3
3 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	13
3.1 TÉCNICAS CONTÁBEIS.....	18
3.1.1 Composição patrimonial.....	20
3.1.2 Equação patrimonial.....	23
4 CAMPO DE ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE.....	26
4.1 O MERCADO DE TRABALHO.....	26
RESUMO DO TÓPICO 1.....	30
AUTOATIVIDADE.....	31
TÓPICO 2 – O PATRIMÔNIO EMPRESARIAL.....	33
1 INTRODUÇÃO.....	33
2 EQUAÇÃO PATRIMONIAL.....	33
2.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	35
2.1.1 Capital social.....	36
2.1.2 Reservas de capital.....	38
2.1.3 Ajustes de avaliação patrimonial.....	38
2.1.4 Reservas de lucros.....	39
2.1.5 Ações em tesouraria.....	44
2.1.6 Prejuízos acumulados.....	44
2.2 EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	45
2.2.1 Estática e dinâmica patrimonial: O Balanço Patrimonial.....	52
2.2.1.1 Ativo.....	53
2.2.1.2 Passivo e Patrimônio Líquido.....	53
RESUMO DO TÓPICO 2.....	55
AUTOATIVIDADE.....	56
TÓPICO 3 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	57
1 INTRODUÇÃO.....	57
2 TÉCNICAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	57
2.1 PLANO DE CONTAS NA CONTABILIDADE.....	58
2.1.1 Classificação das contas.....	59
2.2 MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO.....	65
2.2.1 Método para registro contábil.....	68
2.2.2 Registros em razonetes.....	69
2.2.3 Apuração do saldo das contas contábeis.....	70
2.3 APURAÇÃO DO BALANCETE DE VERIFICAÇÃO.....	70
2.3.1 O Balancete como instrumento de decisão.....	70
2.3.2 Apuração do resultado do exercício.....	71

2.3.2.1 Regras para contabilização das contas de resultado	71
LEITURA COMPLEMENTAR.....	81
RESUMO DO TÓPICO 3.....	91
AUTOATIVIDADE	92
UNIDADE 2 – OPERAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS REFLEXOS NO RESULTADO ECONÔMICO E NO PATRIMÔNIO DA EMPRESA	95
TÓPICO 1 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS	97
1 INTRODUÇÃO	97
2 MÉTODOS E SISTEMAS PARA REGISTRO DAS OPERAÇÕES COM MERCADORIAS.....	97
3 FATOS QUE ALTERAM OS VALORES DAS COMPRAS	98
4 FATOS QUE ALTERAM O VALOR DA VENDA.....	99
5 TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE COMPRAS E VENDAS	100
6 APURAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS.....	106
7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES	108
8 TIPOS DE INVENTÁRIOS.....	109
8.1 INVENTÁRIO PERIÓDICO	109
8.2 INVENTÁRIO PERMANENTE.....	112
8.2.1 Tipos de controle de estoque	114
8.2.2 Diferenças entre os métodos	122
RESUMO DO TÓPICO 1.....	123
AUTOATIVIDADE	124
TÓPICO 2 – OPERAÇÕES ENVOLVENDO ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	125
1 INTRODUÇÃO.....	125
2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	125
2.1 INVESTIMENTOS	125
2.2 IMOBILIZADO	128
2.3 ATIVO INTANGÍVEL	131
2.3.1 Tipos de ativos intangíveis.....	131
2.3.2 Mensuração e amortização de ativos intangíveis	133
2.3.3 <i>Goodwill</i>	136
2.3.3.1 Mensuração e amortização do <i>Goodwill</i>	138
2.3.3.2 Fórmula para o cálculo do <i>goodwill</i> subjetivo.....	140
2.4 DEPRECIAÇÃO	142
2.4.1 Amortização.....	146
2.4.2 Exaustão	149
2.5 GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL	150
RESUMO DO TÓPICO 2.....	153
AUTOATIVIDADE	155
TÓPICO 3 – OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS E PROVISÕES CONTÁBEIS.....	157
1 INTRODUÇÃO.....	157
2 ATIVOS FINANCEIROS OU INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS	157
2.1 DERIVATIVOS	157
2.1.1 Aspectos Tributários do Mercado de Derivativos	160
2.2 INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS	165
2.3 OPERAÇÕES COM DUPLICATAS	165
2.4 PROVISÕES	168

2.4.1 Relação entre provisões e passivos contingentes.....	170
2.4.2 Reconhecimento.....	170
2.4.3 Estimativa.....	170
LEITURA COMPLEMENTAR.....	171
RESUMO DO TÓPICO 3.....	175
AUTOATIVIDADE.....	177
UNIDADE 3 – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	179
TÓPICO 1 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	181
1 INTRODUÇÃO.....	181
2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	181
2.1 O CONCEITO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	182
2.2 OBJETIVO E BENEFÍCIOS DA DFC.....	186
2.3 A COMPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	187
2.3.1 Atividades operacionais.....	188
2.3.2 Atividades de investimento.....	190
2.3.3 Atividades de financiamento.....	192
2.4 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO.....	193
2.4.1 Método direto.....	194
2.4.2 Método indireto.....	199
2.4.3 Diferença entre o método direto e o método indireto.....	201
RESUMO DO TÓPICO 1.....	210
AUTOATIVIDADE.....	211
TÓPICO 2 – A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO	
LÍQUIDO (DMPL).....	213
1 INTRODUÇÃO.....	213
2 O CONCEITO E OBJETIVO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	213
3 COMPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO	
LÍQUIDO – DMPL.....	215
4 MÉTODO DE ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	218
RESUMO DO TÓPICO 2.....	226
AUTOATIVIDADE.....	227
TÓPICO 3 – NOTAS EXPLICATIVAS.....	229
1 INTRODUÇÃO.....	229
2 CONCEITO DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	229
3 OBJETIVO DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	230
4 MÉTODO DE ELABORAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	231
LEITURA COMPLEMENTAR.....	250
RESUMO DO TÓPICO 3.....	254
AUTOATIVIDADE.....	255
REFERÊNCIAS.....	257

A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NAS EMPRESAS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade você estará apto(a) a:

- identificar o papel da contabilidade na geração de informações para as empresas;
- conhecer as origens da contabilidade e identificar os seus principais usuários;
- compreender de que forma é estruturado o Balanço Patrimonial de uma empresa e conhecer como funciona sua dinâmica patrimonial;
- compreender os conceitos e a operacionalização da escrituração contábil com uso das operações DÉBITO e CRÉDITO nas contas contábeis;
- conhecer a sistemática das origens e aplicações de recursos da empresa, sob o enfoque das operações entre ativos e passivos;
- aprender sobre a equação fundamental do patrimônio da empresa;
- estudar a importância da elaboração de um plano de contas para a empresa, possibilitando melhor controle dos recursos financeiros;
- conhecer a estrutura e apuração do balancete de verificação de uma empresa.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No final de cada um deles você encontrará atividades que o(a) ajudarão a consolidar o seu aprendizado.

TÓPICO 1 – O PAPEL DA CONTABILIDADE NAS EMPRESAS

TÓPICO 2 – O PATRIMÔNIO EMPRESARIAL

TÓPICO 3 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

O PAPEL DA CONTABILIDADE NAS EMPRESAS

1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro tópico da Unidade 1 conheceremos qual é o papel desempenhado pela contabilidade nas empresas. Para isso, vamos conhecer um pouco sobre como surgiu a contabilidade, seus aspectos evolutivos e suas principais funções de acordo com cada período histórico, destacando a contabilidade nos dias atuais.

Veremos também a importância das informações produzidas pela contabilidade com o uso das técnicas contábeis, envolvendo a composição do patrimônio e também as equações patrimoniais básicas para se compreender o raciocínio contábil.

E para finalizar, vamos conhecer as áreas de mercado onde se aplica a Contabilidade e o mercado de trabalho do Contador.

2 ORIGEM E FUNÇÃO DA CONTABILIDADE

Os registros de controle e quantificação de bens já existem há muitos anos, porém não é possível precisar a origem da Contabilidade. Há registros de que os primeiros sinais concretos de sua existência datam de mais ou menos 4.000 a.C. Praticamente, a partir do momento em que o homem sentiu a necessidade de controlar os bens, tem-se o surgimento do inventário. Os registros contábeis encontrados da Suméria, da civilização egípcia e da civilização pré-helênica demonstram que a Contabilidade já era naquela época considerada um importante instrumento de controle pelas principais civilizações do mundo antigo.

Contudo, a evolução do conhecimento contábil sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais. Vejamos como isso aconteceu.

- Na **sociedade primitiva**, a economia era baseada na agricultura e na pecuária e praticada individualmente ou em pequenos grupos. Neste período, a contabilidade era feita para o proprietário através da contagem física dos bens. Naquela época a riqueza era avaliada pelo número de gado do rebanho, ou de outras culturas pecuárias, assim como a área de cultivo que o agricultor realizava. A Contabilidade era bastante rudimentar, mas possibilitava exercer algum tipo de controle patrimonial.

- Na **sociedade agrícola**, a partir da sociedade primitiva, a evolução dos registros contábeis acompanharam as necessidades da sociedade agrícola, economia esta que também teve como base a agricultura, mas com o desenvolvimento do método de produção artesanal. Foi também neste período que se deu o início das relações comerciais com o advento das descobertas marítimas e a formação de sociedades comerciais denominadas Comandita. Nestas circunstâncias, cresceu na contabilidade a necessidade de controle mais apurado por causa das expedições marítimas. Esses controles envolviam o tesouro das monarquias, pois era bastante forte o controle e cobrança dos impostos. Os investimentos eram contabilizados no início das expedições e, após a venda das mercadorias, o resultado era apurado para atender às necessidades dos sócios e do estado para controle dos impostos.
- Na **sociedade industrial**, o cenário mundial mudou e a economia passou a ter como base o capital e o trabalho. Houve avanços significativos nos métodos de produção e, neste período, surgiu o trabalho mecanizado e a produção em série. Com isso, formaram-se grandes empresas na área industrial e de prestação de serviços e foi se concretizando a obrigatoriedade para o pagamento de impostos das pessoas físicas e pessoas jurídicas. Surgiu a administração científica e aconteceram as duas grandes guerras mundiais. Como reflexo desta nova realidade na contabilidade, foram criados os sistemas de informações contábeis; os sistemas de informações gerenciais; a divulgação de relatórios para atender aos acionistas, gerentes e governo; a auditoria externa; a separação e apuração dos custos da produção; o reconhecimento sistemático da depreciação que é importante para a geração da reserva de caixa da empresa; a organização formal de institutos e órgãos contábeis; a realização do orçamento governamental e formas de controle e divulgação dos projetos de investimentos e infraestrutura do Estado; a mensuração dos custos de acordo com diversos parâmetros de avaliação como o custo médio e a margem de contribuição gerada, produtos e *performance* gerencial; e o primeiro trabalho sistemático abordando o *Goodwill* (uma ferramenta importante para a projeção dos resultados e *performance* da empresa).
- Em seguida, evoluímos para a **sociedade do conhecimento** onde a economia tornou-se globalizada. A partir desse período, temos a informatização da produção e do trabalho e a difusão da tecnologia da informação e das telecomunicações. O reflexo deste cenário na contabilidade foi percebido através da necessidade da harmonização das normas internacionais de contabilidade, da criação de sistema de informações contábeis para decisões estratégicas e novas formas de mensuração de valor da empresa. Várias empresas de *softwarehouse* surgiram, e com elas a necessidade de criar sistemas integrados de contabilidade que permitem gerar informações de gestão para os administradores.

Assim, podemos dizer que o método de registro contábil tem profunda relação com o capitalismo, pois existe forte preocupação em mensurar e avaliar o potencial de geração de caixa em função dos investimentos dos ativos da empresa.

Para Iudícibus (1998, p. 21), o método contábil desenvolveu-se associado ao capitalismo.

Na verdade, o desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial. Não é menos verdade, todavia, que a economia de mercado e seu florescer foram, por sua vez, fortemente amparados pelo surgimento e aperfeiçoamento das partidas dobradas, o que equivale a dizer que se verificou uma interação entre os dois fenômenos. Neste século, serviu por outro lado como forte instrumento de controle nos países que adotaram regimes políticos com economia controlada pelo governo de forma centralizada. Hoje, o método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21).

O surgimento da globalização e a desregulamentação da economia na maioria dos países do primeiro mundo, acompanhados das inovações tecnológicas, principalmente no setor da informação, possibilitaram a expansão do mercado de capitais de forma global, principalmente a partir da última década do século XX.

Com isso, as informações extraídas da contabilidade tornaram-se ainda mais importantes para a gestão da empresa, tanto para os usuários internos (sócios e administradores) como para os usuários externos (investidores, financiadores, fornecedores, governos e o público em geral). Informações estas que devem servir de parâmetro para análise da evolução da empresa e seu crescimento em participação no mercado, ao longo do tempo.



Mas, afinal, quem são os usuários da Contabilidade?

Consideram-se usuários da Contabilidade todas as pessoas – físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas – que possuem interesse na empresa ou entidade, tais como: administradores, sócios ou acionistas, empregados, fornecedores, financiadores e demais credores, clientes, governos nos diversos níveis, integrantes do mercado financeiro e de capitais, além dos meios de comunicação e do público em geral.

Segundo Araújo (2009, p. 5-6), “em geral, toda pessoa, física ou jurídica, possui algum patrimônio; logo, podemos dizer que todos se interessam pela informação contábil”.

Vejam a importância da informação contábil para alguns usuários:

- Os proprietários: todo empresário, que pode ser um acionista ou quotista, necessita saber se as diretrizes traçadas estão sendo seguidas e se os objetivos da empresa estão sendo alcançados, [...]
- Os administradores: por meio da Contabilidade, os administradores poderão realizar o devido planejamento de suas ações, assim como acompanhar os resultados, uma vez que a maioria das decisões de uma empresa envolve aspectos financeiros. [...]
- Os fornecedores de bens e serviços: aquele que vende bens ou presta serviços a prazo necessita saber se o seu cliente possui condições financeiras necessárias para liquidar a operação na data combinada. [...]
- Os banqueiros: Os bancos [...], para conceder crédito a seus clientes, eles precisarão proceder à devida análise cadastral e contábil para se assegurarem de que a concessão de empréstimo não gerará prejuízos.
- O governo: como sabemos, a principal fonte de arrecadação de receita para os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) são os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria). A maioria deles é calculada com base nas informações fornecidas pela Contabilidade. [...]
- Os sindicatos: os empregados também constituem um dos principais interessados pelas informações contábeis, principalmente no que se refere às questões salariais e de participação nos lucros.
- Os economistas: esses profissionais somente poderão realizar suas análises macro e microeconômicas se souberem utilizar devidamente as informações contábeis.
- Os auditores: os profissionais de auditoria são contratados para emitir uma opinião sobre a adequação ou não dos demonstrativos contábeis. [...]. (ARAÚJO, 2009, p. 5-6).

Também Silva (2010, p. 8) nos apresenta os usuários com suas respectivas finalidades de obterem a análise das demonstrações contábeis no quadro a seguir:

QUADRO 1 – USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Usuários Internos	
Sócios e gestores	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar ou reduzir investimentos - Aumentar o capital ou emprestar recursos - Expandir ou reduzir as operações - Comprar/vender à vista ou a prazo.
Usuários Externos	
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Conceder ou não empréstimos - Estabelecer termos do empréstimo (volume, taxa, prazo e garantias)
Clientes e fornecedores em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação com vista à concessão ou não de crédito, em que valor e a que prazo. - Informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento a longo prazo com ela, ou dela dependem como fornecedor importante.

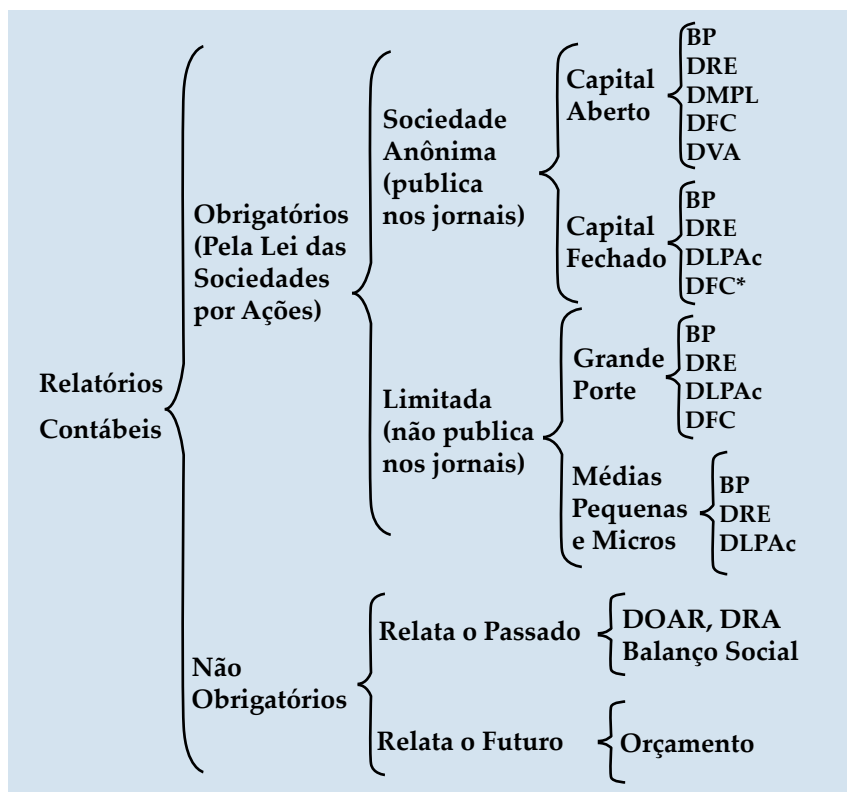
Investidores	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir ou não o controle acionário - Investir ou não em ações na bolsa de valores - Avaliação do risco inerente ao investimento e potencial de retorno proporcionado (dividendos)
Comissão de Valores Mobiliários	- Observar se as demonstrações contábeis de uma empresa de capital aberto respondem aos requisitos legais do mercado de valores mobiliários, como periodicidade de apresentação, padronização e transparência.
Poder Judiciário	- Solicitação e apreciação objetiva de perícia
Fiscalização tributária	- Buscar indícios de sonegação de impostos
Comissões de licitação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o vulto dos equipamentos e instalações, do capital de giro próprio, da solidez econômico-financeira, buscando identificar se há garantia acessória para o início ou continuidade no fornecimento dos bens ou serviços. <p>O art. 31, da Lei Federal nº 8.666/93, prevê que o uso de índices extraídos das demonstrações contábeis limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.</p>
Empregados e sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> - Informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores (solvência, distribuição de lucros etc.). - Avaliação da capacidade que tem a entidade de prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e oferta de oportunidades de emprego.

FONTE: Silva (2010, p. 8)

Caro(a) acadêmico(a), você saberia dizer como são geradas as informações contábeis? Veja que as informações contábeis são geradas e transmitidas por meio de relatórios. Mas não são todos os tipos de relatórios que são obrigatórios por lei, um relatório gerencial onde se apresenta a margem de contribuição por unidade produzida (ou um relatório de orçamento anual) é um relatório gerencial interno, ou seja, não há a obrigatoriedade de apresentar essas informações para o mercado.

Contudo, existem diferenças entre relatórios contábeis obrigatórios e não obrigatórios de acordo com a Lei nº 11.638/07. Marion (2012, p. 44) expõe os diversos tipos de relatórios separando-os em grupos para uma melhor visualização na figura a seguir:

FIGURA 1 – RELATÓRIOS CONTÁBEIS EM GRUPOS



* Obrigada a publicar nos jornais quando o Patrimônio Líquido for maior que R\$ 2 milhões.

FONTE: Marion (2012, p. 44)

Percebe-se na figura anterior, quais são os tipos de relatórios obrigatórios e não obrigatórios para divulgação.

Estudaremos alguns relatórios nesta Unidade 1 como o BP – Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

Outros relatórios serão estudados de forma aprofundada na Unidade 3 como a DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa; a DLPAC – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados, DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, DRA – Demonstração do Resultado Abrangente e a DVA – Demonstração do Valor Adicionado.

Como você pode perceber, há vários tipos de relatórios que são gerados pela Contabilidade, onde cada um possui suas particularidades para atender as necessidades de cada usuário que por sua vez os utilizam para o seu processo de decisão na sua empresa ou entidade governamental.

De modo geral, Araújo (2009, p. 1) aborda que “a Contabilidade é um processo de identificação, avaliação e divulgação de informações que permitem a tomada de decisão e a formação de juízos por parte dos interessados pela informação contábil”.

Mas, ainda que consideramos a necessidade da informação contábil de todos os usuários, podemos dizer que o principal objetivo da Contabilidade é o de fornecer dados para que administradores, gerentes ou executivos possam ter conhecimento da real situação econômico-financeira da empresa e contar, assim, com elementos objetivos para a correta e consciente tomada de decisões. A situação econômica e financeira da empresa pode ser visualizada e analisada com o uso de indicadores da Análise de Balanços.

Atualmente, os administradores precisam ter a capacidade de prever cenários adversos ou favoráveis ao mercado em que atuam e, além disso, quando necessário, realizar mudanças rápidas para se adaptar à nova realidade e assim manterem a sobrevivência das suas empresas.

A sobrevivência das empresas requer constante acompanhamento das suas atividades, que somente é possível com a implantação de Controles Internos. Afinal, o Controle Interno é de fundamental importância para a segurança das informações e uma das principais peças de trabalho da Auditoria (este é um assunto estudado em outra disciplina).

De acordo com Anthony (1960, p. 2-5 apud IUDÍCIBUS, 1998, p. 24-25), entre outras finalidades, a informação contábil possui a finalidade de controle e planejamento.

Focaliza com bastante propriedade as implicações deste item [informação contábil]. Embora tais finalidades possam ser catalogadas de várias formas serão aqui agrupadas em duas básicas:

Finalidade de controle

Finalidade de planejamento

Controle pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos do capital e pela própria alta administração. [...]

Planejamento, por sua vez, é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro.

Normalmente, o processo de planejamento consiste em considerar vários cursos alternativos de ação e decidir qual o melhor.

Portanto, a contabilidade tem importante função no controle e planejamento das operações da empresa, e o resultado das suas atividades é mensurado de forma quantitativa, devendo ser avaliado para que os gestores possam tomar medidas para manter a empresa em constante desenvolvimento no mercado.

Ching (2003, p. 4) também identifica a importância e a utilidade das informações contábeis:

Toda organização usa contabilidade, independentemente de seu tamanho, finalidade ou constituição jurídica. Mas, afinal, por que a contabilidade é tão importante? Além de ajudar os gerentes a entender mais sobre a empresa, ela procura responder a três perguntas críticas de qualquer grupo de pessoas:

- Qual o desempenho da empresa em um dado período?
- Qual é a posição da empresa neste momento?
- Onde estão aplicados seus recursos e como foram obtidos?

Vamos avaliar o porquê da importância da abordagem deste autor. Uma das maneiras de responder às três indagações de Ching se dá com o uso de uma ferramenta chamada Análise de Balanços. Esta é uma das formas de avaliação da situação econômica e financeira da empresa realizada pelo gestor. Com a análise, os dados são transformados em informações que servirão como base para direcionar as decisões a serem tomadas, propiciando a redução do grau de incerteza nas decisões e a garantia de uma gestão transparente. Desta forma, a Análise de Balanços se constitui num instrumento fundamental para auxiliar a administração. Para que isso seja possível, os serviços contábeis compõem as funções de registrar, controlar, identificar, mensurar e avaliar os atos e fatos administrativos ocorridos na empresa, o que proporciona um acompanhamento sistemático de seu patrimônio. Por isso, a importância de os responsáveis pelas decisões dentro da empresa conhecerem a estrutura e a metodologia de análise dos demonstrativos oriundos da Contabilidade.



É fundamental atentar para o fato de que um dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é o da Entidade. Isto significa que a contabilidade deve tratar a pessoa jurídica da empresa separadamente das pessoas físicas e ou jurídicas de seus proprietários.

O Postulado da Entidade estabelece o Patrimônio como sendo o objeto da Contabilidade, e afirma a necessidade de diferenciação do patrimônio próprio com o patrimônio da entidade jurídica, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. É imprescindível distinguir corretamente a pessoa física da pessoa jurídica. (ZANLUCA, 2013, p. 1).

Então, uma das principais ferramentas de controle da empresa passa pelo Princípio da Entidade, pois para manter o desenvolvimento de uma empresa, há a necessidade de evitar que o sócio ou proprietário "misture" gastos pessoais com os da empresa (lamentavelmente existem "empresários" que agem desta forma e levam uma vida cercada de luxos, o resultado pode ser prejudicial, pois a empresa pode perder mercado ao não investir na renovação do seu parque industrial).

Agora vamos estudar um pouco mais sobre alguns demonstrativos contábeis para que assim possamos compreender melhor a composição desses relatórios.

A principal demonstração contábil é o Balanço Patrimonial (você estudará melhor esse demonstrativo na Unidade 3), que revela a posição financeira de uma organização em determinado momento, normalmente em 31 de dezembro. Podemos dizer que é uma fotografia que nos permite visualizar todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data.

De acordo com Iudícibus e Marion (1998 p. 32, grifo dos autores),

O Balanço Patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento (normalmente, no fim do ano) de uma empresa.

O Balanço Patrimonial (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada de **Passivo** e **Patrimônio Líquido**. A coluna do lado esquerdo é denominada **Ativo**.

Sobre o **Ativo**, o mesmo representa a parte do balanço onde estão os recursos da empresa capazes de gerar fluxo de caixa e são representados pelos bens e direitos. Aqui, incluem-se o dinheiro em caixa e em bancos, estoques, duplicatas a receber, equipamentos, imóveis, despesas pré-pagas, equipamentos, veículos até mesmo elementos intangíveis como patentes e ações e direitos autorais. Segundo Ching (2003, p. 28), “um ativo pode ser definido como um recurso sob controle da empresa capaz de gerar benefícios futuros (entendidos como caixa)”.

Em relação ao **Passivo**, são recursos de terceiros em poder da empresa através de obrigações ou dívidas. Nesta parte, incluem-se todas as contas a pagar, taxas, juros sobre capital emprestado, hipotecas, despesas contratuais dentre outras contas. Seguindo o raciocínio de Ching (2003, p. 28), “podemos definir o passivo como o compromisso da organização relativo a eventos e que resultam em consumo de seus ativos”.

Quanto aos aspectos do **Patrimônio Líquido**, esta é a parte do balanço composta pela diferença dos Ativos (positivos, relativos aos lucros e investimentos) e dos Passivos (negativos, relativos aos pagamentos e dívidas). Em síntese, é o capital que a empresa efetivamente tem disponível em caixa. Ching (2003, p. 28, grifo do autor) estabelece que:

De maneira muito similar ao passivo, o capital próprio também representa compromissos contra os recursos ou ativos da organização. A diferença crucial em relação a terceiros é que estes **contribuem** com recursos (não os fornecem) e, dessa maneira, tornam-se participantes, investidores ou sócios.

Então significa que os recursos da empresa geram riqueza para ela própria e também fomentam a geração da riqueza dos próprios sócios. Claro, pois apesar do postulado da Entidade tratar a indisponibilidade dos recursos da

empresa para uso particular dos sócios ou proprietários, ao mesmo tempo podem acumular a geração de riqueza para futuramente remunerar melhor os sócios sob a forma de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

O investidor que compra ações torna-se sócio de uma empresa. Pela lei das S.A., o sócio tem o direito a receber uma remuneração quando a empresa obtiver lucro em suas atividades. Dividendos e juro sobre capital próprio (JCP) são as formas de remunerar em dinheiro o sócio, sendo que os dividendos são obrigatórios por lei. (FARIA JÚNIOR, 2012, p. 1).

De modo mais abrangente, no conceito contábil, o termo patrimônio significa o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma pessoa física ou jurídica. (FAVERO et al., 1997). Vejamos a definição de cada uma destas partes do patrimônio separadamente.

- **Bens:** são coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas. É tudo o que pode ser avaliado economicamente. Os bens são subdivididos da seguinte forma:
 - **Bens de uso:** são aqueles de uso da empresa para que ela possa realizar o seu objetivo empresarial. Exemplo: os móveis, edificações, utensílios, máquinas, equipamentos, ferramentas, computadores, veículos entre outros.
 - **Bens de consumo:** são adquiridos para serem consumidos nas atividades da empresa, de forma imediata e integral na manutenção de sua atividade e do seu funcionamento. Exemplo: materiais de consumo no escritório, na manutenção e na limpeza em geral, tais como: os combustíveis e lubrificantes, impressos e formulários etc.
 - **Bens de troca (ou venda):** são adquiridos ou produzidos para serem vendidos, como as mercadorias para revenda e os produtos fabricados para serem vendidos.

Os bens podem ser classificados também em tangíveis e intangíveis.

- Os **bens tangíveis** possuem existência física. Exemplo: dinheiro, mercadorias, imóveis, veículos, máquinas, móveis etc.
- Os **bens intangíveis** não possuem existência física, porém, representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos da empresa. Exemplo: marcas, tradição, patentes, ações, quotas do capital e direitos autorais.
- **Direitos:** são bens de propriedade da empresa que se encontram em poder de terceiros. Os direitos, geralmente, vêm seguidos da expressão *a receber*, por exemplo: duplicatas a receber, títulos a receber, notas promissórias a receber, aluguéis a receber, comissões a receber, propriedade da entidade que se encontra em posse de terceiros, entre outros.

- **Obrigações:** são bens de propriedade de terceiros que se encontram em poder da empresa e normalmente vêm seguidos da expressão “a pagar” ou “a recolher”. Ex.: duplicatas a pagar, títulos a pagar, notas promissórias a pagar, aluguéis a pagar, fornecedores, impostos a recolher etc.

Até aqui estudamos sobre a definição de conceitos contábeis, suas origens e alguns aspectos relacionados à sua estrutura patrimonial. Agora vamos aprofundar os estudos sobre a importância da informação contábil, o que se pode extrair dessa fascinante atividade que se chama Contabilidade.

3 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Os dados extraídos da contabilidade devem ser verdadeiros e uniformes para que se possam extrair informações gerenciais corretas e precisas. Quando tratamos de dados verdadeiros, entende-se que a empresa deva cumprir todos os preceitos legais no seu mercado de atuação e os dados uniformes devem estar relacionados com os registros contábeis na mesma base monetária.



No Brasil, os registros contábeis devem ser feitos em moeda real e não em moeda estrangeira.

Também não podem ser registrados os gastos ou as receitas em períodos que não sejam referentes ao seu fato gerador. Exemplo: determinado gasto que ocorreu no mês de março deve ser registrado no mês de março e não em meses subsequentes. Se não há nota fiscal para registro no devido mês, deve ser feita uma provisão e assim que a empresa receber a nota fiscal correspondente a tal despesa, deverá se proceder ao ajuste devido.

O regime de competência é um princípio contábil, que deve ser, na prática, estendido a qualquer alteração patrimonial, independentemente de sua natureza e origem.

Sob o método de competência, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos.

Isto permite que as transações sejam registradas nos livros contábeis e sejam apresentadas nas demonstrações financeiras do período no qual os bens (ou serviços) foram entregues ou executados (ou recebidos). É apresentada assim uma associação entre as receitas e os gastos necessários para gerá-las.

As demonstrações financeiras preparadas sob o método de competência informam aos usuários não somente a respeito das transações passadas, que envolvem pagamentos e recebimentos de dinheiro, mas também das obrigações a serem pagas no futuro e dos recursos que representam dinheiro a ser recebido no futuro.

Portanto, proporcionam o tipo de informações sobre transações passadas e outros eventos, que são de grande relevância aos usuários na tomada de decisões econômicas.

FONTE: Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/regcompetencia.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Desta forma o regime de competência é de fundamental importância para avaliar o desempenho econômico e financeiro das empresas.



Em caso de demora do recebimento da nota fiscal para o devido lançamento do gasto na contabilidade, a empresa deverá exigir o mais rápido possível a emissão desta nota fiscal por parte do prestador de serviços, sob pena de incorrer em sanções fiscais. Isso também se aplica aos fornecedores de mercadorias, dentre outros.

Informações contábeis distorcidas, por falta de evidências nos registros contábeis em fontes seguras, acarretam risco no sistema de controle interno da empresa, assim como falta de informações contábeis fidedignas.

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade,

A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns de um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2013).

A informação deve revelar o suficiente para que o usuário se sinta informado sobre a situação econômica da empresa em determinado período. Por isso, a contabilidade vem acompanhada de alguns atributos indispensáveis, que são:

- 1) Confiabilidade (ser transparente, não ocultando fatos ou atos administrativos que prejudiquem a perenidade da empresa no mercado).

- 2) Tempestividade (registrar todos os eventos contábeis no ato do acontecimento, para assim evitar possíveis “esquecimentos”. Os sistemas integrados de contabilidade contribuem para cumprir a tempestividade, pois muitas empresas realizam o fechamento contábil em até 3 dias úteis).
- 3) Compreensibilidade (ser entendido). Sobre este atributo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº **1.121 de 28 de março de 2008** que aprova a NBC T1, diz o seguinte:

25. Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência. Todavia, informações sobre assuntos complexos que devam ser incluídas nas demonstrações contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem.

- 4) Comparabilidade (poder fazer comparação da evolução patrimonial). Sobre este atributo a Resolução do CFC nº **1.121 de 28 de março de 2008**, diz o seguinte:

39. Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira. Consequentemente, a mensuração e apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes.

Além disso, devemos nos preocupar com a finalidade que o usuário dará à informação contábil.

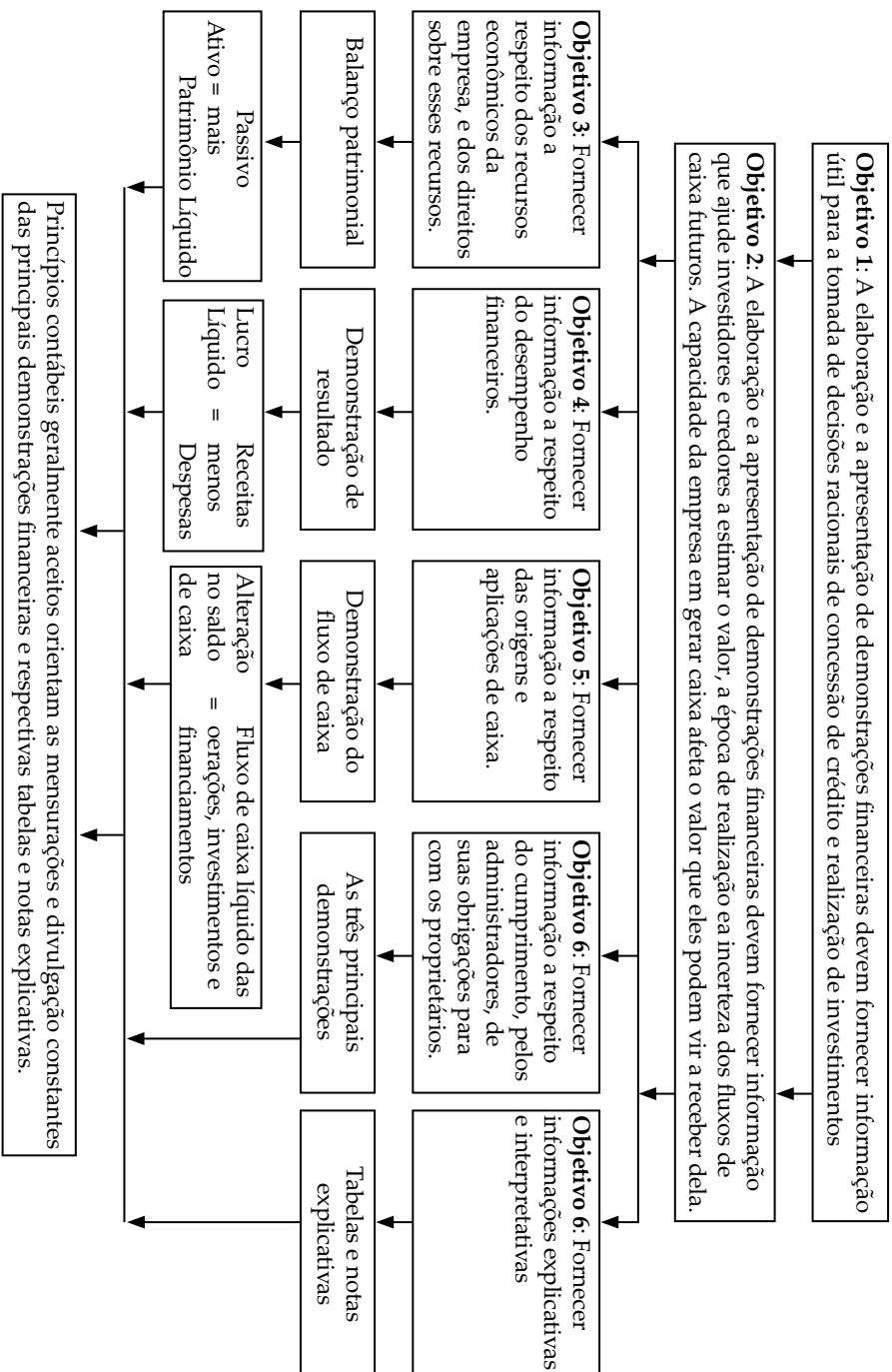
Para Stickney e Weil (2001, p. 34), deve-se refletir sobre o preparo das demonstrações financeiras de acordo com a finalidade da informação, pois cada usuário necessita de informações específicas. Sobre este assunto, os autores reflexionam o seguinte:

As empresas deveriam preparar suas demonstrações financeiras tendo como objetivo as necessidades específicas de informação de cada um dos usuários apresentados? Ou deveriam preparar um conjunto de demonstrações financeiras “gerais”? Preparar demonstrações específicas para cada usuário provavelmente atenderia mais adequadamente as necessidades deste – implicando um custo certamente proibitivo, para a empresa que está elaborando as demonstrações e para terceiros que tenham necessidades de outras informações. A

incorporação de informação de que vários usuários necessitam de um único conjunto de demonstrações poderiam aumentar sua extensão e complexidade, a ponto de eventualmente dificultar sua compreensão. Outra questão, associada a anterior, relaciona-se com o nível de conhecimento de contabilidade que as empresas deveriam pressupor que os usuários têm. Demonstrações financeiras e notas explicativas detalhadas poderiam fornecer informação útil para os analistas do mercado de capitais, mas poderiam confundir investidores “passivo”, que somente se preocupam com os dividendos que recebem da empresa.

Os autores ainda apresentam um resumo do processo de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras, de acordo com os seus objetivos, conforme a figura a seguir:

FIGURA 2 – RESUMO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



FONTE: Stickney e Weil (2001, p. 39)

Observa-se que cada demonstrativo contábil possui determinada finalidade, como o Balanço Patrimonial que tem por objetivo fornecer informações referentes aos recursos econômicos financeiros da empresa aos seus usuários. A finalidade é saber como “anda a saúde” financeira da empresa para decidir sobre os direitos e alocação destes recursos nas suas atividades. Por conseguinte, temos as demais informações contábeis que demonstram sua utilidade nos diversos tipos de objetivos.



No próximo item, técnicas contábeis, conheceremos os fatos permutativos, fatos modificativos e fatos mistos que determinam os tipos de relatórios destinados para cada tipo de usuário, inclusive, de acordo como as exigências legais e quais são os tipos de informações que as demonstrações contábeis podem gerar de acordo com as atividades inerentes das empresas (estes tipos de informações serão apresentados com aspectos gerais, porém, cada empresa pode apresentar uma necessidade maior ou menor de acordo com o seu ramo de atuação). Essas técnicas contábeis contribuem para a elaboração dos demonstrativos contábeis na empresa.

3.1 TÉCNICAS CONTÁBEIS

Muitas atividades e profissões possuem suas técnicas, para a Contabilidade não é diferente. Essas técnicas contábeis são padronizações na avaliação, nos registros e mensuração dos resultados nos fatos administrativos e contábeis.

As técnicas contábeis que envolvem a escrituração dos eventos são padronizadas de acordo com situações ou eventos que precisam ser mensurados. Araújo (2009, p. 33-34) explica que a “escrituração significa, portanto, uma técnica que a Contabilidade utiliza e que consiste no registro, nos livros próprios, de todos os fatos que provocam alterações no patrimônio da empresa”. O autor aborda que é importante diferenciar os fatos administrativos dos fatos contábeis, e conceitua-os da seguinte forma:

- Fatos administrativos: são ocorrências que podem modificar os elementos do patrimônio. Por exemplo, compra de um veículo, reunião da diretoria, contagem física de estoque, admissão de empregado etc.
- Fatos contábeis: são ocorrências que provocam alterações qualitativas e quantitativas nos elementos do patrimônio. Todo fato contábil é um fato administrativo. Contudo, a recíproca não é verdadeira. Por exemplo, compra de um veículo, venda de mercadorias, pagamentos de salários etc. (ARAÚJO, 2009, p. 33-34).

Salienta-se que os Fatos Contábeis exercem influência nas variações patrimoniais da empresa. Sobre isso, Araújo (2009, p. 20) esclarece que:

Os fatos contábeis são classificados em Permutativos, Modificativos e Mistos.

Os Fatos Permutativos ou Compensativos são aqueles que apenas alteram (permutam) os valores do patrimônio sem ocasionar impacto no valor do Patrimônio Líquido. Os Fatos Modificativos são aqueles que exclusivamente modificam o valor do Patrimônio Líquido. Já os Fatos Mistos ou Compostos, além de modificarem o valor do Patrimônio Líquido, permutam elementos do patrimônio.

Assim, diversos fatores ou elementos podem gerar impacto nos relatórios contábeis da empresa. Novamente, vamos buscar em Araújo (2009, p. 20-21) quais os itens que representam cada tipo de fato contábil:

• **Fatos Permutativos**

- a) Compra de um veículo a prazo.
- b) Depósito bancário.
- c) Compra de mercadorias à vista.
- d) Venda de um bem sem lucro ou prejuízo (pelo preço de custo).
- e) Pagamento de uma obrigação.
- f) Aumento do capital com lucros acumulados.

• **Fatos Modificativos**

- a) Constituição do capital da entidade.
- b) Pagamento de despesas de alugue.
- c) Pagamento de despesas com salários.
- d) Recebimento de receitas financeiras.
- e) Recebimento de receitas com serviço.
- f) Despesas com energia a pagar.
- g) Receitas financeiras a receber.

• **Fatos Mistos**

- a) Venda de um veículo com lucro ou prejuízo.
- b) Venda de mercadorias com lucro ou prejuízo.
- c) Recebimento de um direito com juros ou com descontos.
- d) Pagamento de uma obrigação com juros ou com descontos.

Para consolidar os fatos contábeis ocorridos na empresa, a contabilidade necessita utilizar algumas técnicas essenciais, por exemplo, o registro dos fatos contábeis com o uso da escrituração, expor os resultados dos fatos com o uso das demonstrações contábeis, confirmar a veracidade e adequação com o uso da auditoria e também há a necessidade de analisar e interpretar os resultados obtidos pelas demonstrações contábeis com o uso da análise de balanços.

Mas, para entendermos como funciona este mecanismo, precisamos estudar a composição patrimonial da empresa.

3.1.1 Composição patrimonial

A composição patrimonial da empresa está representada pela Estrutura Patrimonial, que é composta pelos direitos e obrigações da empresa (para com a empresa e os sócios) e que são representadas no Balanço Patrimonial.

A composição do Balanço Patrimonial está dividida em ATIVO, PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, de acordo com as CONTAS CONTÁBEIS para o seu devido registro e controle.

Mas, o que são essas Contas Contábeis? Conforme Ribeiro (2009, p. 30) “conta é o nome técnico que identifica um Componente Patrimonial (Bem, Direito, Obrigação ou Patrimônio Líquido) ou um componente de Resultado (Despesa ou Receita)”.

Para se ter um bom controle sobre os recursos da empresa, não basta apenas detalhar uma lista dos bens e direitos apresentados sob os títulos de ativo circulante e ativo não circulante. É necessário apresentar a origem desses recursos, de onde eles vieram. Os recursos podem ter vindo de terceiros, neste caso apresentados sob os títulos de passivo circulante e passivo não circulante, ou vindo dos acionistas e das atividades da empresa, quando estão demonstrados no Patrimônio Líquido.

Conforme Iudícibus e Marion (2010, p. 216), “algebricamente é bastante simples encontrar o Patrimônio Líquido: basta subtrair do Ativo (Bens + Direito) as dívidas da empresa, ou seja, o Passivo”.



Logo, a equação contábil é a seguinte:

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

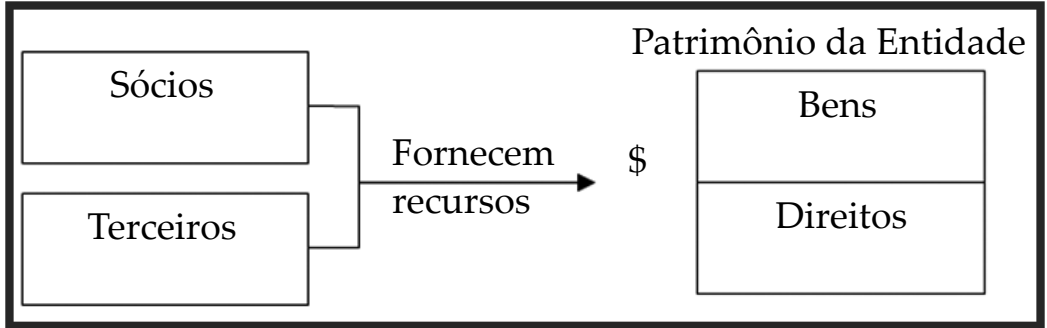
Vamos agora identificar a natureza contábil destas contas, se são devedoras, credoras, e porque são denominadas dessa forma.

Se o Ativo representa os bens e direitos da empresa, por que a conta do ativo tem saldos devedores? Por sua vez, se o passivo representa as obrigações da empresa para com terceiros, por que a conta do passivo tem saldos credores?

A contabilidade tem regras, uma delas exige que para se aumentar contabilmente uma conta do ativo, deve-se debitar essa conta, e para que uma

conta do ativo seja diminuída, deve-se creditá-la. Imaginem que os sócios ou investidores assim como os terceiros fornecem recursos para a empresa, e esta os utiliza em bens e direitos, conforme a figura a seguir:

FIGURA 3 – SISTEMÁTICA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS



FONTE: Araújo (2009, p. 36)

Analisando a figura anterior, percebe-se que os Bens e Direitos tiveram origem de fontes classificadas no Patrimônio Líquido ou no Passivo. Logo, os sócios e os terceiros têm CRÉDITOS a receber da empresa que possui personalidade jurídica própria, e, por sua vez, a empresa possui obrigação de ressarcir estes valores. Ao registrar estes recursos em bens ou direitos que estão classificados em ativos, a empresa “DEVE” esses recursos para alguém, no caso do exemplo anterior, são os registros DEVEDORES ou DÉBITOS que a empresa precisa ressarcir para os sócios ou terceiros.



Embora sabemos que a empresa possui personalidade jurídica própria, todos os seus recursos tiveram origem de alguma fonte, que necessitam ser pagos. *Grosso modo*, significa que todos os recursos serão eliminados de alguma forma quando ocorrer o distrato social, nenhum recurso ficará de posse da pessoa jurídica, tudo será direcionado para alguém. Quem é esse alguém? São os terceiros e os sócios, por esse motivo as contas do ativo são devedoras, já que a empresa “deve” estes recursos para alguém.

Com as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido ocorre o contrário, conforme mostra o quadro seguinte.

QUADRO 2 – METODOLOGIA PARA REGISTROS DE DÉBITO E CRÉDITO

ATIVO E DESPESAS Aplicações de Recursos SalDOS Devedores	D/C	PASSIVO, P. LÍQUIDO E RECEITAS Fontes de Recursos SalDOS Credores	D/C
Movimentação: Aumentos Diminuições	+ (Débito) - (Crédito)	Movimentação: Aumentos Diminuições	+ (Crédito) - (Débito)

FONTE: Araújo (2009, p. 36)

Podemos visualizar na Figura 4 que os registros de débito e crédito são determinados, tanto das contas dos ativos e despesas como a dos passivos, patrimônio líquido e receitas. Vejamos como se apresentaria em linhas gerais a estrutura de um balanço patrimonial.

TABELA 1 – BALANÇO PATRIMONIAL

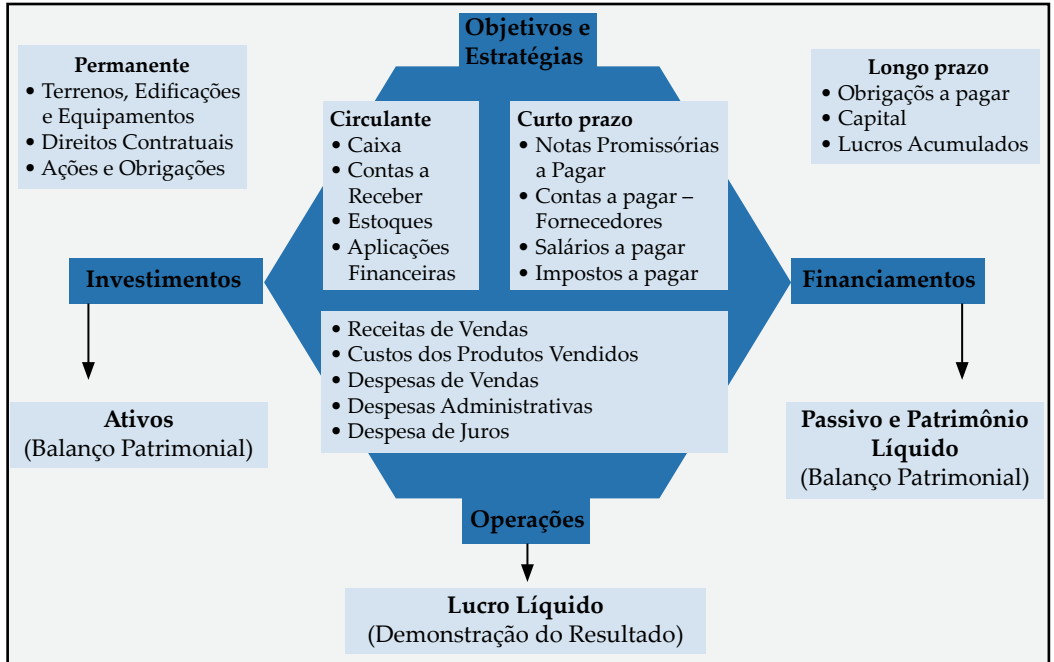
ATIVO	PASSIVO e PL
→ Circulante	→ Circulante
• Caixa, Bancos	• Salários a pagar
→ Não Circulante	→ Não Circulante
• Realizável a LP	• Exigível a LP
• Máquinas	→ Patrimônio Líquido
• Prédios	• Capital (Sócios)

FONTE: Marion (2012, p. 63)

A primeira parte: Ativo (A) – é a parte positiva, composta de bens e direitos. A **Segunda Parte:** Passível Exigível (PE) – é a parte negativa, composta das obrigações com terceiros. E a **Terceira Parte:** Patrimônio Líquido (PL) ou Situação Líquida (SL) – é a parte diferencial (diferença) entre o Ativo e o Passivo Exigível. O PL representa as obrigações da entidade para com os sócios, considerado como Passivo Não-Exigível.

Veja na figura a seguir, a relação entre as atividades das empresas, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado.

FIGURA 4 – RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES DAS EMPRESAS, O BALANÇO PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



FONTE: Stickney e Weil (2001, p. 29)

Podemos observar que todos os objetivos e estratégias da empresa estão pautados nos Investimentos que a empresa realiza de acordo com os Financiamentos que ela busca para fomentar as suas Operações (que tem como resultado o Lucro Líquido, que é um dos objetivos da empresa). Estes Financiamentos, Investimentos e Operações são controlados no Balanço Patrimonial da empresa em contas de Ativos e Passivos.

3.1.2 Equação patrimonial

Para dar sequência ao entendimento da estrutura do balanço patrimonial, vamos identificar alguns tipos de equações patrimoniais existentes.



Legenda:

A = ATIVO
P = PASSIVO
PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Vejamos:

- a) **Situação Patrimonial Positiva:** Se $A > P$, então $PL > 0$. Significa que os bens e direitos são maiores que as obrigações com terceiros (Passível Exigível). Portanto a empresa possui riqueza própria.

A equação é a seguinte:

$$\boxed{A = P + PL}$$

- b) **Situação Patrimonial Negativa:** $P > A$, então $PL < 0$. Revela que a empresa encontra-se em má situação, apresentando Passivo a descoberto, isto é, mais obrigações que bens e direitos.

A equação é a seguinte:

$$\boxed{A + PL = P}$$

- c) **Situação Patrimonial de Equilíbrio ou Nula:** $A = P$, então $PL = 0$. Nesta situação a empresa não possui riqueza própria. Todo o seu Ativo está comprometido com as dívidas, e o PL será nulo.

A equação é a seguinte:

$$\boxed{A = P}$$

- d) **Situação Plena ou Propriedade Total dos Ativos:** Ocorre quando os bens e direitos (Ativo) forem iguais ao Patrimônio Líquido (PL). Neste caso, as obrigações com terceiros serão nulas. Esta situação na prática dificilmente ocorrerá, pode acontecer no início das operações da entidade.

A equação é a seguinte:

$$\boxed{A = PL}$$

- e) **Inexistência de Ativos:** $P = (PL)$, logo $A = 0$. Ocorre quando as obrigações com terceiros forem iguais ao Patrimônio Líquido Negativo. Neste caso, o Ativo será nulo.

A equação é a seguinte:

$$\mathbf{P = (PL)}$$

Dentre os aspectos que envolvem a EQUAÇÃO PATRIMONIAL, algumas reflexões devem ser feitas para se compreender melhor as informações da Contabilidade. Estas reflexões partem das seguintes indagações:

a) Como se dividem as contas do Balanço?

As contas do balanço são ordenadas em grupos, segundo sua natureza e ordem decrescente de liquidez. Essa liquidez está na ordem do limite de tempo em que os valores podem ser transformados em dinheiro ou exigíveis. Até o prazo de 360 dias, a classificação se dá no CIRCULANTE e, acima desse limite, no NÃO CIRCULANTE (LONGO PRAZO).

b) O que é o Ativo Circulante?

Corresponde ao dinheiro da empresa, incluindo os direitos que serão recebidos em dinheiro, serviços ou bens e os estoques que serão vendidos e recebidos em prazo nunca superior a 360 dias. Seguindo a ordem de liquidez, as contas mais comuns são: caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e estoques. Os estoques são registrados pelo seu preço de compra ou de fabricação, as contas a receber são diminuídas de perdas prováveis e, caso alguma mercadoria ou produto tenha custado mais do que o seu atual valor de mercado, tem-se uma provisão para perdas. Nas demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, o preço de compra ou fabricação dos estoques é corrigido de acordo com a sua movimentação.

Segundo Marion (2012, p. 291),

O Ativo Circulante é o primeiro grupo de contas do Ativo. A recomendação legal de que os bens e direitos sejam classificados no Ativo na ordem do grau de liquidez decrescente faz com que, no Ativo Circulante, estejam posicionados, após o disponível, os itens que se converterão em dinheiro mais rapidamente (até o final do exercício subsequente). O Ativo Circulante é o grupo de maior liquidez no Ativo da empresa.

c) O que é Passivo Circulante?

São os valores que a empresa deve pagar até 360 dias. As contas estão ordenadas pela sua exigibilidade, começando por aquelas de prazo mais curto, como empréstimos, contas a pagar, dívidas com fornecedores, impostos a

recolher e provisões (são as despesas incorridas, geradas, ainda não pagas, mas já reconhecidas pela empresa, como imposto de renda, férias, 13º salário, salários a pagar etc.).

Segundo Marion (2012, p. 291), “são as obrigações a Curto Prazo, ou seja, as que deverão ser liquidadas dentro do exercício social seguinte (próximo ano), ou conforme o ciclo operacional da empresa, se este for superior a um ano.”

Assim, você já pode ter uma ideia de como é estruturado um Balanço Patrimonial, de um lado “o que a empresa possui”, e de outro, “o que ela deve”.

4 CAMPO DE ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE

É importante estudarmos “onde” se aplica a Contabilidade, como pode ser utilizada e qual é o mercado de trabalho do Contador.

4.1 O MERCADO DE TRABALHO

O contabilista lida constantemente com a informação que é um dos bens mais preciosos da atual economia. Segundo Araújo (2009, p. 7), algumas áreas da contabilidade estão com perspectivas de crescimento profissional.

A Contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou em particular (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia). Estas áreas poderão vir a ser um grande campo de trabalho para o contador do século XXI, conforme discriminação a seguir:

- a) Contabilidade Geral: é a Contabilidade abordada de um modo amplo, utilizada por vários tipos de empresas. [...]
- b) Contabilidade Comercial: É a especialidade contábil que está voltada para as empresas que se preocupam em comprar e vender mercadorias, além de empresas prestadoras de serviços.
- c) Contabilidade de Custos: É a Contabilidade dirigida para a apuração dos custos incorridos na produção de um determinado bem ou prestação de um serviço. [...]
- d) Contabilidade Agrícola e da Pecuária: É aquela utilizada pelas empresas que desenvolvem atividades agropastoris.
- e) Contabilidade das Instituições Financeiras: É o ramo da Contabilidade utilizada pelas instituições financeiras de um modo geral. É válido mencionar que, em nosso país, o Banco Central também é responsável pela emissão de normas e procedimentos contábeis.
- f) Contabilidade Pública: Essa especialidade da Contabilidade está direcionada para o setor público – Administração Direta, suas autarquias e fundações.
- g) Auditoria Interna: É uma atividade de assessoria e apoio à administração de uma entidade, objetivando analisar e avaliar o controle interno, que compreende o conjunto de normas e procedimentos para garantir a salvaguarda dos ativos, a fidedignidade das informações e a eficácia operacional. [...]

h) Auditoria Externa: Também denominada de Auditoria Independente, é definida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade como um conjunto de procedimentos e técnicas de análise, que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis.

As principais áreas de atuação do contador são as seguintes:

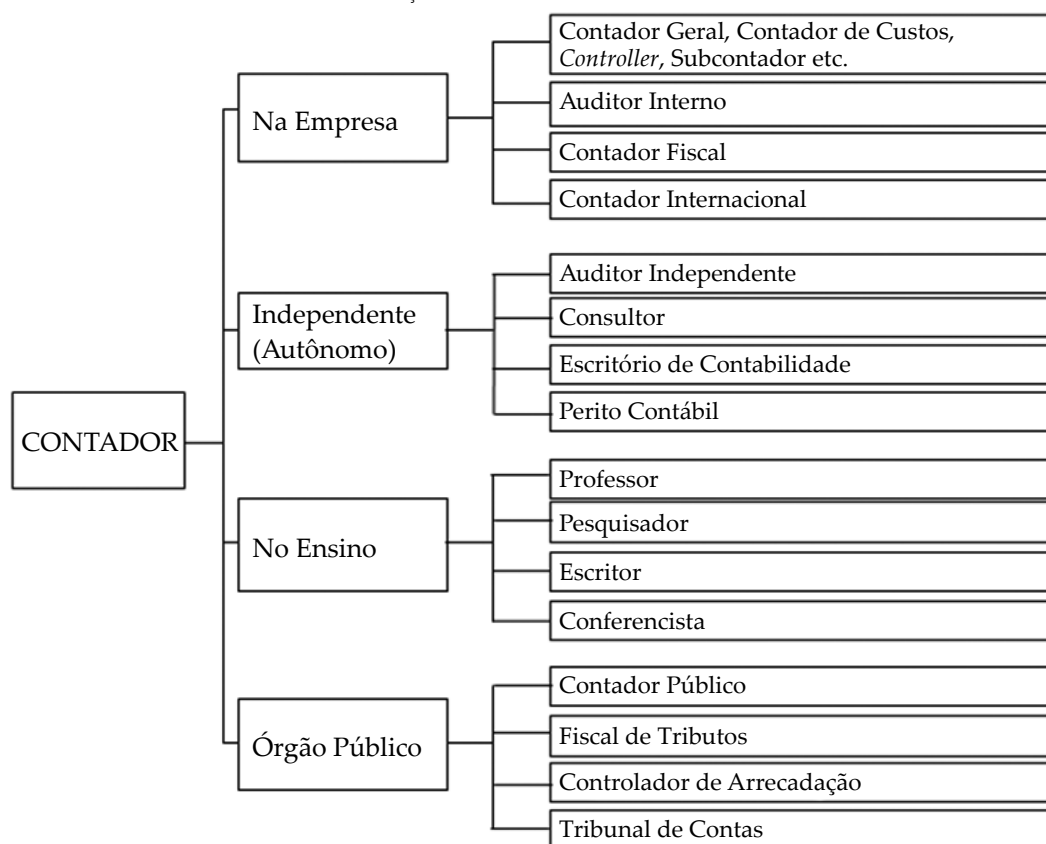
- a) **Contabilidade fiscal (ou tributária):** atua no processo de elaboração de informações para o fisco federal, estadual e municipal, sendo responsável pelo planejamento tributário da empresa. Esta área de atuação possui uma remuneração bastante atrativa para os profissionais especializados.
- b) **Contabilidade Pública:** atua no controle e gestão das finanças públicas, sendo este um campo com amplo mercado de trabalho devido às dimensões continentais do país. Na União, nos estados e nos milhares de municípios, existem atribuições em diversas áreas e níveis no Legislativo, Executivo e no Judiciário.
- c) **Contabilidade de Custos:** atualmente é uma das áreas mais valorizadas no Brasil e internacionalmente. Tornou-se muito importante com o aumento da concorrência provocada pela abertura do mercado aos produtos estrangeiros e na desregulamentação da economia. A gestão estratégica de custos se destaca como ferramenta de decisão na formação dos preços dos produtos e serviços da organização.
- d) **Contabilidade Gerencial e Controladoria:** está voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. O *controller* é um dos profissionais com melhores remunerações no mercado.
- e) **Auditoria:** através de empresas especializadas na prestação de serviços em auditoria ou através de setores internos da própria empresa, controla a confiabilidade das informações e a legalidade dos atos praticados pelos administradores. Os auditores, tanto internos como externos, vêm tendo grande destaque no processo de privatização de empresas e no desenvolvimento do mercado de capitais.
- f) **Perícia Contábil:** é uma área de atuação exclusiva do contador, que é a elaboração de laudos em processos judiciais ou extrajudiciais.
- g) **Contabilidade Financeira:** responsável pela elaboração e consolidação das demonstrações contábeis para fins externos.
- h) **Análise Econômico-financeira:** denominação moderna para a análise de balanços. Atua na elaboração de análises sobre a situação patrimonial de uma empresa a partir de seus relatórios contábeis.
- i) **Avaliação de Projetos:** elaboração e análise de projetos de viabilidade de longo prazo, com a estimativa do fluxo de caixa e o cálculo de sua atratividade para a empresa.
- j) **Professor, Pesquisador e Palestrante:** à medida que a formação profissional do contador se torna fortalecida com a criação do exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade - CFC para a obtenção do Registro Profissional e a extinção do curso técnico em contabilidade, isso tudo associado à qualidade

das disposições legais que envolvem conceitos contábeis, os horizontes da contabilidade foram ampliados propiciando um terreno fértil para o ensino, a pesquisa e a divulgação da ciência da contabilidade para a sociedade.

Perceba que é vasto o campo de atuação da Contabilidade, e cada usuário contábil tem as suas particularidades para serem atendidas, como “qual tipo de informação”, “qual decisão a ser tomada com base nos informes contábeis”, entre outros.

Uma relação das alternativas de atuação profissional de acordo com as áreas de mercado existentes, tanto na iniciativa privada como na pública, também é apresentada por Marion (2012, p. 31) na figura a seguir.

FIGURA 5 – ALTERNATIVAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR



FONTE: Marion (2012, p. 31)

Na Contabilidade Pública, por exemplo, houve um fortalecimento do campo de atuação do contador após o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

O modelo de gestão fiscal responsável adotado pelo Brasil, por meio da LRF, caracteriza-se como controle por meio de metas de equilíbrio orçamentário e de limites fiscais, bem como por meio de metas de credibilidade e integridade a serem alcançadas pela transparência. Os efeitos da transparência na gestão fiscal dos municípios são de difícil mensuração. Entretanto, as metas de limites fiscais e de equilíbrio orçamentário são mensuráveis pela contabilidade, possibilitando a análise de sua influência no endividamento municipal. (MACEDO; CORBARI, 2009, p. 1).

No Ensino também houve avanços nos estudos da Contabilidade, pois com a harmonização Internacional da Contabilidade, é necessário pesquisar e levar para as salas de aula, quais os tipos de impactos que a alteração da legislação Contábil exerce sobre as empresas.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, estudamos que:

- Não é possível precisar a origem da Contabilidade, porém há registros de que os primeiros sinais concretos de sua existência datam de mais ou menos 4.000 a.C.
- A evolução do conhecimento contábil sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais.
- Consideram-se usuários da Contabilidade todas as pessoas – físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas – que possuem interesse na empresa ou entidade, tais como: administradores, sócios ou acionistas, empregados, fornecedores, financiadores e demais credores, clientes, governos nos diversos níveis, integrantes do mercado financeiro e de capitais, além dos meios de comunicação e do público em geral.
- As informações contábeis são geradas e transmitidas por meio de relatórios obrigatórios e não obrigatórios de acordo com a Lei nº 11.638/07.
- Um dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é o da Entidade – a contabilidade deve tratar a pessoa jurídica da empresa separadamente das pessoas físicas e ou jurídicas de seus proprietários.
- No conceito contábil, o termo patrimônio significa o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma pessoa física ou jurídica.
- Os Bens são tudo o que pode ser avaliado economicamente. Podem ser bens de uso, de consumo e de troca (ou venda). Os bens podem ser classificados em tangíveis e intangíveis.
- Os Direitos são bens de propriedade da empresa que se encontram em poder de terceiros e as Obrigações são bens de propriedade de terceiros que se encontram em poder da empresa.
- As técnicas contábeis são padronizações na avaliação, nos registros e mensuração dos resultados nos fatos administrativos e contábeis.
- A composição patrimonial da empresa está representada pela Estrutura Patrimonial, que é composta pelos direitos e obrigações da empresa (para com a empresa e os sócios) e que são representadas no Balanço Patrimonial.
- A composição do Balanço Patrimonial está dividida em ATIVO, PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, de acordo com as CONTAS CONTÁBEIS para o seu devido registro e controle.
- As principais áreas de atuação do contador são as seguintes: contabilidade fiscal (ou tributária), contabilidade pública, contabilidade de custos, contabilidade gerencial e controladoria, auditoria, perícia contábil, contabilidade financeira, análise econômico-financeira, avaliação de projetos, professor, pesquisador e palestrante.



- 1 A informação contábil surgiu devido à necessidade das empresas ou pessoas físicas realizarem o controle dos seus bens e direitos. Desta forma a Contabilidade possui um objetivo principal.

De acordo com o exposto acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () O principal objetivo da Contabilidade é o de fornecer dados para que administradores, gerentes ou executivos possam ter conhecimento da real situação do mercado de atuação da empresa e contar, assim, com elementos objetivos para a efetiva promoção e divulgação dos produtos da empresa. A situação econômica e financeira da empresa pode ser visualizada e analisada com o uso de indicadores da Análise de Balanços.
- b) () O principal objetivo da Contabilidade é o de coletar dados para que o fisco possa ter conhecimento da real situação econômico da empresa e contar, assim, com elementos objetivos para a correta e consciente tomada de decisões. A situação econômica da empresa pode ser visualizada e analisada com o uso de indicadores da Análise de Balanços de Pagamentos.
- c) () O principal objetivo da Contabilidade é o de fornecer dados para que administradores, gerentes ou executivos possam ter conhecimento da real situação econômico-financeira da empresa e contar, assim, com elementos objetivos para a correta e consciente tomada de decisões. A situação econômica e financeira da empresa pode ser visualizada e analisada com o uso de indicadores da Análise de Balanços.
- d) () O principal objetivo da Contabilidade é o de fornecer dados para que administradores, gerentes ou executivos possam ter conhecimento da real situação econômico-financeira da empresa e contar, assim, com elementos objetivos para a correta e consciente distribuição de resultados. A situação econômica e financeira da empresa pode ser visualizada e analisada com o uso de indicadores de mercado.

- 2 De acordo com Anthony (1960, p. 2-5 apud IUDÍCIBUS, 1998, p. 24-25), entre outras finalidades, a informação contábil possui a finalidade de controle e planejamento, que focaliza com bastante propriedade as implicações da informação contábil.

De acordo com o exposto acima, assinale a alternativa que correlaciona a contabilidade com a atividade de PLANEJAMENTO.

- a) () É o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro.
- b) () Pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos do capital e pela própria alta administração.

- c) () É o processo de decidir que curso de correção deverá ser tomado para o futuro.
- d) () Pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que o governo está agindo para a revisão de benefícios para a implementação de um plano de negócios em determinado local.
- 3 Existem nas empresas, diversos fatores ou elementos que podem gerar impacto nos seus relatórios contábeis. De acordo com Araújo (2009, p. 20-21), assinale qual é o item que representa os Fatos Permutativos.
- a) () Pagamento de despesas com salários.
- b) () Venda de mercadorias com lucro ou prejuízo.
- c) () Despesas com energia a pagar.
- d) () Compra de mercadorias à vista.

O PATRIMÔNIO EMPRESARIAL

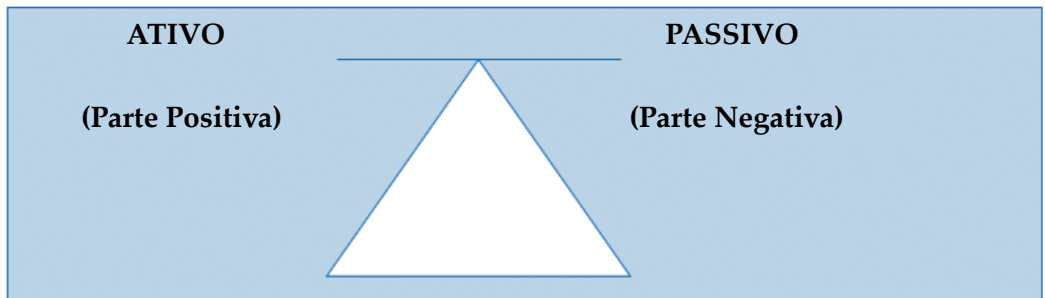
1 INTRODUÇÃO

Já estudamos no Tópico 1 um pouco sobre as definições de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Neste tópico vamos estudar de que forma o patrimônio empresarial pode ser compreendido de acordo com a equação do patrimônio da empresa.

2 EQUAÇÃO PATRIMONIAL

Podemos melhor compreender o equilíbrio patrimonial imaginando uma balança onde constam dois pratos, 1 em cada lado. Do lado esquerdo fica o ATIVO e do lado direito o PASSIVO, conforme podemos observar na figura a seguir, e o equilíbrio é alcançado quando os dois lados tiverem valores iguais. Contudo, geralmente o Ativo e Passivo apresentam valores diferentes, e nesse caso, a balança obviamente pende para um dos lados. O peso (valor) que for colocado suficiente para obter o equilíbrio chama-se Patrimônio Líquido e está no lado de menor valor.

FIGURA 6 – EQUAÇÃO PATRIMONIAL



FONTE: Adaptado de: Ribeiro (2009, p.11)

Observe na figura anterior que o balanço patrimonial apresenta o “equilíbrio” dos recursos da empresa. Embora muitos autores tratam o ativo como a parte positiva do balanço e o passivo como a parte negativa, na verdade não devemos entender como sendo ruins os aspectos do passivo, pois são totalmente necessários para manter o equilíbrio e a saúde financeira da empresa.

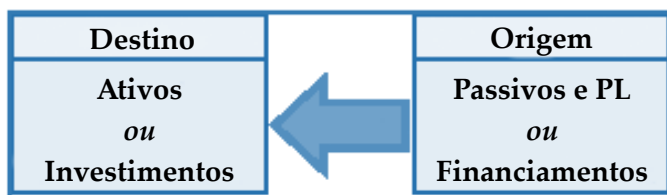
Quando tratamos de saúde financeira da empresa, sempre devemos recordar que assim como a empresa concede prazos de pagamentos para os seus clientes que estão registrados nos seus ativos (direitos de cobrança de duplicatas a receber), a empresa também precisa de um “fôlego” para pagar as suas dívidas. Por exemplo, fornecedores a prazo, empréstimos e financiamentos a prazo, energia elétrica a pagar com alguns dias de prazo, impostos e encargos sociais também possuem alguns dias de prazo de pagamento.

Perceba que se não fosse dessa forma, como a empresa obteria dinheiro para pagar as suas dívidas se elas não tivessem um prazo para quitá-las sabendo que os clientes têm prazo para pagar? Sempre faltaria dinheiro. O balanço patrimonial apresenta ao gestor financeiro um retrato de como andam as finanças da empresa e verifica o que a empresa possui de recursos (que na figura anterior representa a parte positiva para pagar as contas do seu passivo que representa a parte negativa - a saída do dinheiro da empresa).

É importante compreender que os passivos da empresa nem sempre são tão ruins, pois o gestor empresarial precisa saber bem aplicá-los nos ativos da empresa para que sempre gerem os melhores resultados possíveis.

Na figura a seguir, Bruni (2010, p. 7) relaciona os ativos e passivos com o destino e a origem dos recursos.

FIGURA 7 – DESTINO E ORIGEM DE RECURSOS

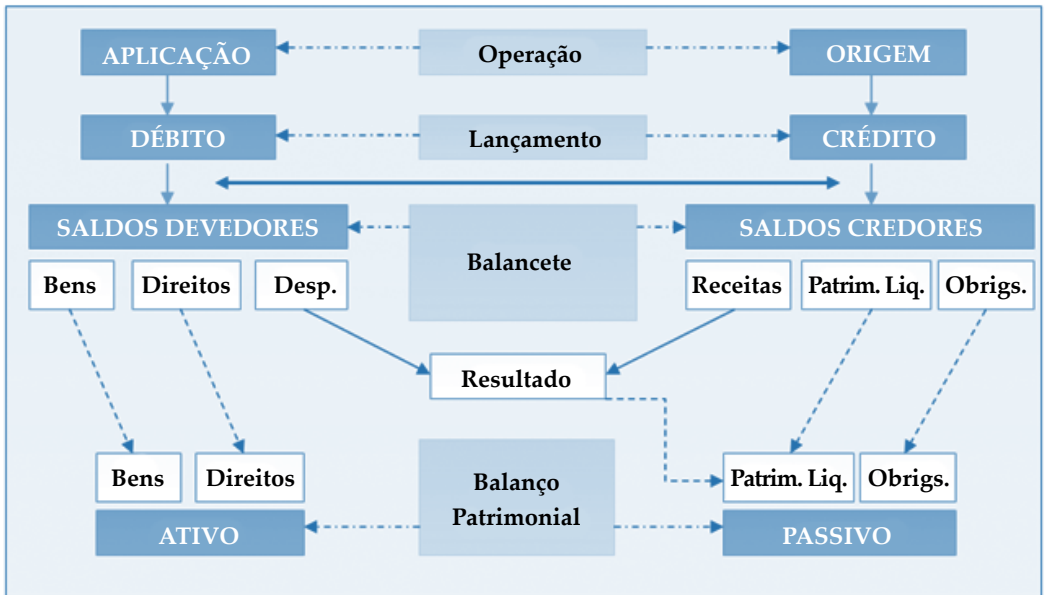


FONTE: Bruni (2019, p. 7)

Isso significa que todos os recursos da empresa em ATIVOS ou INVESTIMENTOS estão sendo financiados pelas suas origens que são reconhecidos pelo PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO - P.L. ou FINANCIAMENTOS, pois os recursos vieram de algum lugar. Seguindo o raciocínio da figura anterior, a empresa tem como destino o estoque nos seus ativos, que, se não tiverem sido pagos à vista, então vieram de uma origem a pagar, que é o passivo. Ou podemos também entender que se a empresa resolver destinar recursos para investimentos na construção de uma nova fábrica ou ampliação do seu parque fabril atual (que não tenham sido pagos à vista), a empresa estará buscando estes recursos de uma “origem” chamada financiamentos no passivo ou recursos que vieram dos sócios, que, nesse caso são do Patrimônio Líquido – PL.

Com a figura a seguir, vamos entender um pouco mais aprofundadamente os conceitos de origem e aplicação.

FIGURA 8 – ORIGEM E APLICAÇÃO – DA OPERAÇÃO AO BALANÇO PATRIMONIAL



FONTE: Extraído e adaptado de: Reis (2006, p. 11)

Observe que a operação de todo e qualquer fato contábil tem sua aplicação a partir de uma origem e, por conseguinte, os lançamentos são realizados a débito ou a crédito de acordo com as contas envolvidas na operação. Em outras palavras, significa que o estoque teve um registro a débito no grupo de contas do ativo, pois está “destinado” à geração de riqueza da empresa, e se o mesmo não tiver sido pago à vista, há necessidade de efetuar o lançamento a crédito em fornecedores nas obrigações da empresa (grupo de contas do passivo). Estes fornecedores têm créditos haver da empresa.

Continuando o raciocínio com base na figura anterior, observe que os bens, direitos e despesas têm seus saldos devedores, pois são “destinados” a algum tipo de finalidade. E os saldos credores possuem suas origens em receitas de vendas, ou patrimônio líquido, ou obrigações da empresa. Estes saldos são apurados através do balancete que estão apresentados no balanço patrimonial no fechamento anual do exercício social da empresa.

2.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é uma das peças mais importantes para o estudo da riqueza da empresa, pois é lá que o sócio ou investidores apresentam os recursos que estarão na empresa sob a forma de capital social.

No balanço patrimonial, o patrimônio líquido é a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e o resultado de exercícios futuros. É o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios.

Para Iudícibus et al. (2010, p. 344), baseado na Lei nº 6.404/76, que teve sua redação modificada pela Lei nº 11.941/09, o Patrimônio Líquido é dividido em:

- a) Capital Social [...]
- b) Reservas de Capital [...]
- c) Ajustes de avaliação Patrimonial [...]
- d) Reservas de Lucros [...]
- e) Ações em Tesouraria [...]
- f) Prejuízos Acumulados [...].

Vamos estudar a seguir cada um deles separadamente.

2.1.1 Capital social

O capital social representa, na visão de Iudícibus et al. (2010, p. 345):

O investimento efetuado na companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

O valor que deve constar do patrimônio líquido no subgrupo de capital é o do capital realizado, ou seja, o total efetivamente integralizado pelos acionistas. O artigo 182 da Lei nº 6.404/76 determina que o montante subscrito pelos sócios ou acionistas, e por dedução, a parcela ainda não realizada deve ser discriminado nesta conta.

O capital social é dividido em alguns componentes, que são:

- **Capital Subscrito:** é o compromisso que os sócios ou acionistas assumem de contribuir com certa quantia para a empresa.
- **Capital Social a Realizar:** significa a parte do capital subscrito que ainda não foi transformado em dinheiro ou valor monetário pelos sócios ou acionistas.
- **Capital Social Realizado:** é o valor do capital subscrito transformado em dinheiro ou valor monetário pelos sócios ou acionistas.

Observamos na figura seguinte um exemplo da subscrição e integralização de capital com valores fictícios.

FIGURA 9 – SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Contabilização		
a) Pela subscrição	R\$	240.000,00
Registro D/C	Conta Contábil	Valor
D	(-) Capital Social à Realizar	R\$ 240.000,00
C	Capital Social Subscrito	R\$ 240.000,00
b) Pela Integralização	R\$	200.000,00
Registro D/C	Conta Contábil	Valor
D	Banco Conta Movimento	R\$ 200.000,00
C	(-) Capital Social à Realizar	R\$ 200.000,00

FONTE: Os autores.

No entanto, há algumas situações que devem ser observadas, como:

- Quando o Capital for integralizado em forma de bens, estes deverão ser avaliados e incorporados ao patrimônio da empresa com base no preço de mercado, por meio de laudo aprovado em Assembleia Geral.
- Quando o capital for integralizado em créditos (valores a receber), o subscritor responderá, pela solvência do devedor perante a sociedade.
- Quando em situações de Capital Autorizado que pode acontecer quando o estatuto da empresa autoriza o Conselho de Administração a aumentar o Capital Social, independentemente de alteração estatutária, bastando reunião do órgão e o registro da ata respectiva na Junta Comercial.

Assim, na representação do Patrimônio Líquido (P.L.), podemos nos deparar com a seguinte situação, por exemplo:

ð Capital Subscrito:

ð Capital Autorizado: R\$ 430.000,00

ð (-) Capital a subscrever: (R\$ 30.000,00)

ð = Capital Subscrito: R\$ 400.000,00

O valor de R\$ 400.000,00 representa a parcela ainda não subscrita do Capital Autorizado.

2.1.2 Reservas de capital

De acordo com Iudíbus et al. (2010, p. 349)

As Reservas de Capitais são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

As Reservas de Capital são divididas em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias e alienação de bônus de subscrição.

Veremos a seguir cada uma delas separadamente, conforme Iudíbus et al. (2010):

- **Ágio na emissão de ações:** é o valor excedente que os acionistas pagam pelo valor das ações da empresa e o valor nominal que está registrado na contabilidade.
- **Reserva especial de ágio na incorporação:** é o montante do ágio que resulta na aquisição de uma empresa e a incorporadora detém o controle da sua controlada.
- **Alienação de partes beneficiárias:** é a formação de reserva para resgate em até 0,1 (1 décimo) dos lucros a quem tem direito na sociedade por esses valores.
- **Alienação de bônus de subscrição:** são os valores mobiliários que podem ser alienados e que tem direito de resgate pelas partes beneficiárias.

2.1.3 Ajustes de avaliação patrimonial

Este é um assunto novo na contabilidade brasileira e merece atenção porque trata da avaliação dos ativos em instrumentos financeiros como Derivativos (operações como *Hedge* ou *Swap* que são termos específicos estudados em finanças empresariais).

Segundo Iudíbus et al. (2010, p. 350),

A conta Ajustes de Avaliação Patrimonial foi introduzida na contabilidade brasileira pela Lei nº 11.638/07 para receber as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

2.1.4 Reservas de lucros

A empresa necessita, quando for de capital aberto, constituir alguns tipos de reservas com base nos seus lucros gerados para garantir a perenidade dos negócios no mercado e a segurança aos investimentos dos acionistas minoritários.

Para Iudícibus et al. (2010, p. 351)

Reservas de lucros são as contas de reservas pela apropriação de lucros da companhia, como previsto pelo parágrafo 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme parágrafo 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, esses devem ser também distribuídos como dividendos.

Observa-se então que as reservas de lucros constituem-se em reservas pela apropriação de lucros da empresa, juntamente com as Demonstrações Financeiras do Exercício (em 31/12), proposta sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício.

Vejamos como se procede a contabilização da transferência do Resultado do Exercício para Lucros Acumulados:

D	P.L. Apuração do Resultado do Exercício
C	P.L. Lucros ou Prejuízos Acumulados

São as contas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia. Representam lucros reservados e constituem garantia e segurança adicional para a saúde financeira da companhia, porque são lucros contabilmente realizados que **ainda não foram distribuídos aos sócios e acionistas**.

Na constituição das reservas, a modificação ocorrerá apenas na composição dos elementos do Patrimônio Líquido, não afetando o seu valor total.

D	P.L.	Lucros ou Prejuízos Acumulados
C	P.L.	Reservas de Lucros

Quando tais Reservas deixarem de ter fundamento, por já terem sido realizados os motivos para os quais foram constituídos, os seus valores, deverão retornar para a conta de Lucros ou Prejuízos acumulados.

Registro	Grupo	Conta Contábil
D	P.L	Reservas de Lucros
C	P.L.	Lucros ou Prejuízos Acumulados

As Reservas de Lucros são as seguintes:

- 1) Reserva Legal.
- 2) Reservas Estatutárias.
- 3) Reservas para Contingências.
- 4) Reservas de Lucros para Expansão ou Reservas de Planos para Investimentos.
- 5) Reservas de Lucros a Realizar.
- 6) Reservas de Lucros para Dividendo Obrigatório Não Distribuído.
- 7) Reservas de Incentivos Fiscais.

Vejamos um exemplo de constituição de reservas no quadro seguinte:

QUADRO 3 – CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS

Patrimônio Líquido em 31/12	VALOR
Capital Social	R\$ 60.000,00
Outras Reservas de Capital	R\$ 10.200,00
Reserva Legal	R\$ 8.000,00
Outras Reservas de Lucros	R\$ 6.000,00
Dados Adicionais	
Resultado Positivo da Equivalência Patrimonial	R\$ 6.000,00
Lucros em vendas de LP A RLP	R\$ 7.600,00
Lucro Líquido do Exercício (Ante de quaisquer reservas ou dividendos)	R\$ 50.000,00

FONTE: Os autores

- 1) **Reserva Legal:** é utilizada com a finalidade de aumentar o capital social ou absorver prejuízos contábeis. Segundo Reis (2006, p. 32) “é a reserva mais comum nas sociedades anônimas”. Sua base de cálculo é 5% do Lucro Líquido do Exercício e deve ser constituída antes da formação de qualquer outra reserva ou da distribuição de dividendos.



Os prejuízos contábeis deverão ser absorvidos obrigatoriamente na seguinte ordem: 1º pelos lucros acumulados, 2º pelas reservas de lucros e 3º pela reserva legal.

Não é necessário constituir a reserva legal nas seguintes situações:

- 1º limite: A Reserva Legal não poderá exceder o limite do saldo (anterior + exercício) quando atingir a 20% do valor do Capital Social.
- 2º limite: o seu saldo, antes da constituição referente ao exercício em curso somado ao montante da Reserva de Capital com a Reserva Legal, atingir 30% do Capital Social, a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal caso esse limite seja atingido (a observância pela Cia é facultativa).

Exemplo:

Exemplo:	Capital Social	R\$ 60.000,00
	Lucro Líquido do Exercício -> 50.000,00 x 5%	
	Valor máximo da Reserva	R\$ 2.500,00 5% do lucro líquido do exercício
1o. Limite	20% de R\$ 60.000,00 =	R\$ 12.000,00
	Saldo da Reserva Legal Anterior	R\$ 8.000,00
	Reserva Legal R\$ 8.000,00 + R\$ 2.500,00 do lucro líquido = R\$ 10.500,00	
	(Não foi atingido, pode lançar).	
	Não pode passar de R\$ 12.000,00 o saldo total	
2o. Limite	30% de R\$ 60.000,00 =	R\$ 18.000,00
	Saldo da Reserva Legal Anterior	R\$ 8.000,00
	Outras Reservas de Capital R\$ 10.200,00 = 18.200,00 foi atingido	

Nesse caso, a empresa não é obrigada a constituir a Reserva Legal relativa ao lucro líquido do período, pois o 2º limite foi atingido. Se resolver constituí-la, deverá fazê-lo pelo valor máximo da Reserva (R\$ 2.500,00), pois o 1º limite não foi atingido.

Contabilização na opção da constituição

Registro	Grupo	Conta Contábil	Valor
D	P.L	Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 2.500,00
C	P.L.	Reserva Legal	R\$ 2.500,00

2) **Reserva Estatutária:** de acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 352), “as reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício”.

Pelo fato de estarem previstas em estatuto, tem algumas finalidades previstas em Lei, tais como:

- ð indicar de modo claro, completo e preciso a sua finalidade;
- ð fixar os critérios para sua determinação com base no lucro do exercício social (período-base);
- ð estabelecer seu limite máximo.

Estas reservas não podem ser constituídas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

Existem alguns tipos de Reservas Estatutárias, que são:

- Reservas para aumento de Capital Social.
- Reservas para Resgate de Debêntures.
- Reservas para Resgate de Partes Beneficiárias.
- Reservas para Amortização de Ações.

Exemplo para contabilização das reservas estatutárias

Registro	Grupo	Conta Contábil
D	P.L	Lucros ou Prejuízos Acumulados
C	P.L.	Reservas Estatutárias

3) **Reservas para Contingências:** esse tipo de reserva serve para compensar em período futuro, a diminuição do lucro proveniente de perda provável, cujo valor possa ser estimado. De acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 352),

O objetivo da constituição dessa reserva é segregar uma parcela de lucros, inclusive com a finalidade de não distribuí-la como dividendo, correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras, que acarretarão diminuição dos lucros (ou até o surgimento) em exercícios futuros.

O termo contingência refere-se à possibilidade de ocorrência de despesas ou perdas com situações ou condições que possam surgir para a empresa, e que não há certeza de acontecimentos futuros, tais como:

- perdas futuras pela expectativa de diminuição nos preços dos produtos da empresa, gerando prejuízos;

- pela previsão de lançamentos de produtos concorrentes com qualidade superior a menores preços;
- pela previsão de perdas em função de ação da natureza como: geadas, cheias, enchentes, secas que gerarão perdas para a empresa.

Exemplo para a contabilização das reservas para contingência:

Registro	Grupo	Conta Contábil
D	P.L	Lucros ou Prejuízos Acumulados
C	P.L.	Reservas para Contingências

Notas:

- I. A base de cálculo do dividendo obrigatório é diminuída quando tal reserva é constituída, e aumentada quando ela é revertida, pela sua não utilização.
- II. Indicar em Nota Explicativa a constituição da Reserva, finalidade, origem e base de cálculo utilizada.

- 4) **Reservas de Lucros para Expansão ou Reservas para Planos de Investimentos:** esse tipo de reserva tem por finalidade separar parte do lucro apurado, visando manter tais recursos na empresa para aplicação em projetos de Expansão. A Base de Cálculo são as previsões orçamentárias de Capital aprovados em Assembleia Geral, que por sua vez não poderão ser constituídas em prejuízos de dividendos mínimos obrigatórios.

Seguindo a contribuição de Iudícibus et al. (2010, p. 358), temos o seguinte:

Para atender a projeto de investimento, a companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76, que trata da reserva Retenção de Lucros. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital da companhia, ser proposta pela administração e aprovada pela assembleia geral.

Exemplo de contabilização

Registro	Grupo	Conta Contábil
D	P.L	Lucros ou Prejuízos Acumulados
C	P.L.	Reservas de Lucros para Expansão ou Reservas de Planos de Investimentos

- 5) **Reservas de Lucros a Realizar:** esse tipo de situação pode ocorrer quando há lucro em vendas a prazo e quando a realização financeira dessas vendas irá ocorrer após o término do exercício seguinte. Assim, evita-se distribuir dividendo obrigatório sobre um resultado que ainda não foi realizado. Segundo Iudícibus et al. (2010, p. 354) “essa reserva é constituída como uma destinação

dos lucros do exercício, sendo, todavia, optativa sua constituição. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente [...]”.

- 6) **Reservas de Lucros para Dividendo Obrigatório Não Distribuído:** segundo Iudícibus et al. (2010, p. 360), “a companhia deverá constituir essa Reserva de Lucros quando tiver dividendo obrigatório a distribuir, mas sem condições financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará do expediente previsto nos parágrafos 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.”
- 7) **Reservas de Incentivos Fiscais:** “A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.” (RESERVA DE LUCROS, 2013, p. 1).

2.1.5 Ações em tesouraria

As ações em tesouraria, que são ações da própria empresa por ela adquiridas, deverão ser destacadas no balanço como redutora da conta do patrimônio líquido que registrar a origem de recursos aplicados na sua aquisição.

Devem ser contabilizadas pelo custo de aquisição, ou seja, pelo valor que efetivamente foram pagas. Enquanto mantidas em tesouraria não dão direito a dividendo, nem a voto.

2.1.6 Prejuízos acumulados

Tratando-se de prejuízos acumulados, significa que a empresa apurou mais gastos que receitas, e neste caso na Demonstração do Resultado do Exercício, o saldo do resultado é prejuízo acumulado que deverá ser registrado no grupo do Patrimônio Líquido.

De acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 363):

A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados que, na maioria dos casos, representa a interligação entre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, continuará sendo utilizada pelas companhias para receber o resultado do período, se positivo, e destiná-lo de acordo com as políticas da empresa, servindo de contrapartida para as constituições e reversões de reservas de lucros, assim como para a distribuição de dividendos. Mas, no balanço patrimonial, só poderá aparecer quando tiver saldo negativo, e será denominada de Prejuízos Acumulados.

2.2 EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Equação Fundamental do Patrimônio trata do Balanço Patrimonial como sendo a representação quantitativa do patrimônio de uma empresa. Sabe-se que o Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. Por isso, o balanço é denominado de Balanço Patrimonial.

De acordo com Bruni (2010, p. 2), o Balanço Patrimonial é:

O primeiro e mais básico relatório da Contabilidade em apresentar; de forma distinta, bens e direitos [Ativo] separados das obrigações [Passivo] e patrimônio líquido. Por sempre representar uma situação de equilíbrio, recebe o nome de Balanço Patrimonial, representando uma fotografia em um dado momento do patrimônio da entidade.

Para entendermos a equação patrimonial a seguir, vamos resgatar alguns conceitos que estudamos no Tópico 1, item 3.1.2 Equação patrimonial, com a seguinte fórmula:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO (-) PASSIVO}$$

Na maioria dos casos, o Ativo (bens e direitos) é superior ao Passivo (obrigações), porém, quando o Passivo for superior ao Ativo, temos o **Patrimônio Líquido Negativo** ou Passivo a Descoberto, que é representado pela seguinte equação:

$$\text{ATIVO (+) PASSIVO A DESCOBERTO} = \text{PASSIVO}$$

Na maioria dos casos o Ativo é superior ao Passivo, pois se ocorrer a situação de a empresa ter o seu Passivo superior ao Ativo, significa que a empresa - em jargão popular - está “nas mãos dos Bancos”. Embora, nem sempre são apenas os Bancos os principais credores, pois há situações de empresas com passivo tributário elevado em decorrência de problemas financeiros gerados por má administração.



O equilíbrio patrimonial pode ser entendido da seguinte forma:

- (a) Ativo = Passivo, logo Patrimônio Líquido = 0
- (b) Ativo > Passivo, logo Patrimônio Líquido > 0 (+) positivo
- (c) Ativo = Patrimônio Líquido, logo Passivo = 0
- (d) Ativo < Passivo, logo Patrimônio Líquido < 0 (situação de passivo a descoberto).

Então, como se inicia um Balanço Patrimonial? Inicia-se quando se integralizam ações de uma empresa, o dinheiro é registrado no caixa e o valor do recurso, na conta capital. Suponhamos que esse valor seja de R\$ 1.000,00, a tabela a seguir apresenta como fica a estrutura do balanço nesta situação.

TABELA 2 – ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL - SITUAÇÃO 1

BALANÇO PATRIMONIAL			
Lado esquerdo = débito		Lado direito = crédito	
		PASSIVO	zero
ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
. Caixa	1.000,00	. Capital	1.000,00
TOTAL DO ATIVO	1.000,00	TOTAL DO PASSIVO	1.000,00

FONTE: Os Autores

Neste caso, temos a seguinte equação:

$$A - P = PL$$

$$\text{Ativo } \$ 1.000,00 (-) \text{ Passivo zero} = \text{PL de } \$ 1.000,00$$



Como visto anteriormente, o Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações.

E se a empresa contrair um empréstimo bancário no valor de R\$ 500,00, com vencimento após um ano, a demonstração contábil anterior ficará alterada.

Desta forma, além do capital próprio que não tem data para ser devolvido e compõe o patrimônio líquido, a empresa passaria a ter recursos de terceiros, e o balanço ficaria assim demonstrado:

TABELA 3 – ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL: SITUAÇÃO 2

BALANÇO PATRIMONIAL	
Lado esquerdo = débito	Lado direito = crédito
ATIVO Ativo Circulante . Caixa 1.500,00	PASSIVO Exigível a Longo Prazo . Empréstimos bancários 500,00 PATRIMÔNIO LÍQUIDO . Capital 1.000,00
TOTAL DO ATIVO 1.500,00	TOTAL DO PASSIVO 1.500,00

FONTE: Os autores

E neste caso, temos a seguinte apuração:

$$A - P = PL$$

$$\text{Ativo} = \$1.500,00 (-) \text{Passivo } \$ 500,00 = \text{Patrimônio Líquido } \$ 1.000,00$$

Conforme vimos na tabela anterior, a empresa está com situação patrimonial positiva:

$$\text{Ativo} > \text{Passivo, logo Patrimônio Líquido} > 0 (+) \text{positivo}$$

Vamos estudar mais alguns exemplos?

a) Subscrição de capital

Se duas pessoas resolverem constituir uma empresa, a empresa ABC Ltda., com a finalidade de atuar em um determinado ramo de atuação. Eles dispõem de um valor de R\$ 4.000,00 para iniciar o empreendimento, que será integralizado com 40 cotas de R\$ 100,00 cada uma. O início das atividades da empresa deu-se em determinada data.

Após a subscrição e integralização do capital social, o Balanço Patrimonial ficou da seguinte forma:

Empresa ABC LTDA.			
Balanco Patrimonial		Em R\$ 1,00	
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	4.000,00	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	4.000,00
Total	4.000,00	Total	4.000,00

Pode-se dizer que foi subscrito e integralizado na data da sua constituição o valor de R\$ 4.000,00, que foi aplicado no Ativo (caixa) e, em contrapartida, formou um Patrimônio Líquido inicial (capital social).

Vamos proceder mais algumas operações na empresa para verificarmos sua nova estrutura patrimonial?

b) Aquisição de um imóvel

Digamos, que a empresa ABC Ltda. deu início às suas atividades e adquiriu, pagando à vista, um imóvel de um pavimento para abrigar suas instalações pelo valor de R\$ 1.200,00.

Essa aquisição gerou um novo Ativo (Imóveis) e em contrapartida diminuiu o dinheiro (Caixa) no mesmo valor. Após a compra deste imóvel, o Balanço Patrimonial ficou assim apresentado:

Empresa ABC LTDA.			
Balanco Patrimonial		Em R\$ 1,00	
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	2.800,00	Patrimônio Líquido	
Imóveis	1.200,00	Capital Social	4.000,00
Total	4.000,00	Total	4.000,00

Continuando, a empresa não poderá atuar sem realizar atividades normais para o seu funcionamento. Assim, vamos identificar novas operações, como a aquisição de materiais, e checarmos os tipos de contas que comumente se alteram, ou estão envolvidas na identificação das atividades operacionais da empresa, que por si só devem compor a estrutura patrimonial da empresa.

c) Aquisição de materiais

Para realizar suas atividades, a empresa necessitará adquirir materiais, que serão estocados, para posterior utilização, quando for prestar serviços aos seus clientes.

Os materiais foram adquiridos de uma empresa (fornecedor) do mesmo ramo que estava em processo de liquidação (baixa). Esse fornecedor estava encerrando suas atividades e por isso os materiais foram arrematados pelo valor de R\$ 2.000,00.

Na contabilidade os valores do Ativo devem ser registrados pelo valor de seu **custo de aquisição**. Conseqüentemente, quando estes materiais forem consumidos na prestação de serviços, serão considerados pelo valor de aquisição constante da Nota Fiscal de compra.

Desta forma, o material adquirido deste fornecedor estará registrado no Balanço Patrimonial pelo preço de custo (compra) no valor de R\$ 2.000,00.

No momento da aquisição nenhum pagamento foi efetuado ao fornecedor, pois a compra foi realizada a prazo, e a liquidação dessa dívida deverá ser feita da seguinte forma: em 30 dias o valor de R\$ 1.700,00 e o restante de R\$ 700,00 para 60 dias.

Por esta transação a empresa adquiriu um novo Ativo (Estoque de Materiais) e assumiu um Passivo (uma obrigação de pagar a um fornecedor). Após esta operação, o Balanço Patrimonial ficou assim demonstrado:

Empresa ABC LTDA.			
Balanço Patrimonial			
Em R\$ 1,00			
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	2.800,00	PASSIVO	
Imóveis	1.200,00	Fornecedores	2.000,00
Estoque de Materiais	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	4.000,00
Total	6.000,00	Total	6.000,00

d) Compra de um veículo

Para a empresa ABC Ltda. realizar os serviços de busca e entrega dos equipamentos dos seus clientes, necessita de um veículo, que foi adquirido pelo valor de R\$ 800,00 à vista. O balanço patrimonial apresentará a seguinte situação financeira após a aquisição desse novo ativo que foi registrado como entrada na conta de veículos, com a devida redução do seu caixa pela saída do pagamento à vista.

Empresa ABC LTDA.			
Balço Patrimonial			
Em R\$ 1,00			
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	2.000,00	PASSIVO	
Imóveis	1.200,00	Fornecedores	2.000,00
Estoque de Materiais	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Veículos	800,00	Capital Social	4.000,00
Total	6.000,00	Total	6.000,00

Percebe-se que em relação ao exemplo que consta na letra d, o valor do ativo total está inalterado em R\$ 6.000,00, pois houve apenas a transferência de valores do mesmo grupo do ativo, ou seja, saíram R\$ 800,00 do caixa para aquisição do veículo no mesmo valor.

e) Venda de parte do imóvel

Há casos em que a empresa pode vender parte de seu imobilizado. Neste caso, vejamos o seguinte exemplo:

Os gestores da empresa verificaram que o prédio adquirido para a empresa estava superdimensionado, desta forma resolveram vender uma sala no pavimento inferior no valor de R\$ 600,00.

Para operacionalizar a transação, foi assinado um contrato de compra e venda, onde o comprador assinou duas Notas Promissórias (NP) para representar o direito de a empresa receber o valor de R\$ 600,00, da seguinte forma: R\$ 400,00 em 30 dias e R\$ 200,00 em 60 dias. Esses direitos são denominados de Títulos a Receber. Esta operação ocasionou redução no Ativo (Imóveis) pelo mesmo valor, e o Balço Patrimonial passa a apresentar a seguinte estrutura:

Empresa ABC LTDA.			
Balço Patrimonial			
Em R\$ 1,00			
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	2.000,00	PASSIVO	
Imóveis	600,00	Fornecedores	2.000,00
Estoque de Materiais	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Veículos	800,00	Capital Social	4.000,00
Títulos a Receber	600,00		
Total	6.000,00	Total	6.000,00

Novamente percebemos que não houve mudanças na estrutura do valor do ativo total, pois os mesmos permaneceram em R\$ 6.000,00. O que ocorreu desta vez foi a redução no valor dos imóveis e a contrapartida em títulos a receber.

f) Pagamento de Obrigação (dívida)

Agora vejamos uma operação que afetará o montante dos passivos e o montante dos ativos da empresa, digamos que esta pagou a parcela de R\$ 700,00 relativos à sua dívida assumida com o fornecedor dos materiais adquiridos anteriormente. Esta operação diminuiu o Passivo (Fornecedores) e também o dinheiro existente no Caixa (Disponível). Em decorrência desta operação, o Balanço Patrimonial apresenta a seguinte configuração:

Empresa ABC LTDA.			
Balanço Patrimonial			
Em R\$ 1,00			
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	1.300,00	PASSIVO	
Imóveis	600,00	Fornecedores	1.300,00
Estoque de Materiais	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Veículos	800,00	Capital Social	4.000,00
Títulos a Receber	600,00		
Total	5.300,00	Total	5.300,00

Observa-se que agora o saldo total do ativo permaneceu em R\$ 5.300,00. Este saldo foi gerado por meio da redução do saldo do caixa para pagamento do fornecedor.

g) Recebimento de um Direito

No exemplo da letra e (venda do imóvel) a empresa tinha o direito de receber R\$ 400,00. Este fato contribuiu para aumentar o dinheiro em Caixa (Ativo) e diminuir Títulos a Receber (Ativo) no mesmo valor. Depois de realizada esta operação, o Balanço Patrimonial ficou assim:

Empresa ABC LTDA.			
Balanço Patrimonial			
Em R\$ 1,00			
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	1.700,00	PASSIVO	
Imóveis	600,00	Fornecedores	1.300,00
Estoque de Materiais	2.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Veículos	800,00	Capital Social	4.000,00
Títulos a Receber	200,00		
Total	5.300,00	Total	5.300,00

Observa-se que novamente o total do ativo permanece inalterado em R\$ 5.300,00. Porém a sua conta Caixa está com maior liquidez, pois houve um incremento no valor de R\$ 400,00 pela cobrança de parte da venda do imóvel. Caso a empresa queira liquidar a sua dívida com fornecedores no valor de R\$ 1.300,00, poderá fazê-la com toda a tranquilidade.

2.2.1 Estática e dinâmica patrimonial: O Balanço Patrimonial

Já vimos anteriormente, que o Balanço Patrimonial (BP) é uma importante demonstração contábil, por meio da qual se pode apurar a situação patrimonial e financeira da empresa em um determinado momento. O Balanço Patrimonial evidencia claramente o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da empresa.

Vamos tomar novos exemplos. Assim, podemos dinamizar diversos modelos e você poderá perceber que a Contabilidade é dinâmica e aceita uma ampla gama de contas contábeis para a composição e mensuração das suas atividades operacionais.

Vejamos o Balanço Patrimonial da empresa ABC Ltda.

Empresa ABC LTDA.				
Balanço Patrimonial			Em R\$ mil	
ATIVO		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Caixa	800	Títulos a Pagar	3.000	
Bancos	1.000	Obrigações Trabalhistas	500	
Títulos a Receber	3.000	Fornecedores	1.800	5.300
Estoque de Mercadorias	1.700	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Terrenos	2.000	Capital	4.000	
Móveis e Utensílios	500	Lucros Acumulados	700	4.700
Veículos	1.000			
TOTAL	10.000	TOTAL		10.000

A seguir comentam-se, mais detalhadamente, cada grupo do componente patrimonial.



Já estudamos os componentes no Tópico 1 desta unidade, mas vamos relembra-los e analisar com o exemplo do Balanço Patrimonial da empresa ABC Ltda.

2.2.1.1 Ativo

O Ativo da empresa ABC Ltda., discriminado no lado esquerdo do Balanço Patrimonial, representa os bens e direitos da empresa expressos em moeda, vigente no país, e está no valor de R\$ 10.000,00 total.

Esta parte do balanço compreende um conjunto de contas dentre as quais podemos citar Caixa e Bancos, que estão no valor de R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00 respectivamente (constituem as disponibilidades financeiras imediatas). Os Títulos a Receber estão mensurados em R\$ 3.000,00 e são decorrentes das vendas da empresa, ou seja, foram geradas receitas de vendas em contrapartida a Títulos a Receber (representam devedores da entidade em virtude de transações de crédito ou venda a prazo). A conta de Estoque de Mercadorias no valor de R\$ 1.700,00 serve para a geração de benefícios futuros, pois as mesmas serão utilizadas para a geração de novas vendas.

Outra conta que observamos no modelo é a de Terrenos que também é um bem da empresa no valor de R\$ 2.000,00.

A conta contábil de móveis e utensílios, por sua vez está avaliada em R\$ 500,00 e tem por finalidade fornecer subsídios para o desenvolvimento das tarefas dos funcionários da empresa. E por final, a conta veículos no valor de R\$ 1.000,00 está destinada para operações de transporte ou entrega de mercadorias para os clientes da empresa, assim como para o vendedor realizar as visitas aos clientes, dentre outras finalidades.

2.2.1.2 Passivo e Patrimônio Líquido

No grupo de contas do passivo temos as contas da empresa que representam as suas obrigações. Observando o Balanço Patrimonial da empresa ABC Ltda., existe a conta contábil de títulos a pagar no valor de R\$ 3.000,00, pois são oriundos de compromissos assumidos para o pagamento de terrenos, móveis e utensílios e veículos.

As obrigações trabalhistas da empresa no valor de R\$ 500,00 representam os salários e encargos dos trabalhadores e que também precisam ser liquidados durante o próximo mês.

A conta de fornecedores no valor de R\$ 1.800,00 é o que representa os recursos aplicados em estoques de mercadorias, e estes fornecedores são o que podemos chamar de “origens de recursos para as atividades operacionais da empresa”.

O Patrimônio Líquido de uma empresa pode ser proveniente (formado) de duas fontes: investimentos e lucros. Os **investimentos** são efetuados pelos proprietários em troca de ações ou cotas (participação); e os **lucros** são acumulados como fonte (adicional) de financiamento das atividades da organização.

No nosso exemplo, o capital da empresa está mensurado no valor de R\$ 4.000,00 e são os recursos que os sócios investiram para custear parte dos ativos da empresa.

De acordo com a Lei nº 11.941/09 não deverão mais ser mantidos valores na conta de lucros acumulados, pois os mesmos ao final do exercício social devem sofrer algum tipo de destino. Neste exemplo, apresentamos a conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 700,00 apenas para entendermos que são oriundos das operações da empresa durante o exercício social, mas, após o fechamento do balanço, o saldo desta conta deverá estar zerado e seu valor destinado para algum fim.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste Tópico, estudamos que:

- O balanço patrimonial apresenta o “equilíbrio” dos recursos da empresa. Embora muitos autores tratam o ativo como a parte positiva do balanço e o passivo como a parte negativa, na verdade não devemos entender como sendo ruins os aspectos do passivo, pois são totalmente necessários para manter o equilíbrio e a saúde financeira da empresa.
- Os recursos da empresa em ATIVOS ou INVESTIMENTOS estão sendo financiados pelas suas origens que estão sendo reconhecidas pelo PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO - P.L. ou FINANCIAMENTOS, pois os recursos vieram de algum lugar.
- O Patrimônio Líquido é uma das peças mais importantes para o estudo da riqueza da empresa, pois é lá que o sócio ou investidores apresentam os recursos que estarão na empresa sob a forma de capital social.
- No balanço patrimonial, o patrimônio líquido é a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e o resultado de exercícios futuros. É o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios.
- O Patrimônio Líquido é dividido em: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria, Prejuízos Acumulados.
- A Equação Fundamental do Patrimônio trata do Balanço Patrimonial como sendo a representação quantitativa do patrimônio de uma empresa.
- O equilíbrio patrimonial pode ser entendido da seguinte forma:
 - (a) Ativo = Passivo, logo Patrimônio Líquido = 0
 - (b) Ativo > Passivo, logo Patrimônio Líquido > 0 (+) positivo
 - (c) Ativo = Patrimônio Líquido, logo Passivo = 0
 - (d) Ativo < Passivo, logo Patrimônio Líquido < 0 (situação de passivo a descoberto).

AUTOATIVIDADE



- 1 É uma das peças mais importantes para o estudo da riqueza da empresa, pois é lá que o sócio ou investidores apresentam os recursos que estarão na empresa.
- a) () O Patrimônio Líquido.
 - b) () O Ativo Imobilizado.
 - c) () O Ativo Intangível.
 - d) () O Passivo a Descoberto.

- 2 O termo contingência refere-se à possibilidade de ocorrência de despesas ou perdas com situações ou condições que possam surgir para a empresa, e que não há certeza de acontecimentos futuros.

Assinale a alternativa a seguir que corresponda ao atendimento das Contingências:

- a) () Ganhos futuros pela expectativa de diminuição nos preços dos produtos da empresa, gerando lucros.
- b) () Pela previsão de retirada de produtos concorrentes com qualidade superior a menores preços.
- c) () Pela previsão de perdas em função de ação da natureza como: geadas, cheias, enchentes, secas que gerarão perdas para a empresa.
- d) () Pela redução do volume de estoque que podem comprometer a geração de caixa futuro.

- 3 Ocorre quando a empresa apurou mais gastos que receitas. Neste caso estamos tratando de:

- a) () Lucros acumulados.
- b) () Perdas por contingências.
- c) () Ganhos por receita financeira.
- d) () Prejuízos acumulados.

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

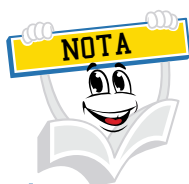
1 INTRODUÇÃO

Neste tópico estudaremos as técnicas de escrituração contábil utilizadas para registro e apuração dos dados econômicos da empresa. Sendo assim, veremos o que é um plano de contas, de que forma são classificados e efetuados os registros contábeis, e também estudaremos as ferramentas de apuração e análise dos dados, como balancete e demonstrativo de resultados.

2 TÉCNICAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Já vimos nos tópicos 1 e 2 que o objetivo da Contabilidade não é só produzir informações contábeis adequadas, fidedignas, mas também transmiti-las de forma simples, com clareza e objetividade.

A evidenciação destas informações deve ocorrer com o uso de demonstrações contábeis bem elaboradas, e para que isso ocorra, a base para a elaboração das demonstrações contábeis consta na correta classificação das diversas contas constantes do Plano de Contas da empresa.



A forma como estão organizados os procedimentos de escrituração e o plano geral de contas da empresa determina, em parte, a qualidade das demonstrações contábeis. Isso quer dizer que se a empresa tiver um plano de contas bem elaborado, com certeza, haverá maior transparência na divulgação das informações contábeis.

Para termos clareza sobre esse assunto e percebermos que há coerência entre qualidade de informação contábil gerada com qualidade de informação contábil escriturada, vamos estudar o Plano de Contas.

2.1 PLANO DE CONTAS NA CONTABILIDADE

Toda empresa estruturada deve ter um Plano de Contas adequado para bem atender às necessidades de informações dos gestores.

Mas, você saberia dizer o que é um Plano de Contas?

O Plano de Contas é o agrupamento de forma ordenada das contas que são utilizadas pela contabilidade para efetuar o devido registro de todas as operações da empresa. É o conjunto de todas as contas necessárias ao cumprimento dos objetivos da Contabilidade sobre o patrimônio e atividades. Para que isso se efetue de forma ordenada, o elenco de contas é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.

O plano de contas deve ser organizado de forma a permitir a inserção de novas contas ou grupo de contas, permitindo assim acompanhar o crescimento e consequente evolução da estrutura organizacional da empresa.

Para facilitar a inserção de novas contas contábeis, é interessante que o Contador, em conversa com a área de Sistemas de Informática, permita criar uma estrutura de contas que alcance até 99 ou 999 contas contábeis em um mesmo subgrupo de contas.

Por exemplo:

- 1. - ATIVO
- 1.1. - Ativo Circulante
- 1.1.11. - Disponibilidades
- 1.1.11.111. – Bancos Conta Movimento

Esse exemplo acima pode ser diferente de empresa para empresa, mas é importante que tenha uma estrutura de contas bem delineada para facilitar e melhor controlar os saldos e operações contábeis da empresa.

No que tange à nomenclatura utilizada, também deve ser clara e concisa, procurando sempre utilizar termos ou descrições (nomenclaturas) comuns às características da empresa, e as contas analíticas devem ser uma extensão das contas sintéticas.

As contas analíticas são as contas que apresentam o razão contábil e demonstram todas as movimentações dessas contas. O próprio nome já diz, contas analíticas, para permitir a análise das movimentações contábeis. Por exemplo: 1.1.11.111 – Bancos Conta Movimento.

As contas sintáticas são as contas totalizadoras, ou seja, são as contas que demonstram apenas o saldo de um grupo de contas analíticas. Entre outras palavras, em um grupo de contas analíticas há 3 contas e a somatória dos saldos

dessas 3 contas totaliza o valor de R\$ 10.000,00. Isto significa que a conta sintática irá apresentar esse saldo de R\$ 10.000,00 não sendo necessário “somar” manualmente os saldos das 3 contas analíticas. Por exemplo: 1.1.11 –Disponibilidades.

Cada empresa, de acordo com a sua atividade e seu tamanho (micro, pequena, média ou grande) deve ter o seu próprio Plano de Contas.

Conforme Ribeiro (2009), a estrutura do plano de contas foi uniformizada a partir da Lei nº 6.404/76, que estabelece que as contas podem ser divididas em dois grupos: contas patrimoniais e contas de resultado.

Assim, há a necessidade de separar o que gera o caixa da empresa com as operações das vendas e das compras, que, neste caso, é a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício para as vendas, e o controle do estoque que ela possui, que, neste caso, é o BP - Balanço Patrimonial (compras).

Prossegue Ribeiro (2009, p. 1-2) dizendo que:

As contas patrimoniais são utilizadas para o registro de elementos representativos de bens, direitos e obrigações, como também para aqueles que compõem o Patrimônio Líquido.

As contas de resultado, também conhecidas por contas de exercício, destinam-se ao registro das despesas e das receitas. Abertas na escrituração contábil, no início do exercício social, e encerradas no final dele, não fazem parte do Balanço Patrimonial.

O autor ainda esclarece que “o elenco de contas envolve a intitulação (rubrica, nome) e o código de cada conta. Seja qual for o tipo de empresa, as contas devem nele ser agrupadas de acordo com a estrutura estabelecida pela Lei nº 6.404/1976, visando facilitar a elaboração das demonstrações contábeis”. (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Entende-se que o agrupamento das contas patrimoniais deve ser feito de tal maneira que facilite o conhecimento e a análise das informações financeiras, pois o reflexo das operações recai sobre a geração ou não do caixa, ou seja, a empresa deve gerar liquidez para honrar seus compromissos financeiros.

Os principais objetivos de um plano de contas estão em uniformizar os registros contábeis, permitir a inclusão ou exclusão de contas (o plano deve ser flexível). Os títulos das contas devem identificar, da melhor maneira possível, os fatos efetivamente ocorridos.

2.1.1 Classificação das contas

Ao elaborar um plano de contas, é necessário identificar qual o ramo de atividade da empresa e padronizá-lo com base na sua área de atuação. Para uma indústria, por exemplo, devem existir contas como: estoque de matéria-prima, estoque de produtos em processo, estoque de produtos acabados.

Para organizar um plano de contas se faz necessária a elaboração de um planejamento que resguarde o perfeito entendimento e sua utilização.

Conforme Calderelli (2002, p. 631), “o plano de Contabilidade é um esquema para orientação do departamento de Contabilidade, onde é previsto o plano de contas, o sistema de escrituração e as normas de execução.

Para uma empresa do ramo comercial, por exemplo, não há a conta de estoque de matéria-prima, ou de estoque de produtos acabados; mas há somente a conta de estoque de mercadorias para revenda.



As contas contábeis de um Plano de Contas são classificadas em ATIVO, PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, RECEITAS E DESPESAS e devem ser compatíveis com o ramo de atuação da empresa.

Vamos estudar o que é um modelo de Plano de Contas, mas antes de apresentá-lo, vamos entender como ele deve ser codificado:

Inicialmente, determinamos o nível 1 para todas as contas do Ativo, o nível 2 para todas as contas do Passivo, o nível 3 para todas as contas do Patrimônio Líquido e o nível 4 para todas as contas de Receitas, Deduções das Receitas, Custos e Despesas.



Algumas empresas padronizam o plano de contas no qual o Passivo e o Patrimônio Líquido são agrupados no nível 2. Neste caso, o nível 3 englobaria todas as contas de Receitas, Deduções das Receitas, Custos e Despesas.

Em seguida, adiciona-se um segundo número que representa o grupo de contas dentro de cada um dos níveis e assim por diante.

Por exemplo:

1 Ativo

1.1 Ativo Circulante

Deste modo, observando-se o código 1.1, tem-se o Ativo Circulante (o primeiro 1 é Ativo, o segundo 1 é o grupo Circulante dentro do Ativo etc.).

O terceiro dígito significa a conta do grupo. Observando-se o código 1.1.1, tem-se:

- 1 Ativo
- 1.1 Ativo Circulante
- 1.1.1 Caixa

Então, podemos agora apresentar um Plano de Contas:



Pode haver variações de modelo conforme a necessidade e o padrão adotado por cada empresa.

MODELO DE PLANO DE CONTAS

1. Ativo

1.1 Ativo Circulante

- 1.1.1. Caixa
- 1.1.2. Bancos c/movimento (ou simplesmente bancos)
- 1.1.3. Aplicações temporárias
- 1.1.4. Contas a receber/ clientes / títulos a receber
- 1.1.5. (-) Títulos descontados/ duplicatas descontadas (credora)
- 1.1.6. (-) Provisão para devedores duvidosos (credora)
- 1.1.7. Mercadorias
- 1.1.8. Materiais de Consumo
- 1.1.9. (-) Provisão para perdas em estoque (credora)
- 1.1.10. Adiantamentos a fornecedores
- 1.1.11. Impostos a recuperar

1.2. Ativo Não Circulante

1.2.1. Realizável a longo prazo

- 1.2.1.1. Empréstimos a controladas / coligadas
- 1.2.1.2. Empréstimos a diretores / empregados
- 1.2.1.3. Depósitos judiciais

1.3.1. Ativo Permanente

- 1.3.1.1. Investimento
 - 1.3.1.1.1. Participações em controladas / coligadas

- 1.3.1.1.2. Outras participações
- 1.3.1.1.3. Imóveis para renda / imóveis não de uso
- 1.3.2.1. Imobilizado
 - 1.3.2.1.1. Terrenos
 - 1.3.2.1.2. Imóveis
 - 1.3.2.1.3. Veículos
 - 1.3.2.1.4. Máquinas e equipamentos
 - 1.3.2.1.5. Instalações
 - 1.3.2.1.6. Móveis e utensílios
 - 1.3.2.1.7. (-) Depreciação acumulada (credora)
 - 1.3.2.1.8. Obras em andamento
 - 1.3.2.1.9. Marcas e patentes
 - 1.3.2.1.10. (-) Amortização acumulada (credora)

2. Passivo

2.1. Passivo circulante

- 2.1.1. Fornecedores
- 2.1.2. Contas a pagar
- 2.1.3. Impostos a pagar
- 2.1.4. Dividendos a pagar
- 2.1.5. Adiantamento de clientes
- 2.1.6. Encargos sociais a recolher
- 2.1.7. Salários a pagar
- 2.1.8. Participações a pagar
- 2.1.9. Provisões

2.2. Passivo Não Circulante

2.2.1. Exigível a longo prazo

- 2.2.1. Financiamento
- 2.2.2. Impostos a pagar

3. Patrimônio líquido

3.1. Capital social

3.2. (-) Capital a integralizar (devedora)

3.3. Lucros acumulados

3.4. (-) Prejuízos acumulados

4. Contas de resultados

4.1. Receita bruta

- 4.1.1. Venda
- 4.1.2. Serviços

4.2. Deduções de receita

- 4.2.1. Devoluções de vendas
- 4.2.2. Abatimentos
- 4.2.3. IPI
- 4.2.4. ICMS

- 4.2.5. ISS
- 4.2.6. PIS
- 4.2.7. COFINS
- 4.2.8. Fretes

4.3. Custo das vendas / CPV / CMV / CSP

- 4.3.1. Matéria-prima
- 4.3.2. Mão de obra direta
- 4.3.3. Energia
- 4.3.4. Combustível
- 4.3.5. Material
- 4.3.6. Depreciação

4.4. Despesas operacionais

4.4.1. Despesas gerais e administrativas

4.4.1.1. Despesas com pessoal

- 4.4.1.1.1. Salários e ordenados
- 4.4.1.1.2. Encargos sociais
- 4.4.1.1.3. Férias
- 4.4.1.1.4. 13º Salário

4.4.1.2. Despesas tributárias

4.4.1.2.1. Imposto predial

4.4.1.2.2. Outros impostos

4.4.1.3. Despesas gerais

- 4.4.1.3.1. Aluguéis
- 4.4.1.3.2. Seguros
- 4.4.1.3.3. Luz
- 4.4.1.3.4. Telefone
- 4.4.1.3.5. Outros

4.4.1.4. Serviços contratados

- 4.4.1.4.1. Processamento de dados
- 4.4.1.4.2. Auditoria
- 4.4.1.4.3. Consultoria
- 4.4.1.4.4. Outros

4.4.1.5. Depreciação e amortização

- 4.4.1.5.1. Depreciação
- 4.4.1.5.2. Amortização do Imobilizado

4.4.2. Despesas comerciais

- 4.4.2.1. Comissão de vendas
- 4.4.2.2. Promoção e publicidade
- 4.4.2.3. Despesa com pessoal (igual à abertura dos gerais e administrativos)
- 4.4.2.4. Despesas tributárias (igual à abertura dos gerais e administrativos)
- 4.4.2.5. Serviços contratados (igual à abertura dos gerais e administrativos)

4.4.3. Despesas financeiras

4.4.3.1. Juros pagos ou

4.4.3.2. Descontos financeiros concedidos

4.4.4. Receitas financeiras (credora)

4.4.4.1. Juros recebidos de clientes

4.4.4.2. Juros de aplicações financeiras

4.4.5. Outras despesas operacionais

4.4.5.1. Despesas que eventualmente não tenham sido enquadradas nos itens anteriores (ex.: Provisão p/ Devedores Duvidosos)

4.5. Resultado de equivalência patrimonial

4.6. Resultados não operacionais

4.6.1. Receitas não operacionais

4.6.2. Despesas não operacionais

4.7. Provisão para imposto de renda e contribuição social

4.7.1. Imposto de renda

4.7.2. Contribuição social

4.8. Participações e contribuições

4.8.1. Participações

4.8.2. Contribuições

Viu só?

Até parece complicado, esse mundo de contas, mas não é. As contas ordenadas em cada grupo ajudam a identificar os tipos de gastos da empresa.

Por exemplo: **4.4.1.1. Despesas com pessoal**

4.4.1.1.1. Salários e ordenados

4.4.1.1.2. Encargos sociais

4.4.1.1.3. Férias

4.4.1.1.4. 13º Salário

Esse grupo de contas, o 4.4.1.1, representa os tipos de gastos que envolvem Despesas com Pessoal que por sua vez irão compor o valor total de gastos com folha de pagamento.

Isso facilitará bastante o nível de qualidade da informação contábil, e o usuário poderá tomar as devidas decisões que caberão à empresa.

2.2 MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO

A partir de 2007 houve mudanças no formato da estrutura do Balanço Patrimonial. Estas alterações estão de acordo com a harmonização internacional da contabilidade. Portanto, a estrutura e divulgação das Demonstrações Contábeis no Brasil devem ser feitas conforme determina a legislação vigente.

As principais normas brasileiras que disciplinam a publicação de Demonstrações Contábeis são:

- Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas (LSA);
- Lei nº 10.406/02 – novo Código Civil (NCC).

A Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas – LSA), com a edição da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente transformada na Lei nº 11.941/09, sofreu profundas modificações nos artigos que dispõe quanto à forma de contabilização e evidenciação dos fatos contábeis das sociedades anônimas e das sociedades de grande porte, e na estrutura das demonstrações contábeis, fazendo-as convergir para os padrões internacionais de contabilidade. (SILVA, 2010, p. 38-39).

Veja a seguir um modelo de estrutura de um Balanço Patrimonial de acordo com o novo padrão contábil.

FIGURA 10 – MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL
(Anexo 2 da ITG 1000)

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31.12.x1 e 31.12.x0
Expresso em R\$

	31.12.X1	31.12.X0		31.12.X1	31.12.X0
ATIVO			PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Contas a Receber			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL			TOTAL		

FONTE: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/onLine/atendimento/FAQ/perguntasRespostas.php?setor=33>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Antes de 2007, a estrutura do Balanço Patrimonial apresentava um grupo de contas que não contemplava os Ativos Intangíveis, e a partir desta data, as empresas podem mensurar a avaliação desses ativos.

Os Ativos Intangíveis são os valores que a empresa pode apurar como sendo o potencial de geração de caixa futuro da empresa.

Veja o que a Resolução CFC nº 1.303/10, que aprova a NBC TG 04 – Ativo Intangível, no item 41, determina que é possível fazer o desconto de fluxos de caixa futuros líquidos do ativo.

Nas contas de resultado, a estrutura da DRE se apresenta da seguinte forma:

MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de Produtos

Vendas de Mercadorias

Prestação de Serviços

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Devoluções de Vendas

Abatimentos

Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CUSTOS DAS VENDAS

Custo dos Produtos Vendidos

Custo das Mercadorias

Custo dos Serviços Prestados

= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Com Vendas

Despesas Administrativas

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas Financeiras

(-) Receitas Financeiras

Variações Monetárias e Cambiais Passivas

(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Resultado da Equivalência Patrimonial

Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO

(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

(-) Debêntures, Empregados, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados.

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

FONTE: Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Em relação aos aspectos da DRE, não houve mudanças significativas na sua estrutura, mantendo-se de certa forma semelhante ao modelo antes das alterações legais ocorridas em 2007.

2.2.1 Método para registro contábil

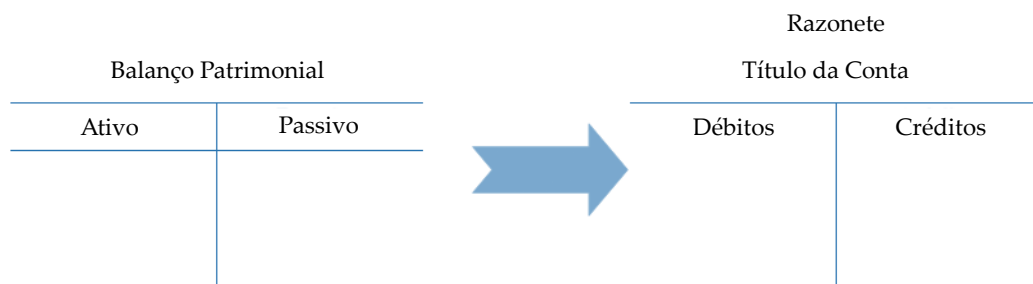
Após verificar a estrutura de um Balanço Patrimonial e a estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício, vamos estudar um pouco sobre lançamentos nas contas contábeis.

A **Conta** é definida como a demonstração gráfica responsável pelo registro de operações, debitando ou creditando individualmente, todavia interligando-se com todo o conjunto patrimonial. Em outras palavras, é a expressão dos atos e fatos administrativos que devem ser de modo fidedigno registrados nos livros contábeis.

Ao tratarmos dos Lançamentos (registros) Contábeis, vamos fazê-los utilizando um instrumento chamado Razonete “T”.

Em contabilidade, a expressão razonete é conhecida como sendo uma representação gráfica em forma de “T”. É um instrumento bastante utilizado pelos contadores por ser didático para desenvolver o raciocínio contábil. Com o uso do razonete para fazer os registros contábeis individuais por conta, o método por balanços sucessivos pode ser dispensado.

Igualmente ao Balanço, o razonete possui dois lados, tendo na parte superior o título da conta que será movimentada, conforme podemos observar no exemplo a seguir:



O razonete é considerado como uma versão simplificada do livro Razão, que é um livro imprescindível para o desempenho da contabilidade, já que ele permite controlar separadamente o movimento de todas as contas a cada momento. No Razão deve constar a data, a descrição do lançamento (conta e contrapartida, acompanhada de histórico e documentos de referência) e o saldo de entrada para cada conta contábil. Ele geralmente é dividido em outras categorias sendo o razão de contas-correntes, o mais comum. Atualmente o razão contábil é emitido por processamento de dados que, após encadernado, forma um livro.

Vejamos a seguir um modelo do Razão Contábil da conta *Caixa*:

RAZÃO CONTÁBIL – Empresa ABC Ltda.					
Conta: Caixa				Código: 1.1.1.01.001	
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	D/C
02/01/X1	Saldo do ano anterior			2.560,00	D
10/01/X1	Recebido NF 340	5.760,00		8.320,00	D
15/01/X1	Pago NF 123456 a Comercial Oeste		3.238,00	5.083,00	D
25/01/X1	Pago Salários do pessoal		4.500,00	582,00	D

2.2.2 Registros em razãoetes

Um razãoete é aberto para cada conta do Balanço Patrimonial com a finalidade de realizar a movimentação dessa conta. Os aumentos são registrados de um lado e as diminuições, de outro. O lado para lançar os aumentos ou diminuições depende da natureza da conta, ou seja, se é uma conta do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nas contas do ativo o aumento é lançado no lado esquerdo e as diminuições no lado direito. Nas contas do Passivo e Patrimônio Líquido os aumentos são lançados no lado direito e as diminuições, no lado esquerdo.

No razãoete, o lado esquerdo corresponde aos débitos, e o lado direito aos créditos, conforme podemos visualizar no quadro a seguir.

QUADRO 4 – DEMONSTRAÇÃO DOS LANÇAMENTOS NO RAZONETE

CONTAS	LANÇAMENTO	
	DÉBITO	CRÉDITO
ATIVO	Aumentar	Diminuir
PASSIVO	Diminuir	Aumentar
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Diminuir	Aumentar

FONTE: Os autores



As contas do Ativo têm saldo *devedor*, as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido têm saldo *credor*.

2.2.3 Apuração do saldo das contas contábeis

O saldo de uma conta é a diferença entre os débitos e créditos. Vejamos um exemplo de um razãoete da conta Banco Conta Movimento com a seguinte movimentação:

Banco Conta Movimento

300.000,00 (1)	15.000,00 (2)
	55.000,00 (3)
300.000,00 (=)	70.000,00 (=)
230.000,00 (5)	

Logo, conclui-se que o saldo da conta é R\$ 230.000,00 a débito, resultado da diferença entre R\$ 300.000,00 de aumentos e R\$ 70.000,00 de diminuições.

2.3 APURAÇÃO DO BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

O balancete de verificação é o resumo ordenado de todas as contas utilizadas pela contabilidade e tem por objetivo a averiguação da exatidão destas contas. O balancete deve ser emitido periodicamente (diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente...), para verificar se os lançamentos contábeis realizados no período estão corretos, mas deve-se levar em consideração que poderá não detectar todos os erros que possam existir nos lançamentos contábeis. Por isso, um dos modelos de balancetes mais completos é o Balancete de Verificação que contém seis colunas, com evidenciação dos saldos iniciais, a movimentação a débito e a crédito e os saldos finais devedores e credores.

O Modelo do Balancete de 6 colunas segue padrão conforme o modelo de razão contábil da empresa ABC Ltda. (item 2.2.1).

2.3.1 O Balancete como instrumento de decisão

O balancete é um instrumento importante utilizado para a tomada de decisões dos gestores das empresas, sendo recomendável que se faça a sua apuração em períodos mais curtos, podendo ser mensal. O balancete é um resumo de todas as operações geradas pela empresa, evidenciando todos os saldos existentes nas diversas contas contábeis ao final de cada período.

Estes dados são fundamentais para a tomada de decisão, pois possibilita algumas análises para saber quanto de ativos a empresa tem disponível para liquidar seus passivos dentre outras informações importantes.

2.3.2 Apuração do resultado do exercício

As contas de resultados são aquelas utilizadas para a apuração do resultado do exercício social. São as contas de Receitas e Despesas confrontadas periodicamente para apurar o Lucro ou o Prejuízo do empreendimento.

As regras definidas para o confronto Receita x Despesa são originadas do Regime de Competência. Este regime (forma de contabilização) de contabilidade dispõe que, considerando determinado período ou exercício, será considerada como Receita aquela ganha ou gerada neste período (não importando se foi ou será recebida em outro período) e como Despesa aquela consumida, utilizada, incorrida também naquele período (não importando se foi ou será paga em outro período).

Temos também, o Regime de Caixa, que considera como Receita apenas o que foi efetivamente recebido no período em análise e, como Despesa aquilo que foi também pago naquele período.

É bom ressaltar que a legislação fiscal brasileira não admite, para fins tributários, a escrituração pelo regime de caixa. A Teoria Contábil também apresenta o Regime de Competência como base para a contabilização dos eventos das empresas.

Podemos concluir então, que a Contabilidade possui contas de duas naturezas:

- a) Contas Patrimoniais → aquelas componentes do Balanço Patrimonial, isto é, contas de Ativo e de Passivo, contas essas que não se encerram de um exercício social para outro, mas o saldo que porventura possa existir nelas, será transferido para o próximo exercício.
- b) Contas de Resultado → aquelas componentes da Demonstração do Resultado do Exercício, isto é, Receitas e Despesas, as quais, ao final do exercício social são encerradas (zeradas), para apurar o resultado (lucro ou prejuízo) do período.

Vejam os quais são os procedimentos para a contabilização das contas de resultado.

2.3.2.1 Regras para contabilização das contas de resultado

Nas contas de resultado, as contas de Receitas correspondem às entradas dos recursos financeiros ou direitos para a empresa e devem ser **creditadas** nas respectivas contas. Isto significa que o lucro aumenta, por isso, quanto maior for a receita, maior será o lucro, aumentando também o Patrimônio Líquido. As contas de Despesas devem ser **debitadas** nas respectivas contas. Com estas contas, o

prejuízo aumenta e consequentemente o lucro diminui, diminuindo também o Patrimônio Líquido.

Nas contas de resultado, praticamente podemos entender que os registros **débitos** descontam os valores das Receitas que são os **créditos** registrados nas contas.

A preocupação na elaboração de um Relatório Contábil é a riqueza de detalhes, sem complicações, no sentido de propiciar um maior número de informações para a tomada de decisões. As parcelas dedutivas (subtrativas), que *grosso modo* chamamos de despesas, são agrupadas de acordo com suas características.

Veja como se formam os saldos para a elaboração do Balaço Patrimonial no modelo de Balancete apresentado no seguinte quadro.

QUADRO 5 – TRANSFORMAÇÃO DO BALANCETE (HIPOTÉTICO) NOS DOIS DEMONSTRATIVOS BÁSICOS

BALANCETE		BALANÇO PATRIMONIAL									
S. devedores	S. credores	Ativo	Passivo								
Bens = 150	Obrigações = 80	Bens = 150	Obrigações = 80								
Direitos = 90	Patrimônio líquido = 120	Direitos = 90	Patrimônio líquido = 120								
Despesas = 100	Receitas = 140		+ 40								
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DEM. DO RESULTADO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas</td> <td>140</td> </tr> <tr> <td>(-) Despesas</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>= Lucro líquido</td> <td>40</td> </tr> </tbody> </table>		DEM. DO RESULTADO		Receitas	140	(-) Despesas	100	= Lucro líquido	40
DEM. DO RESULTADO											
Receitas	140										
(-) Despesas	100										
= Lucro líquido	40										

FONTE: Reis (2006, p. 10)

Verifique que a composição dos saldos do balancete nas contas do ATIVO, PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO estão devidamente representados no Balanço Patrimonial, e os valores do Balancete das contas de resultado estão representados pelo saldo na conta do grupo do Patrimônio Líquido sob a nomenclatura de Lucro Líquido, que irá compor o valor do Patrimônio Líquido.

É importante aprofundarmos nossos estudos.

Vamos usar como exemplo uma indústria que está elaborando o resultado para os usuários das informações Contábeis:

QUADRO 6 – DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DO RESULTADO - DRE

	Total Geral das Vendas
Receita Bruta → (-) Deduções das Vendas →	Neste grupo são contabilizados os valores que não apresentam sacrifícios financeiros (saídas de dinheiro) da empresa para a obtenção das receitas, porém são meros ajustes para apurar o valor que indica o que é Receita Líquida, como, por exemplo, Impostos cobrados do consumidor no momento da venda.
(-) Custos do Período →	Neste grupo de contas estão reconhecidos os gastos com a baixa de Estoques (CPV ou CMV) que são os gastos da fábrica (gastos de produção), incluindo matéria prima, mão de obra, depreciação de bens da fábrica, aluguel da fábrica, energia elétrica da fábrica etc.
Lucro Bruto (-) Despesas →	No grupo de contas das Despesas estão registrados os gastos relacionados com o escritório . Esses são os gastos para administrar (despesas administrativas) a empresa como um todo: desde o esforço para colocar os produtos ao cliente (despesas de vendas: propaganda, comissão), até a remuneração ao capital de terceiros (despesa financeira; juros).
Lucro operacional (-) Perdas →	Podem haver casos em que a empresa incorra em possíveis perdas. Esses geralmente são gastos imprevisíveis, anormais, extraordinários, que não contribuem para a obtenção de receita (vendas).
Lucro Antes da Distribuição (-) Partic. Terceiros →	Neste grupo de contas estão as participações do governo na ocasião do reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (para as empresas enquadradas no Lucro Real). Há também as participações dos empregados e administradores na participação dos lucros.
Lucro Líquido (-) Partic. dos Donos →	Neste grupo de contas, encontram-se os Sócios/Acionistas – distribuição do lucro (Dividendos – esta última distribuição é indicada na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados).
Lucro Líquido retido na empresa	

FONTE: Os autores

A seguir, vamos estudar grupo por grupo, a Demonstração do Resultado do Exercício, conforme o quadro anterior.

a) Receita líquida

A Receita Bruta é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram

subtraídas as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período. Neste grupo também são registrados os impostos e taxas sobre vendas gerados no momento da venda, os quais variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. Os mais comuns são:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (governo Federal).
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (governo estadual).
- ISS – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (governo municipal).
- PIS – Programa de Integração Social – taxa sobre o faturamento (governo federal).

Admite-se que a empresa ABC Ltda., indústria, tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de \$ 10.000.000 mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto (aparece no rodapé da Nota Fiscal):

Nota Fiscal Empresa ABC Ltda.	
Região de atuação	S/P São Paulo
Preço do Produto	10.000.000
+ IPI	3.000.000
Preço Total	13.000.000
ICMS incluso no preço 18% X \$ 10.000.000	1.800.000

DRE – Empresa ABC Ltda.		
Receita Bruta		\$ 13.000.000
(-) Deduções	IPI	\$ (3.000.000)
	ICMS	\$ <u>(1.800.000)</u>
Receita Líquida		\$ 8.200.000

Perceba que os impostos sobre vendas não pertencem à empresa, mas sim ao governo.

A empresa neste caso é intermediária que arrecada os impostos junto ao consumidor e os recolhe ao governo; por isso, não devem ser considerados como receita real da empresa (uma vez que, normalmente, quem paga esses impostos

é o consumidor final e não a empresa). A empresa é mera repassadora desses recursos para o governo.

Há as **Devoluções** (vendas canceladas) que são mercadorias devolvidas por estarem em desacordo com o pedido (preço, qualidade, quantidade, avaria). O comprador, sentindo-se prejudicado, tem o direito de devolver no total ou parcialmente a mercadoria. Às vezes, a empresa vendedora, na tentativa de evitar devolução, propõe um abatimento no preço (desconto) para compensar o prejuízo ao comprador. Tanto a devolução como o abatimento aparecem deduzindo a Receita Bruta na DRE.

Suponha que a empresa ABC Ltda. tenha vendido \$ 5.000.000 de mercadorias de má qualidade, metade para o comprador A e metade para B. A empresa A devolveu 20% do lote e a empresa B aceitou a proposta da Empresa ABC Ltda. de 10% de abatimento para evitar devolução.

DRE Empresa ABC Ltda.		
	Receita Bruta	\$ 5.000.000
	(-) Deduções	
A – 20% x \$ 2.500.000 →	Devolução	(500.000)
B – 10% x \$ 2.500.000 →	Abatimentos	<u>(250.000)</u>
	Receita Líquida	4.250.000

Neste caso, as deduções são ajustes (e não despesas) realizados sobre a Receita Bruta para se apurar a Receita Líquida. O que interessa para a empresa é efetivamente a Receita Líquida, que é o que sobra em termos de receita. Ajuste significa que não houve sacrifício financeiro ou esforço para obter a receita.

b) Lucro bruto

O Lucro Bruto é a diferença entre a Venda de mercadorias e o Custo dessa Mercadoria Vendida, sem considerar despesas gerais e administrativas, de vendas e financeiras.

Para uma empresa prestadora de serviços o raciocínio é o mesmo: Lucro Bruto é a diferença entre a Receita e o Custo do Serviço Prestado sem considerar aquelas despesas referidas acima.

Resumindo, subtrai-se da Receita o custo da mercadoria ou do produto ou do serviço colocado à disposição do consumidor, desprezando-se as despesas administrativas, financeiras e de vendas.

O Lucro Bruto, após cobrir o custo de fabricação do produto (ou o custo da mercadoria adquirida para revenda, ou o custo do serviço prestado), é destinado à remuneração das despesas de vendas, administrativas e financeiras, bem como à remuneração do governo (Imposto de Renda) e dos proprietários da empresa (Lucro Líquido).

Quanto maior for a fatia denominada Lucro Bruto, maior poderá ser a remuneração dos administradores, dos diretores, do pessoal de venda, do governo, dos proprietários da empresa etc.

c) Custo das vendas

A expressão aqui adotada como Custo das Vendas é bastante genérica, devendo, por esta razão, ser especificada por setor na economia:

- ⇒ para empresas industriais, o custo das vendas é denominado Custo do Produto Vendido (CPV);
- ⇒ para empresas comerciais, o custo das vendas é denominado Custo das Mercadorias Vendidas (CMV);
- ⇒ para empresas prestadoras de serviços, o custo das vendas é denominado Custo dos Serviços Prestados (CSP).

É importante ressaltar que só aparece aqui o custo referente aos bens ou serviços vendidos. Dessa forma, existe o chamado confronto, ou seja, a associação entre o bem vendido e o quanto custou aquele bem. Assim, se a empresa nada vende, não haverá este item de custo na DRE. Todos os custos, caso não há venda, seriam acumulados na conta estoque. Por ocasião da venda, baixar-se-ia o estoque como custo do bem vendido.

d) Lucro operacional

O Lucro Operacional é obtido através da diferença entre o Lucro Bruto e as despesas operacionais.

De acordo com a Receita Federal

Será considerado como lucro operacional o resultado das atividades, principais ou acessórias, que constituam objeto da pessoa jurídica. A escrituração do contribuinte cujas atividades compreendam a venda de bens ou serviços deve discriminar o lucro bruto, as despesas operacionais e os demais resultados operacionais. (Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2013/Capitulo_VIII_LucroOperacional_2013.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2013).

e) Despesas operacionais

As Despesas Operacionais são provenientes dos esforços que a empresa faz no período (ano/exercício) para obter receita. São despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa, financiar as operações, enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.

Os principais grupos de Despesas Operacionais são:

- Despesas de Vendas: abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São consideradas despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, *marketing*, estimativas de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo, provisão para devedores duvidosos), dentre outros.
- Despesas Administrativas: são aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa. Exemplos: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritório, materiais de escritório, seguro de escritório, depreciação de móveis e utensílios, assinaturas de jornais etc.
- Despesas Financeiras: são as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correção monetária prefixada, descontos concedidos, juros de mora pagos etc.

De acordo com a Receita Federal do Brasil, os juros pagos ou incorridos são considerados despesas financeiras, e serão dedutíveis como custo ou despesa operacional, observadas as seguintes normas (RIR/1999, art. 374):

- a. os juros pagos antecipadamente, os descontos de títulos de créditos e o deságio concedido na colocação de debêntures ou títulos de crédito, deverão ser apropriados proporcionalmente ao tempo decorrido (*pro rata tempore*), nos períodos de apuração a que competirem;
- b. os juros de empréstimos contraídos para financiar a aquisição ou construção de bens do ativo permanente, incorridos durante as fases de construção e pré-operacional, podem ser registrados no ativo diferido, para serem amortizados.

A partir de 01/01/1999, as variações monetárias dos direitos de créditos e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, serão consideradas, para efeitos da legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (e também da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins), como despesas financeiras, quando passivas (Lei nº 9.718, de 1998, art. 9º e 17º, inciso II).

NOTAS:

1. Devem ser observadas as regras referentes a Preços de Transferência, quando se tratar de operações de contratação de empréstimos realizados com pessoas físicas ou jurídicas consideradas vinculadas ou, ainda que não vinculadas, residentes ou domiciliadas em país ou territórios considerados como de tributação favorecida, ou cuja legislação interna oponha sigilo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, decorrentes de contratos de empréstimos não registrados no Banco Central do Brasil;
2. Devem ser observadas as regras referentes à tributação em bases universais referentes aos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, inclusive quanto à dedutibilidade dos juros pagos ou creditados a empresas controladas ou coligadas, domiciliadas no exterior, relativos a empréstimos contraídos, quando, no balanço da coligada ou controlada, constar a existência de lucros não disponibilizados para a controladora ou coligada no Brasil.

FONTE: Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/per-gresp2005/pr444a453.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

As despesas financeiras devem ser compensadas com as Receitas Financeiras, isto é, estas receitas serão deduzidas daquelas despesas.

As receitas financeiras são oriundas das aplicações financeiras, juros de mora recebidos, descontos obtidos etc. Se o montante da Receita Financeira for maior que a Despesa Financeira, a Receita Financeira será deduzida das Despesas Operacionais e assim perfaz um saldo positivo de ganhos financeiros. Veja o exemplo em que a despesa Financeira é maior que a Receita Financeira e Vice-versa:

QUADRO 7 – IMPACTO DO RESULTADO FINANCEIRO NA DRE

Despesa Financeira > Receita Financeira		Despesa Financeira < Receita Financeira	
Desp. Financeira	R\$ 280.000,00	Desp. Financeira	R\$ 280.000,00
Rec. Financeira	-R\$ 80.000,00	Rec. Financeira	-R\$ 390.000,00
Desp. - Rec. Financeira	R\$ 200.000,00	Desp. - Rec. Financeira	R\$ 110.000,00
Despesas Operacionais		Despesas Operacionais	
De Vendas	R\$ 100.000,00	De Vendas	R\$ 100.000,00
Administrativas	R\$ 80.000,00	Administrativas	R\$ 80.000,00
Financeiras	R\$ 200.000,00	Financeiras	-R\$ 110.000,00
Variação Monetária	R\$ 10.000,00	Variação Monetária	R\$ 10.000,00
Total	R\$ 390.000,00	Total	R\$ 80.000,00

FONTE: Os autores

f) Variações monetárias

Como o próprio título já indica, variações monetárias significam variações de moeda em virtude da variação da inflação.

As empresas que tiverem crédito a receber e/ou obrigações a pagar em moeda estrangeira deverão, por ocasião do levantamento de balanços, proceder à atualização da expressão monetária, em reais, desses valores com base na taxa cambial vigente na data do levantamento do balanço.

Para esse fim, utilizamos as taxas cambiais verificadas no fechamento do mercado de câmbio, no último dia útil de cada mês, que são fornecidas pelo Banco Central do Brasil. O registro contábil da atualização monetária deve ser feito a débito ou a crédito da conta atualizada, tendo como contrapartida contas de resultado, de variações monetárias ativas (receita) ou de variações monetárias passivas (despesa).

Quando a moeda nacional se desvalorizar em relação à moeda estrangeira na qual foi realizado o negócio, as atualizações com base nas taxas cambiais geram variação monetária passiva (despesa) nas obrigações e variação monetária ativa (receita) nos direitos de crédito.

Nos casos em que, no período a que se referir a atualização monetária, a moeda nacional se valorizar diante da moeda estrangeira, o comportamento da variação monetária será inverso, ou seja, os direitos geram variação monetária passiva e as obrigações geram variação monetária ativa.

Se uma empresa possuir inicialmente uma dívida de 100.000 (cem mil) dólares, no final do ano, em termos reais, continua devendo cem mil dólares.

Desta forma agora, em reais: se o dólar fosse cotado a R\$ 2,30 no início, a dívida seria de R\$ 230.000, e se no fim do ano o dólar estivesse cotado a R\$ 2,40, a dívida totalizaria o valor de R\$ 240.000.

Observa-se que o acréscimo nominal de dívida foi de R\$ 10.000, embora, em termos reais, a dívida continue os mesmos US\$ 100.000.

Este acréscimo nominal, em virtude da inflação da moeda nacional, é contabilizado no subgrupo Variação Monetária, com o título da Variação Cambial, de forma destacada, no item Despesa Financeira.

Esta variação monetária é conhecida como “passiva”, pois decorre de uma dívida (passivo). Se fosse o contrário, uma cifra a receber em dólar (ou qualquer moeda estrangeira), teríamos a Variação Monetária Ativa. Nesse último caso, seria tratado como receita, aumentando o resultado.

Observe as Variações Monetárias na DRE demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 8 – EXEMPLO DE VARIAÇÃO MONETÁRIA EM RESULTADO OPERACIONAL

Despesas Operacionais		
De Vendas	Despesas	R\$ 100.000,00
Administrativas	Despesas	R\$ 80.000,00
Financeiras	Receitas	-R\$ 20.000,00
Variação Monetária	Despesas	R\$ 10.000,00
	Total	R\$ 170.000,00

FONTE: Os autores

A variação monetária gerou uma despesa, pois isso decorre da perda do poder aquisitivo da moeda brasileira.

Portanto, a contabilidade é o conhecimento que atende à necessidade prática do gestor de um patrimônio. E o instrumento que lhe permite este benefício é a escrituração contábil fornecendo-lhe, entre outras informações, o conhecimento, o controle, medição de resultados, obtenção de informações sobre produtos mais rentáveis, parâmetros para fixar preços e análise da evolução de seu patrimônio.

Dentre os diversos reflexos negativos que a falta de escrituração contábil pode trazer por falta de elementos para montar uma demonstração financeira, encontra-se a impossibilidade de obter crédito nas instituições financeiras ou a dificuldade para comprovar um simples preenchimento de informações cadastrais.

LEITURA COMPLEMENTAR

Por Carla Jimenez

O PETRÓLEO É NOSSO, E DELES TAMBÉM!

O PAÍS GANHA UMA JANELA DE OPORTUNIDADE COM O CAMPO DE LIBRA, QUE PODE GARANTIR ATÉ R\$ 1 TRILHÃO EM DIVISAS NOS PRÓXIMOS 35 ANOS. O PRÉ-SAL FINALMENTE DECOLOU.

Na manhã da segunda-feira 21, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), tuiteiro contumaz, anunciou, em 127 caracteres, que o leilão a ser realizado naquela tarde, no Rio de Janeiro, poderia surpreender. “Leilão de Libra: a probabilidade de um consórcio estatal vencer é grande. Qualquer surpresa pode passar pela Shell. A conferir!” Às 15 horas, no hotel Barra Windsor, na Barra da Tijuca, a previsão de Amaral mostrou-se acertada. Ao contrário do que se pensava até a véspera, o grupo vencedor não se restringiu a uma aliança entre as estatais chinesas e a Petrobras nem foi marcada pela ausência das maiores petroleiras privadas do mundo.



Ontem e hoje: em 1948, o País clamava pelo monopólio do petróleo. Na semana passada, a Petrobras repartiu os 12 bilhões de barris do Campo de Libra com a iniciativa privada.

O envelope entregue no último minuto do tempo regulamentar trazia uma proposta com a assinatura da anglo-holandesa Shell, a segunda da lista no Global Energy Company Ranking, bem como do conglomerado francês Total (7ª na lista) e das chinesas Petrochina e CNOOC (9ª e 13ª, respectivamente), todas elas parceiras no condomínio articulado pela Petrobras. “Empresa forte atrai empresa forte”, comemorou Graça Foster, presidenta da companhia brasileira, a 18ª entre as maiores do setor. Não houve concorrência no leilão – como o governo já esperava – e o grupo vencedor pôde oferecer o lance mínimo de partilha do óleo excedente extraído da área para a União: 41,65%.

Esse seria o critério de desempate em caso de disputa pelo campo da Bacia de Santos, o que frustrou os mais afoitos. Para explorar o pré-sal no novo modelo

de parceria (partilha, em vez de concessão), o consórcio irá pagar R\$ 15 bilhões à União, dinheiro que vem em boa hora para reforçar as contas públicas. O sucesso do leilão viabilizará investimentos vultosos na cadeia produtiva do petróleo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, que preside o Conselho da Petrobras, calcula que serão necessários US\$ 181 bilhões ao longo dos 35 anos de vigência do contrato de Libra. Diante do fracasso de alguns leilões de infraestrutura neste ano – como o da rodovia 262 –, a conclusão do certame na semana passada trouxe otimismo ao governo.

“Nós gostaríamos de um valor maior, é claro”, disse a diretora da Agência Nacional de Petróleo, Magda Chambriard. “Mas, desde que envolvesse as mesmas empresas.” Magda diz ter certeza absoluta de que Libra terá o desenvolvimento mais correto possível com as cinco petroleiras. O consórcio vencedor uniu o que para muitos seria uma mistura entre água e óleo: a estatal brasileira, que deve empregar sua *expertise* em exploração na camada pré-sal, com quatro empresas que estão entre os maiores produtores globais. Somadas, a Petrochina e CNOOC ficaram com 20% de participação na sociedade, mesmo percentual da Total e da Shell, enquanto a Petrobras tornou-se majoritária, com 40%.

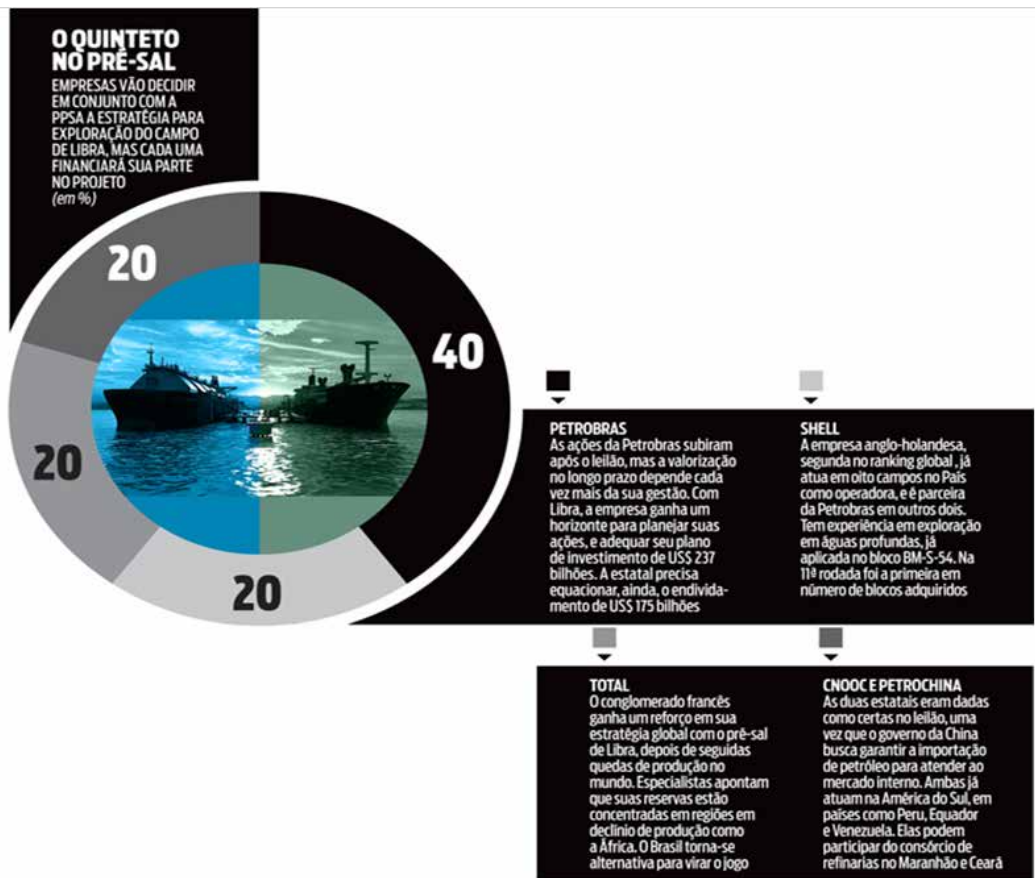


Martelo batido: o ministro Lobão (2º da eq. para a dir.), entre os representantes das empresas e da Petrosal, comemora o resultado do leilão.

Juntas, vão explorar o potencial estimado entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris da reserva do Campo de Libra. Em cadeia nacional, a presidenta Dilma Rousseff capitalizou a vitória e as receitas que receberá em forma de *royalties*, petróleo excedente e bônus de R\$ 15 bilhões, além de impostos. “Em 35 anos, será arrecadado mais de R\$ 1 trilhão, que será gasto em educação e saúde”, disse a presidenta. Para as sócias privadas, o leilão criou um horizonte promissor de bons negócios, uma vez que será possível extrair o ouro negro a preços competitivos. “Queremos aproveitar a experiência global da Shell em águas profundas para dar suporte a essa extraordinária oportunidade”, disse Peter Voser, presidente mundial da Shell.

O interesse da companhia anglo-holandesa já era de conhecimento do Planalto havia algum tempo. Em maio deste ano, o executivo suíço tentava um encontro com a presidenta Dilma Rousseff, mas não conseguia se acertar com a agenda oficial. A Shell, então, pediu a intervenção do senador Delcídio Amaral para articular uma reunião. “A partir dali, começaram encontros sistemáticos, que confirmaram o papel estratégico do Brasil para a Shell”, diz o senador. Segundo ele, Voser saíra bastante impressionado do primeiro encontro com a presidenta, convencido da seriedade dos interlocutores brasileiros.

VELHAS CONHECIDAS Com um faturamento de US\$ 467 bilhões em 2012, três vezes e meia a receita da Petrobras, a Shell fincou raízes no Brasil há um século e vinha fortalecendo o papel da corporação no setor de energia. Um dos lances mais ousados foi feito em 2010, quando se uniu à Cosan na *joint venture* Raízen, para a produção de etanol. O grupo já trabalha também em dobradinha com a Petrobras em alguns blocos na Bacia do Espírito Santo. No início de outubro, a companhia adquiriu a participação da estatal brasileira num bloco uruguaio por US\$ 17 milhões. A francesa Total, por sua vez, que faturou US\$ 232 bilhões em 2012, com presença em 130 países, também tem operações conjuntas com a Petrobras na Bacia de Campos e na Foz do Amazonas.



Velhas conhecidas, Total e Shell participam de *joint ventures* na Nigéria. Da mesma forma, a petroleira anglo-holandesa mantém parcerias com os chineses

em vários projetos globais. **“Trabalhamos com a CNPC (Petrochina) e com a CNOOC há bastante tempo”, diz André Araújo, presidente da Shell do Brasil. “Somos parceiros deles dentro e fora da China.” Segundo Araújo a associação em Libra vinha sendo costurada há alguns meses e foi facilitada, sem dúvida, pelo conhecimento anterior entre os protagonistas.** Com a entrada no consórcio, as asiáticas asseguraram uma reserva futura fundamental, uma vez que a China é importadora de petróleo, cuja demanda cresce à medida que a renda da população aumenta e se transforma em consumo.

O mercado dava como certo que as duas petroleiras seriam autoras de lances agressivos, o que terminou não se confirmando – a hispano-chinesa Repsol Sinopec, também inscrita no certame, acabou, inclusive, desistindo de fazer um lance pouco antes da abertura do envelope vencedor. “As chinesas estão considerando mais projetos de produção de curto prazo”, afirma Carlos Assis, sócio do Centro de Energia Sustentável da consultoria EY, a antiga Ernst Young. “Essas grandes reservas no longo prazo garantem o futuro e completam o portfólio delas.” Por ora, o maior interesse da China seria a parceria com a Petrobras em refinarias – a Sinopec já tem um acordo de intenções de investir nas unidades de refino Premium I e Premium II, no Maranhão e no Ceará, respectivamente.

Assis acredita que, se as asiáticas tivessem entrado sozinhas, as chances de sucesso não seriam as mesmas que as criadas pelo consórcio vencedor. “A formação é muito positiva e haverá um alinhamento natural entre os sócios em busca de custos mais competitivos e do melhor retorno para seus acionistas”, afirma. Jean Paul Prates, diretor do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia, concorda com ele. Para Prates, a entrada das quatro empresas no grupo representa um equilíbrio fundamental, diante dos desafios implícitos na exploração do pré-sal.

HORIZONTE AUSPICIOSO
SE BEM IMPLEMENTADO, PLANO DE EXPLORAÇÃO DO CAMPO DE LIBRA GARANTE AUMENTO DE PRODUÇÃO E DOS LUCROS DO CONSÓRCIO VENCEDOR DO LEILÃO PROJETO

LIBRA PODE AUMENTAR EM 65% A PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO

HÁ ENTRE 8 BILHÕES E 12 BILHÕES DE BARRIS NA RESERVA DO CAMPO DE LIBRA

PETROBRAS PODE PASSAR DE 13ª PARA 7ª MAIOR PETRÓLEIRA DO MUNDO

A RECEITA LÍQUIDA ANUAL DA PETROBRAS PODE PULAR DOS US\$ 280 BILHÕES PARA US\$ 340 BILHÕES EM 2016

SHELL, TOTAL, CNOOC, PETROCHINA FIRMAM UM COMPROMISSO DE 35 ANOS DE CONCESSÃO

O FUNDO SOCIAL COMPOSTO PELA METADE DO EXCEDENTE EM ÓLEO QUE SERÁ PAGO À UNIÃO DEVE GARANTIR R\$ 368 BILHÕES AO LONGO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

“Isso vai dar agilidade ao consórcio, porque a Petrobras não terá maioria”, avalia. Já a Shell e a Total consolidam suas estratégias globais em óleo e gás, dada a importância da nova bacia. “São empresas que precisam buscar a aquisição de novas reservas, pois estavam perdendo espaço no mercado mundial.” Na segunda-feira 21, conhecido o resultado do leilão, o presidente da Total no Brasil, Denis de Besset, confirmou a importância do ingresso no clube de Libra, que eleva as operações do grupo em território nacional a outro patamar. “O Brasil é um país estratégico para nós”, disse Besset.

“Somos um dos líderes do mundo em exploração em águas profundas e em projetos de grande magnitude, duas características presentes aqui.” A Total já tem engatilhado um plano de investimentos de cerca de US\$ 300 milhões no Brasil em 2014, sem incluir as somas demandadas por Libra. “Não vamos parar de crescer.” Por sua participação no certame, o conglomerado francês pagará R\$ 3 bilhões ao governo brasileiro, relativos aos 20% do bônus pela entrada no Campo de Libra. Os grandes investimentos, entretanto, só começarão a chegar no fim da década, quando a extração terá início efetivo.

Uma fonte próxima aos chineses estima que eles estariam dispostos a desembolsar até US\$ 50 bilhões tanto para o pré-sal quanto para as refinarias no Nordeste. Seja como for, nos próximos quatro anos a prioridade é explorar o bloco. “Nesse período, nossas equipes, em conjunto com as empresas consorciadas,

realizarão as atividades do programa exploratório mínimo com levantamentos sísmicos 3D em toda a área do bloco a perfuração de dois poços exploratórios e realização de um teste de longa duração”, disse a presidenta Graça Foster, em carta aos funcionários.



Os minoritários: com 20% de participação, a China pode ser o fiel da balança. Na foto, Magda Chambriard, da ANP, e Edison Lobão, ministro de Minas e Energia, entre dois representantes chineses.

Só então as estimativas sobre o volume de óleo, custos e cronograma de produção serão conhecidos. A parceria com a iniciativa privada em Libra é vista como uma janela de oportunidades para a Petrobras, que tenta recuperar o brilho no mercado. Ganhar um horizonte de longo prazo com o apoio de grandes nomes do setor fez as ações da estatal subirem logo após o leilão. No entanto, se, por um lado, a estatal ganha um reforço fundamental para acertar o rumo dos seus negócios, por outro, aumenta a pressão sobre a eficiência de sua gestão.

DÚVIDAS NO CAMINHO há, ainda, dúvidas sobre o sucesso de modelo de partilha de óleo excedente, que para muitos é uma incógnita e seria responsável por afastar outras grandes petroleiras da disputa. “É uma divisão que pode requerer ajustes com o tempo”, diz Cesar Guzzetti, da Gaffney Cline, responsável pela prospecção de Libra, que apontou o nível de reservas potenciais na região. **Outras incertezas no caminho são a variação do preço internacional do petróleo nas próximas décadas, além do custo e da produtividade que serão alcançados. No dia seguinte ao leilão, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, procurou desfazer as desconfianças que pairam no ar.**

“Posso tranquilizar o Brasil quanto à Petrobras”, disse Lobão. Segundo ele, a empresa sabia o que estava fazendo quando decidiu pela participação nesse projeto. “Ela só assumiu o compromisso depois de uma avaliação interna e de discutir o assunto.” Trata-se de uma prova de fogo para a presidenta Graça Foster, que precisa retomar a confiança dos investidores. “Nós trabalhamos alucinadamente para que vocês tenham muito orgulho de nós, em especial aqueles que investem em nossas ações”, disse Graça, na quinta-feira 24, depois de uma apresentação para executivos no evento CEO Summit, em São Paulo.



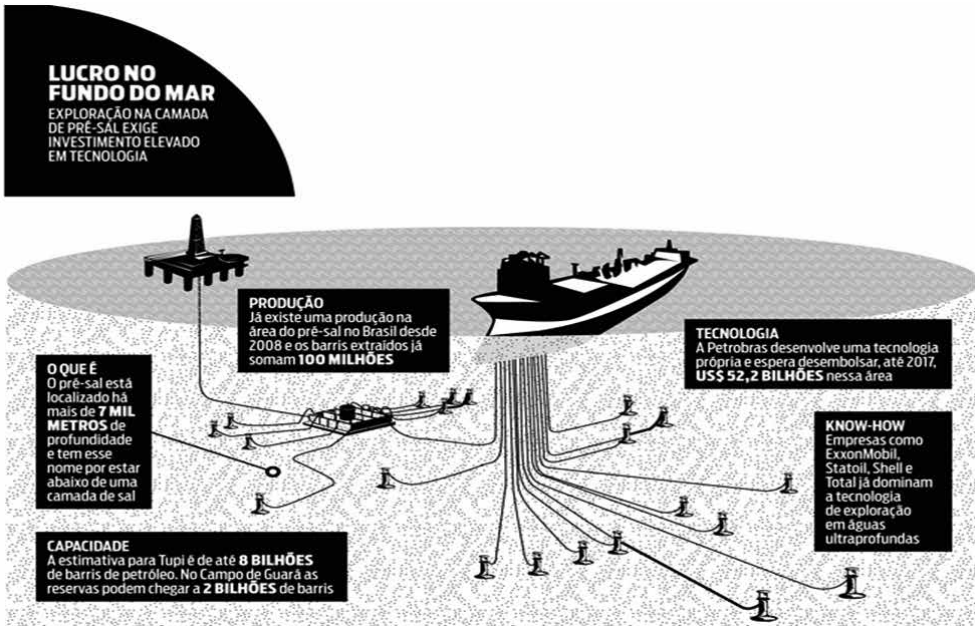
A executiva aposta no aumento da produção com a extração do óleo em bacias nas quais estão entrando em operação novas plataformas. “Queremos ter capacidade de produzir até 4,2 milhões de barris em 2020, sem contar Libra, e, com isso, colocar as ações da empresa no patamar que elas merecem estar.” O óleo do Campo de Libra deve começar a jorrar em 2020, quando entrará em operação uma plataforma por ano, capaz de produzir 150 mil barris/dia. A expectativa é de que em 2031 seja atingido o pico da retirada, de 1,4 milhão de barris/dia, equivalente a 65% da produção atual de petróleo no País, de 2,2 milhões de barris/dia.

Bem antes disso, em 2017, o Brasil já terá se tornado autossuficiente em petróleo e, melhor ainda, exportador da matéria-prima, o que pode representar um alívio para a balança comercial. “São perspectivas auspiciosas por todos os ângulos”, afirma Cesar Magalhães, presidente da Georadar, de Belo Horizonte, especializada em estudos sísmicos e geológicos. “Além do óleo em si, uma indústria local está se consolidando.” Alvo de controvérsias, a política de conteúdo nacional estabelece que 37% do que as petroleiras utilizarem em bens de capital, na fase de exploração, deve ser produzido localmente.



Esse percentual evolui para 55%, em média, na fase de desenvolvimento, até 2022, e, depois disso, sobe para 59%. Os críticos dessa política consideram que há grandes chances de engessar os projetos, se não houver flexibilidade para importar equipamentos em caso de necessidade. Mas o governo está tranquilo. **Os índices de nacionalização foram acordados com as empresas, que teriam proposto, inclusive, porcentuais maiores.** O fato é que o Brasil está mais uma vez diante do clássico dilema de enxergar o copo meio cheio ou meio vazio, em razão das novas descobertas de petróleo.

Se bem conduzido o processo de exploração, os ambiciosos projetos de petróleo podem pressionar pela melhoria de outros nós típicos brasileiros, como a logística e a burocracia. O setor precisa, por exemplo, ter a flexibilização das leis trabalhistas para importar mão de obra qualificada, que será demandada quando a indústria de petróleo estiver a todo vapor, e de portos eficientes para exportar uma parte da produção dentro de alguns anos. No caso, o Brasil tem um copo cheio de petróleo à sua frente, que precisa ser tratado como política de Estado, seja quem for o governante que assumir o leme no ano que vem.



Do monopólio à partilha

Por Ana Paula Ribeiro e Rodrigo Caetano

A expectativa de uma disputa acirrada pelo leilão de Libra, marcada para as 14h, pode não ter se confirmado do lado de dentro do Windsor Barra Hotel, onde foi realizado o certame. Mas o Rio de Janeiro viveu momentos de embate severos do lado de fora. Manifestantes entraram em confronto com a polícia e com o Exército, que foi convocado para garantir a segurança do evento. A Avenida Lúcio Costa, onde está localizado o hotel, precisou ser interditada. Uma hora antes do pleito, executivos e representantes do governo corriam para dentro das dependências do hotel fugindo do gás lacrimogêneo que, espalhado pelo vento, tornava impossível permanecer na rua.

Nas cercanias da sala de conferências, profissionais engravatados misturavam-se a soldados do Exército e policiais federais. Em meio à confusão, o leilão foi adiado em uma hora. Os manifestantes, em sua maioria funcionários da Petrobras, tiveram o apoio até de um grupo de Black Blocks. Eles romperam a barreira de militares e acabaram entrando em confronto. Alguns deles chegaram a virar um carro da tevê Record, que cobria a manifestação, para usá-lo como escudo. As forças policiais revidaram com balas de borracha e bombas de efeito moral. Cerca de dez pessoas ficaram feridas. Além dos protestos, o governo teve de driblar dezenas de ações na Justiça que contestavam a validade do leilão, que ameaçaria a soberania brasileira.



Batalha campal: manifestantes enfrentam a Força Nacional de Segurança e o Exército, a poucos metros do hotel onde foi realizado o leilão, na Barra da Tijuca (no Rio).

Todas foram derrubadas. A exploração de petróleo desperta paixões no Brasil, e não é de hoje. A disputa em torno da propriedade das reservas já foi tema até de história infantil. O escritor Monteiro Lobato, defensor empedernido do monopólio do Estado, fez jorrar óleo no Sítio do Pica-Pau Amarelo e criou a primeira petrolífera brasileira, a Donabentense de Petróleo, em 1938. No final da década seguinte, o ideal nacionalista ganhou força e a campanha “O petróleo é nosso” saiu às ruas. A motivação era barrar a intenção do presidente Eurico Gaspar Dutra de permitir a participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo no Brasil.

O objetivo do movimento, que contava com o apoio do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e dos setores nacionalistas das Forças Armadas, era romper com o discurso vigente na época de que apenas grandes companhias internacionais seriam capazes de operar a indústria petrolífera no Brasil. E o resultado foi alcançado em outubro de 1953, com a criação da Petróleo Brasileiro S/A, hoje Petrobras, que passou a deter o monopólio de exploração, refino e distribuição de derivados de petróleo no País. De lá para cá, algumas coisas mudaram.

A Petrobras deixou de ter o monopólio em 1997, com a aprovação da Lei do Petróleo, que permitiu a realização de leilões para venda de poços para a iniciativa privada, nacional ou estrangeira. Isso não quer dizer, no entanto, que o nacionalismo tenha sido deixado de lado. O que se viu no leilão do Campo de Libra foi a volta de protestos, organizados por diferentes movimentos sociais e sindicatos, com o objetivo de evitar “a entrega do patrimônio nacional”. Não teve jeito. Mais da metade desse patrimônio agora está nas mãos da iniciativa privada, que tem o capital necessário para transformar o óleo em riqueza. A Petrobras, por sua vez, é detentora de conhecimento geológico e da tecnologia para extrair a matéria-prima.

FONTE: JIMENEZ, Carla. O petróleo é nosso, e deles também! **Isto é Dinheiro**, São Paulo, n. 837, 29 out. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/132652_O+PETROLEO+E+NOSSO+E+DELES+TAMBEM>. Acesso em: 29 out. 2013.

RIBEIRO, Ana Paula; CAETANO, Rodrigo. **Do monopólio à partilha. Isto é Dinheiro**, São Paulo, n. 837, 29 out. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/132652_O+PETROLEO+E+NOSSO+E+DELES+TAMBEM>. Acesso em: 29 out. 2013.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, estudamos que:

- Toda empresa estruturada deve ter um Plano de Contas adequado para bem atender às necessidades de informações dos gestores.
- O Plano de Contas é o agrupamento de forma ordenada das contas que são utilizadas pela contabilidade para efetuar o devido registro de todas as operações da empresa.
- As contas analíticas são as contas que apresentam o razão contábil e demonstram todas as movimentações dessas contas. As contas sintáticas são as contas totalizadoras, ou seja, são as contas que demonstram apenas o saldo de um grupo de contas analíticas.
- Ao elaborar um plano de contas, é necessário identificar qual o ramo de atividade da empresa e padronizá-lo com base na sua área de atuação.
- As contas contábeis de um Plano de Contas são classificadas em ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas e devem ser compatíveis com o ramo de atuação da empresa.
- A Conta é definida como a demonstração gráfica responsável pelo registro de operações, debitando ou creditando individualmente, todavia interligando-se com todo o conjunto patrimonial.
- Em contabilidade, a expressão *razonete* é conhecida como sendo uma representação gráfica em forma de “T”. É um instrumento bastante utilizado pelos contadores por ser didático para desenvolver o raciocínio contábil.
- O saldo de uma conta é a diferença entre os débitos e créditos.
- O *balancete* é um instrumento importante utilizado para a tomada de decisões dos gestores das empresas, sendo recomendável que se faça a sua apuração em períodos mais curtos, podendo ser mensal. O *balancete* é um resumo de todas as operações geradas pela empresa, evidenciando todos os saldos existentes nas diversas contas contábeis ao final de cada período.
- As contas de resultados são aquelas utilizadas para a apuração do resultado do exercício social. São as contas de Receitas e Despesas confrontadas periodicamente para apurar o Lucro ou o Prejuízo do empreendimento.
- Os grupos da Demonstração do Resultado do Exercício são: receita líquida, lucro bruto, custo das vendas, lucro operacional, despesas operacionais e variações monetárias.



1 As empresas para efetuarem um excelente controle de todas as suas operações e dos seus bens e direitos, necessitam de uma ferramenta que permita esse tipo de controle.

De acordo com essa afirmação, identifique a seguir a melhor alternativa que corresponda com o tema:

- a) () O Plano de Produção é o agrupamento de forma ordenada das contas que são utilizadas pela contabilidade para efetuar o devido registro de todas as vendas da empresa. É o conjunto de todas as contas necessárias ao cumprimento dos objetivos da Contabilidade sobre o patrimônio e atividades. Para que isso se efetue de forma ordenada, o elenco de contas é indispensável para os registros de todos os fatos políticos.
- b) () O Plano de Contas é o agrupamento de forma ordenada dos eventos que são utilizadas pela produção para efetuar o devido registro de todas as operações da empresa. É o conjunto de todas as contas necessárias ao cumprimento dos objetivos da Contabilidade sobre o patrimônio e atividades. Para que isso se efetue de forma ordenada, o elenco de resultados é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.
- c) () O Plano de Orçamento é o agrupamento de forma ordenada das contas que são utilizadas pela contabilidade para efetuar o devido registro de todas as operações da empresa. É o conjunto de todas as contas necessárias ao cumprimento do orçamento da Contabilidade sobre o patrimônio e atividades. Para que isso se efetue de forma ordenada, o elenco de contas é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.
- d) () O Plano de Contas é o agrupamento de forma ordenada das contas que são utilizadas pela contabilidade para efetuar o devido registro de todas as operações da empresa. É o conjunto de todas as contas necessárias ao cumprimento dos objetivos da Contabilidade sobre o patrimônio e atividades. Para que isso se efetue de forma ordenada, o elenco de contas é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.

2 O plano de contas de uma empresa permite algumas ações que corroboram com a implantação de melhores controles para a mesma.

De acordo com essa afirmação, identifique a seguir a melhor opção que corrobora com os principais objetivos de um plano de contas.

- a) () Os principais objetivos de um plano de contas estão em uniformizar os registros contábeis, permitir a inclusão ou exclusão de contas (o plano deve ser flexível). Os títulos das contas devem identificar, da melhor maneira possível, os fatos efetivamente ocorridos.
- b) () Os principais objetivos de um plano de contas estão em uniformizar os registros de controle de estoques, permitir a inclusão ou exclusão de contas (o plano deve ser flexível). Os títulos das contas devem identificar, da melhor maneira possível, os fatos efetivamente ocorridos.
- c) () Os principais objetivos de um plano de contas estão em uniformizar os registros contábeis, permitir a inclusão ou exclusão de novos bens do imobilizado (o plano deve ser flexível). Os títulos das contas devem identificar, da melhor maneira possível, os fatos efetivamente ocorridos.
- d) () Os principais objetivos de um plano de contas estão em uniformizar os registros contábeis, permitir a inclusão ou exclusão de contas (o plano deve ser flexível). Os títulos das contas devem identificar, da melhor maneira possível, as vendas efetivamente ocorridas.

3 Para a geração das receitas de vendas, a empresa dispense alguns esforços para a geração das mesmas.

Identifique a seguir a alternativa que melhor corresponde a esse esforço para a geração das mesmas.

- a) () As Despesas com Imobilizado são provenientes dos esforços que a empresa faz no período (ano/exercício) para obter receita. São despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa, financiar as operações, enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.
- b) () As Despesas Operacionais são provenientes dos esforços que a empresa faz no período (ano/exercício) para obter receita. São despesas necessárias para manter os estoques dos produtos da empresa, administrar a empresa, financiar as operações, enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.
- c) () As Despesas Operacionais são provenientes dos esforços que a empresa faz no período (ano/exercício) para obter receita. São despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa, financiar as operações, enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.
- d) () As Despesas Operacionais são provenientes dos esforços que a empresa faz no período (ano/exercício) para realizar as compras da empresa. São despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa, financiar as operações, enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.

OPERAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS REFLEXOS NO RESULTADO ECONÔMICO E NO PATRIMÔNIO DA EMPRESA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade você estará apto(a) a:

- identificar os aspectos que envolvem as operações com mercadorias;
- compreender o que são o método de inventário periódico e o método de inventário permanente;
- conhecer os impactos gerados de acordo com os fatos que alteram o valor da compra e da venda;
- conhecer os principais tipos de tributos que envolvem as operações de venda de mercadorias;
- compreender o que é a depreciação do imobilizado, as formas de apuração da depreciação e seu impacto nos resultados econômicos e financeiros da empresa;
- compreender as operações entre empresas coligadas e controladas e os aspectos legais que regem essas operações;
- conhecer os ativos intangíveis e sua importância para a apuração dos resultados da empresa;
- aprender para que servem as provisões contábeis no grupo do Passivo e entender a sua necessidade e importância nos registros contábeis da empresa.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No final de cada um deles você encontrará atividades que o(a) ajudarão a consolidar o seu aprendizado.

TÓPICO 1 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

TÓPICO 2 – OPERAÇÕES ENVOLVENDO ATIVO NÃO CIRCULANTE

TÓPICO 3 – OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS E PROVISÕES CONTÁBEIS

OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

1 INTRODUÇÃO

Bem-vindo ao primeiro tópico da Unidade 2! Aqui, você estudará a principal atividade das empresas comerciais que são as operações de compra e venda de mercadorias. Esse tipo de atividade é caracterizado como comercialização e busca alcançar o resultado planejado.

Desta forma, é imprescindível a aplicação de um efetivo controle sobre as operações de movimentações de mercadorias, que atenda o mínimo suficiente para que a empresa possa demonstrar o resultado alcançado. E esse resultado é demonstrado no grupo de contas de Resultado Bruto com Mercadorias, Resultado Bruto ou Lucro Bruto.

Porém, como algumas empresas possuem dificuldades na implantação e manutenção do sistema de controle das mercadorias, um dos principais problemas ou dificuldades que a contabilidade encontra, envolvendo operações de controle de estoque, está em determinar qual é o real custo da mercadoria que está sendo efetivamente comercializada por uma empresa. Veremos isso no decorrer deste tópico.

2 MÉTODOS E SISTEMAS PARA REGISTRO DAS OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

Os sistemas para registro das operações com mercadorias devem atender às necessidades de mensuração e avaliação correspondente aos gastos (consumos) realizados para colocá-las em condições de venda.

Assim, para se apurar o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), há a possibilidade de utilizar dois métodos de controle do inventário do estoque, que são o Inventário Periódico e o Inventário Permanente. Vejamos o que corresponde a cada um deles.

- a) **Inventário periódico:** este tipo de inventário é realizado quando a empresa efetua as vendas sem um controle efetivo do seu estoque. Neste caso, a empresa deixa de registrar o Custo das Mercadorias Vendidas durante o período das vendas, e o valor do estoque será reconhecido apenas no final do período, após uma contagem física de todas as mercadorias existentes.

b) **Inventário permanente:** desta maneira a empresa efetua o controle rotineiramente do seu Estoque de Mercadorias, ou seja, a cada compra realizada, o seu custo respectivo da compra será acrescido ao Estoque, e no momento da venda efetuada, o custo da venda deste estoque é reduzido no seu controle.

3 FATOS QUE ALTERAM OS VALORES DAS COMPRAS

Quando se trata de Controle dos Estoques em movimentação de mercadorias, podem ocorrer situações que alteram o valor original que consta na nota fiscal.

Vejamos um exemplo:

Uma empresa está efetuando compras de mercadorias dos seus fornecedores os quais concedem o “desconto comercial”, denominado de “desconto incondicional” porque não há nenhuma condição que o determine. Este desconto existe quando a empresa que está adquirindo a mercadoria deixa de pagar o valor que consta na nota fiscal de compra e paga o valor de compra com o desconto (valor reduzido).

Como fatos que alteram os valores das compras, podemos citar:

- Despesas acessórias: fretes e seguros quando estão a cargo do destinatário. Estes valores são acrescidos à conta Estoque.
- Descontos ou abatimentos incondicionais que constem na própria nota fiscal de compra: é registrado o valor líquido, já descontado os abatimentos incondicionais.
- Devoluções de compras ou compras anuladas (total ou parcial): devem ser baixados da conta Estoque.

Abatimentos sobre Compras

Sempre que, ao receber mercadorias adquiridas de fornecedores, for constatado que: as mercadorias sofreram avaria no transporte; as mercadorias não correspondem ao pedido, ou, ainda, não atendem às expectativas da empresa por outro motivo qualquer (fatos esses desconhecidos no momento da compra), a empresa poderá devolver parte ou o total do lote de mercadorias, ou ainda, ganhar do fornecedor um abatimento sobre o preço de compra.

Contabilmente, o abatimento sobre compras recebe o mesmo tratamento que as devoluções de compras, pois ambos representam reduções no custo da compra. Entretanto, quando ocorrer abatimentos sobre compras, é preciso cuidado: como o abatimento reduz o custo da compra, porém não reduz a quantidade adquirida, será preciso recalcular o custo unitário das mercadorias beneficiadas com o abatimento.

Deixaremos de apresentar exemplos de contabilização dos abatimentos, uma vez que valem nesse caso os mesmos exemplos apresentados para as devoluções. Alertamos, no entanto, que, nesse caso, nas empresas que adotam a Conta Desdobrada com Inventário Periódico, em lugar da Conta Compras Anuladas ou Devoluções de Compras, deve-se usar a conta adequada: Abatimentos sobre Compras.

FONTE: Ribeiro (2009, p. 150)

4 FATOS QUE ALTERAM O VALOR DA VENDA

Conforme vimos na seção anterior, existem fatos que alteram os valores das compras, todavia também há fatos que alteram os valores das vendas. Isso é decorrente de situações de negociação entre cliente e fornecedor, pois em mercados com larga concorrência as negociações tornam-se necessárias para evitar a “perda da venda”.

Temos algumas condições que afetam o valor das vendas, veja a seguir algumas delas.

No abatimento sobre vendas a empresa não devolve aos seus fornecedores as mercadorias que não foram vendidas, mas acontece uma negociação entre cliente e fornecedor, para que o valor da venda seja diminuído evitando assim uma devolução. O abatimento não gera uma circulação de mercadoria, por isso não gera ICMS.

Nas devoluções as empresas devolvem as mercadorias porque estão em desacordo com o pedido ou com defeitos, e como consequência gera uma circulação de mercadorias e emite-se uma nota fiscal, podendo gerar ICMS caso o comprador seja contribuinte deste imposto.

Além disso, temos fatos que alteram as vendas e que envolvem situações financeiras, como segue:

a) Descontos comerciais – ocorrem no momento da compra (obtidos) ou da venda (concedidos) e são destacados na própria Nota Fiscal. São também denominados Descontos Incondicionais. Os Descontos Incondicionais Concedidos (DIC) ocorrem no momento da venda e são incondicionais porque não há uma condição específica para o cliente efetuar o pagamento. O valor do desconto influencia no valor líquido da nota fiscal e é considerado uma despesa para a empresa, pois deixa de receber o valor normal de venda, para receber o valor reduzido.

A intitulação mais adequada para seus registros é Descontos Incondicionais Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor) ou Descontos Incondicionais Concedidos (quando a empresa concede ao cliente). Note que a

palavra “incondicional” é utilizada para indicar que não foi imposta ao cliente nenhuma condição para que tivesse direito ao referido desconto.

b) Descontos financeiros - ocorrem no momento da liquidação de uma dívida ou do recebimento de um direito, fato posterior ao da compra ou da venda. A intitulação mais adequada para esses descontos é Descontos Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor no momento da liquidação de uma obrigação) ou Descontos Concedidos (quando a empresa oferece ao cliente no momento da quitação de um direito). Esses são os chamados descontos condicionais, ocorrem depois das transações comerciais, no momento do pagamento. Os fornecedores concedem este tipo de desconto pelo recebimento antecipado das faturas dos clientes. O desconto financeiro, obtido ou concedido no momento da quitação de uma duplicata, só ocorre mediante condição imposta ao devedor; normalmente, quitação antes do vencimento.

Então, você poderá se deparar com as seguintes contas: Descontos Incondicionais Obtidos, Descontos Incondicionais Concedidos, Descontos Obtidos e Descontos Concedidos.

É importante você saber ainda que:

- 1) A conta Descontos Incondicionais Obtidos é redutora do Custo das Mercadorias Adquiridas, integrando a fórmula do Custo de Mercadorias Vendidas - CMV.
- 2) A conta Descontos Incondicionais Concedidos é redutora da Receita Bruta de Vendas e integra a fórmula do Resultado Com Mercadorias (RCM).
- 3) A conta Descontos Obtidos é conta de Receita Operacional, no grupo das Receitas Financeiras.
- 4) A conta Descontos Concedidos é conta de despesa Operacional e integra o grupo das Despesas Financeiras.

5 TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE COMPRAS E VENDAS

Como toda a venda envolve tributos que são apurados em relação ao produto ou à venda, estudaremos neste item alguns tributos que exercem influência no resultado da empresa.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: este imposto de competência Estadual e do Distrito Federal (por este não possuir municípios) incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, comunicações e fornecimento de energia elétrica. Seu valor está incluso nas mercadorias, contudo, não são todas as mercadorias ou operações sujeitas ao ICMS, há casos de isenção e de não incidência previstos em legislação específica, conforme regulamento do ICMS de cada estado brasileiro.

Assim, ao adquirir uma determinada mercadoria por R\$ 1.000,00, com ICMS, incidente pela alíquota de 18%, significa que o custo da mercadoria corresponde a R\$ 820,00 e o ICMS, a R\$ 180,00. Neste caso, o total da NF será igual a R\$ 1.000,00.

Os autores Iudícibus e Marion (2010, p. 88) abordam que:

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicações – de competência dos Estados e do Distrito Federal. Tem como fatos geradores os mencionados na sua denominação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Alguns impostos sobre vendas que eram de competência da União foram, com a Constituição de 1988, para o alcance do ICMS (por exemplo: Imposto Único sobre Energia Elétrica, Imposto Único sobre Minerais, Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes).

O ICMS incide, também, sobre a entrada de mercadoria importada, ainda que se trate de bens destinados ao consumo ou ao ativo imobilizado das empresas.

É importante observar que o ICMS é um imposto não cumulativo, o que significa dizer que o valor incidente em uma operação (compra) será compensado do valor incidente na operação subsequente (venda). E a alíquota (porcentagem) poderá variar conforme o tipo da mercadoria do destino ou origem, considerando-se que existe alíquota básica para a maior parte das mercadorias.

O valor do ICMS que você paga ao fornecedor por ocasião da compra representa direito para sua empresa junto ao Governo do Estado. E o valor do ICMS que você recebe do seu cliente por ocasião da venda representa obrigação da sua empresa junto ao Governo do Estado. As operações de ICMS, envolvendo direitos e obrigações junto ao Governo do Estado podem ser apuradas mensalmente.

Quando tratar-se de materiais utilizados na produção para posterior venda, o valor desse imposto, na compra, deve ser excluído do custo da aquisição.

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: este imposto é de competência dos municípios e do Distrito Federal e suas alíquotas variam de acordo com as legislações municipais e de acordo com a natureza dos serviços. (IUDÍCIBUS; MARION, 2010).

Podem ser tributados pelo ISS os serviços não compreendidos no campo de incidência do ICMS.

IVVC – Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis: foi criado com a Constituição de 1988, sendo delegada também a competência dos municípios e do Distrito Federal.

Consideram-se combustíveis todas as substâncias que produzem calor ou outra forma de energia mediante combustão, porém, nesta conceituação ficou excluído o óleo diesel.

A venda de combustível é um exemplo de venda a varejo. Dentre os contribuintes do IVVC podem estar presentes as empresas distribuidoras, quando efetuarem este tipo de venda. (IUDÍCIBUS; MARION, 2010).



Entende-se venda a varejo como a venda de item a item a um consumidor final. Pelo antigo Código Comercial entendia-se como "venda a retalho".

IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados: nas compras de materiais com incidência deste imposto, o seu valor é contabilizado a débito numa conta própria de IPI a Recuperar. Nas vendas de produtos com incidência do IPI, seu valor é contabilizado a crédito numa conta própria de IPI a Recolher.

O valor do IPI incidente nas vendas não deve integrar o valor da Receita Bruta de Vendas, pois, para fins fiscais, a empresa funciona meramente como agente arrecadador do referido imposto que pertence ao Governo Federal. (RIBEIRO, 2005, p. 77).

O IPI está regulamentado pelo Decreto nº 7.212/2010 (RIPI/2010) e incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

Para fins de definição da incidência do IPI, "produto industrializado é o resultante de qualquer operação definida no RIPI como industrialização, mesmo incompleta, parcial ou intermediária". (IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, 2013, p. 1).

Por sua vez o termo industrialização se caracteriza como sendo "qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, [...]". (IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, 2013, p. 1).

O campo de incidência do imposto abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde a notação "NT" (não tributado).



Para você conhecer quais são os produtos e as alíquotas do IPI que constam na tabela TIPI, acesse o seguinte endereço eletrônico: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aliquotas/downloadarqtipi.htm>>.

Vamos buscar em Iudícibus e Marion (2010, p. 87-88) as características legais relacionadas ao IPI, conforme segue:

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – de competência da União (governo federal). A alíquota (taxa) do IPI varia de acordo com o Produto, ou seja, tratando-se de produtos de primeira necessidade, a alíquota é baixa ou até mesmo zero (produtos alimentícios, vestuário, calçado, matéria-prima básica etc.); tratando-se de produtos supérfluos, a alíquota é elevada, podendo chegar, como é o caso de cigarros, próximo dos 400%.

Outros produtos de alíquota elevada são: bebidas alcoólicas, perfumes, automóveis etc.

Não será dado tratamento mais profundo a este imposto por ser gerado apenas em empresa industrial e por ser a empresa comercial a preocupação principal deste livro.

A indústria e também as importadoras conforme previsto no **RIPI** – Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, artigo 9º (Lei nº 4.544 de 26-12-2002).

Art. 9º Equiparam-se a estabelecimento industrial:

I – os estabelecimentos importadores de produtos de procedência estrangeira, que derem saídas a esses produtos (Lei nº 4.502/64, art. 4º, I);

II – os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma firma;

III – as filiais e demais estabelecimentos que exercerem o comércio de produtos importados ou industrializados por outro estabelecimento da mesma firma, salvo se operarem exclusivamente na venda a varejo e não estiverem enquadrados na hipótese do inciso anterior (Lei nº 4.502/64, art. 4º, II, § 2º);

IV – os estabelecimentos comerciais de produtos cuja industrialização haja sido realizada por outro estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, mediante a remessa, por eles efetuada, de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, recipientes, moldes, matrizes ou modelos (Lei nº 4.502/64, art. 4º, III e Decreto-lei nº 34/66, art. 2º, alt. 33ª);

V – os estabelecimentos comerciais de produtos do Capítulo 22 da Tabela, cuja industrialização tenha sido encomendada a estabelecimento industrial, sob marca ou nome de fantasia de propriedade do encomendante, de terceiro ou do próprio executor da encomenda (Decreto-lei nº 1.593/77, art. 23);

VI – os estabelecimentos comerciais atacadistas dos produtos classificados nas posições 71.01 a 71.15 da Tabela (Lei nº 4.502/64, obs. Ao Cap. 71 da tabela);

VII – os ambulantes e outros vendedores que operarem em seu próprio nome, por conta do estabelecimento fabricante dos produtos vendidos (Lei nº 4.502/64, art. 5º, I, e Decreto-lei nº 1.133/70, art. 1º);

VIII – os armazéns gerais, em relação aos produtos a que darem saída e que tenham sido recebidos do estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial, situado em outra Unidade da Federação (Lei nº 4.502/64, art. 4º, e Decreto-lei nº 1.199/71, art. 5º, alt. 1ª);

IX – as cooperativas vinícolas que derem saída ao vinho natural recebido de lavradores e cantinas rurais com suspensão do imposto (Decreto-lei nº 34/66, art. 5º).

PIS – Programa de Integração Social: há a incidência de mais um tributo aplicado na geração das vendas de mercadorias da empresa, é o caso do PIS - Programa de Integração Social.

Este imposto foi instituído pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 07/1970, com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores a participação deles na renda nacional e, sobretudo, no lucro das empresas, visando promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e viabilizando melhor distribuição da renda nacional.

São contribuintes do PIS as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive empresas prestadoras de serviços, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, excluídas as microempresas e as empresas de pequeno porte submetidas ao regime do Simples Nacional (LC Nº 123/2006). (PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, 2013, p. 1).

Sobre a base de cálculo do PIS, “a partir de 01.02.1999, com a edição da Lei nº 9.718/1998, a base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas”. (PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, 2013, p. 1). “A alíquota do PIS é de 0,65% ou 1,65% (a partir de 01.12.2002 - na modalidade não cumulativa – Lei nº 10.637/2002) sobre a receita bruta ou 1% sobre a folha de salários, nos casos de entidades sem fins lucrativos”. (PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, 2013, p. 1)

Também Iudícibus e Marion (2010, p. 89) contribuem com o tema:

PIS/PASEP – Programa de Integração Social quando calculado pela aplicação de uma alíquota sobre a soma das receitas que entram no cálculo do lucro operacional (líquido), delas podendo ser excluídos alguns valores, tais como: as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais, o IPI, as reversões de provisões e recuperações de créditos (que não representem ingresso de novas

receitas), o resultado positivo da avaliação de investimentos pela equivalência patrimonial e os lucros/dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30/12/1991, também é um tributo incidente sobre as receitas de vendas. Atualmente, esta contribuição é regida pela Lei nº 9.718/98, com as alterações subsequentes.

Conforme o Portal Tributário, “são contribuintes da COFINS as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional (LC N° 123/2006)”. (COFINS, 2013, p.1)

Também no Portal Tributário (COFINS, 2013, p. 1), vamos buscar o que se relaciona com a base de cálculo: “a partir de 01.02.1999, com a edição da Lei nº 9.718/98, a base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas”. A alíquota geral é de 3%, a partir de 01/02/2001, ou 7,6%, a partir de 01.02.2004 na modalidade não cumulativa.

Para uma melhor compreensão, veremos a seguir um exemplo de cálculo do PIS e da COFINS com base em Henrique (2012, p. 1):

$$\text{COFINS} = \text{CV} - \text{CC}$$

Vendas do mês: R\$ 20.000,00.

Compras no mês para revenda: R\$ 9.000,00.

CV = COFINS sobre as vendas = R\$ 20.000,00 x 7,60% = R\$ 1.520,00

CC = Crédito sobre as compras = R\$ 9.000,00 x 7,60% = R\$ 684,00

$$\text{COFINS} = \text{CV} - \text{CC} = \text{R\$ } 1.520,00 - 684,00 = \text{R\$ } 836,00$$

Para facilitar o cálculo, apure os dois impostos já somados conforme a seguir para não ter que calcular em separado em todas as operações.

- PIS CUMULATIVO + COFINS CUMULATIVO = 0,65% + 3% = 3,65%

- PIS NÃO CUMULATIVO + COFINS NÃO CUMULATIVO = 1,65% + 7,6% = 9,25%

O PIS cumulativo e a COFINS cumulativa estão relacionados com a aplicação da alíquota diretamente na base de cálculo. Neste caso não há os créditos respectivos do PIS e da COFINS nas compras efetuadas. Além do PIS não cumulativo e da COFINS não cumulativa estarem relacionados com a aplicação da alíquota diretamente na base de cálculo, existem os créditos respectivos do PIS e da COFINS nas compras efetuadas.

6 APURAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS

Considera-se o Resultado Bruto com Mercadorias ou Resultado com Mercadorias a diferença total entre as Receitas Obtidas pelas Vendas e o Custo dessas mercadorias vendidas. A diferença bruta não leva em consideração as demais receitas e despesas da empresa, tais como: receitas de juros, despesas com aluguéis, salários, impostos etc. Elas aparecem quando se deseja conhecer o Resultado Líquido do Exercício.

Para as empresas comerciais que trabalham com compra e venda de mercadorias é importante saber o resultado bruto. Depois de apurado, adicionam-se as demais Receitas e do total subtraem-se as demais Despesas para se obter o Resultado Líquido.

Então:

$$\text{Resultado Com Mercadorias} = \text{Vendas} - \text{Custo das Mercadorias Vendidas}$$

Vejamos como se apura o Resultado com Mercadorias em empresas Industriais e Comerciais.

a) Empresas comerciais:

As empresas comerciais possuem um cálculo relativamente simples, já que as entradas representam as compras de mercadorias destinadas à revenda. As compras destinadas ao estoque são contabilizadas diretamente na conta de Estoque de Mercadorias e creditadas em Fornecedor, se for compra a prazo, no Caixa, se for compra à vista em dinheiro, e Bancos Conta Corrente, se for pagamento por meio de cheques.

Para o controle do estoque, utiliza-se a seguinte fórmula: $\text{EI} + \text{C} - \text{EF} = \text{CMV}$

Onde:

EI = Estoque inicial

C = Compras

EF = Estoque Final

CMV = Custo das Mercadorias Vendidas

Vejamos um exemplo:

A empresa comercial ABC Ltda. comprou mercadorias para revenda (estoque) em 5 de março, totalizando 50 peças de um determinado produto ao

custo unitário (sem ICMS) de R\$ 5,00 cada unidade, a prazo. Em 7 de março comprou mais 80 peças do mesmo produto por R\$ 5,10 a unidade. Os lançamentos contábeis desta operação ficam da seguinte forma:

Estoque de Mercadorias (Revenda)		Fornecedores	
5/3	50 X \$ 5,00 = R\$ 250		R\$ 250
7/3	80 X \$ 5,10 = R\$ 408		R\$ 408
	Saldo R\$ 658		Saldo R\$ 658

Assim,

EI = \$ 250

(+) Compras de \$ 408

(-) EF = 0,

CMV = R\$ 658.

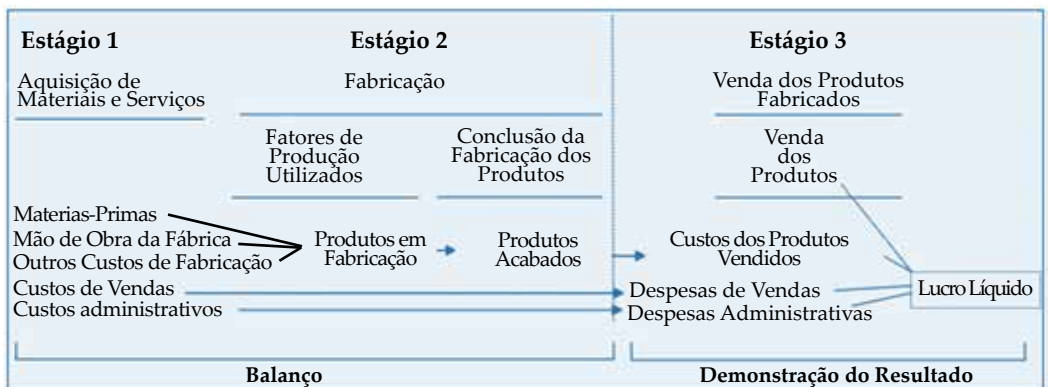
Aplicando a fórmula acima, tem-se que o EI = \$ 250; (+) Compras de \$ 408; (-) EF = 0, então o CMV desta empresa é de R\$ 658.

a) Empresas industriais

Em relação Custo dos Produtos Vendidos (CPV) nas empresas industriais, o cálculo é considerado mais complexo, por envolver o estoque de matérias-primas, a mão de obra, a energia elétrica e outros gastos de produção.

Vamos analisar no diagrama a seguir o fluxo dos recursos no controle.

FIGURA 11 – DIAGRAMA DO FLUXO DE CUSTOS



FONTE: Stickney e Weil (2001, p. 343)

Diferente das empresas comerciais, nas empresas industriais as entradas representam toda produção completada no período, para o qual se faz necessário um sistema de contabilidade de custos cuja complexidade vai depender da estrutura do sistema de produção, das necessidades internas para fins gerenciais etc.

b) Empresas prestadoras de serviços

Nas empresas prestadoras de serviços são considerados custos para fins de lançamento contábil aqueles que se relacionam diretamente e são indispensáveis para a obtenção da receita oriunda dos serviços prestados.

7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES

Com base nos artigos 261 e 292 do RIR/99, as pessoas jurídicas submetidas à tributação baseado no lucro real devem, ao final de cada período de apuração, proceder ao levantamento e à avaliação dos seus estoques: mercadorias, produtos manufaturados, matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado. O artigo 295 do RIR/99 determina que os estoques existentes na data do encerramento do período de apuração podem ser avaliados pelo custo médio ponderado, móvel ou fixo ou pelo custo dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente (PEPS - Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), sendo também admitida a avaliação com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro.

A periodicidade da avaliação do estoque segue o mesmo calendário da apuração do Imposto de Renda, ou seja, pode ser trimestral ou anual. No caso de apuração anual, por ocasião de levantamento de balanço ou balancete para suspensão ou redução do imposto, durante o ano-calendário, também devem ser levantados e avaliados os estoques. O objetivo é padronizar os registros de controle e avaliação de estoques juntamente com os aspectos tributários referentes ao Imposto de Renda.

As mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado são avaliados pelo custo de aquisição, os produtos em fabricação e acabados são avaliados pelo custo de produção e o valor dos bens existentes no encerramento do período-base pode ser avaliado pelo custo médio ou das últimas aquisições.

Os bens de revenda e os itens de produção adquiridos de terceiros devem ser avaliados:

a) por pessoas jurídicas que mantenham inventário permanente:

a.1) pelo custo médio ponderado; ou

a.2) pelo custo das aquisições mais recentes.

b) pelas pessoas jurídicas que não mantenham inventário permanente, pelos custos de aquisição, segundo inventário físico (PN CST nº 6/1979).

O contribuinte que mantiver sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração poderá utilizar os custos apurados para a avaliação dos estoques de produtos em fabricação e acabados.

Conforme o artigo 294, §§ 1º e 2º, do RIR/99,

As pessoas jurídicas optantes pela tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido, as microempresas e as empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional ficam obrigadas a proceder ao levantamento e à avaliação dos estoques em 31 de dezembro de cada ano-calendário.

A empresa poderá adquirir os mesmos tipos de mercadorias em datas diferentes, pagando por eles preços variados. Assim, para determinar o custo dessas mercadorias estocadas e das que foram vendidas, a empresa precisa adotar algum critério.

8 TIPOS DE INVENTÁRIOS

Define-se inventário ou balanço como o processo de verificação e contagem dos itens “*in loco*” dos estoques de produtos, mercadorias e materiais da empresa. Esta verificação é feita.

Existem dois tipos de inventário: o Inventário Periódico e o Inventário Rotativo. O Inventário Periódico é feito no final de cada período contábil (anual), tem efeito fiscal e é feito em todos os itens. O Inventário Rotativo tem como finalidade detectar e corrigir diferenças, reduzir e eliminar possíveis perdas e é realizado em um número reduzido de itens, realizado durante o período contábil.

O inventário físico representa uma oportunidade de corrigir qualquer imprecisão nos registros.

8.1 INVENTÁRIO PERIÓDICO

O Inventário Periódico ocorre quando as vendas são efetuadas sem um controle paralelo do Estoque e sem um controle do Custo das Mercadorias Vendidas. Quando for feita a apuração do resultado obtido com a venda das mercadorias, faz-se um levantamento físico para avaliação do Estoque de Mercadorias existente naquela data e, pela diferença entre o total das Mercadorias Disponíveis para Venda durante esse período e o Estoque Final (apurado extracontabilmente), obtém-se o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) deste período.

a) Apuração do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) – Exemplo Inventário Periódico

Embora o CMV não possa ser contabilizado, por razões de ordem prática, pode ser deduzido (apurado) em toda operação realizada de compra e venda no final do período, através de um raciocínio bem simples: Supomos que a Cia ABC

apresentou em 31 de dezembro um estoque final de R\$ 70.000 (EF). No início do ano, seu estoque inicial era de R\$ 80.000 e durante o ano comprou R\$ 200.000. A apresentação desta movimentação pode ficar da seguinte maneira:

• o que a empresa tinha no início do período (estoque inicial).....	\$ 80.000 → EI
• (+) mais o que comprou durante no período.....	\$ 200.000 → C
• (=) é igual ao que teve à sua disposição para venda no período.....	\$ 280.000 → EI + C
• desse total, tirando (-) o que não foi vendido (estoque inicial).....	\$ 70.000 → EF
• o restante é igual ao que vendeu (venda avaliada pelo custo ou CMV).....	\$ 210.000 → CMV

Desse raciocínio, extraímos a seguinte fórmula:

$$\text{CMV (Custo da Mercadoria Vendida)} = \text{EI (Estoque Inicial)} + \text{C (Compras)} - \text{EF (Estoque Final)}$$

Logo, o CMV da Cia ABC para 31/12 é de R\$ 210.000 conforme verificamos na fórmula anterior.

Para compreendermos o impacto do CMV no resultado da empresa, tomemos como exemplo a figura a seguir:

FIGURA 12 – REFLEXO DO CMV NO RESULTADO E BALANÇO PATRIMONIAL

1º BP		Em \$ mil		2º BP		Em \$ mil	
ATIVO		PASSIVO E PL		ATIVO		PASSIVO E PL	
Circulante				Circulante			
Estoque 35.000				Estoque 30.000		Patrimônio Líquido (PL)	
						Capital	
						Lucro Líquido	?
Não Circul.				Não Circul.			

Repare agora como a alteração de estoque altera a DRE do 10º ano da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Vendas			200.000
CMV			
EI	35.000		
+ Compras	125.000		
MDV	160.000		
(-) EF	- 30.000		- 130.000
LUCRO BRUTO			70.000
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			50.000
= LUCRO LÍQUIDO			20.000
Portanto, apenas os \$ 20.000 irão para o Patrimônio Líquido			

FONTE: Adaptado de: Marion (2012, p. 325)

Vamos buscar em Marion (2012, p. 332) as características do Inventário Periódico.

1. A necessidade de um Inventário Físico das mercadorias existentes em cada fim de período.
2. A valorização do Inventário Físico por um preço de custo aceitável para cada item inventariado, multiplicado pela quantidade encontrada. A somatória dos valores para obter o Valor Total do Inventário.
3. O Custo das Mercadorias à Disposição de Vendas (MDV) é obtido pela soma do Estoque Inicial (EI) mais as Compras (C); Portanto: $MDV = EI + C$.
4. O Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) é obtido indiretamente pela subtração do Estoque Final (EF) do MDV; portanto, $CMV = MDV - EF$. Exemplificando com os números da Cia. Revendedora do exemplo inicial, temos o seguinte paralelo entre a fórmula e os números:

$$\begin{aligned}EI + C &= MDV - EF = CMV \\300.000 + 450.000 &= 750.000 - 150.000 = 600.000\end{aligned}$$

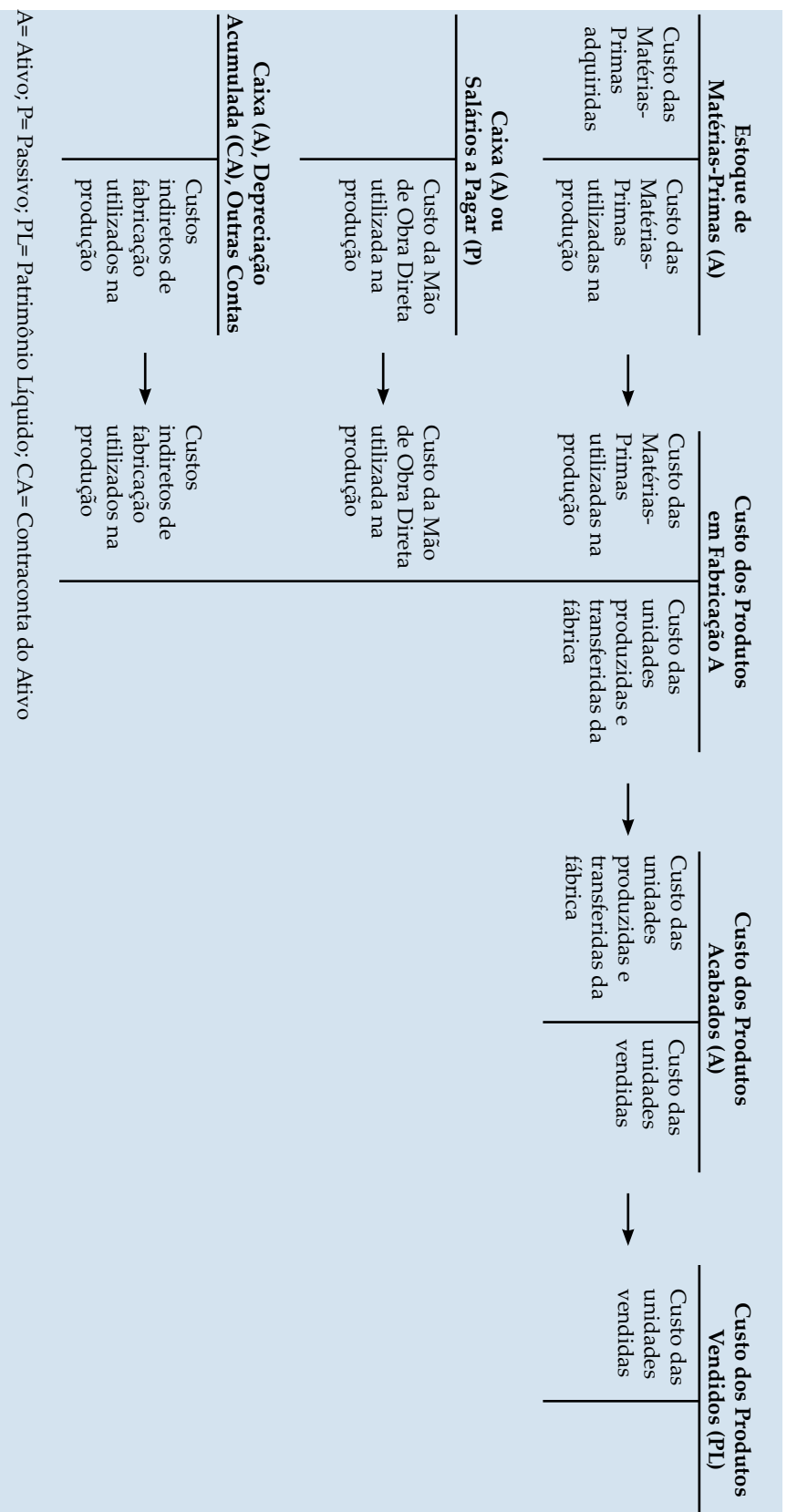
Agora você estudou os conceitos e formas de apuração do inventário periódico. No próximo item estudaremos o funcionamento do controle do inventário permanente.

8.2 INVENTÁRIO PERMANENTE

Quando controlamos de forma contínua o Estoque de Mercadorias, dando-lhe baixa em cada venda, pelo custo dessas Mercadorias Vendidas (CMV), este controle permanente é efetuado sobre todas as mercadorias que estiverem à disposição para venda. Isto significa que este controle é efetuado sobre as Mercadorias Vendidas (CMV) e sobre as mercadorias que não foram vendidas (Estoque Final). Pela soma de todos os custos de todas as vendas (baixas), teremos o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) total do período.

A figura seguinte apresenta o fluxo dos recursos da empresa em um processo de inventário permanente.

FIGURA 13 – FLUXO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO



FONTE: Stickney e Weil (2001, p. 344)

Vamos apresentar a seguir os tipos de controle de estoque no inventário permanente, onde utilizaremos a ficha de Controle para apurarmos o saldo efetivo em Estoque. Mas é importante frisar que para o Período Apurado só é possível obter o saldo com a averiguação das existências físicas, ou seja, além dos registros na ficha do controle do estoque, é necessário efetuar a contagem física.

8.2.1 Tipos de controle de estoque

O controle de estoque é fundamental para a segurança do controle interno da empresa e compreende o registro, a fiscalização e a gestão da entrada e saída de mercadorias e produtos, devendo ser utilizado tanto para matéria-prima como para mercadorias produzidas e/ou mercadorias vendidas.

Contudo, para que haja um controle de estoque eficiente, é necessário que seja feito um planejamento. Em muitos casos a área de vendas deseja um estoque elevado para não deixar faltar produtos a pronta entrega para o cliente, e a área de produção prefere também trabalhar com uma maior margem de segurança de estoque para evitar a falta de matéria-prima, situação que pode prejudicar o andamento da produção. Já o departamento financeiro deseja que a empresa mantenha estoques reduzidos para diminuir o capital investido e, por consequência, melhorar o seu fluxo de caixa e assim depender menos de capital de terceiros caso o estoque seja financiado (grande volume de compras a prazo).

Existem alguns tipos de controle de estoques que veremos a seguir.

- Controle de estoque PEPS (Primeiro a entrar, primeiro a sair)

No controle de estoques PEPS – também conhecido como FIFO da expressão em inglês *first-in-first-out* – deverão ser procedidas as baixas no custo do estoque com base no seguinte critério: o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS). À medida que as vendas ocorrem, é necessário baixar do estoque as primeiras compras, isto é, vendem-se primeiro as primeiras unidades compradas.

Exemplo:

Se tivermos um Estoque inicial, em 01/09/XX, composto de 30 unidades de um determinado produto, adquiridos por R\$ 40.000,00 cada um, num total de R\$ 1.200.000,00 e durante o mês ocorrer a seguinte movimentação:

- 02/09 – Compra de 10 unidades por R\$ 42.000,00 cada uma.
- 03/09 – Venda de 3 unidades por R\$ 50.000,00 cada uma.
- 04/09 – Venda de 2 unidades por R\$ 45.000,00 cada uma.
- 05/09 – Compra de 5 unidades por R\$ 41.000,00 cada uma.
- 06/09 – Venda de 10 unidades por R\$ 48.000,00 cada uma.

A baixa de cada unidade de venda no estoque será feita pelo preço do custo mais antigo em estoque (o primeiro que entra é o primeiro que sai). Mas a movimentação financeira não precisa necessariamente estar atrelada ao fluxo físico, se estas peças/unidades forem realmente iguais entre si. O modelo de ficha de controle de estoque será apresentado a seguir:

FIGURA 14 – MODELO DE FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE (PEPS OU FIFO)
FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES
 Método: PEPS ou FIFO
 Espécie: Produto X

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total
01/set							30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
02/set	10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00				30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
03/set							10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00
				3	40.000,00	120.000,00	27	R\$ 40.000,00	R\$ 1.080.000,00
04/set							10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00
							27	R\$ 42.000,00	R\$ 1.080.000,00
				27	40.000,00	1.080.000,00			
05/set							9	R\$ 42.000,00	R\$ 378.000,00
				1	42.000,00	42.000,00	9	R\$ 42.000,00	R\$ 378.000,00
05/set							9	R\$ 42.000,00	R\$ 378.000,00
	5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00				5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00
06/set									
				9	42.000,00	378.000,00			
				1	41.000,00	41.000,00	4	R\$ 41.000,00	R\$ 164.000,00
SOMA	15		R\$ 625.000,00	41		1.661.000,00	4	R\$ 41.000,00	R\$ 164.000,00

FONTE: Os autores

Assim, com o método PEPS de apuração de estoques, tivemos um CMV total do período (01 à 06/09), de R\$ 1.661.000,00 e o valor do estoque de R\$ 164.000,00.

Em síntese, temos um valor de estoque baseado nas compras mais recentes e um CMV nas compras mais antigas. Conforme se pode observar no modelo de ficha de estoque anterior, os valores das baixas efetuadas em 1º lugar efetivamente são as mais antigas e à medida que os saldos destas unidades mais antigas forem sendo zerados, parte-se para as baixas dos saldos mais antigos na sequência.

- Controle de estoque UEPS (Último a entrar, primeiro a sair)

Este modelo de controle de estoque, também conhecido como LIFO, da expressão inglesa *last-in-first-out*, é de certa forma o contrário do PEPS. No UEPS o custo apurado é baseado no valor da última mercadoria adquirida, assim a Última a Entrar é a Primeira a Sair.

Vamos utilizar a mesma movimentação do exemplo anterior no modelo da ficha de controle de estoques:

FIGURA 15 – MODELO DE FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES (UEPS OU LIFO)

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES**Método: UEPS ou LIFO****Especie: Produto X**

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total
01/set							30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
02/set	10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00				30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
							10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00
03/set							30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
				3	R\$ 42.000,00	R\$ 126.000,00	7	R\$ 42.000,00	R\$ 294.000,00
04/set				7	R\$ 42.000,00	R\$ 294.000,00			
				21	R\$ 40.000,00	R\$ 840.000,00	9	R\$ 40.000,00	R\$ 360.000,00
05/set							9	R\$ 40.000,00	R\$ 360.000,00
	5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00				5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00
06/set				5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00			
				5	R\$ 40.000,00	R\$ 200.000,00	4	R\$ 40.000,00	R\$ 160.000,00
SOMA	15		R\$ 625.000,00	41		R\$ 1.665.000,00	4	R\$ 40.000,00	R\$ 160.000,00

FONTE: Os autores

Observe que para apuração do custo da baixa da venda o valor utilizado é o da última compra realizada, desta forma o CMV totaliza o valor de R\$ 1.665.000,00 e o valor do estoque final é de R\$ 160.000,00. O CMV é baseado nas compras mais recentes e o estoque final nas mais antigas. Assim, as baixas são realizadas pelas últimas compras e, em seguida, são realizadas as baixas das compras ligeiramente anteriores.

- Controle de estoque Média Ponderada Móvel

Este tipo de controle é efetuado pelo Custo Médio, evitando-se o controle de preços por quantidades específicas de entradas de produtos no estoque, como nos métodos anteriores. Aqui, apura-se como custo o valor médio das unidades em estoque pelas compras realizadas no período e as devidas baixas pelas vendas independentemente de se fazer controles por lotes. Assim, o valor médio de cada unidade em estoque é alterado quando há compra de outras unidades por um preço diferente. Ele será calculado dividindo-se o custo total do estoque pelas unidades existentes após a baixa da venda anterior ser realizada.

Vamos verificar como ficariam os valores do custo da baixa do estoque e do saldo final do estoque levando-se em conta as mesmas informações dos exemplos anteriores no modelo da ficha de controle de estoques:

FIGURA 16 – MODELO DE FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES (MÉDIA PONDERADA MÓVEL)

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES

Método: Média Ponderada Móvel

Espécie: Produto X

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total	Qtde.	Valor Unit.	Total
01/set							30	R\$ 40.000,00	R\$ 1.200.000,00
02/set	10	R\$ 42.000,00	R\$ 420.000,00				40	R\$ 40.500,00	R\$ 1.620.000,00
03/set				3	R\$ 40.500,00	R\$ 121.500,00	37	R\$ 40.500,00	R\$ 1.498.500,00
04/set				28	R\$ 40.500,00	R\$ 1.134.000,00	9	R\$ 40.500,00	R\$ 364.500,00
05/set	5	R\$ 41.000,00	R\$ 205.000,00				14	R\$ 40.678,57	R\$ 569.500,00
06/set				10	R\$ 40.678,57	R\$ 406.785,71	4	R\$ 40.678,57	R\$ 162.714,29
SOMA	15		R\$ 625.000,00	41		R\$ 1.662.285,71	4	R\$ 40.678,57	R\$ 162.714,29

FONTE: Os autores

O valor do CMV apurado foi de R\$ 1.662.285,71, e o estoque final ficou em R\$ 162.714,29. Assim, apura-se o novo custo médio a cada novo saldo apurado, dividindo-se o saldo pela última quantidade física existente.

Este método de controle de custos é o mais utilizado nas empresas por ser de fácil aplicação, já que não há a necessidade de controle do primeiro ou do último lote de produtos que entra.

- Preço Específico

É um tipo de controle de estoque que possibilita determinar o preço (custo) específico de cada unidade em estoque para realizar a baixa, em cada venda, por esse mesmo valor. Desta forma, no estoque final seu valor será a soma de todos os custos específicos de cada unidade existente, e o valor da baixa do estoque será a soma de todos os valores específicos baixados durante o período.

Em alguns casos, determina-se de maneira bem fácil e precisa esse valor do custo específico quando for possível “rastrear” o produto. Imaginemos uma concessionária na qual cada unidade de veículo possui uma especificação clara e precisa, como número da placa, número do chassi, ano e modelo, cor do veículo. Desta forma, a empresa pode determinar quanto efetivamente custou cada veículo. Neste tipo de caso é possível determinar a partir de cada venda quanto é o custo efetivo do veículo. Este exemplo refere-se a veículos, mas pode-se aplicar em outros casos, como no ramo imobiliário, onde cada lote de terreno, ou residência, ou apartamento tem sua especificação e seu custo determinado.

Vamos utilizar outro exemplo: Há em Estoque (valor inicial) cinco unidades de um produto X adquiridos por R\$ 13.000,00 cada um. Ao iniciarmos um novo período, são adquiridos mais três unidades por R\$ 15.000,00 cada um, e logo em seguida são vendidos duas unidades do produto por R\$ 16.000,00 cada um (preço de venda), porém sabendo-se que um pertence ao lote inicial e o outro foi adquirido no período em operação.

Então, daremos baixa como Custo de Mercadorias Vendidas do valor Específico de compra de cada um (R\$ 13.000,00 + R\$ 15.000,00).



O preço específico somente é possível onde a quantidade, ou o valor, ou a própria característica o permite (um mesmo produto no controle de estoque). Na maioria das vezes não é possível ou economicamente viável a identificação do Custo Específico de cada unidade.

FIGURA 17 – MODELO DE FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES (PREÇO ESPECÍFICO)

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES
Método: Preço Específico
Especie: Produto X

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtd.	Valor Unit.	Total	Qtd.	Valor Unit.	Total	Qtd.	Valor Unit.	Total
01/set							5	R\$ 13.000,00	R\$ 65.000,00
02/set	3	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00				5	R\$ 13.000,00	R\$ 65.000,00
							3	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00
							8		R\$ 110.000,00
03/set				1	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	4	R\$ 13.000,00	R\$ 52.000,00
				1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	2	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00
				2		R\$ 28.000,00	6		R\$ 82.000,00

FONTE: Os autores

Veja que existe uma certa “facilidade” em se identificar o preço específico, porém isso só é possível se além de se tratar de apenas um tipo de produto, também sejam de poucas quantidades a serem controladas.

8.2.2 Diferenças entre os métodos

Vamos agora identificar quais são as possíveis diferenças encontradas nos saldo e valores das baixas nos métodos de controle de estoque PEPS, UEPS e MÉDIA.

No exemplo de ficha de controle de estoque utilizado para os três critérios apresentados, as vendas foram:

03/09 – 03 unidades a R\$ 50.000,00 = R\$ 150.000,00
 04/09 – 28 unidades a R\$ 45.000,00 = R\$ 1.260.000,00
 06/09 – 10 unidades a R\$ 48.000,00 = R\$ 480.000,00
 Total da Vendas = R\$ 1.890.000,00

Comparando-se os resultados obtidos para os critérios apresentados, teremos:

	PEPS ou FIFO	UEPS ou LIFO	Média
Vendas	1.890.000,00	1.890.000,00	1.890.000,00
(-) C.M.V.	(1.661.000,00)	(1.665.000,00)	(1.662.285,71)
Resultado	229.000,00	225.000,00	227.714,29
Estoque Final	164.000,00	160.000,00	162.714,29

Supondo que os três métodos foram utilizados cada um por uma empresa e que as três empresas tivessem adquirido mercadorias nas mesmas qualidades, pelos mesmos preços e vendido nas mesmas condições, suas situações reais seriam as mesmas, com a mesma quantidade de estoque, porém suas demonstrações financeiras seriam diferentes, porque usaram critérios diferentes, embora todos se basearam no custo de aquisição.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, estudamos que:

- Os sistemas para registros das operações com mercadorias devem atender às necessidades de mensuração e avaliação correspondente aos gastos (consumos) realizados para colocá-las em condições de venda.
- Para se apurar o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), utilizam-se dois métodos de controle do inventário do estoque, que são o Inventário Periódico e o Inventário Permanente.
- Entre os fatos que alteram os valores das compras, podemos citar despesas acessórias, descontos ou abatimentos incondicionais que constem na própria nota fiscal de compra, devoluções de compras ou compras anuladas (total ou parcial).
- Temos algumas condições que afetam o valor das vendas como abatimento sobre vendas e devoluções. Além disso, temos fatos que alteram as vendas e que envolvem situações financeiras, como descontos Comerciais e Descontos Financeiros.
- Existem alguns tributos que exercem influência no resultado da empresa, que são: ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, IVVC – Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis, IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados, PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
- Considera-se o Resultado Bruto com Mercadorias a diferença total entre as Receitas Obtidas pelas Vendas e o Custo dessas mercadorias vendidas.
- Existem alguns tipos de controle de estoques, como o PEPS (Primeiro a entrar, primeiro a sair), o UEPS (Último a entrar, primeiro a sair), a Média Ponderada Móvel e o Preço Específico.



1 A empresa quando encontrar-se na seguinte situação:

Uma empresa está efetuando compras de mercadorias dos seus fornecedores os quais concedem o “desconto comercial”, denominado de “desconto incondicional” porque não há nenhuma condição que o determine. Este desconto existe quando a empresa que está adquirindo a mercadoria deixa de pagar o valor que consta na nota fiscal de compra e paga o valor de compra com o desconto (valor reduzido).

Esse tipo de evento está relacionado com:

- a) () Fatos que alteram os valores das compras.
- b) () Fatos que alteram os valores das vendas.
- c) () Fatos que alteram os valores dos registros no Imobilizado.
- d) () Fatos que alteram os valores dos ativos intangíveis.

2 De que forma são avaliadas as mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado?

- a) () São avaliados pelo custo de produção.
- b) () São avaliados pelo custo de aquisição.
- c) () São avaliados pelo custo médio ou das últimas aquisições.
- d) () São avaliados pelo custo interno de capital.

3 Há diversos tipos de avaliações de estoques, e um deles trata do preço específico. Em qual situação é possível adotar esse tipo de avaliação de estoque?

- a) () O preço específico somente é possível onde a estrutura da matéria-prima e o modelo do produto, sejam similares. Sempre é possível ou economicamente viável a identificação do Custo Específico de cada unidade.
- b) () O preço específico somente é possível onde a quantidade, ou o valor, ou a própria característica o permite (um mesmo produto no controle de estoque). Na maioria das vezes não é possível ou economicamente viável a identificação do Custo Específico de cada unidade.
- c) () O preço estruturado somente é possível onde a quantidade, ou o valor, ou a própria característica o permite (um mesmo produto no controle de estoque). Na maioria das vezes é possível ou economicamente viável a identificação do Custo Específico de cada unidade.
- d) () O preço específico somente é possível onde o volume de produção estabelece o mesmo controle de estoque. Sempre é possível ou economicamente viável a identificação do Custo Específico de cada unidade.

OPERAÇÕES ENVOLVENDO ATIVO NÃO CIRCULANTE

1 INTRODUÇÃO

No Tópico 2 você estudará a composição das contas que envolvem o Ativo Não Circulante. Conforme já estudamos na Unidade 1, no ativo são classificadas as contas que representam as aplicações dos recursos que estão à disposição da empresa, que são os bens e os direitos. Assim, os recursos originados das contas do Passivo ou do Patrimônio Líquido estão aplicados na empresa no grupo de contas do Ativo. No entanto, há no Ativo recursos aplicados em grupos de contas específicos, como o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante.

Na Unidade 1 já vimos o Ativo Circulante, neste tópico estudaremos sobre a composição do Ativo Não Circulante.

2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Conforme o § 1º do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976, o ativo não circulante é composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

2.1 INVESTIMENTOS

No Ativo Não Circulante há um subgrupo de contas chamado de Investimentos, no qual estão registradas as participações societárias permanentes, que são valores aplicados na aquisição de ações e outros títulos de participação societária em demais empresas, com o objetivo de manter o investimento em caráter permanente para se obter o controle societário em alguma determinada data, ou por interesses econômicos e de mercado, entre eles, assim como fonte permanente de renda.

A manifestação de interesse em se manter o investimento permanente é feita quando se adquire a participação societária, com a devida inclusão no subgrupo de investimentos (caso haja interesse de permanência) ou registro no ativo circulante (caso não ocorra o interesse).

No que tange aos aspectos legais referentes a estes investimentos, buscou-se em Ribeiro (2009, p. 216), o que rege a Lei das Sociedades por Ações:

De acordo com o estabelecido no inciso III, artigo 179, da Lei nº 6.404/1976, classificam-se como investimentos as contas representativas das participações permanentes em outras sociedades e dos direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante ou no Ativo Realizável a Longo Prazo, e que não se destinam à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.

Conforme você pode observar, segundo o dispositivo legal supracitado, existem duas modalidades de investimentos que devem figurar neste subgrupo do Ativo Permanente:

Participações permanentes em outras sociedades; e

Direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante ou no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Há o caso de “Presumir-se” com a intenção de permanência quando o valor registrado no ativo circulante não for alienado até a data do balanço do período-base seguinte àquele em que tiver sido adquirido o respectivo direito.

Em se tratando de Investimentos, há a característica de investimentos em empresas Coligadas e Controladas.

- Investimentos em empresas coligadas

Sobre os investimentos em empresas Coligadas, o seu fundamento legal está documentado por Ribeiro (2009, p. 217) da seguinte forma:

COLIGADAS (Parágrafos 1º, 4º e 5º do art. 243 da Lei nº 6.404/1976).

São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar das decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20 por cento ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

De acordo com o autor, sempre que a empresa investidora deter mais de 20% de investimentos no capital da outra empresa e participar das decisões do planejamento da mesma nas áreas: industrial, mercado, *marketing*, dentre outras situações, são essas empresas COLIGADAS. Porém não tem poder de destituir cargos de diretoria ou de gestão, pois não possui o seu controle.

Também há casos da existência de empresas Equiparadas às Coligadas, e isso ocorre quando duas ou mais empresas (empresas A e B) participam em uma terceira empresa, com investimentos menores de 20% (sem controlá-la), e a terceira empresa é equiparada à empresa B (que é empresa coligada de A).

Ribeiro (2009, p. 217-218) explica e demonstra os fundamentos legais das empresas equiparadas às Coligadas.

(parágrafo único, artigo 2º, da Instrução CVM nº 247/1996).

Equiparam-se às coligadas:

As sociedades em que uma participa indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la.

Exemplo: a sociedade A participa com 6% do capital votante da sociedade C, e a sua coligada B também participa com 8% do capital votante de C. Nesse caso, como a soma das participações de A e B, que são coligadas em C, corresponde a 14% do capital votante de C, dizemos que a investida C é equiparada à coligada da investidora A.

As sociedades em que uma participa diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la, independentemente do percentual da participação no capital total.

Exemplo: suponhamos que a sociedade A seja proprietária de 5.000 ações com direito a voto da companhia B, cujo capital é composto por 80.000 ações, sendo 50.000 com direito a voto. Nesse caso, a companhia B é equiparada à coligada de A, uma vez que, embora a participação corresponda a 6,25 % do capital total, representa 10% do capital votante de B.

- Investimentos em empresas controladas

Outro aspecto de empresas envolvendo investimentos relevantes é o das empresas Controladas. São empresas que mantêm controle acionário diretamente em uma empresa investida.

Quanto aos aspectos legais que regem as empresas Controladas, vejamos o que diz Ribeiro (2009, p. 218-219):

CONTROLADAS (Parágrafo 2º, artigo 243, da Lei nº 6.404/1976)

Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderâncias nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A participação é direta quando a investidora é proprietária do total ou da maior parte do capital votante da sua investida.

Exemplo: a investidora A constituiu uma empresa B, sua controlada, sendo a única proprietária das 50.000 ações representativas do seu capital.

Neste caso, além de participar diretamente do capital da investida, a empresa A mantém o controle acionário direto da empresa B.

A participação é indireta quando a investidora (controladora) e uma ou mais de suas controladas são proprietárias no conjunto da maioria do capital votante de uma terceira sociedade.

Exemplo: suponhamos que a Investidora A seja proprietária de 80% do capital votante da sua controlada B. Suponhamos, ainda, que a investidora A seja proprietária de 30% do capital votante da sociedade C, da qual a controlada B seja também proprietária de 35% do capital votante. Nesse caso, como a investidora A com sua controlada B, juntas, são proprietárias de mais de 50% do capital votante de C, dizemos que a investidora A é controladora indireta de C.

NOTA:

É vedada a participação recíproca entre a companhia (investidora) e suas coligadas ou controladas (investidas).

Veja, agora, o que são “controladas” para a CVM (artigo 3º da Instrução CVM nº 247/1996).

Consideram-se controladas:

Sociedade na qual a investidora, direta ou indiretamente, seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente:

- a1) Preponderância nas deliberações sociais; e
- a2) O poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores;

Filial, agência, sucursal, dependência ou escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos Ativos e Passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica; e

Sociedade na qual os direitos permanentes de sócio, citados nas letras a.1 e a.2 supra, estejam sobre controle comum ou sejam exercidos mediante a existência de votos, independentemente do seu percentual de participação no capital votante.

Considera-se, ainda, controlada a subsidiária integral, tendo a investidora como única acionista.

De modo geral, estes são os aspectos estudados em empresas que pretendem manter investimentos permanentes em outras empresas.

A seguir vamos estudar as características e o que compõe o ativo Imobilizado de uma empresa.

2.2 IMOBILIZADO

Os recursos da empresa que são caracterizados como bens e direitos aplicados à manutenção das suas atividades, por se apresentarem de forma tangível (edifícios, máquinas, móveis e utensílios, dentre outros), são denominados de Ativo Imobilizado.

Nos casos em que ocorrerem a elaboração de benfeitorias para que determinada máquina possa operar de forma segura nas empresas, também são considerados Ativo Imobilizado. Estas benfeitorias são necessárias para possibilitar a capacidade de geração de caixa futuro para a empresa.

Os recursos da empresa, registrados em ativo imobilizado estão regulados pela NBC T 19.1.



Leia a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.177, de 24/07/2009, disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1177_2009.htm>.

Você saberia dizer quais são os itens que compõem o Ativo Imobilizado? De que forma poderíamos reconhecê-los?

De acordo com Iudícibus e Marion (2010, p. 195), os itens que compõem o Ativo Imobilizado são:

- Terrenos (realmente utilizados pela empresa).
- Edifícios (idem Terrenos).
- Instalações (integradas aos Edifícios: hidráulica, contra incêndios, elétricas, sanitárias etc.).
- Máquinas e Equipamentos (para realizar a atividade da empresa).
- Móveis e Utensílios (mesas, cadeiras, máquinas de escrever, arquivos etc.).
- Veículos (de utilização para cargas, para vendas, para administração etc.).
- Ferramentas (com vida útil superior a um ano).
- Benfeitorias em Propriedades Arrendadas (construções, instalações etc. em prédios de terceiros).
- Direitos sobre Recursos Naturais (aquisição de direitos para exploração de jazidas de minérios etc.).

Os autores ainda fazem a seguinte observação:

A Lei nº 11.638/07 introduziu o grupo de intangível que é composto pelas Marcas e Patentes (gastos com registros de marcas, nome, invenções e gastos com aquisição do direito de utilizar marcas ou patentes). Este grupo representa os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos inclusive o fundo de comércio adquirido. Portanto, o Intangível não faz parte do Imobilizado (Tangível). (IUDÍCIBUS; MARION, 2010, p. 195).

Alguns itens dentre eles os recursos aplicados na aquisição de bens de natureza tangível que ainda não estão em plena operação, como as construções em andamento, importações em andamento, dentre outros, também são considerados Ativo Imobilizado.

Porém, deve-se observar que, se a empresa resolver investir recursos em bens apenas para valorização e que não sejam utilizados nas atividades operacionais normais, deverão ser reconhecidos no grupo de investimentos enquanto não for definida a sua destinação. Não podem em hipótese alguma ser registrados em Ativo Imobilizado.

Outra característica da composição das contas do Ativo Imobilizado é o não reconhecimento da mensuração dos Intangíveis. Desde 1 de janeiro de 2008, por força da Lei nº 11.638/2007, itens como marcas e patentes dentre outros não são mais registrados no Ativo Imobilizado, e sim, no Ativo Intangível.

Vejam os exemplos da contabilização de um ativo imobilizado financiado:

Vamos utilizar como exemplo uma indústria que adquire máquinas para sua produção através de financiamento no valor R\$ 500.000,00, sendo que R\$ 400.000,00 foi por FINAME e R\$ 100.000,00 pagos ao fornecedor. O financiamento deve ser liquidado em 60 meses no valor de R\$ 7.266,67. A contabilização fica dessa forma:

Compra do bem ao fornecedor através da nota fiscal:

D – Máquinas e Equipamentos (Ativo Imobilizado) R\$ 500.000,00

C – Fornecedores (Passivo Circulante) R\$ 500.000,00

Liberação do financiamento:

Neste momento, o Banco paga ao fornecedor, e a empresa agora tem uma obrigação com o respectivo banco.

D – Fornecedores (Passivo Circulante) R\$ 400.000,00

C – Financiamentos – Finame (Passivo Circulante) R\$ 87.200,04

C – Financiamentos – Finame (Passivo Não Circulante) R\$ 348.800,16

D – Encargos Financeiros a Transcorrer (Redutora do Passivo Circulante) R\$ 7.200,04

D – Encargos Financeiros a Transcorrer (Redutora do Passivo Não Circulante) R\$ 28.800,16

Pagamento ao fornecedor do montante não financiado:

D – Fornecedores (Passivo Circulante) R\$100.000,00

C – Banco Conta Movimento (Ativo Circulante – disponibilidades) R\$100.000,00

Apropriação dos encargos financeiros:

D – Despesas Financeiras (Conta de Resultado) R\$ 600,00

C – Encargos Financeiros a Transcorrer (Redutora do Passivo Circulante) R\$ 600,00

Nota: Todos os meses, devemos fazer as transferências entre passivo não circulante e circulante, tanto dos encargos a transcorrer como do financiamento.

FONTE: Disponível em: <<http://www.comocontabilizar.com.br/como-contabilizar-aquisicao-de-bens-do-ativo-imobilizado-atraves-de-financiamento>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

2.3 ATIVO INTANGÍVEL

O Ativo intangível é um grupo de contas do Ativo Não Circulante.

Mas, o que vêm a ser INTANGÍVEL?

Com base em Ferreira (1975, p. 773), intangível é aquilo “em que não se pode tocar; impalpável, intátil, intocável”. Para Hendriksen e Breda (1999, p. 388), Ativo Intangível é definido da seguinte forma:

São bens que não podem ser tocados, porque não têm corpo. Mais formalmente diz-se que os ativos intangíveis são incorpóreos. (...) resultam do diferimento de desembolsos com serviços, em contraste com desembolsos com bens. Em outras palavras, ativos intangíveis são criados quando se gasta caixa (ou seu equivalente) com serviços.

Seguindo a mesma base conceitual Marion (2001, p.1) afirma que “o Ativo Intangível ou Incorpóreo ou Ativo Invisível são bens que não se pode tocar, pegar, que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos”.

Observando-se que nenhum dos autores citados delimita Ativos Intangíveis a esse ou àquele tipo de ativo, ficando claro, portanto, que sempre que um elemento for conceituado como ativo e for incorpóreo ele pode ser um Ativo Intangível.

2.3.1 Tipos de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis podem ser identificados de várias formas. Hendriksen e Breda (1999, p. 388) afirmam que “além do conhecido *Goodwill*, a lista inclui contas a receber, despesas pagas antecipadamente e ações e obrigações mantidas como aplicações financeiras”. Entretanto, os autores ressaltam que “nenhum desses exemplos, com exceção do *Goodwill*, porém, é o que os contadores normalmente chamam de ativos intangíveis”. A respeito disso, eles afirmam que:

Os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos permanentes, ou seja, ativos não circulantes. (...) geralmente não classificam muitos ativos incorpóreos não circulantes, tais como contas a receber e investimentos a longo prazo, como intangíveis, muito embora, no sentido estrito, sejam intangíveis.

Assim, podemos classificar os ativos intangíveis em dois grandes grupos: Despesas Diferidas e Intangíveis Tradicionais, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 9 – TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEIS	
<p><u>Intangíveis Tradicionais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nomes de produtos • Direitos de autoria • Compromissos de não concorrer • Franquias • Interesses futuros • <i>Goodwill</i> • Licenças • Direitos de operação • Patentes • Matrizes de gravação • Processos secretos • Marcas de comércio • Marcas de produtos 	<p><u>Despesas Diferidas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Propaganda e promoção • Adiantamentos a autores • Custos de desenvolvimento de <i>software</i> • Custos de emissão de títulos de dívida • Custos judiciais • Pesquisa de <i>marketing</i> • Custos de organização • Custos pré-operacionais • Custos de mudança • Reparos • Custos de pesquisa e desenvolvimento • Custos de instalação • Custos de treinamento

FONTE: Hendriksen e Breda (1999, p. 389)

A visão do FASB e do IASB tem conotações diferenciadas. Vejamos a seguir cada um separadamente.

a) Os Ativos Intangíveis de acordo com o FASB (*Financial Accounting Standards Board*)

De acordo com o FASB, citado por Hendriksen e Breda (1999, p. 388-389), o tratamento a ser dado aos Ativos Intangíveis se dá da seguinte forma:

Os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento deve obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos. O SFAC 5, parágrafo 63, diz que um item deve ser reconhecido quando (a) corresponde à definição apropriada, (b) é mensurável, (c) é relevante, e (d) é preciso. (...) A qualquer momento, portanto, em que um recurso intangível preenche esses critérios, deve ser reconhecido como ativo, assim como seria feito com um recurso tangível.

A capitalização (o reconhecimento de um item como ativo) deve ser considerada para uma série de itens que, frequentemente, são tratados automaticamente como despesas. Por exemplo, a propaganda deve ser tratada como despesas somente se não consegue atender a um dos quatro critérios. Sempre que se pode demonstrar que a propaganda possui benefícios futuros prováveis, deve ser apresentada como ativo. (...) Os custos de serviços, tais como pesquisa e desenvolvimento, reparos, treinamento ou propaganda relacionam-se a benefícios econômicos futuros. (...) Esses tipos de custos podem ser contabilizados como ativos, acrescentados a outros ativos ou divulgados separadamente.

b) Os Ativos Intangíveis de acordo com o IASB (*International Accounting Standards Board*)

Para o IASB, conforme Pronunciamento IAS 38, um ativo intangível deve ser reconhecido, pelo custo nas situações em que:

- (a) o ativo encontra-se com a definição de um ativo intangível, devendo ser um ativo identificável que seja controlado e claramente distinto do *goodwill* de uma empresa;
- (b) for provável que haverá benefícios econômicos futuros à empresa; e
- (c) o custo do ativo puder ser medido de forma confiável, tanto o ativo intangível adquirido de terceiros como o gerado internamente.

O IAS 38 inclui também critérios adicionais para o reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente. Se um ativo intangível não estiver com todas as definições e os critérios para o reconhecimento de um ativo intangível, o IAS 38 requer que o gasto com este ativo seja reconhecido como uma despesa quando é incorrido. E sobre gastos com pesquisa, o IAS 38 define que estes gastos devem ser reconhecidos como despesa do período a que correspondem. O mesmo tratamento aplica-se aos gastos com *start-up*, treinamento e anúncios. O IAS 38 também proíbe especificamente o reconhecimento com ativos do *goodwill* gerado internamente, tais como marcas, publicação de títulos, listas de clientes e itens similares. Entretanto, alguns gastos com desenvolvimento podem resultar no reconhecimento de um ativo intangível, tais como gastos com desenvolvimento de *software* de computador, quando explorável comercialmente.

2.3.2 Mensuração e amortização de ativos intangíveis

Referindo-se à mensuração de intangíveis, Almeida e Hajj (1997, p. 77) afirmam que “a mensuração do ativo intangível ainda representa um grande desafio para a Contabilidade. Apesar da subjetividade envolvida é possível mensurá-lo e contribuir com informações referentes ao *goodwill* e ao ativo intelectual”.

Martins (apud ALMEIDA; HAJJ, 1997, p. 77) diz que “recursos existem para obter benefícios econômicos futuros, portanto devem ser reconhecidos: direta ou indiretamente; curta ou longa distância; física ou intelectualmente; associação com agentes mais tangíveis”.

Hendriksen e Breda (1999, p. 391) abordam que:

Por definição, esses intangíveis são associados a outros ativos, resultando no que se denomina um problema de custos conjuntos. A solução usual é tratar o intangível como resíduo. Ou seja, calcula-se algum valor para os ativos tangíveis e atribui-se a diferença entre esse valor e o valor total do ativo como um todo ao intangível". Nos casos em que o intangível é identificável e separável, continuam os autores,

tal como ocorre com patentes e direitos de autoria, uma medida independente do intangível é possível. Em princípio, a medida mais informativa é o valor presente de seus benefícios projetados. Tal como ocorre com todos os ativos, porém, os contadores têm preferido usar os custos da transação, por causa de sua maior precisão presumida. Mesmo quando ativos intangíveis são doados à empresa, há uma relutância generalizada quanto a registrar qualquer valor nas contas, em virtude da elevada incerteza a respeito de qualquer avaliação que possa ser escolhida. Isto levou o AICPA a declarar, no Boletim de Pesquisa em Contabilidade número 43:

O montante inicial atribuído a todos os tipos de intangíveis deve ser o custo. No caso de aquisições sem pagamento em dinheiro, por exemplo, intangíveis adquiridos em troca de títulos, o custo pode ser representado pelo valor justo dos títulos trocados ou pelo valor justo dos bens ou direitos adquiridos, qualquer que seja o mais evidente.

Enfatizando a necessidade da precisão da mensuração mais adequada possível, esses autores salientam que apesar destas recomendações, nos casos em que houver evidência convincente de que é mais apropriada alguma outra avaliação, então ela deverá ser utilizada. “O patrimônio imaterial das empresas é um resultado do aumento de funções do próprio capital material e dos agentes que sobre o mesmo atuam para dinamizá-lo e aumentar-lhe a capacidade de utilidade ou eficácia”. (SÁ, 2000, p. 46). Neste caso, quando existir incerteza do valor dos elementos intangíveis, o autor estabelece o seguinte:

O fato de um agregado do capital não possuir forma tangível não autoriza a afirmar que se tornou inviável aferir o valor do mesmo, simplesmente porque está eivado de insegurança. Que exista um receio de incerteza quanto ao futuro, é natural admiti-lo, mas, tal fato alcança qualquer um dos elementos do capital, quer corpóreo, quer incorpóreo, sendo, todavia, factível, tecnologicamente, estabelecer critérios de prudência que assegurem confiabilidade às evidências imateriais. (...) Negar que se possa avaliar e reavaliar os intangíveis, comprados ou frutos de aplicações é recusar conhecer sobre a variação natural do movimento das riquezas e de seus entornos que são, por natureza, mutáveis por transformação constante. (SÁ, 2000, p. 48).

Entretanto, para mensurar-se qualquer ativo, quer tangível ou intangível, é fundamental que sejam definidas algumas regras, sem as quais não seria possível a atribuição de valores confiáveis aos ativos mensurados. A respeito disso, Almeida e Hajj (1997, p. 69-70) definem algumas regras básicas, tais como:

- objetividade;
- confiabilidade;
- oportunidade;
- precisão;
- exatidão;
- acurácia; e
- padrões de mensuração.

Vejamos um exemplo de definição de critérios de mensuração, segundo as autoras (ALMEIDA; HAJJ, 1997):

Para escolher o aluno mais alto de uma classe precisa-se mensurar a altura de cada um e isso pode ocorrer de duas formas:

1. colocando todos os alunos enfileirados e identificando o mais alto; ou
2. tomando as medidas das alturas dos alunos e verificando qual é o mais alto.

Na primeira forma, nenhum conhecimento de medida é necessário, mas o responsável pela análise terá que, obrigatoriamente, presenciar o evento. Na segunda, a pessoa que irá decidir não precisará, necessariamente, presenciar o evento, porém terá que ter conhecimento do critério de mensuração. Portanto, pode-se perceber que existe unanimidade de opiniões favoráveis ao reconhecimento contábil de qualquer elemento patrimonial classificável como Ativo, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

Tratando desse assunto, Hendriksen e Breda (1999, p. 394) afirmam que:

Em sua maioria, os ativos intangíveis são gerados gradativamente pela empresa a partir de gastos anuais lançados imediatamente a despesa. Entretanto, os intangíveis que são adquiridos por meio de uma compra ou desenvolvidos por meio de gastos extraordinários identificáveis são frequentemente capitalizados e amortizados, tal como acontece com a depreciação de instalações e equipamentos. Uma vez determinado o valor inicial a ser amortizado, os principais fatores a serem estimados são:

a) A vida útil do ativo.

b) O ritmo de alocação aos vários períodos da vida útil do ativo.

O valor residual ou de liquidação é, em geral, inexistente ou insignificante.

Para fins de amortização, há dois grupos distintos de intangíveis: Ativos Intangíveis com Duração Limitada e Ativos Intangíveis com Duração Ilimitada. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

- Ativos Intangíveis com Duração Limitada

A determinação da vida útil de ativos intangíveis é difícil. Cada ativo tende a ser especial, o que faz com que a experiência não tenha grande utilidade. Além disso, a decisão de investimento geralmente não é formulada com tanta precisão quanto no caso de ativos tangíveis. Em consequência, o procedimento de amortização tende a resultar num método de normalização de lucro que visa impedir oscilações causadas pela aquisição variável de ativos intangíveis não relacionadas apenas às atividades operacionais correntes.

Patentes, direitos de reprodução e algumas franquias possuem uma vida legal máxima, e apenas raramente sua duração econômica é superior a essa vida legal. Se as circunstâncias permitirem que o valor seja estendido além da vida legal, o custo ou outro valor deverá ser amortizado durante esse prazo. Muitos utilizam a vida útil legal, porém, na crença de que, sem a proteção legal, o valor além desse período é demasiadamente incerto para ser incluído na tabela de amortização. Mais comumente, a duração econômica é mais curta do que a vida útil legal em função de condições de demanda ou obsolescência. Quando tal ocorre, a duração econômica deve certamente ser o fator determinante. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 394).

- Ativos Intangíveis com Duração Indefinida

A amortização sistemática é apoiada com base no argumento de que todos os ativos intangíveis representam benefícios a serem vinculados a receitas futuras num período razoável. Hendriksen e Breda (1999, p. 395) descrevem:

Marcas, custos de organização e *goodwill* são exemplos de ativos intangíveis geralmente vistos como ativos que não possuem existência limitada ou vida útil natural determinada. Devem então ser amortizados? Alguns argumentam que, em função da natureza desses ativos intangíveis, tanto a vida útil quanto o ritmo de amortização devem, necessariamente, ser arbitrários, e portanto, não possuem fundamento lógico. Sem esse fundamento lógico, o lucro líquido registrado resultante não terá mais significado do que se a amortização não tivesse sido efetuada.

2.3.3 *Goodwill*

O *Goodwill* é uma das ferramentas da atualidade que é contemplado no CPC – Comissão de Pronunciamentos Contábeis nº 04 e que apresenta, além dos conceitos, formas para apuração da capacidade de geração do resultado econômico futuro da empresa de acordo com os ativos investidos.

Monobe (1986, p. 56) diz que “a maioria dos autores, entretanto, concorda atualmente que o *goodwill* é uma resultante do valor da empresa como um todo, em termos de sua capacidade de geração de lucros futuros, e do valor econômico dos seus ativos identificados e contabilizados”. O *goodwill* é sempre resultante de um valor residual.

A evolução conceitual por que passou o *goodwill* não lhe tirou o caráter residual do seu valor, decorrente, sobretudo da forma de sua apuração. No decorrer do tempo, o que tem mudado como resultado dos diferentes métodos utilizados é a natureza e a importância do valor residual correspondente ao *goodwill*. (MONOBE, 1986, p. 58).

O autor defende que o conceito ideal de *goodwill* é o de *Goodwill* Sinérgico.

Mesmo que todos os ativos tangíveis e intangíveis sejam identificados e mensurados os seus valores econômicos ou de uso, ao contrário do que afirma Gynther, restaria o efeito sinérgico resultante da combinação dos ativos utilizados no processo operacional. [...] ocorrendo sinergia positiva, o valor da empresa seria sempre maior que a soma dos valores econômicos de todos os ativos utilizados, sem exceção. Assim, se o contador fosse oniciente, o *goodwill* resultante seria atribuível à sinergia da organização, um conceito muito mais útil para a avaliação do comportamento da empresa e suas potencialidades (MONOBE, 1986, p. 60-61).

Para Martins (1972, p. 60), existem diversas concepções de conceitos que podem ser sintetizadas e colocadas em três grandes grupos:

1º grupo: fundamenta a definição de '*Goodwill*' como sendo o Valor Atual dos 'Superlucros';

2º grupo: considera como subavaliação dos Ativos ou falta de registro de alguns deles; e

3º grupo: o conceitua como '*Master Valuation Account*'.

Martins (1972, p. 104) conclui que "economicamente não existe sentido na definição de '*Goodwill*' a não ser que entendido como resíduo de algo difícil ou impossível de ser melhor identificado na prática". Conforme Marion (2001, p. 6), "o conceito correto de *Goodwill* é a diferença entre o valor da empresa e o valor de mercado dos Ativos e Passivos". No entanto, na sequência de sua explanação, ele divide o *goodwill* em:

(a) ***Goodwill* objetivo (adquirido)**: é representado pela diferença entre o valor pago na aquisição da empresa e o valor de mercado dos Ativos e Passivos adquiridos; e

(b) ***Goodwill* subjetivo**: é representado pela diferença entre o Valor Presente dos Fluxos de Caixa Futuros e o Valor de Mercado dos Ativos e Passivos.

Podemos ainda destacar outros conceitos, como o de Monobe (1986, p. 65) que diz que a "[...] a diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos". Temos o conceito definido por Iudícibus (1995, p.178), que diz que *goodwill* é o "[...] o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos; [...] o excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária; [...] o valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade". Para Almeida e Hajj (1997, p.76), é "[...] a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, gerados pelos ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que propiciam tal fluxo".

2.3.3.1 Mensuração e amortização do *Goodwill*

Hendriksen e Breda (1999, p. 392) afirmam que:

Goodwill é o mais importante ativo intangível na maioria das empresas. Frequentemente, é o ativo de tratamento mais complexo porque carece de muitas das características associadas a ativos, tais como identificabilidade e separabilidade. Em consequência, sua mensuração tem recebido atenção especial. Há três enfoques principais no que se refere à sua avaliação:

1. Por meio da avaliação de atitudes favoráveis em relação à empresa.
2. Por meio do valor presente da diferença positiva entre lucros futuros esperados e o retorno considerado normal sobre o investimento total, não incluindo *goodwill*.
3. Por meio de uma conta geral de avaliação – a diferença entre o valor da empresa em sua totalidade e as avaliações de seus ativos líquidos tangíveis e intangíveis individuais.

Martins (1972, p. 104) substituiu o termo *goodwill* pela expressão “excesso do valor econômico sobre o valor corrente” em uma proposta de modelo de relatório contábil devido à dificuldade de identificação e mensuração de alguns elementos do Ativo.

Cada elemento do Ativo identificado pelo agente e medido pelo seu Valor Corrente, sempre que isso for possível, independentemente de aparecimento desse item no Balanço em termos Históricos. Consequentemente, a Demonstração de Lucros e Perdas com a mensuração do Lucro Corrente.

O Ativo Total mensurado pelo seu Valor Econômico, provendo assim a informação tão avidamente desejada por muitos dos usuários da Contabilidade. E o Lucro torna-se, então, o Econômico.

A diferença entre os Valores Econômicos e Corrente é representada pela conta “Excesso do Valor Econômico sobre o Valor Corrente” no Balanço e na Demonstração de Lucros e Perdas. No Ativo tomará a função do que tem sido às vezes atribuído ao “*Goodwill*”; evitamos, pelo que já foi exposto, essa nomenclatura e preferimos uma denominação que represente mais fielmente a natureza do valor referido.

Monobe (1986, p.160) expõe que:

A solução do problema da existência de fatores de lucro não contabilizados, verdadeiros ativos ocultos, que prejudicam a comparabilidade das Demonstrações Contábeis das empresas, poderia ser encaminhada em dois sentidos:

agrupando os fatores de lucro não contabilizados individualmente sob o título “*goodwill*” (ativo intangível), e, ao mesmo tempo; aumentando gradativamente o número de fatores de lucro contemplados pela Contabilidade, o que requereria uma reformulação

dos Princípios e Convenções Contábeis Geralmente Aceitos, mas principalmente uma postura mais desenvolvimentista dos profissionais da Contabilidade.

Nos casos específicos de empresas comerciais ou prestadoras de serviços, a não contabilização do *goodwill* tornaria ainda menos comparáveis as suas Demonstrações Contábeis, uma vez que seus fatores mais importantes, localização e recursos humanos, não estariam incluídos em seus registros contábeis.

Ainda, na conclusão de sua Tese, Monobe (1986, p. 171) defende que:

A Contabilidade precisa registrar todos os recursos que contribuem para o desempenho de uma entidade, não se restringindo àqueles de fácil mensuração, pois, assim não procedendo, muitos fatores importantes acabam ficando fora dos registros contábeis, provocando distorções nas suas análises. A mensuração e contabilização de recursos humanos têm merecido estudos e teses, inclusive no Brasil, ficando demonstrada a necessidade de uma definição em relação à forma de “*disclosure*” daqueles que se constituem, possivelmente, no fator de lucro mais importante de uma empresa. [...] A identificação e mensuração do valor econômico individual de todos os ativos, um objetivo ainda distante, não levará, como o afirmam alguns autores, ao desaparecimento do *goodwill* – ao contrário, ele será reduzido a sua expressão mais significativa: o *goodwill* sinérgico da empresa. Na impossibilidade de apuração do valor econômico individual dos ativos, a alternativa é a utilização de métodos de avaliação de ativos que possibilitem mensuração aproximadas desse valor econômico.

O IASB admite duas alternativas de tratamento do *goodwill*, segundo o Pronunciamento IAS 22:

- a) contabilizando-o como ativo, pois representa um pagamento feito como antecipação dos resultados futuros, mas que o mesmo deva ser amortizado contra a receita em uma base sistemática ao longo de sua vida útil;
- b) debitando o patrimônio líquido no momento da aquisição.

É verdade que o *Goodwill* tem uma previsão de vida útil. Por efeitos econômicos, contratuais, pela obsolescência ou pela natureza do negócio o *Goodwill* desaparecerá ao longo dos anos do Ativo da empresa, devendo, portanto, existir a amortização, ou seja, a transformação do Ativo que deixa de trazer benefícios futuros em despesa.

No Brasil, conforme a Lei das S.A., o período de amortização não deve ultrapassar a dez anos. Conforme normas internacionais (IASB), este período não deve ultrapassar a vinte anos ou a quarenta anos nos Estados Unidos (USGAAP).

Iudícibus (1995, p. 178) esclarece que as empresas não contabilizam o *goodwill* formado pelo valor dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade, “criado ou mantido, devido às dificuldades quanto aos problemas de objetividade.”

2.3.3.2 Fórmula para o cálculo do *goodwill* subjetivo

Iudícibus (1995, p.178) apresenta a seguinte fórmula para expressar o valor do *Goodwill* Subjetivo:

$$G = \frac{L_1 - rPL_0}{1 + j} + \frac{L_2 - rPL_1}{(1 + j)^2} + \dots + \frac{L_n - rPL_{n-1}}{(1 + j)^n}$$

Onde:

PL_0 = patrimônio líquido a valores de realização (tangíveis e intangíveis identificáveis), avaliado no momento zero;

r = taxa de retorno de um investimento de risco zero;

a taxa de custo de oportunidade, aplicável em PL_i por apresentar o recebimento de PL_i um risco nulo (está avaliado a valor de realização);

L_i = lucro projetado para o período i

j = taxa desejada de retorno, que deve ser superior à taxa r , pois o lucro L_i é gerado por elementos tangíveis e intangíveis; o risco é maior, logo teremos de adicionar a r um prêmio pelo risco.

Veja um exemplo de cálculo do *Goodwill* subjetivo.

FIGURA 18 – EXEMPLO DE CÁLCULO DO GOODWILL SUBJETIVO

CÁLCULO DO GOODWILL SUBJETIVO (VALORES EM R\$ mil)									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL		
Vendas Brutas	106.776	113.183	114.314	123.460	203.729	207.803	869.264		
(-) Impostos das Vendas (21,25%)	-22.690	-24.051	-24.292	-26.235	-43.292	-44.158	-184.719		
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-58.727	-73.569	-74.304	-80.249	-132.424	-135.072	-565.022		
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	25.359	15.563	15.718	16.976	28.013	28.573	119.524		
(-) Despesas Administrativas	-3.737	-3.961	-4.001	-4.321	-7.131	-7.273	-30.424		
(-) Despesas Comerciais	-6.407	-6.791	-6.859	-7.408	-12.224	-12.468	-52.156		
RESULTADO OPERACIONAL	15.216	4.810	4.858	5.247	8.658	8.832	47.621		
Aliquota do Imposto de Renda	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%		
(-) Imposto de Renda	-5.325	-1.684	-1.700	-1.836	-3.030	-3.091	-16.667		
LUCRO PROJETADO	9.890	3.127	3.158	3.411	5.628	5.741	30.954		
Patrimônio Líquido	20.000	23.127	26.285	29.695	35.323	41.064			
Retorno a Risco Zero (r) = 10% (Taxa de atratividade)	2.000	2.313	2.628	2.970	3.532	4.106			
Retorno Desejado (j) = 12%	1.000	1.120	1.254	1.405	1.574	1.762			
Lucro - Retorno	7.890	814	529						
Lucro - Retorno Descontado	7.890	727	422						
GOODWILL	11.612								

TAXA DE REMUNERAÇÃO	10,00%	ao ano.	INDICADORES ECONÔMICOS
----------------------------	---------------	---------	-------------------------------

Valor da venda da empresa	20.000
Patrimônio Líquido	11.612
Goodwill	31.612
Total	31.612

FONTE: O autor.

O que você entendeu deste modelo? De acordo com o Patrimônio Líquido apresentado em 2014 no valor de \$ 23.127, o retorno a risco zero (taxa de atratividade, remuneração do capital investido) é de 10%. Desta forma, o retorno a risco zero é de no mínimo \$ 2.313. O lucro apurado no valor de \$ 3.127 menos o valor apurado em \$ 2.313 (remuneração mínima dos sócios) é de \$ 814, os quais representam o “caixa livre” ou a “sobra” da empresa após “pagar” todas as despesas, impostos e os sócios. Este valor deve ser descontado com uma taxa mínima de retorno final, chamada de “retorno desejado”, que a valor presente é o que podemos chamar de *goodwill*.

Para os demais períodos a sistemática de cálculo é igual.

Por final, somam-se todos os valores apurados na linha LUCRO – RETORNO DESCONTADO, e apurado o valor final (total) do GOODWILL apurado.



Para aprofundar seus estudos em relação aos Ativos Intangíveis (incluindo o *Goodwill*), sugerimos a leitura do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC-04: ATIVO INTANGÍVEL. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04n.pdf>.

2.4 DEPRECIÇÃO

A Depreciação é um item muito importante do Imobilizado. De modo geral, o termo depreciação está quase sempre ligado à ideia da perda de valor, embora que este valor não seja bem definido, pois não há uma certeza da sua mensuração.

Na área tecnológica, a depreciação assume um significado de perda de eficiência dos bens. Em outras palavras, é a perda pelo uso dos bens e pela reposição das máquinas e equipamentos por outras tecnologicamente mais avançadas.

Na economia, a depreciação está relacionada à diferença entre valores objetivos (valores de mercado de um determinado bem) ou subjetivos (valores atribuídos pelos proprietários a seus próprios bens). É utilizado no caso de uma negociação informal, em que determinada máquina possui o valor de R\$ 100.000,00 no mercado, porém os proprietários negociam essa máquina por R\$ 90.000,00. Então houve uma depreciação decorrente da negociação em R\$ 10.000,00.

No campo da contabilidade, a depreciação está vinculada a ideia de custo amortizado dos bens. O valor da depreciação apurada em um período é o custo amortizado nesse mesmo período durante a vida útil do bem.

E o que isso quer dizer? Digamos que o valor da depreciação de um bem seja de R\$ 2.000,00. É importante que fique claro que a empresa não desembolsou esse valor para o reconhecimento da despesa. Na verdade, esta depreciação é a “perda” do valor do bem durante o seu uso.

Exemplo: se uma empresa possui um bem no valor de R\$ 20.000,00 e teve a depreciação apurada em R\$ 2.000,00 significa que esse bem vale atualmente R\$ 18.000,00. Estes R\$ 2.000,00 de depreciação não foram pagos com cheque/caixa, mas houve uma redução no valor do bem que, por consequência, reduziu o valor do resultado econômico (lucro) em R\$ 2.000,00. Então o Lucro diminuiu, mas o caixa não diminuiu no mesmo valor.

É recomendável que a empresa faça uma reserva de caixa com estes R\$ 2.000,00 para reposição futura do bem. Isso porque no futuro, se não houver a reserva desse recurso, a empresa deverá desembolsar o valor integral do bem.

Assim, os bens de consumo duráveis, como máquinas, equipamentos, prédios dentre outros, serão utilizados pela empresa para desenvolver suas atividades operacionais por vários anos e serão depreciados ao longo do tempo de vida útil. E esse valor gasto na sua aquisição é distribuído proporcionalmente para compor o custo dos produtos ou o valor das despesas operacionais durante os períodos que este bem está sendo utilizado.

Mas há regulamentação específica, constante no Regulamento do Imposto de Renda, que disciplina este assunto estabelecendo os bens sujeitos à depreciação e fixando prazos, métodos, taxas, critérios etc.



Existem algumas causas que provocam a desvalorização de um bem pela depreciação, que são: **Desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência.**

A obsolescência ocorre em função dos novos investimentos que a empresa venha efetuar. Um equipamento ou ativo obsoleto é um equipamento ou ativo antiquado, ultrapassado. A depreciação, neste caso, alcança apenas os bens materiais classificados no Ativo Imobilizado e os bens de renda classificados no grupo de Investimentos do Ativo Permanente (Ex: Imóvel alugado).

A Taxa de Depreciação corresponde a um percentual estabelecido em relação ao tempo de vida útil deste bem, que varia de acordo com o método de depreciação adotado.

Em síntese, a depreciação é o reconhecimento da perda ou diminuição da capacidade de geração de caixa dos bens.

Estes fenômenos ocorrem em função de alguns fatores:

- a) Causas físicas: os bens vão perdendo sua eficiência funcional, em decorrência do desgaste pelo funcionamento (partes e peças) ou então pela ação do tempo (corrosão, dentre outras).
- b) Causas funcionais: os bens perdem sua eficiência funcional, ou seja, capacidade de geração de caixa à medida que são superados tecnologicamente (atualmente há um largo avanço tecnológico que contribui para a necessidade da substituição imediata dos bens).
- c) Causas excepcionais: neste caso os bens perdem a capacidade de geração de caixa em função de possíveis acidentes, incêndios, tempestades. Isso é em decorrência de fatores que fogem ao controle humano.

Esta perda da capacidade de geração de caixa dos bens é reconhecida na contabilidade como:

- a) custo: desgaste ocorrido nos bens utilizados na produção (custos indiretos de produção);
- b) despesa: desgaste ocorrido nos bens cuja utilização não está relacionada à produção (despesas operacionais do período).

De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), no seu artigo 183, estabelece que a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente como depreciação.

Em relação à depreciação perante o Imposto de Renda, Iudícibus e Marion (2010, p. 196) afirmam que:

Para efeito de Imposto de Renda, a Depreciação não é obrigatória; todavia, é interessante que a empresa a faça para apuração do Lucro Real do exercício (pagando menos Imposto de Renda), apresentando um lucro mais próximo da realidade. Contudo, se o contribuinte deixar de depreciar num exercício, não poderá, no exercício seguinte, fazê-lo acumuladamente, em virtude do “princípio legal da independência dos exercícios (ou competência de exercícios)”. A Depreciação efetuada fora do exercício em que ocorreu a utilização dos bens do ativo, bem como a Depreciação calculada a maior que as taxas permitidas, não são dedutíveis como custos, ou encargos, para fins do Imposto de Renda.

As taxas anuais de depreciação admitidas para um turno normal de 8 (oito) horas diárias, fixadas pela SRF (Secretaria da Receita da Fazenda).

Dentre alguns métodos de depreciação, o mais utilizado é o método linear ou método das quotas constantes, isso por causa da sua simplicidade de cálculo e por ser aceito pela legislação fiscal. Caracteriza-se pela utilização de quotas constantes ou iguais durante a vida útil do bem, e a sua parcela é distribuída em função do tempo.

Veja a seguir um exemplo deste método.

Valor de aquisição do bem: 8.000,00
Vida útil do bem: 5 anos

Taxa anual de depreciação: $100\% / 5 \text{ anos} = 20\% \text{ ao ano}$

Quota de depreciação anual: $8.000,00 / 5 \text{ anos} = 1.600,00$ ou $8.000,00 \times 20\% = 1.600,00$

Quota de Depreciação mensal: $\frac{8.000,00 \times 20\%}{12} = 133,33$ ou
 $8.000,00 / 60 \text{ meses} = 133,33$

Contabilização:

D - Despesa ou Custo de Depreciação 133,33

C - Depreciação Acumulada (Imobilizado) (133,33)

O valor do bem de R\$ 8.000,00 é depreciado em 20% ao ano. Então, o resultado de R\$ 8.000,00 multiplicados por 20% é dividido por 12 meses. O resultado é de R\$ 133,33 por mês de depreciação. Como esses valores não são corrigidos, os R\$ 133,33 serão constantes até o final da sua utilização.

Outro método é a depreciação acelerada, que é utilizada quando a empresa tem suas atividades operacionais em dois ou três turnos de trabalho. Há aspectos legais que regulamentam a utilização das taxas deste tipo de depreciação, conforme podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO 10 – DEPRECIÇÃO ACELERADA

	Taxa Normal	X	Coefficiente	Taxa Acelerada
Máquinas	10%	X	1,5	15%
Ferramentas	20%	X	1,5	30%
.....	X	1,5
.....	X	1,5
Para três turnos:				
Máquinas:	10%	X	2,0	20%
.....	X	2,0
.....	X	2,0
.....	X	2,0

FONTE: Ludícibus e Marion (2010, p. 197)

Isso significa que se a empresa adotar um turno de 8 horas, sua taxa de depreciação é a estabelecida pela Receita Federal do Brasil. Se ocorrerem 2 turnos de 8 horas, haverá um acréscimo em 1,5 vezes a taxa adotada pela Receita Federal do Brasil. E se ocorrerem 3 turnos de 8 horas, então haverá um acréscimo de 2 vezes a taxa adotada pela Receita Federal do Brasil.

2.4.1 Amortização

A amortização é um processo semelhante à depreciação. O seu cálculo é realizado ao final de cada período (geralmente é fixado ao final de cada mês ou por ocasião do levantamento do Balanço), com a finalidade de apurar o cálculo (valor) do custo, despesa ou encargo do período estabelecido, a parte do valor gasto com bens, direitos ou despesas que irão contribuir na formação do resultado de outros exercícios sociais. Esses gastos que são considerados bens imateriais, são reconhecidos em contas do Ativo Imobilizado.

A legislação tributária, com a adoção do Regulamento do Imposto de Renda, disciplina o assunto que estabelece as contas sujeitas à amortização e também fixa as taxas, prazos, critérios, dentre outros.

A forma para apurar a amortização se chama Quota de Amortização, que é determinada pela utilização de uma taxa anual de amortização sobre o valor original do capital aplicado ou sobre as despesas registradas do ativo diferido corrigido monetariamente.

Assim, a Taxa Anual de Amortização será fixada com base no número de anos restantes de existência do direito, e no número de períodos em que deverão ser usufruídos os benefícios decorrentes das despesas registradas no Ativo Diferido.

Outro fator a considerar são os prazos mínimos e máximos para realizar a apuração da amortização:

a) O regulamento do Imposto de Renda fixa em cinco anos o prazo mínimo de amortização para a maioria das contas amortizáveis;

b) O parágrafo terceiro do artigo 183 da Lei nº 6.404 estabelece que os recursos aplicados no Ativo Diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a dez anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes.

Vamos buscar na Receita Federal do Brasil alguns conceitos sobre o que consiste a amortização de direitos, bens, custos e despesas.

Consiste na "recuperação contábil" do capital aplicado na aquisição de direitos, cuja existência ou exercício tenha duração limitada, ou de bens, cuja utilização pelo contribuinte tenha o prazo limitado por lei ou contrato, e dos custos, encargos ou despesas, registrados no ativo diferido, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um período de apuração. (RECEITA FEDERAL, 2013, p. 1).

Ainda, segundo a Receita Federal,

Poderão ser amortizados o capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada, ou de bens, cuja utilização pelo contribuinte tenha o prazo legal ou contratualmente limitado, tais como (RIR/1999, art. 325, inciso I):

- a. patentes de invenção, fórmulas e processos de fabricação, direitos autorais, licenças, autorizações ou concessões;
- b. investimento em bens que, nos termos da lei ou contrato que regule a concessão de serviço público, devem reverter ao poder concedente, ao fim do prazo da concessão, sem indenização;
- c. custo de aquisição, prorrogação ou modificação de contratos e direitos de qualquer natureza, inclusive de exploração de fundo de comércio;
- d. custo das construções ou benfeitorias em bens locados ou arrendados, ou em bens de terceiros, quando não houver direito ao recebimento de seu valor;
- e. o valor dos direitos contratuais de exploração de florestas por prazo determinado, na forma do art. 328 do RIR/1999. (RECEITA FEDERAL, 2013, p.1)

Vejamos quais custos e despesas poderão ser objetos de amortização:

Os custos, encargos ou despesas registrados no ativo diferido que contribuirão para a formação do resultado de mais de um período de apuração (RIR/1999, arts. 324 e 325, inciso II), tais como:

- a. a partir do início das operações, as despesas de organização pré-operacionais ou pré-industriais;

- b. as despesas com prospecção e cubagem de jazidas ou depósitos, realizadas por concessionárias de pesquisa ou lavra de minérios, sob a orientação técnica de engenheiro de minas, se o contribuinte optar pela sua capitalização;
- c. a partir da exploração da jazida ou mina, ou do início das atividades das novas instalações, os custos e as despesas de desenvolvimento de jazidas e minas ou de expansão de atividades industriais, classificados como ativo diferido até o término da construção ou da preparação para exploração;
- d. a partir do momento em que for iniciada a operação ou atingida a plena utilização das instalações, a parte dos custos, encargos e despesas operacionais registrados como ativo diferido durante o período em que a empresa, na fase inicial da operação, utilizou apenas parcialmente o seu equipamento ou as suas instalações;
- e. os juros durante o período de construção e pré-operação registrados no ativo diferido (inclusive o de empréstimos contraídos para financiar a aquisição ou construção de bens do ativo permanente, incorridos durante as fases de construção e pré-operacional);
- f. os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais, ou de implantação do empreendimento inicial, registrados no ativo diferido;
- g. os custos, despesas e outros encargos com a reestruturação, reorganização ou modernização da empresa.

NOTAS:

O prazo de amortização dos valores relativos aos itens de "a" até "e" não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos (RIR/1999, art. 327).

A partir de 1º/01/1996, somente será considerada como dedutível a amortização de bens e direitos intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso III; e RIR/1999, art. 324, § 4º).

As despesas operacionais relativas aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos podem ser deduzidas contabilmente no período de apuração da realização dos dispêndios, isto é não serão mais objeto de amortização, conforme exposto nesta pergunta (Decreto nº 4.928, de 2003, art. 1º).

FONTE: Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/per-gresp2005/pr381a388.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

Em relação aos limites para a amortização, “[...] em qualquer hipótese, o montante acumulado das quotas de amortização não poderá ultrapassar o custo de aquisição do direito ou bem ou o total da despesa efetuada, registrado contabilmente (RIR/1999, art. 324, § 1º). (RECEITA FEDERAL, 2013, p.1).

A contabilização da amortização é feita da seguinte forma:

D - Amortização (conta de despesa operacional)

C - Amortização Acumulada (conta retificadora do Ativo Permanente)

2.4.2 Exaustão

A exaustão é um processo semelhante à depreciação e à amortização, porém aplicado sobre as contas que registram recursos naturais (minerais ou vegetais).

A legislação tributária, através do Regulamento do Imposto de Renda, disciplina o processo de exaustão, determinando as contas sujeitas e fixando prazos, taxas, critérios etc.

EXAUSTÃO DE RECURSOS MINERAIS

Exaustão é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais.

A diminuição de recursos minerais resultante da sua exploração deverá ser computada como custo ou encargo.

A sistemática para a determinação da quota anual de exaustão é semelhante àquela aplicada no cálculo do encargo anual de depreciação.

A base de cálculo da quota anual de exaustão é o custo de aquisição dos recursos minerais explorados.

LIMITE

A depreciação, amortização e exaustão devem ser reconhecidas até que o valor residual do ativo seja igual ao seu valor contábil (NBC 19.5.4.4).

DETERMINAÇÃO DA QUOTA ANUAL

O montante anual da quota de exaustão será determinado com base no volume da produção do ano e sua relação com a possança conhecida da mina, ou em função do prazo de concessão para sua exploração.

Existem, portanto, dois critérios para o cálculo da quota de exaustão de recursos minerais, a saber:

- 1) com base na relação existente entre a extração efetuada no respectivo período de apuração com a possança conhecida da mina (quantidade estimada de minérios da jazida);
- 2) com base no prazo de concessão para exploração da jazida.

O critério a ser observado será aquele que proporcionar **maior** percentual de exaustão no período.

CÁLCULO DA EXAUSTÃO REAL

O critério adotado na determinação da quota anual de exaustão é o mesmo aplicado no cálculo da quota de depreciação.

Desta forma, à medida que os recursos minerais vão se exaurindo, registra-se na contabilidade, simetricamente à possança conhecida da jazida, a quota de exaustão.

Exemplo:

Cálculo da quota anual de exaustão considerando-se os seguintes dados:

Valor contábil da jazida: R\$ 30.000,00

Exaustão acumulada: R\$ 6.000,00

Possança conhecida da jazida: 5.000 toneladas

Produção do período: 750 toneladas

Prazo para término da concessão: 8 anos

Encargo de exaustão a ser apropriado como custo do período:

1) Relação entre a produção no período e a possança conhecida da mina:

$750 \text{ toneladas} \times 100 / 5.000 = 15\%$

$R\$ 30.000,00 \times 15\% = R\$ 4.500,00$

2) Prazo para término da concessão:

$100 / 8 = 12,5\%$

$R\$ 30.000,00 \times 12,5\% = R\$ 3.750,00$

No exemplo, o prazo para término da concessão é de 8 (oito) anos e, assim sendo, o encargo a ser contabilizado será no valor de R\$ 4.500,00, uma vez que a jazida estará exaurida antes do término do prazo de concessão.

Contabilização

D – Exaustões de Recursos Minerais (Conta de Resultado)

C – Exaustão Acumulada – Mina XYZ (Imobilizado – Permanente)

FONTE: Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/exaustaorecminerais.htm>> Acesso em: 9 dez 2013.

A contabilização da exaustão é feita da seguinte forma:

D - Exaustão (conta de despesa operacional)

C - Exaustão Acumulada (conta retificadora do Ativo Permanente).

2.5 GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL

Um dos relevantes aspectos nos impactos do resultado econômico é o que se aplica na apuração do ganho ou perda de capital, e isso ocorre quando a empresa realiza a baixa de um bem tangível ou intangível.

O valor do ganho ou a perda de capital se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo as baixas dos bens, e essas baixas pode ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.

Os ganhos e perdas, que devem ser registrados na determinação do lucro real, estão regulamentados no RIR/1999, art. 418, caput e IN SRF nº 11, de 1996, art. 36.

Apura-se o ganho ou a perda de capital mensurando o valor de aquisição original do bem ou direito e excluindo todo o valor de depreciação registrado na

contabilidade até a data da efetiva baixa e o valor real de sua efetiva baixa. Isso está baseado no RIR (Regulamento do Imposto de Renda) de 1999, art. 418, § 1º e IN SRF nº 11, de 1996, art. 36, § 2º.

Este resultado de ganho ou perda de capital será reconhecido no resultado econômico da empresa, de acordo com a data de sua ocorrência e o período de competência. Esse resultado positivo ou negativo será acrescido na apuração do lucro real, gerando reflexos na apuração do IRPJ Imposto de Renda Pessoa Jurídica, da CSLL Contribuição Social do Lucro Líquido e do Adicional do IRPJ Imposto de Renda Pessoa Jurídica. (IN - Instrução Normativa; SRF - Secretaria da Receita Federal nº 11, de 1996, art. 36, §§ 3º e 4º).

Se a empresa efetuar a venda de um bem e registrar conseqüentemente sua baixa contábil e esse bem tenha sido vendido a prazo, com conseqüente apuração de ganho de capital, poderá a empresa diferir este resultado apurado da quantidade de parcelas e na sua proporção de recebimento do valor total contratado, ou seja, irá pagar o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido e conseqüentemente o adicional de Imposto de Renda à medida que forem sendo reconhecidos os ganhos de capital em decorrência do recebimento das parcelas.

Esse tipo de procedimento está regulamentado no parágrafo 10, do artigo 18, da IN - Instrução Normativa nº 390 SRF/2004 (Secretaria da Receita Federal), sendo permitido também diferir esse valor da base de cálculo da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Vamos buscar em Granada (2013, p. 1) um exemplo de cálculo de ganho na baixa de um ativo com sua venda à vista:

a) São Dados: Tipo de Bem	= um veículo
Adquirido em	= 01.01.2009
Valor de Aquisição	= R\$ 40.000,00
Tempo de Vida Útil	= 5 anos ou 60 meses
Data da Venda	= 01.11.2012
Valor da Venda	= R\$ 15.000,00
b) Cálculo do ganho ou perda de capital:	
Valor de Aquisição	=R\$ 40.000,00
(-) Depreciação Contábil	= R\$ 30.666,67 (46 meses)
<hr/>	
(=) Valor Contábil Apurado	= R\$ 9.333,33
Valor de venda	= R\$ 15.000,00
<hr/>	
Ganho de capital apurado	= R\$ 5.666,67

Você percebeu que não é nada complexo este cálculo?

Sua influência tributária é extremamente relevante, pois o valor do ganho tributário é agregado ao resultado mensal ou trimestral da empresa (quando for optante pelo lucro real), um caso é o das empresas de *factoring*. No exemplo anterior obtivemos um ganho, portanto, ele será somado ao nosso lucro da empresa ou deduzido do prejuízo.

Deve-se atentar para os reflexos tributários que existem antes de baixar um bem e que se realizem contas básicas para identificar os impostos pertinentes e suas influências no resultado contábil da empresa.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, estudamos que:

- O ativo não circulante é composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- Há a característica de investimentos em empresas Coligadas e Controladas.
- “O Ativo Intangível ou Incorpóreo ou Ativo Invisível são bens que não se podem tocar, pegar, que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos”.
- Podemos classificar os ativos intangíveis em dois grandes grupos: despesas diferidas e intangíveis tradicionais.
- Para mensurar-se qualquer ativo, quer tangível ou intangível, é fundamental que sejam definidas algumas regras, tais como: objetividade, confiabilidade, oportunidade, precisão, exatidão, acurácia e padrões de mensuração.
- O *Goodwill* é uma das ferramentas da atualidade que é contemplado no CPC – Comissão de Pronunciamentos Contábeis nº 04 e que apresenta, além dos conceitos, formas para apuração da capacidade de geração do resultado econômico futuro da empresa de acordo com os ativos investidos.
- A Depreciação é um item muito importante do Imobilizado. De modo geral, o termo depreciação está quase sempre ligado à ideia da perda de valor, embora que este valor não seja bem definido, pois não há uma certeza da sua mensuração.
- Existem algumas causas que provocam a desvalorização de um bem pela depreciação, que são: desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência.
- O cálculo da amortização é realizado ao final de cada período (geralmente é fixado ao final de cada mês ou por ocasião do levantamento do Balanço), com a finalidade de apurar o cálculo (valor) do custo, despesa ou encargo do período estabelecido, a parte do valor gasto com bens, direitos ou despesas que irão contribuir na formação do resultado de outros exercícios sociais.

- A exaustão é um processo semelhante à depreciação e à amortização, porém aplicado sobre as contas que registram recursos naturais (minerais ou vegetais).
- O valor do ganho ou a perda de capital se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo com as baixas dos bens, e essas baixas podem ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.



- 1 Em empreendimentos empresariais, há situações onde algumas empresas realizam investimentos em outras empresas. Em determinadas situações, há o caso de existirem investimentos em empresas coligadas e controladas.

Assinale a alternativa a seguir que relacione investimentos em empresas coligadas:

- a) () São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência de empresa controladora.
- b) () São coligadas as sociedades nas quais a investidora não tenha influência significativa.
- c) () São controladas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.
- d) () São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

- 2 Para o IASB, conforme Pronunciamento IAS 38, um ativo intangível deve ser reconhecido, pelo custo nas situações em que:

- a) () O ativo encontra-se com a definição de um ativo intangível, devendo ser um ativo identificável que seja controlado e claramente distinto do *goodwill* de uma empresa.
- b) () Não for provável que haverá benefícios econômicos futuros à empresa.
- c) () O custo do passivo puder ser medido de forma confiável, tanto o ativo intangível adquirido de terceiros como o gerado internamente.
- d) () O valor relativo do patrimônio líquido puder ser medido de forma confiável, tanto o ativo intangível adquirido de terceiros como o gerado internamente.

- 3 Para efeitos de tributação do Imposto de Renda, a Receita Federal do Brasil também o realiza sobre os Ganhos de Capital.

Assinale de acordo com as alternativas a seguir, o que está relacionado com Ganhos de Capital.

- a) () O valor do ganho ou a perda de capital se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo com as baixas dos estoques, e essas baixas pode ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.
- b) () O valor do ganho ou a perda de cobranças de clientes se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo com as baixas dos bens, e essas baixas podem ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.

- c) () O valor do ganho ou a perda de capital se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo as cobranças com alienação fiduciária, e essas baixas podem ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.
- d) () O valor do ganho ou a perda de capital se obtém com a apuração dos resultados obtidos de acordo com as baixas dos bens, e essas baixas podem ser por decorrência de alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão.

OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS E PROVISÕES CONTÁBEIS

1 INTRODUÇÃO

Neste Tópico 3 você estudará quais são e como se procedem operações com instrumentos financeiros e provisões contábeis.

2 ATIVOS FINANCEIROS OU INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

Na economia e na administração financeira é comum lidar com moedas, notas (dinheiro), caderneta de poupança e outros tipos de ativos que exerçam impacto no resultado econômico ou financeiro da empresa.

Muitos ativos são aplicados em diversos tipos de investimentos. Os Ativos Financeiros podem tanto assumir a forma de dinheiro como a posse de algum tipo de direito sobre esses ativos.

Todos os ativos financeiros conhecidos no mercado são classificados com base na sua capacidade de liquidez. Os ativos financeiros que mais possuem capacidade de liquidez são aqueles que mais rápido se transformam em dinheiro. São aqueles que o investidor pode dispor mais facilmente. Em outras palavras, o ativo financeiro de maior liquidez na economia é a própria moeda. Também podemos considerar aqueles que mais circulam na economia e no mercado, por isso mesmo são considerados os meios de pagamento mais usuais como: moedinhas, notas (papel moeda) e depósitos à vista (cheques).

2.1 DERIVATIVOS

Um derivativo pode ser considerado um ativo financeiro com um valor que depende do valor de outro ativo financeiro, ou seja, o ativo-objeto. Um exemplo seria a opção de compra de uma ação negociada em bolsa. O derivativo passa a ser a opção da compra da ação desse bem e seu valor depende do valor da ação de outro tipo de ativo no mercado (muitas vezes *commodities* negociadas em finanças internacionais). Nesse caso, o ativo-objeto é um ativo financeiro (ações, bônus, índices, dentre outros), mas há derivativos cujo valor depende do valor de uma mercadoria/*commodity* (trigo, boi gordo, café etc.).

Vamos buscar em Stickney e Weil (2001, p. 519) alguns conceitos sobre derivativos:

Ao realizar suas operações, as empresas defrontam-se com riscos de várias naturezas – risco de que os clientes deixem de comprar seus produtos e serviços; risco de que o preço de suas matérias-primas se eleve, após ter-se comprometido a fornecer seus produtos por um preço fixo; risco de que o dólar se desvalorize diante do euro, fazendo com que vendas denominadas em euro gerem menos dólares do que o esperado, quando a venda foi realizada; risco de que a taxa de juros se eleve, aumentando o pagamento de juros de bônus lançados com taxa flutuante, risco de que os empregados se demitam ou se aposentem, em quantidade superior ao esperado etc.

As empresas podem comprar instrumentos financeiros para diminuir alguns tipos de risco do negócio – todos, exceto o primeiro, na ilustração apresentada. Derivativo é um instrumento financeiro desenhado com o objetivo de ajudar as empresas a administrar vários tipos de risco. A definição técnica de derivativo encontra-se no glossário, no final do livro; as particularidades associadas à caracterização desses instrumentos extrapolam o escopo deste livro. Os derivativos podem ser ativos ou passivos. Estamos discutindo-os em um capítulo que aborda os passivos, mas poderíamos fazê-lo no próximo capítulo, em que abordamos as aplicações financeiras e os investimentos. O Fasb exige que os derivativos sejam apresentados no balanço por seu valor de mercado na data do balanço, e que alterações no valor de mercado desses instrumentos sejam incluídas no lucro do período, em certas situações, ilustradas a seguir. Essa regra, contudo, não se aplica a todas as situações; existem circunstâncias em que as alterações são consideradas parte das Outras Rendidas [...].



Fasb - FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Accounting for derivative instruments and hedging activities. Statement of Financial Accounting Standards nº 133, 1998. O Statement nº 133 é a fonte de outras referências que fazemos ao Fasb, no restante desta seção.

E quanto aos aspectos legais do mercado de derivativos? A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui competência para disciplinar e fiscalizar as atividades de negociação e intermediação no mercado de derivativos. O amparo legal para isto está na Lei nº 10.303/2001. Desde a promulgação desta Lei foram transferidas para a CVM praticamente todas as competências relativas às operações de derivativos.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.933/2002 também é um importante instrumento normativo, pois disciplina a realização de operações com derivativos no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. De acordo com o artigo 1º da norma supramencionada, o CMN resolveu:

Art. 1º Facultar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a realização de operações de derivativos de crédito, nas modalidades, formas e condições a serem por ele estabelecidas.

A contribuição de Iudícibus e Marion (2010, p. 155) relacionada aos Instrumentos Financeiros é a seguinte:

Caracteriza-se como instrumento financeiro, conforme Instrução CVM nº 235/95, todo contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou título representativo do patrimônio em outra entidade.

São considerados como ativos financeiros:

- a. disponibilidades;
- b. direitos contratuais recebíveis em moeda ou em instrumentos financeiros de outra entidade;
- c. direitos contratuais de troca de resultados financeiros (*swaps*) ou instrumentos financeiros; e
- d. títulos representativos de participação no patrimônio de outra entidade.

São caracterizados como passivos financeiros as obrigações contratuais de:

- a. pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros; e
- b. troca de resultados financeiros ou instrumentos financeiros.

Reforçando, no entendimento de Iudícibus e Marion (2010, p. 155) os derivativos:

São ativos financeiros que derivam de um outro ativo. Em outras palavras, são ativos financeiros que estão amarrados aos ativos que lhes servem de referências. Podem ser negociados em Mercado de Balcão ou em Bolsa. Contratos de *swap*, a termo ou produtos negociados diretamente em bancos ou fora da bolsa de valores são conhecidos como mercado de Balcão. Operações a Termo, Futuro e de opções são negociados em bolsa (de valores e de Mercadoria e Futuro). São exemplos de derivativos: *commodities* (matérias-primas), câmbio, ouro e até mesmo índices da Bolsa de Valores.

De maneira geral, o mercado classifica diversas abordagens de derivativos: derivativos financeiros (operação de *hedge*, mercado de opções, *swaps* etc.), derivativos de crédito, derivativos agropecuários, fundos de derivativos etc.

Hedge quer dizer “cerca”, proteção. Visa compensar os riscos que poderão afetar o fluxo de caixa. Se por exemplo a empresa tem uma dívida em dólar, poderá negociar um contrato de dólar futuro, por exemplo, com a BM&FBovespa para garantir uma cotação estabelecida no momento do pagamento. Qualquer que seja a oscilação da cotação do dólar (para cima ou para baixo), a empresa fica garantida na cotação negociada.

Contrato de *swap* significa um contrato de troca. Uma empresa comercial exportadora que conseqüentemente tem receita em dólar poderá garantir certas obrigações com taxas de juros fixos, atrelando um contrato que se comprometa a pagar a oscilação se o dólar cair. Mercado de opções caracteriza-se por negociações de valores (ações, *commodities*) com preços e prazos preestabelecidos em contrato.

2.1.1 Aspectos Tributários do Mercado de Derivativos

Há diversos tipos de ativos financeiros negociados no mercado e que devem ser diferenciados como mercado futuro, mercado a termo, mercado de opções e *swaps*.

Para operações com mercados futuros, mercado a termo e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho líquido, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.

A apuração da base de cálculo para operações envolvendo mercados futuros deve ser realizada considerando-se o resultado positivo da soma algébrica dos ajustes diários ocorridos em cada mês, que ocorreram as operações. No caso do mercado a termo, tendo em vista a inexistência de ajustes, o comprador necessita apurar a diferença positiva entre o valor da venda à vista do ativo financeiro na data da liquidação do contrato de mercado a termo e o preço que foi negociado. Por parte do vendedor a descoberto, é necessário apurar a diferença positiva entre o preço vigente no contrato de mercado a termo e o preço de compra à vista do ativo para a liquidação do contrato.

Para o exemplo de mercado de opções, a apuração da base de cálculo depende do tipo de cada operação. Se a operação tem por objeto a negociação da opção (compra ou venda), a base de cálculo deve corresponder ao resultado positivo apurado no encerramento de opções da mesma série. Quando a operação é do exercício da opção, a apuração da base de cálculo é diferente para titulares e lançadores de opção, e para opções de compra (*calls*) e de venda (*puts*). Se utilizarmos como exemplo o caso de um titular de uma operação de derivativos *call*, a base de cálculo deve corresponder à diferença positiva entre o valor de venda à vista do ativo na data de exercício da opção e o preço de exercício da opção, acrescido do valor do prêmio.

Para as operações com mercado futuros, mercado a termo e opções, após o levantamento dos efeitos da base de cálculo do Imposto de Renda, a alíquota a ser aplicada é de 15%. Não há nenhum tipo de previsão de isenção para operações envolvendo os derivativos citados.

Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na liquidação da operação,

ou cessão, do contrato de *swap*. Para a apuração da base de cálculo do Imposto, poderão ser considerados como custo da operação os valores pagos a título de cobertura contra eventuais perdas incorridas nas operações de *swap*. A alíquota do Imposto de Renda é a mesma das outras operações já citadas, 15%, e neste caso não há previsão de isenção.



Para um maior aprofundamento do tema, dentre os normativos que disciplinam o tratamento tributário das operações com derivativos, destacam-se as Leis nº 8.541/92, 8.981/95, 9.249/95, 9.430/96 e 9.959/00 e as Instruções Normativas da Receita Federal 25/2001, 33/2001 e 53/2001.



Lembre-se: alíquota de IR nas operações de derivativos é de 15%.

Vejamos um exemplo de Instrumento Financeiro e sua devida contabilização, apresentado por Iudícibus e Marion (2010, p. 159):

A empresa Realce exportadora de café assinou um contrato em 2-12-20x8 para venda de 10.000 sacas de café para dezembro de 20x9 (entrega). Para maior segurança, a exportadora faz um derivativo para proteger o preço na data da entrega. Adquiriu um contrato de venda no Mercado Futuro da BM&FBovespa com vencimento para dezembro de 20x9 em R\$ 950,00 por saca, com valor nacional de R\$ 9.500.000,00 (R\$ 950,00 X 10.000 sacas). Poderia efetuar qualquer outro derivativo como compra de dólar futuro, *swap* etc.

Vamos admitir que em 2-12-20x8 o valor de mercado por saca seja de R\$ 800,00. Se este preço permanecesse até a data da entrega, a empresa exportadora receberia R\$ 150,00 por saca (R\$ 950,00 – R\$ 800,00). A oscilação diária dos preços deste contrato dá origem à chamada margem de garantia, ou seja, quando o preço varia para cima de R\$ 950,00 a saca, a empresa é obrigada a depositar a diferença em dinheiro na Custódia da BM&FBovespa; se o preço variar para baixo de R\$ 950,00 a saca, a empresa recebe a diferença em dinheiro da Custódia da BM&FBovespa.

Na contabilização, é possível reconhecer a exportação de mercadorias, quando a conta é a receber, como ocorre em contrato firme; já quando a conta é a pagar (passivo), a ocorrência desse reconhecimento de exportação de mercadoria é durante a venda no mercado futuro. A diferença entre valor a receber e o valor a pagar será lançada em conta de variação patrimonial. Em contas a receber, será registrada a variação cambial mensal; a contrapartida será a conta de variação patrimonial. Em contas a pagar, será registrada a margem de garantia; e a contrapartida será a conta caixa. Veja as seguintes tabelas:

TABELA 1 – CONTRATO FIRME DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

Mês	US\$			Cotação US\$	R\$		Variação Cambial
	Sacas café	Valor Unitário	Total		Valor Unitário	Total	
1	10.000	683,7607	6.837.607	1,1700	800,000	8.000.000	0
2	10.000	683,7607	6.837.607	1,1723	801,600	8.016.000	16.000
3	10.000	683,7607	6.837.607	1,1616	794,225	7.942.253	-73.747
4	10.000	683,7607	6.837.607	1,1639	795,814	7.958.137	15.885
12	10.000	683,7607	6.837.607	1,5829	1.082,307	10.823.067	2.864.929

Prosseguindo com o modelo do exemplo de instrumento financeiro.

Valor em US\$

Neste exemplo, o contrato de venda é de 10.000 sacas de café a US\$ 683,7607 a saca, gerando um total de US\$ 6.837.607.

Valor em R\$

Demonstra os valores em reais no decorrer dos meses levando-se em consideração a flutuação do dólar até o 12º mês, com valor de R\$ 10.823.067 e variação cambial de R\$ 2.864.929.

TABELA 2 – CONTRATO NO MERCADO FUTURO DE MERCADORIAS NA BM&FBO-VESPA

Mês	Quantidade	Valor Unitário	Total	A receber	A pagar
1	10.000	950,0000	9.500.000		
2	10.000	951,9000	9.519.000		19.000
3	10.000	943,1425	9.431.425	-87.575	
4	10.000	945,0288	9.450.288		18.863
12	10.000	1.082,3067	10.823.067		1.372.779
Total				-87.575	1.410.642

Nesta tabela é demonstrada a variação das cotações do mercado futuro das sacas de café; no momento da liquidação o valor unitário em dólar é igual ao valor do contrato. Cabe ressaltar que a contabilização da margem de garantia faz com que o instrumento esteja a valor de mercado.

Resumo da operação

Total em R\$ que a empresa vai receber na exportação (Tabela 1)	= R\$ 10.823.067
Total líquido das margens de garantias pagas à BM&FBovespa	
Recebeu R\$ 87.575 e pagou (R\$ 1.410.642)	= (R\$ 1.323.067)
Valor líquido	= R\$ 9.500.000

Se o dólar variasse para baixo fazendo com que o preço da saca de café ficasse abaixo de R\$ 950,00, a empresa receberia da BM&FBovespa a diferença e igualaria a R\$ 9.500.000.

Contabilização

1. (Mês 1) Na contratação do mercado futuro:

D = Conta a receber	
Valor do contrato firme	R\$ 8.000.000
C = Contas a pagar	
Contrato de venda mercado futuro	R\$ 9.500.000
D = Ajustes de Variação Patrimonial pela diferença	R\$ 1.500.000

2. (Mês 2) Variação cambial e chamada de margem de garantia:

Variação cambial	
D = Contas a receber	R\$ 16.000
C = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 16.000
Chamada de margem	
D = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 19.000
C = Caixa	R\$ 19.000

3. (Mês 3) Variação cambial e chamada de margem de garantia:

Variação cambial	
D = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 73.747
C = Contas a receber	R\$ 73.747
Chamada de margem	
D = Caixa	R\$ 87.535
C = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 87.535

4. (Mês 4) Variação cambial e chamada de margem de garantia:

Variação cambial	
D = Contas a receber	R\$ 15.885
C = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 15.885

Chamada de margem

D = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 18.863
C = Caixa	R\$ 18.863

5. (Mês 5) Variação cambial e chamada de margem de garantia e liquidação dos contratos:

Variação cambial

D = Contas a receber	R\$ 2.864.929
C = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 2.864.929

Chamada de margem

D = Ajustes de Variação Patrimonial	R\$ 1.372.779
C = Caixa	R\$ 1.372.779

Exportação de mercadorias recebimento a vista

D = Caixa	R\$ 10.823.067
C = Contas a receber	R\$ 10.823.067

D = Contas a pagar (Mercado Futuro)	R\$ 10.823.067
C = Receitas de vendas	R\$ 10.823.067

TABELA 3 – RESUMO DAS CONTAS CONTÁBEIS

Contas a Receber			Contas a pagar (Contratos Futuros)		Ajustes de Variação Patrimonial	
Meses	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Mês 1	8.000.000			-9.500.000	1.500.000	
Mês 2	8.016.000			-9.519.000	19.000	-16.000
Mês 3	7.942.253			-9.431.425	73.747	-87.575
Mês 4	7.958.137			-9.450.288	18.863	-15.885
Mês 12	10.823.067	-10.823.067	10.823.067	-10.823.067	1.372.779	-2.864.929
Saldo	0		0		0	

Caixa

Meses	Débito	Crédito
Mês 1		
Mês 2		-19.000
Mês 3	87.575	
Mês 4		-18.863
Mês 12	10.823.067	-1.372.779
Saldo	9.500.000	

Receitas de vendas

Débito	Crédito
	-10.823.067
	-10.823.067

2.2 INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O instrumento patrimonial é um tipo de contrato que contém a participação residual nos ativos de uma empresa após serem deduzidos todos os seus passivos. Os instrumentos patrimoniais emitidos pelo grupo de empresas são reconhecidos na contabilidade com base nos resultados obtidos, apurados os valores líquidos (deduzindo os custos diretos de emissão).

A recompra de um instrumento patrimonial pela própria Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum tipo de ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultados, ou na venda, ou na emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da companhia.



Para a leitura aprofundada referente a Instrumentos Patrimoniais, sugere-se: http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_05.pdf.

Os instrumentos emitidos, seja de dívida ou capital, devem ser classificados no seu reconhecimento inicial de acordo com sua essência, não somente pelos seus aspectos legais. Agora, vamos apresentar a definição de instrumento patrimonial e de passivo financeiro (CPC 39/IAS 32):

Instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

FONTE: Disponível em: <http://ifrsbrasil.com/instrumentos-financeiros/acoes-pn-passivo-ou-patrimonio-liquido>. Acesso em: 9 dez. 2013.

2.3 OPERAÇÕES COM DUPLICATAS

As operações com duplicatas são, na verdade, o reflexo do resultado das operações das vendas da empresa.

Como é um assunto específico, buscamos na íntegra a contribuição de alguns autores para corroborar os termos abordados nesta seção de estudos.

O parâmetro razoável para fins gerenciais é a percentagem obtida, nos últimos três anos, entre duplicatas não liquidadas e o total das Duplicatas a Receber no final desses três anos.

Assim, segundo o exemplo, tem-se um saldo de Duplicatas a Receber de \$ 386.800 no final do *ano 4*. Qual a porcentagem que será multiplicada por este valor para cálculo da provisão?

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DA PROVISÃO (Retrospecto histórico)

Exercícios	Duplicatas a Receber Saldo em 31/12	Perda Efetivamente observada
Ano 1	200.000	7.000
Ano 2	250.000	10.000
Ano 3	300.000	10.750
Total	750.000	27.750

$$\frac{\sum \text{Perda} \times 100}{\sum \text{Saldos}} = \frac{27.750}{750.000} = 3,7\%$$

Constituição da Provisão em 31/12/ano 4:

$$\underbrace{\text{Saldo em 31/12/ano 4}}_{\$ 386.800} \times \underbrace{\text{Porcentagem média dos últimos três anos}}_{3,7\%} = \underbrace{\text{Provisão}}_{= \$ 14.311,60}$$

Na constituição da nova provisão devem ser excluídas do saldo de Duplicatas a Receber as duplicatas com garantia real (provenientes de vendas com reserva de domínio e de alienação fiduciária).

FONTE: Ludícibus e Marion (2010, p. 172)

DESCONTO DE DUPLICATAS

O desconto de duplicatas é uma operação financeira em que a empresa entrega determinadas duplicatas para o banco e este lhe antecipa o valor em conta corrente, cobrando juros antecipadamente.

Embora a propriedade dos títulos negociados sejam transferidos para a instituição, a empresa é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Neste caso, a instituição financeira leva a débito em conta corrente da empresa o valor de face do título não liquidado.

TRATAMENTO CONTÁBIL

Os valores de face das duplicatas descontadas são registradas numa conta redutora do ativo circulante, logo após a conta “duplicatas a receber”. Esta conta recebe o nome de “duplicatas descontadas”, tendo saldo credor.

A conta "duplicatas descontadas" apresenta a seguinte função na operação de desconto:

- a) é creditada, pelo valor de face dos títulos, no momento em que é efetuada a operação de desconto e a instituição financeira faz o crédito em conta corrente da empresa;
- b) é debitada no momento da liquidação do título pelo devedor ou quando a instituição financeira leva a débito em conta corrente da empresa por falta de pagamento por parte do devedor.

Os encargos financeiros debitados pela instituição financeira devem ser contabilizados como "encargos financeiros a transcorrer", já que se trata de despesas antecipadas, sendo debitadas por ocasião do desconto e creditadas no momento em que a despesa é incorrida, observando-se o regime de competência.

Contabilização:

1) Pelo registro do desconto creditado em conta:

D - Banco C/Movimento (Ativo Circulante)
C - Duplicatas Descontadas (Ativo Circulante)

2) Pelo registro do débito bancário, relativo a juros e encargos sobre a operação:

D - Encargos Financeiros a Transcorrer (Ativo Circulante)
C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

3) Quando da liquidação da duplicata descontada pelo cliente:

D - Duplicatas Descontadas (Ativo Circulante)
C - Duplicatas a Receber (Ativo Circulante)

Na hipótese do cliente não ter liquidado a duplicata e o banco debitar o respectivo valor na conta da empresa, então o lançamento será:

D - Duplicatas Descontadas (Ativo Circulante)
C - Banco C/Movimento (Ativo Circulante)

ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER

Os encargos financeiros pagos antecipadamente, como é o caso de desconto de duplicatas, devem ser apropriados pelo período a que competirem.

Lançamento por ocasião do desconto:

D - Encargos Financeiros a Transcorrer (Ativo Circulante)

C - Bancos Cta. Movimento (Ativo Circulante)

Contabilização relativa à transferência da despesa financeira incorrida no período:

D – Juros sobre Desconto de Duplicatas (Conta de Resultado)

C – Encargos Financeiros a Transcorrer (Ativo Circulante)

FONTE: Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/descontoduplicatas.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

2.4 PROVISÕES

A contabilidade trata as situações de contingências com certa preocupação, uma vez que estas representam uma situação de risco existente que envolvem um grau de incerteza quanto à sua efetiva realização, pois dependem de decisões futuras. O resultado também não é ainda conhecido, podendo o mesmo se configurar num ganho ou numa perda para a empresa.

Portanto, quando se trata de contingência passiva cuja ocorrência seja julgada provável de se realizar num período futuro e a empresa dispõe de informações suficientes para estimar o seu valor, esta deverá ser registrada contabilmente em conta própria que indica formação de provisão para riscos fiscais, trabalhistas ou outros passivos contingentes. Mas, se as informações disponíveis não são suficientes para estimar um valor, o fato deve ser divulgado nas notas explicativas com as respectivas informações.

Uma exceção geral a essa regra poderia ocorrer quando se verificar um declínio relevante (material) no preço dos bens, logo após a assinatura de um contrato de compra de longo prazo. Neste caso, deveríamos registrar os direitos e as obrigações, que superam o valor daqueles, a fim de não diminuir o poder preditivo de tendência dos demonstrativos financeiros.

Em muitos casos as exigibilidades somente podem ser mensuradas através da utilização de estimativas, surgindo em consequência as **provisões**.

As provisões podem também ser definidas como estimativas de obrigações ou de perdas de ativo.

Modernamente as exigibilidades têm uma maior abrangência. Quando uma provisão envolve obrigação presente e satisfaz o restante da definição, é considerada exigibilidade mesmo que o valor tenha que ser estimado, os casos de provisões para pagamentos a serem realizados sob garantias existentes, bem como provisões para cobrir encargos por pensões e aposentadorias.

Existem dois grupos de provisões: as que representam estimativas de perdas de ativos ou retificações destas contas e as que são indicativas de existência de obrigações estimadas, podem ser classificadas no Passivo Circulante ou no Passivo Não Circulante, conforme o caso.

Algumas provisões não aparecem com esse nome, como é o caso das provisões para depreciação, amortização ou exaustão. Elas representam parcelas do custo de aquisição que se estima tenham sido perdidas em decorrência do uso dos ativos a que se referem, ou como consequência de redução de valor econômico devido a novas tecnologias que tornam esses bens obsoletos, ou, ainda, pela própria utilização e retirada da parte dos recursos naturais consumidos etc.

Diversas obrigações, exigibilidades e vários riscos assumidos pela empresa podem ser calculados ou estimados, devendo, portanto, serem registrados, a débito do resultado, independentemente da existência de lucros. Nestes casos as Provisões são tratadas como exigibilidades.

É interessante ressaltar que as "Previsões" não existem como terminologia. O que ocorre de fato é que as "Provisões" na contabilidade nascem de previsões de perdas e de obrigações.

Há inúmeros passivos que podem ser registrados, apesar de não terem data fixada de pagamento ou mesmo não conterem expressão exata de seus valores. Isto porque no exigível devem estar contabilizadas todas as obrigações, encargos e riscos, conhecidos e calculáveis. As provisões são normalmente encargos e riscos já conhecidos, e seus valores são calculáveis, mesmo por estimativas. Dentro dessas conceituações tal subgrupo é composto por:

a) Gratificações e participações a empregados e administradores

A Lei nº 6.404/76 (art. 187, item VI) estabelece que as participações no lucro a empregados e administradores devem ser registradas como despesas. Normalmente, as participações nos lucros destinados a empregados e administradores estão definidos no estatuto social, com base no qual deve ser feita a contabilização da despesa e correspondente provisão.

b) Provisão para férias

No regime de competência, as férias transcorridas e ainda não gozadas devem ser provisionados contabilmente, permitindo melhor apuração do resultado. A legislação permite a dedução da formação desta provisão, inclusive

considerando a parcela proporcional, bem como a relativa aos encargos sociais derivantes das férias. É exigido, no entanto, que a empresa mantenha na data do Balanço uma posição analítica como suporte do valor provisionado.

c) Provisão para 13º salário

O 13º salário também é um encargo complementar de salário. Por isso, deve ser apropriado como custo ou despesa adicional dos 12 meses normais do exercício, através de constituição de uma provisão para o 13º salário, na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento, o que é importante para fins de apuração mensal de resultados.

2.4.1 Relação entre provisões e passivos contingentes

De maneira geral todas as provisões são contingentes porque são incertas com relação ao tempo ou ao valor. Entretanto, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não são reconhecidos, uma vez que sua existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade. Além disso, o termo “passivo contingente” é usado para passivos que não atendem aos critérios de reconhecimento.

2.4.2 Reconhecimento

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- uma entidade tem uma obrigação atual (legal ou implícita) como consequência de um evento passado;
- é provável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para se liquidar a obrigação; e
- uma estimativa confiável possa ser feita sobre o montante da obrigação.

Se essas condições não forem atendidas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

2.4.3 Estimativa

O uso de estimativas é uma parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso das provisões que, por sua natureza, são mais incertas do que a maior parte dos outros itens do balanço. Exceto em casos extremamente raros, uma entidade poderá determinar uma variedade de possíveis consequências e,

portanto, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente confiável para ser usada no reconhecimento de uma provisão.

Em casos extremamente raros, onde nenhuma estimativa confiável pode ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como um passivo contingente.

LEITURA COMPLEMENTAR

OS GIGANTES DO FUTURO, AQUI E AGORA

A DINHEIRO elege as empresas médias com o melhor desempenho financeiro em 29 setores da economia. Fique de olho nelas: muitas poderão ser os grandes grupos de amanhã.

O arquiteto americano Frank Lloyd Wright afirmou, certa vez, que os negócios são como uma bicicleta. “Ou você continua em movimento, ou cai.” Trata-se de uma imagem bastante precisa da crescente pressão sentida pelas empresas para se reinventar e não perecer. Esse desafio é ainda maior quando elas têm um porte intermediário e se veem pedalando no meio-fio, espremidas entre a calçada construída pelas políticas públicas para dar mais segurança às micro e pequenas empresas e a avenida que garante às grandes companhias acesso mais fácil a todo tipo de recursos.

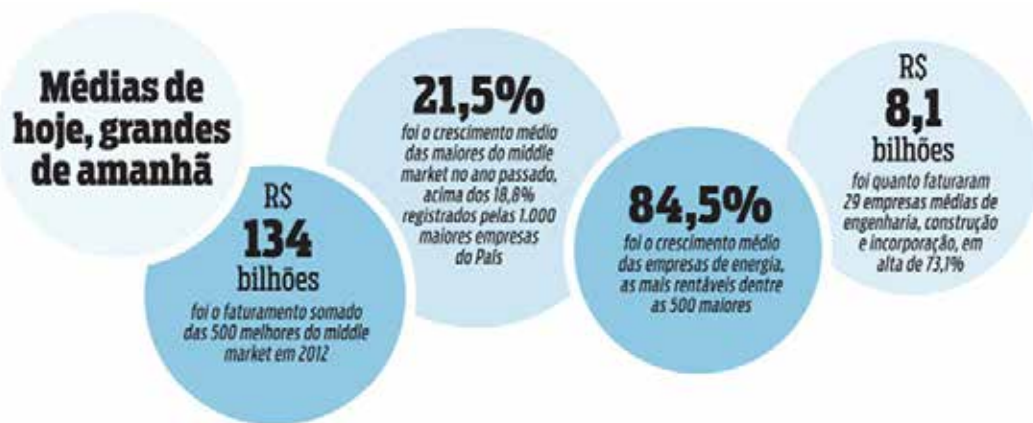


Esse é o universo por onde transitam as médias empresas, uma parcela importante da economia brasileira, mas que ainda conta com poucos incentivos específicos para se desenvolver. Elas formam o chamado *middle market*. São as eventuais gigantes do futuro, que a DINHEIRO aborda nesta primeira edição do *ranking AS MELHORES DO MIDDLE MARKET*, em parceria com a consultoria Baker Tilly Brasil e a Boa Vista Serviços. Para eleger as companhias médias com

o melhor desempenho, a DINHEIRO selecionou cerca de 1.200 empresas da base de dados da Boa Vista Serviços, com receita líquida não consolidada entre R\$ 70 milhões e R\$ 400 milhões em 2012, último ano fiscal completo.

A avaliação dos indicadores financeiros, como taxa de crescimento, geração de caixa e lucro, levou às campeãs em 29 setores econômicos (conheça a metodologia completa AQUI). Preste atenção na lista das vencedoras, pois muitas delas poderão ser as maiores e melhores companhias brasileiras de amanhã. É o caso da Dudalina, principal destaque de AS MELHORES DO MIDDLE MARKET, cuja história de sucesso pode ser saboreada a partir DAQUI. Há dez anos, empresas como ela passavam despercebidas pelo radar dos analistas corporativos. Basta uma rápida olhada na primeira edição do *ranking* AS MELHORES DA DINHEIRO, de 2004, para ver médias empresas que se agigantaram em apenas uma década.

Nomes como Cia. Hering, Totvs (antiga Microsiga), JSL, Stefanini, Lorenzetti e Lupo cresceram de 200% a quase 700% acima da inflação do período e mudaram de patamar (leia o quadro ao final da reportagem). Quem serão as próximas vencedoras? O fenômeno do crescimento acelerado continua, afirma o consultor Miguel Ângelo Arab, que coordenou a seleção das MELHORES DO MIDDLE MARKET. “O segmento de médias empresas está fervendo no Brasil e seu peso na economia é extremamente elevado”, diz. Juntas, as 500 maiores desta edição especial (confira a tabela AQUI) faturaram R\$ 134 bilhões em 2012, com um crescimento de 21,5%, em média, mais de 20 vezes a evolução do PIB brasileiro.



Apesar de sua importância, essas companhias costumam vir embaladas no famoso rótulo PME, sigla de pequenas e médias empresas. Essa associação automática com negócios menores acaba ocultando as necessidades e as virtudes dos empreendimentos de médio porte. Eles são, por exemplo, um importante gerador de empregos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as médias empresas – aquelas com 50 a 249 funcionários – respondiam por 13,6% do pessoal ocupado em 2011 e por 12,6% do volume de salários e remunerações. A boa notícia, nessa área, é que esses negócios têm atraído cada vez mais profissionais qualificados, o que eleva o nível geral dos produtos e serviços fornecidos por eles.

Há cinco anos, as médias empresas representavam apenas 25% da demanda da Michael Page, uma das maiores consultorias de recrutamento de executivos do País. Hoje, essa fatia está em 45%. “Muitos profissionais já aceitam trocar uma grande empresa por uma média”, diz Marcelo De Lucca, diretor-geral da consultoria. É claro que o salário, que pode ser 25% menor que o ofertado por uma grande companhia, não é a maior isca. “Essas pessoas são atraídas pelo desafio de profissionalizar e fazer crescer uma média empresa”, diz De Lucca. Os motivos pelos quais essas companhias estão se profissionalizando também indicam uma saudável mudança de perfil.

Primeiro, as empresas vivem hoje em uma economia mais aberta, em que produtos importados são uma sombra constante sobre seus mercados. Além disso, os próprios clientes estão exigindo mais, seja porque o Código de Defesa do Consumidor conferiu amparo legal contra companhias mal-intencionadas, seja porque o aumento da renda proporcionou maior liberdade de escolha. Outro ponto é que muitas médias empresas são fornecedoras de grandes companhias, que vêm aprimorando os controles de qualidade e, por tabela, induzindo seus parceiros ao mesmo. Há outro elemento que estimula, cada vez mais, a profissionalização desse grupo: as empresas de *private equity*.



Nieto, da Baker Tilly: "Os investidores de *private equity* têm muito apetite pelos negócios de médio porte"

“Esses investidores têm muito apetite pelos negócios de médio porte”, afirma Osvaldo Nieto, presidente da Baker Tilly Brasil. Vários fundos se especializaram nesse segmento de companhias e começaram a difundir melhores práticas de gestão. É quase uma regra que postos-chave da empresa sejam assumidos por representantes dos investidores, como a diretoria financeira. Com isso, está subindo o nível de governança das companhias médias. “Quando um investidor passa a participar da empresa, os processos se organizam melhor”, diz Cynthia Serva, coordenadora do Centro de Empreendedorismo do Insper. Os investidores privados não são os únicos a se interessar pelas médias empresas. Os bancos também começam a olhar para esse mercado com mais atenção.

Desde 2010, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou uma classificação específica para companhias que faturam de R\$ 80 milhões a R\$ 300 milhões, chamadas pela instituição de “médias grandes”. No acumulado até outubro, os desembolsos para essa faixa somaram R\$ 8,7 bilhões – mais do que os R\$ 8,1 bilhões registrados em todo o ano passado. No Santander, as empresas com faturamento acima de R\$ 80 milhões já são classificadas como grandes. Apesar da diferença de nomenclatura, o banco espanhol está satisfeito com os resultados. “O retorno do crédito a essas empresas é convidativo e equivale ao de outras faixas em que atuamos”, diz o vice-presidente de corporate do Santander Brasil, João Consiglio.

Banqueiros e gestores de fundos não perderiam seu tempo com as médias empresas se elas não oferecessem boas possibilidades de crescimento e lucro. O interesse dessas instituições por esse segmento é um sinal de sua importância. “Essas empresas são o motor do País”, afirma Consiglio, do Santander. Um grande desafio, agora, é alargar o meio-fio em que esses empreendedores pedalam, por meio de incentivos públicos. Uma medida bem-vinda seria facilitar o dia a dia de sua gestão. “A burocracia que essas empresas enfrentam é muito grande”, diz Nieto, da Baker Tilly. “O tempo gasto com isso não agrega valor a ninguém.”

MÉDIAS DE ONTEM, GIGANTES DE HOJE

Empresa	Receitas em 2003 em R\$ milhões	Receitas em 2012 em R\$ milhões	Crescimento real (fora a inflação*)
JSL	404,2	4.021	515,6%
Cia Hering	297,7	1.491	209,9%
Microsiga (Totvs)	111,0	1.414	688,3%
Lorenzetti	155,0	825,1	229,3%
Stefanini Informática	161,1	814,2	212,8%
Lupo	124,1	665,1	231,7%

*IPCA no período: 61,6%

FONTE: GAMEZ, Milton; JULIBONI, Márcio. Os gigantes do futuro, aqui e agora. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, n. 844, 14 dez. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/136323_OS+GIGANTES+DO+FUTURO+AQUI+E+AGORA>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, estudamos que:

- Os Ativos Financeiros podem tanto assumir a forma de dinheiro como a posse de algum tipo de direito sobre esses ativos.
- Todos os ativos financeiros conhecidos no mercado são classificados com base na sua capacidade de liquidez.
- Um derivativo pode ser considerado um ativo financeiro com um valor que depende do valor de outro ativo financeiro, ou seja, o ativo-objeto.
- Há diversos tipos de ativos financeiros negociados no mercado e que devem ser diferenciados como mercado futuro, mercado a termo, mercado de opções e *swaps*.
- Para operações com mercados futuros, mercado a termo e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho líquido, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.
- Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na liquidação da operação, ou cessão, do contrato de *swap*.
- A alíquota de IR nas operações de derivativos é de 15%.
- O instrumento patrimonial é um tipo de contrato que contém a participação residual nos ativos de uma empresa após serem deduzidos todos os seus passivos.
- As operações com duplicatas são, na verdade, o reflexo do resultado das operações das vendas da empresa.
- As provisões podem também ser definidas como estimativas de obrigações ou de perdas de ativo.

- Existem dois grupos de provisões: as que representam estimativas de perdas de ativos ou retificações destas contas e as que são indicativas de existência de obrigações estimadas, podem ser classificadas no Passivo Circulante ou no Passivo Não Circulante, conforme o caso.



1 Algumas empresas realizam operações financeiras com o objetivo de protegerem os seus ativos contra as oscilações de mercado que exercem impacto no câmbio, bolsa de valores, mercado de ações, dentre outros. Uma das ferramentas de proteção se chama Derivativos.

De acordo com o enunciado acima, assinale a alternativa que esteja relacionada com Derivativos:

- a) Um derivativo pode ser considerado um passivo financeiro com um valor que depende do valor de outro passivo financeiro, ou seja, o resultado-objeto.
- b) Um derivativo pode ser considerado um ativo financeiro com um valor que depende do valor de outro ativo financeiro, ou seja, o ativo-objeto.
- c) Um derivativo pode ser considerado um investimento no mercado financeiro com rentabilidade fixa (taxa Selic) ou seja, o ativo-objeto.
- d) Um derivativo pode ser considerado um evento financeiro com um valor de restituição baseado na rentabilidade que ocorreu durante o efetivo investimento.

2 As operações realizadas com Derivativos, também estão sujeitas ao efeito de tributação. Assinale a seguir a alternativa que corresponde à base para essa tributação.

- a) Para operações com mercados futuros, mercado a termo e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho líquido, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.
- b) Para operações com vendas futuras, mercado a termo e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho líquido, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.
- c) Para operações com mercados futuros, mercado regional de vendas e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho líquido, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.
- d) Para operações com mercados futuros, mercado a termo e mercado de opções, a base de cálculo do Imposto de Renda corresponde ao ganho bruto da receita realizada, que é o resultado positivo atingido nas operações realizadas a cada mês, admitindo-se a dedução dos custos e despesas incorridos, e que foram necessários à sua realização.

- 3 As operações com *SWAP* estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda. Assinale a seguir a alternativa que corresponde à base de cálculo da tributação do *SWAP*.
- a) () Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na compra dos ativos liquidados, ou cessão, do contrato de *swap*. Para a apuração da base de cálculo do Imposto, poderão ser considerados como custo da operação os valores pagos a título de cobertura contra eventuais perdas incorridas nas operações de *swap*. A alíquota do Imposto de Renda é a mesma das outras operações já citadas, 15%, e neste caso não há previsão de isenção.
 - b) () Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na liquidação da operação, ou cessão, do contrato de *swap*. Para a apuração da base de cálculo do Imposto, poderão ser considerados como custo da operação os valores pagos a título de cobertura contra eventuais perdas incorridas nas operações de *swap*. A alíquota do Imposto de Renda é a mesma das outras operações já citadas, 35%, e neste caso há previsão de isenção.
 - c) () Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na liquidação da operação, ou cessão, do contrato de *swap*. Para a apuração da base de cálculo do Imposto, poderão ser considerados como custo da operação os valores pagos a título de cobertura contra eventuais perdas incorridas nas operações de *swap*. A alíquota do Imposto de Renda é a mesma das outras operações já citadas, 15%, e neste caso não há previsão de isenção.
 - d) () Quanto às operações de derivativos *swap*, a base de cálculo para o Imposto de Renda corresponde ao resultado positivo apurado na liquidação da operação, ou cessão, do contrato de *swap*. Para a apuração da base de cálculo do Imposto, poderão ser considerados como receita da operação os valores recebidos a título de cobertura contra eventuais perdas incorridas nas operações de *swap*. A alíquota do Imposto de Renda é a mesma das outras operações já citadas, 18%, e neste caso não há previsão de isenção.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- conhecer a estrutura das demonstrações contábeis- DFC, DMPL e Notas Explicativas;
- analisar as demonstrações contábeis para proporcionar as tomadas de decisão.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No final de cada um deles você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

TÓPICO 2 – A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

TÓPICO 3 – NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1 INTRODUÇÃO

Para a última unidade deste caderno reservamos a apresentação, objetivo e análise das principais demonstrações financeiras para as organizações.

Teremos a oportunidade de inicialmente conhecer as demonstrações através de seus conceitos para assim, analisarmos e entendermos como estes instrumentos contribuem para as tomadas de decisão.

Constataremos que para todo e qualquer investimento, faz-se necessário um estudo prévio, uma comparação entre o custo benefício, financeiro e/ou econômico, além da consideração do fator risco.

Iniciaremos com a Demonstração dos Fluxos de Caixa obrigatória para todas as empresas sejam pequenas, médias ou de grande porte e independentemente do regime de tributação. Em seguida estudaremos a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas que orientam e contribuem para esclarecer e entender as transformações do Patrimônio.

2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Conhecer a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC contribui para compreender a diferença entre o resultado de uma empresa que pode ser o lucro ou o prejuízo e o caixa destas empresas. Quando analisamos a Demonstração de Resultado DR ou a DRE, o lucro ou prejuízo não representa o valor em caixa da organização.

Assim, sabemos que num determinado período a empresa apresentou um lucro, no entanto, não podemos afirmar que este lucro representa o valor em caixa da empresa, pois a DRE ou DR apura o resultado das empresas com base no Regime de Competência, ou seja, as movimentações contábeis são realizadas no momento em que ocorrem, porém não correspondem à movimentação exata do caixa deste mesmo período.

Por este motivo precisamos explorar a DFC, é através desta demonstração que se visualiza a movimentação que ocorre no caixa das empresas em um período, permitindo verificarmos as origens das entradas e as destinações dos recursos.

Esta percepção inicial é fundamental, a associação do lucro como sendo o caixa da empresa constantemente é verificada, no entanto, trata-se de um equívoco, pois nem todo o caixa está associado ao lucro, as empresas podem receber recursos de terceiros que não provêm da receita operacional, mas trata-se de um empréstimo obtido junto de instituições financeiras, estas movimentações são exemplos de como podemos movimentar o caixa sem que alteremos o lucro ou prejuízo do período.

Para visualizarmos a estrutura da DFC devemos considerar não somente os elementos operacionais, mas também aqueles que provêm de atividades não operacionais. As receitas ou despesas originadas por algumas destas movimentações, não estão apresentadas na DRE, mas devem estar abordadas na DFC, pode-se citar as movimentações como o aumento de capital, o pagamento de dívidas, o recebimento de empréstimos, os rendimentos de aplicações em outras empresas, a aquisição de ativos.

Estaremos abordando em seguida o conceito da Demonstração do Fluxo da Caixa, e verificando a sua utilidade, composição e analisando-a, pois entende-se que a saúde financeira está diretamente associada à sua continuidade.

2.1 O CONCEITO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A importância da DFC- Demonstração do Fluxo de Caixa, já era visualizada pelo IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores) em abril de 1999 ao emitir a Norma de Procedimentos Contábeis nº 20 (NPC 20, esta recomendação do IBRACON vem ao encontro das boas práticas contábeis adotadas na Europa e nos Estados Unidos, como maneira de evidenciar maior clareza das informações contábeis aos investidores.

A DFC tornou-se obrigatória para todas as empresas a partir da Lei nº 11.638, de 2007, compondo assim o conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias. Até este momento somente algumas empresas inscritas na BOVESPA de segmentos específicos apresentavam a DFC.

Ainda, para reforçar a importância da elaboração da DFC em 2010 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) órgão que regulamenta a emissão de pronunciamentos que orientam as atividades contábeis atendendo as perspectivas da normatização da contabilidade brasileira com os demais países, emitiu o CPC 03 que trata exclusivamente das especificidades desta demonstração.



"A DFC é uma demonstração contábil que tem por finalidade evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações na conta caixa". (RIBEIRO, 2005 p. 400).

O CPC 03 também apresenta a sua definição da DFC, relatando que compreende "numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis e equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor" (CPC 03, p. 1).

Assim, pode-se integrar este conceito descrevendo que a DFC contempla todas as entradas e saídas de dinheiro no caixa da empresa em um determinado período, e, quando se refere à conta "caixa" englobam-se as contas que integram o grupo do Ativo Circulante, e subgrupo de Caixa e equivalentes de caixa como podemos visualizar no modelo de plano de contas:

QUADRO 11 – MODELO DE PLANO DE CONTAS.

1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.1.01.001	Caixa Matriz
1.1.1.01.002	Caixa Filial 1
1.1.1.01.100	Fundo Fixo de Caixa – Matriz
1.1.1.02	Bancos Conta Movimento
1.1.1.02.001	Banco Nacional S.A.
1.1.1.03	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
1.1.1.03.001	Banco Nacional S.A.
	Natureza: Devedora, sempre.
1.1.2	Créditos (Valores a Receber)
1.1.2.01	<i>Duplicatas a Receber</i>
1.1.2.01.001	Cia. ECP Ltda.

1.1.2.02	(-) Duplicatas Descontadas
1.1.2.02.001	(-) Cia. ECP Ltda.
1.1.2.03	(-) Créditos Vencidos e não Liquidados *
1.1.2.03.001	(-) Cia. ECP Ltda.
1.1.2.04.001	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.2.05.001	(-) P.D.D.
1.1.2.10	Outros Créditos
1.1.2.10	Títulos a Receber
1.1.2.10.001	Promissórias a receber
1.1.2.20	Cheques em Cobrança
1.1.2.20.001	...
1.1.2.30	Adiantamentos a Fornecedores
1.1.2.30.001	Cia. Fornecedora de Produtos S.A.
1.1.2.40	Adiantamentos a Empregados
1.2.1.40.001	Salários
1.1.2.40.002	13º Salário

FONTE: Lei nº 11.638/2007

Neste quadro contemplam-se algumas das contas patrimoniais elencadas no plano de contas e que podem integrar a DFC, pois se tratam de contas que são equivalentes de caixa como, por exemplo, os bancos, as aplicações financeiras e mesmo aplicações em outras empresas, elementos que apresentam disponibilidade, estes elementos representam o “caixa puro” segundo Iudícibus et al. (2010, p. 568), ou seja, “dinheiro à mão ou em conta corrente ou em bancos e as aplicações em equivalentes de caixa.”

É importante ressaltar que cada empresa deve estruturar o seu plano de contas, para atender às suas necessidades ao registrar as movimentações, sendo que para a elaboração da DFC todas utilizam as contas atreladas ao caixa e equivalentes de caixa, assim, este modelo pode sofrer alterações.

Note, como podemos verificar a disposição destas contas no Balanço Patrimonial, extraiu-se um recorte do Balanço de uma empresa que divulga suas demonstrações na BM&F BOVESPA, onde pode-se visualizar as contas que integram o grupo do Ativo Circulante e, encontramos a conta caixa e suas equivalentes com seus respectivos valores.

TABELA 1 – BALANÇO PATRIMONIAL EMPRESA NATURA COSMÉTICOS

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	4.462.811	3.176.868	2.609.022
1.01	Ativo Circulante	2.189.418	1.170.059	997.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.767	27.929	9.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.168.487	138.078	196.438
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda			
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	530.033	535.309	493.692
1.01.03.01	Clientes			
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			

FONTE: BM&F Bovespa

Reforçando a questão da equivalência de caixa o CPC 03 que trata da DFC vem demonstrando que para identificarmos como uma conta como equivalente de caixa devem-se considerar três requisitos paralelos:

- ser de curto prazo;
- ser de alta liquidez e
- apresentar insignificante risco de mudança de valor.

Este mesmo CPC também esclarece a equivalência de caixa ao relatar:

Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Os investimentos em instrumentos patrimoniais (de patrimônio líquido) não estão contemplados no conceito de equivalentes de caixa, a menos que eles sejam, substancialmente, equivalentes de caixa, como, por exemplo, no caso de ações preferenciais resgatáveis que tenham prazo definido de resgate e cujo prazo atenda à definição de curto prazo. (CPC 03, p. 4).

Para classificar uma movimentação em curto prazo as organizações podem seguir as regras do CPC 03 sendo que as aquisições com vencimentos em até três meses serão classificadas como curto prazo, assim uma aquisição realizada com vencimento em até três meses é uma atividade de curto prazo.

É importante ressaltar que a DFC fica mais completa quando se apresentam as notas explicativas, nelas devem constar todas as maneiras e métodos utilizados para a elaboração desta demonstração e os fatos que mais se destacam na elaboração desta demonstração.

Para seguir os nossos estudos estaremos abordando o objetivo e os benefícios de se apresentar a DCF diante das necessidades de se analisar esta demonstração.

2.2 OBJETIVO E BENEFÍCIOS DA DFC

Para as empresas brasileiras a emissão da DFC contribui para a evidência da sua transparência em relação às suas movimentações diretamente associadas a contas patrimoniais que trabalham com os recursos monetários.

Neste sentido, Iudícibus et al. (2010, p. 567) destacam:

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro, de uma empresa, ocorridos em um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de utilizar esses fluxos de caixa.

Analisando o CPC 03 (2010, p. 3) também se pode perceber a colocação do objetivo da elaboração da DFC:

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é requerer a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Considerando as pontuações acerca do objetivo da DFC em relatar as ocorrências que afetaram ou agregaram para a movimentação do caixa e seus equivalentes, estas informações relevantes para tomada de decisão devem estar acessíveis a todos os interessados.

Atender às necessidades dos investidores e demais usuários das demonstrações contábeis também é um objetivo da DFC, neste sentido, Iudícibus et al. (2010, p. 567) destacam alguns itens de extrema importância:

- a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
- a taxa de conversão de lucro em caixa;

a *performance* operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
os efeitos sobre a posição financeira da empresa das transações de investimento e de financiamento.

As possibilidades de identificar a capacidade de gerar fluxo de caixa futuro e de gerar caixa futuro são análises essenciais ao realizar-se um investimento ou aplicação, esta análise deve ser realizada para evitar desconfortos futuros além de prevenir-se para os períodos de necessidade de caixa.

Ainda para atingir sua finalidade é importante que a DFC permita atingir os seguintes requisitos, segundo Iudícibus et al. (2010, p. 568):

- evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, nessa ordem;
- evidenciar separadamente, em notas explicativas que façam referência à DFC as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período;
- conciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

Percebe-se uma gama de objetivos e utilidades e finalidades em que se toma por base a DFC, esta análise exige um conhecimento da sua estrutura para que se possa extrair o máximo de informação que esta demonstração nos evidencia. No próximo tópico estaremos tratando da composição desta demonstração.

2.3 A COMPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Conhecendo o conceito e objetivo da DFC pode-se prosseguir para identificar a sua composição, porém, antes de construirmos de fato a demonstração deve-se abortar a composição dos grandes grupos em que se encontram distribuídas as contas contábeis segundo a sua natureza.

Atendendo às finalidades da DFC em que se devem respeitar as transações de caixa atreladas as atividades operacionais, de investimento e financiamento, Iudícibus et al. (2010, p. 569) descrevem que:

A classificação dos pagamentos e recebimentos de caixa relaciona-se, normalmente com a natureza de transação que lhe dá origem. Assim, por exemplo, a compra de matéria-prima para produção é uma atividade operacional; a compra de uma máquina utilizada para a geração de outros produtos é uma atividade de investimento e, a emissão de ações da própria empresa é uma atividade de financiamento.

Assim, para estruturar a DFC precisamos inicialmente identificar o tipo de operação que gerou um desembolso ou uma entrada de caixa realizada pela empresa, é importante ainda conhecer profundamente as atividades operacionais o que simplifica o processo de classificação das atividades.

Em seguida abordaremos a exploração das três atividades que compõem a DFC, permitindo visualizar as suas características, iniciaremos com as atividades operacionais em seguida as de investimento e financiamento, lembre-se que devemos seguir esta ordem ao estudar e elaborar a DFC em relação às saídas e entradas de dinheiro nas empresas.

2.3.1 Atividades operacionais

É importante que você entenda o motivo de estudar e aprofundar as atividades operacionais, de fato, é através desta atividade que a empresa mantém as demais, ou seja, são as atividades operacionais que sustentam a empresa, que contribuem para a sua continuidade. É através desta atividade que a empresa obtém e consome a maioria dos seus recursos, esta destinação justifica-se, pois a empresa existe para atender à sua atividade operacional.

O CPC 03 em sua extensão trata de maneira explicativa o que integra a atividade financeira, você pode acompanhar na descrição:

O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações, na projeção de fluxos futuros de caixa operacionais.

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

(a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;

FONTE: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R2_rev%2003.doc>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Um exemplo destacado nesta movimentação de entrada de dinheiro é relacionado por Iudícibus et al. (2010, p. 569):

Recebimentos pela venda de produtos e serviços à vista; no caso de venda com prazos curtos normais praticados no mercado, o valor nominal recebido é dado como receita das atividades operacionais quando do recebimento; se for o caso de venda a longo prazo ou mesmo que a curto prazo, em prazo anormal, onde as contas a receber foram ajustadas a valor presente, parte deve ser classificada, no recebimento, como receita de venda e parte como receita financeira. No caso de desconto de duplicatas, sugerimos considerar, no ato do desconto e recebimento do dinheiro pelo banco, como se fossem recebimentos de clientes; se, no vencimento, a empresa precisar ressarcir o banco por valor não pago pelo cliente, essa importância será considerada como redução dos recebimentos de clientes desse período (o recebimento de clientes, então, será o valor líquido recebido nesse período, descontando-se os pagamentos ao banco). Essa alternativa confronta com a forma de contabilização, já que nesta os valores descontados são considerados como operações de empréstimos; mas, se não se proceder como sugerido, e se registrar, no fluxo de caixa, o desconto como empréstimo tomado, quando da liquidação da dívida pelo cliente junto ao banco a empresa nada registrará, porque não há alteração física no seu caixa (da empresa); assim jamais aparecerão esses valores como recebimentos operacionais das vendas, o que não faz sentido. A rigidez das normas internacionais (e norte-americanas) na montagem do fluxo de caixa faz com que se admita o registro de fluxos virtuais de caixa, já que o mais correto seria, no desconto, considerar os valores recebidos do banco como empréstimos, e na liquidação pelos clientes junto aos bancos, dois fluxos de caixa virtuais: um como recebimento dos clientes, e outro como pagamento do empréstimo junto ao banco (com a subdivisão do que é principal e do que é despesa financeira).

- (b) recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- (e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- (g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.

Algumas transações, como a venda de item do imobilizado, podem resultar em ganho ou perda, que é incluído na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento. Entretanto, pagamentos em caixa para a produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros que, em sequência, são vendidos, conforme descrito no item 68A do Pronunciamento Técnico CPC 27 -

Ativo Imobilizado são fluxos de caixa advindos das atividades operacionais. Os recebimentos de aluguéis e das vendas subsequentes de tais ativos são também fluxos de caixa das atividades operacionais.

FONTE: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R2_rev%2003.doc>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Como exemplo de venda de ativos desta natureza Iudícibus et al. (2010) descrevem o caso da venda de carros destinados a aluguel na atividade operacional da empresa, ou seja, a empresa que tem como atividade principal o aluguel de veículos e acaba vendendo este bem, acaba gerando uma receita operacional.

A entidade pode manter títulos e empréstimos para fins de negociação imediata ou futura (*dealing or trading purposes*), os quais, no caso, são semelhantes a estoques adquiridos especificamente para revenda. Dessa forma, os fluxos de caixa advindos da compra e venda desses títulos são classificados como atividades operacionais. Da mesma forma, as antecipações de caixa e os empréstimos feitos por instituições financeiras são comumente classificados como atividades operacionais, uma vez que se referem à principal atividade geradora de receita dessas entidades.

FONTE: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R2_rev%2003.doc>. Acesso em: 11 fev. 2014.

É importante mencionar que as entradas advindas das atividades operacionais são diferentes de uma empresa para outra, pois estão atreladas à sua atuação, ao segmento em que atuam, assim, se tratamos de uma empresa que fabrica toalhas de banho o algodão é considerado uma entrada operacional.

2.3.2 Atividades de investimento

Para as atividades de investimento destaca-se que a sua ocorrência nas empresas também ocorre não na mesma intensidade da atividade operacional, mas contribuindo para que a operacionalidade da empresa possa continuar a acontecer. O CPC 03 em seu texto também aponta os pontos que devem ser observados para a composição da DFC:

A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de investimento são:

- (a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem aqueles relacionados aos custos de desenvolvimento ativados e aos ativos imobilizados de construção própria;
- (b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (c) pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (d) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (e) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira);
- (f) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira);
- (g) pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- (h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando um contrato for contabilizado como proteção (*hedge*) de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

FONTE: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R2_rev%2003.doc>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Perceba que a atividade de investimento utiliza instrumentos financeiros que contribuem para gerar caixa para as empresas, no entanto, não representam a maior proporção da destinação do dinheiro.



A atividade de investimento contribui para a sua continuidade, não representando a atividade principal da empresa, assim os investimentos permanecem em uma posição após as atividades operacionais, considerando a importância na destinação do dinheiro.

2.3.3 Atividades de financiamento

Para uma última classificação das atividades que integram a DFC você precisa conhecer e analisar as operações que geram entrada ou saída de dinheiro que se referem aos financiamentos assumidos ou concedidos aos investidores ou credores da empresa.

É fundamental recorrer ao CPC 03 para que se possam identificar as atividades que estão atreladas a estas operações:

A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento são:

- (a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;
- (d) amortização de empréstimos e financiamentos; e
- (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

FONTE: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R2_rev%2003.doc>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Atentar para a diferença entre as atividades de investimento e financiamento é importante: A atividade de investimento permite e contribui a continuidade das operações da empresa, em relação às atividades de financiamento trata-se de compromissos ou direitos financeiros com terceiros.

Perceba que em algum momento a empresa pode simultaneamente adquirir uma atividade de investimento e financiamento, por exemplo:

A empresa ao adquirir uma máquina que é uma atividade de investimento em seu ativo para continuar as suas atividades operacionais pode estar efetuando uma parte do pagamento deste bem à vista e o restante deve ser quitado com uma atividade de financiamento, que pode ser a longo prazo, permitindo que o seu fluxo de caixa não seja afetado neste momento e a sua atividade operacional também não receba interferência em seu ciclo;

Valor da máquina: R\$ 100.000,00

Valor paga à vista no momento da aquisição: R\$ 2.000,00 (saída de caixa)

Valor financiado para pagamento com carência de seis meses e prazo de pagamento de 50 parcelas: 98.000,00.

Alguns elementos podem ser movimentados, mas não provocam alterações do caixa das empresas, perceba na descrição de Iudícibus et al. (2010, p. 571):

As transações de investimento e financiamento que afetam ativos e passivos, mas não impactam no caixa, devem ser evidenciados em notas Explicativas. Isso pode ser feito tanto de forma narrativa como resumida em tabela específica. São exemplos:

- dívidas convertidas em aumento de capital;
- aquisição de imobilizado via assunção de passivo específico (letra hipotecária, contrato de alienação fiduciária etc.);
- aquisição de imobilizado via contrato de arrendamento mercantil;
- bem obtido por doação (que não seja dinheiro);
- troca de ativos e passivos não caixa por outros ativos e passivos não caixa.

Para estas operações apenas alguma movimentação fiscal ou registro contábil em contas patrimoniais que não relacionam o caixa podem ocorrer, de fato o registro ocorre, mas não infere no caixa do período, portanto, não precisa ser mencionado na DFC quando ocorre.

Vamos visualizar agora como será estruturada a DFC respeitando as suas atividades na próxima seção a elaboração e composição será realizada com a aplicação e identificação das contas contábeis.

2.4 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO

Para a apresentação da DFC o CPC 03 disponibiliza a utilização de dois métodos, sendo os dois aceitáveis pelo fisco, assim fiscalmente a empresa adota apenas um destes métodos e gerencialmente pode optar pela utilização dos dois.



A soma de cada um dos grupos operacional, investimento e financiamento da DFC deve ser igual ao valor que apresentam o caixa e seus equivalentes no mesmo período, assim, o valor do caixa e seus equivalentes que consta no Balanço Patrimonial é o mesmo que deve contar na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Conheceremos agora os métodos direto e indireto as suas diferenças e como podemos analisar o fluxo de caixa das empresas com base nestes demonstrativos.

2.4.1 Método direto

Conforme o CPC 03, o método direto é segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas. Segundo Iudícibus et al. (2010, p. 575),

O método direto explica as entradas e recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares;

- recebimentos de juros e dividendos;
- outros recebimentos das operações, se houver;
- pagamentos a empregados e a fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda e similares;
- juros pagos;
- impostos pagos;
- outros pagamentos das operações, se houver.

O FASB e o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa incentivam, mas não obrigam, as empresas a adicionarem outras informações que considerem úteis ao evidenciar o fluxo de caixa das operações.

Segue um modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto disponibilizado pelo CPC 03 para que os profissionais da área contábil tenham por base este demonstrativo, e os analistas e usuários externos precisam conhecer e também precisam conhecer e interpretar estas informações para identificar possíveis oscilações e picos dos fluxos de caixa.

QUADRO 12 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

<p>Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto 2012</p> <p>Fluxos de caixa das atividades operacionais</p> <p>Recebimentos de clientes</p> <p>Pagamentos a fornecedores e empregados</p> <p>Caixa gerado pelas operações</p> <p>Juros pagos</p> <p>Imposto de renda e contribuição social pagos</p> <p>Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos</p> <p>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de investimento</p> <p>Aquisição da controlada X líquido do caixa incluído na aquisição</p> <p>Compra de ativo imobilizado</p> <p>Recebido pela venda de equipamento</p> <p>Juros recebidos Dividendos recebidos</p> <p>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</p> <p>Recebido pela emissão de ações</p> <p>Recebido por empréstimo a logo prazo</p> <p>Pagamento de passivo por arrendamento</p> <p>Dividendos pagos</p> <p>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</p> <p>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período</p>

FONTE: Adaptado de: CPC 03

Percebe-se através do método direto que a sequência das atividades operacional, de investimento e financiamento são seguidas rigorosamente, assim, é através deste método que podemos conhecer a destinação das saídas e entradas dos recursos.

Um meio de complementar a sua aprendizagem é através da visualização prática da aplicação deste método, para tanto se extraiu de Marion (2008, p. 401):

- a. Compra de Mercadorias no valor de \$ 100.000, sendo que 40% foi pago em dinheiro e o restante a prazo.
- b. Venda de mercadorias no valor de \$ 150.000, sendo \$ 100.000 à vista e o restante a prazo.
- c. Pagamento a fornecedores da importância de \$ 20.000, em dinheiro.
- d. Recebido de clientes a importância de \$ 30.000, em dinheiro.

e. Despesas incorridas no período: \$ 35.000, sendo \$ 15.000 pagas em dinheiro, e o restante a prazo.

f. Impostos incidentes sobre vendas, pagos em dinheiro: \$ 10.000.

g. Pagamento de Contas a Pagar, em dinheiro: \$15.000.

Sugerimos, para melhor compreensão que você escreva em Razonetes os fatos supra, abrindo, inicialmente, Razonetes para as contas contidas no Balanço Patrimonial apresentado adiante, referentes ao exercício de X1.

Informações adicionais:

Apresentaremos somente o Razonete da conta Caixa:

O saldo inicial foi extraído do Balanço de 31.12.X1, apresentado após a DRE.

CAIXA			
S	70.000	a	40.000
		b	100.000
		c	20.000
		d	30.000
		e	15.000
		f	10.000
		g	15.000
Soma	200.000	Soma	100.000
S	100.000		

Observe que o saldo inicial do Caixa era de \$70.000 e o final é de \$100.000. Houve, portanto, uma variação positiva no período igual a \$ 30.000. É exatamente essa variação que será demonstrada pela DFC.

Considerando que os fatos ocorridos no exercício de X2 estejam devidamente escriturados e o resultado do exercício apurado, veja como ficará a DRE em 31.12.X2:

Demonstração do Resultado do Exercício	
Receita Bruta de Vendas	150.000
(-) Impostos sobre Vendas	(10.000)
Receita Líquida de Vendas	140.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(60.000)
Lucro Bruto	80.000
(-) Despesas.....	(35.000)
Lucro Líquido	45.000

Balancos em 31.12 de X1 e em 31.12.X2		
CONTAS	ATUAL	ANTERIOR
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa	70.000	100.000
Clientes.....	30.000	50.000
Estoque de Mercadorias.....	50.000	90.000
ATIVO PERMANENTE		
Móveis e Utensílios	50.000	50.000
TOTAL DO ATIVO	200.000	290.000
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	20.000	60.000
Contas a Pagar	15.000	20.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital.....	165.000	165.000
Lucros Acumulados.....	0	45.000
TOTAL DO PASSIVO	200.000	290.000

Por este método, o Direto, os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados por meio dos recebimentos e pagamentos. (MARION 2008, p. 401). Veja o Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto:

FIGURA 19 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

Companhia:	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Exercício findo em 31 de dezembro de X2	
Fluxos de caixa originados de:	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores recebidos de Clientes	130.000
Valores pagos a fornecedores e empregados	(60.000)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(40.000)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	30.000
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros/dividendos	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X
Aumento (Redução) nas disponibilidades	30.000
Disponibilidades – no início do período	70.000
Disponibilidades – no final do período	100.000

FONTE: Marion (2008, p. 401)

Veja os cálculos que efetuamos para encontrar os valores lançados neste demonstrativo (MARION, 2008):

Valores recebidos de Clientes	
Saldo inicial de clientes	30.000
(+) Vendas de mercadorias	150.000
(-) saldo final de clientes	(50.000)
Total Recebido no período	130.000
Valores pagos a fornecedores	
Saldo inicial de fornecedores.....	20.000
(+) Compras de mercadorias	100.000
(-) saldo final de fornecedores	(60.000)
Total pago a Fornecedores	60.000

Caso você não tivesse a informação do valor das compras, somente com os dados da DRE e do Balanço, poder-se-ia chegar nesse valor, acompanhe:

$$\begin{aligned} \text{CMV} &= \text{EI} + \text{C} - \text{EF} \\ \text{C} &= \text{CMV} - \text{EI} + \text{EF} \\ \text{C} &= 60.000 - 50.000 + 90.000 \\ \text{C} &= 100.000 \end{aligned}$$

Pagamento de Despesas	
Saldo inicial de Contas a Pagar	15.000
(+) Despesas incorridas no período	35.000
(+) Impostos incorridos no período	10.000
(-) Saldo final de Contas a Pagar	(20.000)
Total das despesas pagas	40.000

2.4.2 Método indireto

De acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 575):

Percebe-se através do método indireto que a DFC inicia com a evidenciação do lucro do período, ou seja, iniciamos demonstrando o lucro auferido no período e descrevemos que movimentações ocorreram para gerar entrada ou saída de caixa.

O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da conciliação. Para tanto, é necessário:

- remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, crédito tributário etc. e todas as alocações no resultado de eventos que podem ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar do período; e

- remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos não circulante e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimento ou financiamento: depreciação, amortização de intangível e ganhos e perdas na venda de imobilizado e/ou em operações em descontinuidade (atividades de investimento); e ganhos e perdas na baixa de empréstimos (atividades de financiamento).

Por este método, o Indireto, também denominado de Método da Reconciliação, os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustado pela adição das despesas e pela exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o Caixa da empresa, isto é, que não representaram saídas ou entradas de dinheiro, bem como pela exclusão das receitas realizadas no exercício e recebidas no exercício anterior e pela adição das receitas recebidas. (Marion, 2008).

Análise a estrutura da DFC pelo método Indireto:

QUADRO 13 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto	
Companhia:	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Exercício findo em 31 de dezembro de X2	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado do exercício/período	45.000
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência Patrimonial	(X)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	(20.000)
(Aumento) Redução dos estoques	(40.000)
Aumento (Redução) em fornecedores	40.000
Aumento (Redução) em contas a pagar	5.000
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	30.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros/dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X
Aumento (Redução) nas disponibilidades	30.000
Disponibilidades – no início do período	70.000
Disponibilidades – no final do período	100.000

FONTE: Marion (2008, p. 401)

Percebe-se que, mesmo havendo diferentes modos de elaborar a DFC, o seu valor final sempre deve ser igual às disponibilidades do Ativo, ou seja, deve contemplar todos os valores que estão disponíveis imediatamente para a empresa. Estas diferenças entre os dois métodos são estudadas no próximo tópico.

2.4.3 Diferença entre o método direto e o método indireto

As diferenças existentes entre os dois métodos são vistas somente no Fluxo de Atividade Operacional, pois a sua demonstração inicia-se com todos os recebimentos e pagamentos que passaram pelo caixa e equivalentes de caixa, e no método indireto, a demonstração inicia-se com o lucro ou prejuízo, líquido do exercício, sofrendo ajustes até chegar ao mesmo valor do método direto.

Sendo que os dois métodos deverão demonstrar o mesmo resultado e possuir três fluxos, que são: Operacional, Investimento e Financiamento.

Analise o exemplo prático disponibilizado por meio de Iudícibus et al. (2010, p. 577), neste mesmo exemplo além da elaboração você poderá realizar a leitura da análise deste instrumento financeiro para tomada de decisão:

Vamos agora elaborar uma demonstração do fluxo de caixa, comentando todos os passos, seus efeitos e contribuindo com a compreensão dos conceitos teóricos até o momento. Considerem-se as demonstrações a seguir:

	Balança (em \$)		
	31/12/X0	31/12/X1	Variacão
Caixa	100	100	-
Bancos	500	5.000	4.500
Aplicacões Financeiras	5.000	12.200	7.200
Duplicatas a Receber	10.000	20.000	10.000

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	- 1.000 -	1.500	- 500
Estoques	12.000	15.000	3.000
Despesas pagas Antecipadamente	3.000	5.000	2.000
Imobilizado	30.000	35.000	5.000
Depreciação Acumulada	- 6.000 -	4.500	1.500
TOTAL DO ATIVO	53.600	86.300	32.700
Fornecedores	10.000	23.000	13.000
Imposto de Renda e C. S. a Pagar	2.000	1.300	- 700
Duplicatas Descontadas	15.000	8.000	- 7.000
Salários a Pagar	-	5.000	5.000
Empréstimo Curto Prazo	20.000	30.000	10.000
Capital	5.000	15.000	10.000
Reservas de Lucro	1.600	4.000	2.400
TOTAL DO PASSIVO + PL	53.600	86.300	32.700

Demonstração de Resultado X1 (em \$)	
Vendas	40.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	- 20.000,00
Lucro Bruto	- 20.000,00
Despesas com Salários	- 14.000,00
Depreciação	- 1.500,00
Despesas Financeiras	- 1.000,00
Desp. Perdas Estimadas book login	- 1.000,00
Despesas Diversas	- 600,00
Receitas Financeiras	300,00
Lucro na Venda Imobilizado	3.000,00
Lucro antes IR e CS	5.200,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	- 1.300,00
Lucro Líquido	3.900,00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido X1			
	Capital	Reservas de Lucros	Total
Saldo em 31-12-X0	5.000,00	1.600,00	6.600,00
Aumento de Capital	10.000,00		10.000,00
Lucro Líquido		3.900,00	3.900,00
Dividendos Pagos		- 1.500,00	- 1.500,00
Saldo em 31-12-X1	15.000,00	4.000,00	19.000,00

Outras informações adicionais:

a-custo do imobilizado vendido = \$15.000,00 já depreciado em R\$ 3.000,00;

b-as despesas financeiras foram pagas;

c-aplicação de 30 e 60 dias e em caderneta de poupança.

Solução:

Neste exemplo será comentado cada um dos lançamentos em destaque entre parênteses nas contas "T". Os registros que não possuem letras entre parênteses referem-se aos saldos inicial e final da conta, transcritos no Balanço:

Estoques		
12.000	20.000	(CMV)
Compras - (b-1) 23.000		
15.000		

Fornecedores	
(b-3) 10.000	10.000
	23.000 (b-2)
	23.000

Duplicatas a Receber		
10.000	500	(a-2)
(a-1) 40.000	29.500	(a-3)
20.000		

Disp. Pagas Antecipadamente		
3.000	600	(c-1)
(c-2) 2.600		
5.000		

Imobilizado		
30.000	15.000	(d-1)
(d-3) 20.000		
35.000		

Depreciação Acumulada		
(d-2) 3.000	6.000	
	1.500	(d-4)
	4.500	

PCLD		
(a-2) 500	1.000	
	1.000	(e-1)
	1.500	

Duplicatas Descontadas	
-	
5.000	(f-1)
5.000	

Prov. p/ IR e contribuição Social a

		Pagar	
(g-2)	2.000	2.000	
		1.300	(g-1)
		1.300	

		Salários a Pagar	
(h-2)	21.000	15.000	
		14.000	(h-1)
		8.000	

		Empréstimos	
(i-2)	1.000	20.000	
		1.000	(i-1)
		10.000	(i-3)
		30.000	

		Capital	
		5.000	
		10.000	(j-1)
		15.000	

		Reserva de Lucros	
(l-2)	1.500	1.600	
		3.900	(l-1)
		4.000	

		Dividendos a Pagar	
		-	(l-2)
		1.500	
		(pagamento) 1.500	
		-	

I – Movimentação de Caixa das atividades operacionais.

Receita de Juros - na DRE consta uma receita financeira de \$ 300 sem que haja uma conta de Juros a Receber no Ativo. Consequentemente todo o valor da receita financeira não foi recebido. Observamos, contudo, que o valor de R\$ 300 está incorporado no saldo final da conta Aplicações financeiras, no Balanço. Os elementos desta conta são equivalentes de caixa. Relembrando, as movimentações entre as contas que compõe o grupo das disponibilidades, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-03 Demonstração do Fluxo de Caixa, FASB e o IASB, têm mais um caráter de gerenciamento do caixa do que de investimento, e não são destacados na DFC;

(a-1) – transcrição da receita de vendas da DRE; (a-2) – baixa de duplicatas incobráveis; (a-3). Como o saldo final de Duplicatas a Receber aumentou em \$ 10.000,00 em relação ao saldo inicial e foram baixados no período \$ 500,00 de Duplicatas Incobráveis, significa que no período foram recebidos apenas \$ 29.500,00 (lançamento a-2);

(b-1) dado o CMV de \$20.000,00 transcrito na DRE, obtemos o valor de compra; (b-32) que confrontado com o saldo inicial e final de Fornecedores, leva a apuração de \$ 10.000,00 pagos no período pelas mercadorias adquiridas (b-4);

(c-1) valor transcrito na DRE referente à fração dos gastos antecipados que fora caixa no passado e que são despesas do período (\$ 600,00) (c-2). Como o saldo final de Despesas Pagas Antecipadamente é de \$ 5.000,00 então, houve um desembolso pela aquisição de um novo ativo dessa natureza no valor de R\$ 2.600,00 (lançamento c-2); (e-1) – Despesas com Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa no período. Não tem efeito no Caixa. Observe, contudo, que a baixa de \$ 500,00 de duplicatas Incobráveis contra Duplicatas a Receber (a-32) afetou o valor líquido de Clientes no período; (f-1) Desconto de Duplicatas. A entrada de Caixa do desconto de duplicatas (\$ 5.000,00) será tratada aqui nas atividades operacionais, como sugere o IASB; (g-1) – valor do Imposto de Renda e Contribuição Social, \$ 1.300,00 transcrito na DRE; como o valor do imposto de Renda e da Contribuição social transcrito na DRE é igual ao saldo final desta conta no Passivo. Consequentemente foi pago no período todo o saldo anterior, de \$ 2.000,00, (lançamento g-2); (h-1) despesa com salários lançada no período; (h-2) como o saldo final da conta Salários a pagar foi deduzido em \$ 7.000,00 significa que no período foram pagos \$ 21.000,00. Mas o saldo final da conta salários a Pagar no Passivo foi deduzido em \$ 7.000,00 resultando em \$ 21.000,00 de desembolso de caixa nessa transação (lançamento h-2); (i-1) e (i-2) no exemplo está-se considerando que a despesa financeira compõe a conta de empréstimos (não existe uma conta de juros a Pagar no passivo). Como essa despesa foi paga (dado adicional no exemplo) então o novo empréstimo é de \$ 10.000,00.

II – Movimentações de Caixa das atividades de Investimento

(d-1) e (d-3) – trata-se da baixa de imobilizado de custo histórico igual a \$15.000,00 (informação adicional 2); (d-2) baixa da depreciação do imobilizado vendido (informação adicional 2); em \$ 3.000,00 conforme informação complementar do problema. Como existe um ganho de \$ 3.000,00 pela venda do imobilizado na DRE, então, a venda foi feita por \$ 15.000,00, sendo este o valor que deve ser registrado na Demonstração de Fluxo de Caixa; (d-23) – o cruzamento do saldo inicial da conta Imobilizado com seu saldo final, considerando a baixa acima, mostra a aquisição de um novo imobilizado, no valor de R\$ 20.000,00; (d-4) a despesa de depreciação, de \$ 1.500, não representa nesse momento, uma saída de caixa, e, portanto, não comporá a demonstração de fluxo de caixa.

III – Movimentação de caixa das atividades de Financiamento

(i-1) – no exemplo, está se considerando que a despesa financeira compõe a conta de Empréstimos; (1-2) – pagamento de despesas financeiras informação adicional 2); (i-3) – dado o aumento de \$ 10.000,00 em relação ao saldo inicial e o pagamento das despesas financeiras, concluiu-se que essa variação é decorrente de novos empréstimos;

(i-3) – conforme já comentado nos itens (i-1) e (i-2), a conclusão desses \$10.000,00 de novos empréstimos deriva do fato de as despesas financeiras de \$ 1.000,00 terem sido pagas;

(j-1) – aumento de capital em dinheiro (\$10.000,00) Se esse aumento tivesse ocorrido por meio de outro ativo, haveria essa informação;

(l-1) – transcrição do lucro do período, conforme DRE; (1 e 2) – o lucro do período de \$ 3.900 (l-21) somado ao saldo inicial (\$ 1.600) de Reservas elevaria o saldo dessa conta para \$ 5.500,00. Como este é de apenas \$ 4.000, concluímos que houve distribuição de dividendos de \$ 1.500,00.

A Demonstração de Fluxos de Caixa deste exemplo será então:

a) pelo Método Direto

Companhia X Demonstração de Fluxos de caixa, ano X1

Atividades Operacionais		
Recebimento de clientes	29.500	
Recebimento de juros	300	
Duplicatas descontadas	5.000	
Pagamentos		
- a fornecedores de mercadorias	- 10.000	
- de impostos	- 2.000	
- de salários	- 21.000	
- de juros	- 1.000	
- despesas pagas antecipadamente	- 2.600	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		- 1.800
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de imobilizado	- 20.000	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		- 5.000
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	10.000	
Empréstimos de curto prazo	10.000	
Pagamento de dividendos	- 1.500	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		18.500
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente Caixa		11.700
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0		5.600
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1		17.300

b) pelo Método Indireto

Companhia X Demonstração de Fluxos de caixa, ano X1

Atividades Operacionais		
Lucro líquido	3.900	
<i>Mais:</i> depreciação	1.500	
<i>Menos:</i> lucro na Venda de imobilizado	- 3.000	
Lucro ajustado	2.400	
Aumento em duplicatas a receber	- 10.000	
Aumento em PECLD	500	
Aumento em duplicatas descontadas	5.000	
Aumento em estoques	- 3.000	
Aumento em despesas pagas antecipadamente	- 2.000	
Aumento em fornecedores	13.000	
Redução em provisão para IR a pagar	- 700	
Redução em salários a pagar	- 7.000	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		- 1.800
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de imobilizado	- 20.000	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		- 5.000
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	10.000	
Empréstimos de curto prazo	10.000	
Pagamento de dividendos	- 1.500	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		18.500
Aumento Líquido nas disponibilidades		11.700
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0		5.600
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1		17.300

Análise do exemplo:

A apresentação das movimentações de Caixa segregadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento contém informações muito ricas para apoio às decisões econômicas de investidores, credores gestores e outros usuários, principalmente quando essas informações são analisadas em conjunto com os demais relatórios contábeis. Faremos uma breve análise do exemplo apresentado:

- pelo método indireto, observa-se que apesar de a empresa ter tido um lucro líquido de \$ 3.900,00 ela só conseguiria internalizar \$ 2.400,00 de recursos (lucro líquido + depreciação – lucro na venda do imobilizado) para girar em seus negócios. Ocorre que, como a conta de Clientes líquida da PCLD, aumentou \$ 9.500,00, isso significa que, desses \$ 2.400,00 contábeis, \$ 9.500,00 não viraram Caixa, assim estamos com (\$ 7.100,00). Por outro lado o aumento de fornecedores diz que deixaram de ser pagos \$ 13.000,00 e assim chegamos por enquanto, ao Caixa de \$ 5.900,00. Mas o aumento em Estoque e Despesas antecipadas reduz o Caixa para \$ 900,00. A redução em IR e Salários a Pagar reduz o Caixa para (-) \$ 6.800,00. Como se descontaram \$ 5.000,00 de Duplicatas, o caixa de fato das atividades operacionais foi (-) \$ 1.800,00;

- assim, o déficit operacional do Caixa de \$ 1.800,00, não foi motivado por um desequilíbrio nos prazos do ciclo financeiro da empresa, já que o aumento de Fornecedores iguala o acréscimo em Estoques e em Contas a Receber (\$ 13.000,00). Por outro lado, as atividades de Investimento também apresentaram déficit líquido de Caixa de \$ 5.000,00 situação bastante comum em empresas em expansão. Tal situação motivou a empresa a recorrer a financiamentos de risco (\$ 10.000,00) e de terceiros (\$ 10.000,00) para tocar seus negócios, substituir bens de capital depreciados e pagar dividendos;

- observamos pelo método direto, que os juros pagos e recebidos de \$ 1.000,00 e \$ 300,00 respectivamente, foram classificados nas atividades operacionais. Se essas transações fossem remanejadas para as atividades de investimento (\$300,00) e financiamento (\$ 1.000,00) como faculta a norma do IAS, a movimentação líquida de caixa dos três grupos seria diferente. Devemos ter presente que o Caixa líquido gerado pelas operações, assim como o lucro independe de como os ativos são financiados; logo, a classificação dos juros pagos no grupo das operações pode não ser o procedimento mais adequado, do mesmo modo os juros recebidos por aplicação em títulos patrimoniais ou não patrimoniais de outras entidades estariam melhor classificados nas atividades de investimento. A não consideração destes aspectos pode levar a distorções na análise do desempenho financeiro da empresa;

- o aumento líquido das disponibilidades no período, de \$ 11.700,00, parece exagerado proporcionalmente aos negócios da empresa. A gestão financeira não está boa, pois aparentemente a empresa está obtendo recursos remunerados à taxa de captação de investidores e credores, e os deixando expostos a uma remuneração menor em aplicações financeiras (variação \$ 7.200,00) ou parados em caixa / Bancos (variação \$ 4.500,00);

-Informações históricas da DFC, seja pelos volumes brutos de dinheiro movimentadas nas operações, como são evidenciadas no método direto, pelas variações nas contas operacionais ativas e passivas, como mostrado no método indireto, isoladas ou em conjunto na DRE, permitem estimativas razoáveis dos fluxos futuros de caixa, da entidade que no fundo são as informações mais fundamentais desejadas pelos usuários que tomam decisões econômicas sobre a empresa.

- O método indireto incorpora a DOAR, pois para chegar ao caixa das operações precisa passar antes pelo capital gerado por estas empresas.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico vimos que:

- Conhecer e analisar as demonstrações contábeis é uma característica essencial para os investidores ou mesmo pessoas que se determinam a trabalhar com a análise financeira como base para a tomada de decisão.
- A Demonstração do Fluxo de Caixa em sua estrutura evidencia de maneira minuciosa todas as movimentações da conta caixa, é como se pudéssemos quantificar o que a empresa destinou em suas saídas de caixa para as atividades de investimento ou financiamento e o quanto a atividade operacional proporcionou para a geração de caixa.
- Observa-se que através da DFC pode-se inicialmente visualizar a destinação e origem dos recursos, porém, ela também é base para a movimentação do próximo período, assim, podem-se prever os desembolsos e as entradas de caixa e identificar situações que podem afetar a situação financeira da empresa ou identificar momentos em que esta situação é mais estável.
- A escolha de um dos métodos não influencia ou determina os processos de tomada de decisão, no entanto, é essencial conhecer e saber analisar a DFC pelos dois métodos: o direto e o indireto, sendo que: o método direto divide-se em atividades operacionais, de investimento e financiamento e o método indireto inicia com o resultado do período e em sua estrutura apresenta as entradas e saídas que geraram movimentação no caixa e seus equivalentes no período.



1 A Demonstração do Fluxo de Caixa por meio do Método Direto respeita uma estrutura com três atividades, sendo uma destas as atividades de investimento. Conhecer em uma empresa que elementos podem ser considerados investimento é importante, pois os mesmos contribuem para a geração de caixa da empresa. Assim, analise as sentenças e identifique aquelas que se referem a atividades de Investimento:

- I - Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais.
- II - Pagamento de Juros sobre empréstimos bancários recebidos.
- III - Pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade.
- IV - Abertura de conta bancária para movimentação dos recursos.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) () Somente a afirmativa II está correta.
- c) () Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) () Somente a afirmativa IV está correta.

2 A Demonstração de Fluxo de Caixa pode ser realizada através de dois métodos, sendo que o CPC 26 não determina qual deles deve ser utilizado, permitindo que a escolha seja realizada pela empresa. Analise a DFC apresentada pela empresa Raios Solares Ltda.:

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Raios Solares Ltda.	
Exercício findo em 31 de dezembro de X1	
Fluxos de caixa originados de:	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores recebidos de Clientes	150.000
Valores pagos a fornecedores e empregados	(60.000)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(40.000)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	50.000
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)

Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros/dividendos	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X
Aumento (Redução) nas disponibilidades	50.000
Disponibilidades – no início do período	70.000
Disponibilidades – no final do período	120.000

Agora, assinale a alternativa CORRETA quanto à identificação da DFC apresentada pela empresa:

- a) () Trata-se do Método Direto de DFC.
b) () Trata-se do único método de DFC aceito pelo CPC 26.
c) () Trata-se do Método Indireto de DFC.
d) () Trata-se do método Direto único aceito pelo CPC26.

3 Como a DFC abrange as movimentações que ocorrem no caixa e seus equivalentes, é importante conhecer e identificar estas contas contábeis para analisar e verificar as oscilações que ocorrem nesta demonstração. Para as contas equivalentes à conta Caixa, analise as afirmativas e classifique V para as verdadeiras e F para as falsas:

- () As contas de Caixa e seus equivalentes precisam ser de alta liquidez.
() Entre as contas equivalentes de Caixa a conta Capital Social está inserida.
() As contas de caixa e seus equivalentes são de longo prazo.
() A conta de Aplicações Financeiras de curto prazo estão presentes entre as equivalentes de caixa.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () V – F – F – V.
b) () V – V - F – F.
c) () F – F - V – V.
d) () V – F - V – V.

A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

1 INTRODUÇÃO

Além da situação do caixa das empresas é importante acompanhar a composição e as mudanças que ocorrem em seu patrimônio. As empresas precisam informar onde destinam os seus resultados, assim, pode-se acompanhar se ocorre um aumento ou redução de capital, distribuição aos sócios ou qualquer outra movimentação que envolva o resultado de um determinado período.

Os usuários internos das empresas e, sobretudo os externos utilizam esta demonstração para acompanhar a evolução do Patrimônio da organização, pois de fato, não basta apresentar lucro no período, mas é fundamental retratar onde destinamos este lucro, o que foi realizado para incrementar o patrimônio ou o que ocorreu para afetar o mesmo.

Essa visualização é possível através de uma demonstração contábil denominada Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, que não era obrigatória pela Lei das sociedades Anônimas nº 6.404/76, mas em função das constantes mudanças das normas contábeis no cenário mundial para tornar a informação contábil padronizada e retratando realmente a realidade das empresas, essa demonstração passou a ser obrigatória.

É também por meio da DMPL que as empresas que apresentam investimento em outras empresas como ocorre em coligadas e controladas conseguem visualizar e certificar-se da destinação do resultado, por este motivo esta demonstração também se torna essencial. Assim, para conhecer e entender a sua estrutura aborda-se a sua composição nas próximas seções.

2 O CONCEITO E OBJETIVO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Iudícibus et al. (2010) relatam que a DMPL é de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

É essencial acompanhar e identificar a destinação deste resultado. Sabe-se que a Demonstração de Resultado do Exercício - DRE ou DR retrata o lucro ou o prejuízo do período, porém, não se pode ainda verificar somente através da DRE onde a empresa destinou este resultado, onde foi empregado o lucro, ou como foi compensado o prejuízo.

Sua importância torna-se mais acentuada em face dos critérios da Lei, pois a demonstração indicará claramente a formação e a utilização de todas as reservas, e não apenas das originadas por lucros. Servirá também para melhor compreensão, inclusive quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios. (IUDÍCIBUS et al., 2010).



Assim, a DMPL passa a ser uma demonstração obrigatória, pois os usuários precisam acompanhar a destinação dos recursos apurados no período e, através do CPC 26 a sua obrigatoriedade é firmada, este CPC trata dos requisitos gerais, diretrizes para estrutura e conteúdo mínimo para a apresentação das demonstrações contábeis.

É na composição do CPC 26 que se incluiu no conjunto completo de demonstrações contábeis a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, cujo conteúdo deverá ser o seguinte:

106. A entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido:

- a) O resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
- b) Para cada componente do Patrimônio Líquido, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e as correções de erros reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro;
- c) Para cada componente do Patrimônio Líquido a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:
 - i) do resultado líquido;
 - ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e

iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=119>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Iudícibus et al. (2010) esclarecem ainda que, em relação ao Resultado Abrangente o CPC 26 indica duas destinações: a divulgação do resultado abrangente e a divulgação da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido das controladas.

O resultado abrangente é evidenciado isoladamente ou junto da DMPL como será estudado no próximo tópico, e é através desta informação que se pode verificar se o percentual do resultado do exercício que foi destinado para os empregados, por exemplo, pois é através do resultado abrangente que se sabe onde foi ou poderá ser evidenciado na DMPL utilizando-se uma coluna, ou através da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício (DRAE) dentro da DMPL. Já a participação dos não controladores no Patrimônio Líquido das controladoras deverá ser evidenciada através da inserção de uma coluna na DMPL.

O item “B” é assim detalhado no referido Pronunciamento (CPC, p. 32):

O item 106 (b) requer a divulgação na demonstração das mutações do patrimônio líquido do ajuste total para cada componente do patrimônio líquido resultante de alterações nas políticas contábeis e separadamente, de correções de erros. Esses ajustes devem ser divulgados para cada período anterior e no início do período atual.

Pode-se prosseguir para a composição desta demonstração, uma vez apresentada e discutido seu conceito e utilidade, assim, podem-se aprofundar os estudos e verificar a sua estrutura.

3 COMPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Em sua composição o CPC 26 evidencia também que deve ser divulgado no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou nas Notas Explicativas:

- (a) para cada classe de ações do capital:
 - i) a quantidade de ações autorizadas;
 - ii) a quantidade de ações subscritas e inteiramente integralizadas, e subscritas mas não integralizadas;
 - iii) o valor nominal por ação, ou informar que as ações não têm valor nominal;

- iv) a conciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período;
 - v) os direitos, preferências e restrições associados a essa classe de ações incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;
 - vi) ações ou quotas da entidade mantidas pela própria entidade (ações ou quotas em tesouraria) ou por controladas ou coligadas; e
 - vii) ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os prazos e respectivos montantes; e
- (a) uma descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=119>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

As mudanças que ocorrem nas contas do patrimônio são conhecidas contabilmente como mutações do patrimônio e são influenciadas por inúmeros motivos, como descreve o CPC 26:

a) Itens que afetam o patrimônio total.

1. Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício.
2. Redução por dividendos.
3. Redução por pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio.
4. Acréscimo por reavaliação de ativos (quando permitida por Lei).
5. Acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos (após transitarem pelo resultado).
6. Acréscimo por subscrição e integralização de capital.
7. Acréscimo pelo recebimento de valor exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal.
8. Acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subordinação.
9. Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures (após transitar pelo resultado).
10. Redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda.
11. Acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores.
12. Redução por reversão da Reserva de Lucros a Realizar para a conta de dividendos a pagar.
13. Acréscimo ou redução por outros resultados abrangentes.
14. Redução por gastos na emissão de ações.
15. Ajuste de avaliação patrimonial.
16. Ganhos ou perdas acumuladas na conversão etc.

b) Itens que não afetam o total do patrimônio.

1. Aumento de capital com utilização de lucros e reservas.
2. Apropriações do lucro líquido do exercício, por meio da conta de Lucros Acumulados, para a formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras.
3. Reversões de reservas patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados (conta transitória).
4. Compensação de Prejuízos com Reservas etc.



O próprio CPC 26 já passou por inúmeras mudanças, sendo que, para deixar clara a informação da destinação do resultado da empresa determinou que a DMPL deve ser elaborada, respeitando três blocos:

- transações de capital com os sócios;
- resultados abrangentes;
- demais mutações internas do patrimônio;

Considerando que o grupo dos resultados abrangentes aparece com seus três componentes básicos:

- resultado líquido do período;
- outros resultados abrangentes; e
- reclassificações para o resultado.

Para esclarecer e contribuir com a definição de Resultado abrangente, Iudícibus et al. (2010) destacam tratar-se da mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

Ou seja, refere-se a todas as movimentações que não envolvem as transações de capital dos sócios, assim, todas as demais ocorrências da DMPL abrangem o grupo do Resultado abrangente, pois envolve o resultado do período, o efeito das reclassificações e outros resultados abrangentes do período.

O CPC 26 também solicita que se demonstra o quanto pertence aos sócios das empresas que são controladas ou controladoras em relação ao resultado do período e em relação ao resultado abrangente.

Para o entendimento da classificação dos Resultados Abrangentes Iudícibus et al. (2010) mencionam que os resultados abrangentes, a começar do resultado líquido do período, e os demais resultados abrangentes, como os ajustes de avaliação patrimonial por ajustes de certos instrumentos financeiros, as variações cambiais de investimentos no exterior etc.; a este último bloco ficam adicionadas as reclassificações de resultados abrangentes para o resultado. É o caso, por exemplo, de um instrumento financeiro disponível para venda que foi ajustado a valor justo e teve um prejuízo, prejuízo esse que não foi reconhecido no resultado e sim diretamente no patrimônio líquido; quando o instrumento é vendido, esse prejuízo é transferido para o resultado, quando então se faz um débito no resultado e um crédito na conta de ajuste de avaliação patrimonial onde estava o prejuízo.

Com isso, de fato o patrimônio líquido como um todo não se modifica, mas modifica-se o valor do resultado líquido do período; logo, como o resultado nesse caso foi diminuído, é necessário mostrar o crédito contabilizado na mutação patrimonial para haver a devida compensação e o patrimônio líquido como um todo não se modificar.

O contrário em termos de débito e crédito acontece quando de um lucro proveniente de ajuste de instrumento financeiro com essa característica ou qualquer outra transferência de um resultado abrangente para o resultado do período. Com isso, tem-se que o resultado abrangente como um todo aparece, na mutação patrimonial, subdividido em resultado líquido do período, outros resultados abrangentes e reclassificações para o resultado.

Estes três grupos são estudados e visualizados no próximo tópico onde podemos identificar e estruturar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

4 MÉTODO DE ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pode-se afirmar que, em relação à Demonstração de Fluxo de Caixa a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido são extremamente simples sendo apenas necessário apresentar, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas ou subgrupos do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação (quanto permitida por Lei), Ajustes de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados etc. Essa movimentação deve ser extraída dos registros contábeis. (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Por meio da utilização de uma planilha eletrônica elabora-se a DMPL, utilizando uma coluna para cada uma das contas/subgrupo do Patrimônio Líquido Total, que deverá trazer o saldo ou transações de todas as contas ou subgrupos que integram o grupo do patrimônio.



O CPC 26 determina a necessidade de apresentação de pelo menos mais três colunas na DMPL, a saber:

- Outros Resultados Abrangentes: inserem-se nesta coluna todos os saldos de contas que integram os outros resultados abrangentes;
- Patrimônio líquido dos sócios da companhia;
- Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas.

Alguns passos são considerados importantes na percepção de Iudícibus et al. (2010, p. 561) para a elaboração da DMPL:

- a) Abrir um papel de trabalho com uma planilha eletrônica, dividido em colunas, no qual se transcreve, no topo de cada coluna os nomes das contas ou subgrupos, reservando espaço na primeira coluna para descrição da natureza das transações e a coluna final para o patrimônio líquido total; no caso de demonstração consolidada, há a coluna de subsoma das contas que representam o patrimônio líquido dos sócios da controladora, o que como regra é o patrimônio líquido da própria controladora.
- b) Saldo de abertura – transcrever os saldos de cada conta ou subgrupo na data do balanço final do exercício anterior. Somar os saldos por conta/subgrupos para preencher a coluna patrimônio líquido total.
- c) Adicionar ou subtrair os movimentos ocorridos nas referidas contas no período, abrindo linhas para cada natureza de transação, primeiramente as relativas às transações de capital com os sócios.
- d) Adicionar ou subtrair os movimentos ocorridos nas contas próprias relativas aos resultados abrangentes, começando pelo resultado líquido do período, depois os demais resultados abrangentes e, finalmente, as reclassificações para o resultado.
- e) Adicionar ou subtrair os movimentos das demais mutações internas do patrimônio líquido.
- f) Totalizar, ao final, as colunas, cujos saldos devem coincidir com os saldos do Balanço Patrimonial, e totalizar também as linhas.

É importante ressaltar que diferentemente da DFC a DMPL apresenta apenas um método de ser elaborada, no entanto ela pode estar apresentando a DRA em sua composição ou pode-se apresentar a DMPL separadamente da DRA. Assim, um dos dois modos de apresentação da DMPL pode ser utilizado:

- um modelo com a DRA e
- outro modelo sem a DRA.

Do CPC 26 extraiu-se um modelo de DMPL esse modelo exemplifica uma demonstração das mutações do patrimônio líquido apresentada de forma que compreenda também a demonstração consolidada, com a antepenúltima coluna evidenciando o patrimônio dos sócios da controladora, e, a seguir a participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas, com a última evidenciando o patrimônio líquido consolidado.

Percebe-se que, na DMPL evidenciada esses valores estão automaticamente todos divulgados, e mais, com a devida evidenciação do que são mutações que se referem às transações dos sócios, e que nunca compõe o resultado da empresa, bem como com a evidenciação dos resultados abrangentes; estes últimos divididos

em resultado líquido do período, outros resultados abrangentes e reclassificações para o resultado. E, concluindo o grupo das mutações internas até esse momento não evidenciadas que não alteram em nada o total do patrimônio líquido. É importante notar que há outras mutações internas, que também não alteram o patrimônio líquido, mas que já terão sido apresentadas em partes anteriores, como capitalização e reservas num aumento de capital e reclassificação de outros resultados abrangentes para o resultado.

FIGURA 20 – EXEMPLO DE DMPL EXTRAÍDO DO CPC 26

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria (1)	Reservas de Lucros (2)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes (3)	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat. Líq das Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais	1.000.000	80.000	300.000	-	270.000	1.650.000	158.000	1.808.000
Aumento de Capital	500.000	(50.000)	(100.000)			350.000	32.000	382.000
Gastos com Emissão de Ações		(7.000)				(7.000)		(7.000)
Opções Outorgadas Reconhecidas		30.000				30.000		30.000
Ações em Tesouraria Adquiridas		(20.000)				(20.000)		(20.000)
Ações em Tesouraria Vendidas		60.000				60.000		60.000
Dividendos				(162.000)		(162.000)	(13.200)	(175.200)
Transações de Capital com os Sócios						251.000	18.800	269.800
Lucro Líquido do Período				250.000		250.000	22.000	272.000
Ajustes Instrumentos Financeiros					(60.000)	(60.000)		(60.000)
Tributos s/ Ajustes Instrum. Financeiros					20.000	20.000		20.000
Eq. Patrim. s/ Ganhos Abrang. de Coligadas					24.000	24.000	6.000	30.000
Ajustes de Conversão do Período					260.000	260.000		260.000
Trib. s/ Ajustes de Conv. Do Período					(90.000)	(90.000)		(90.000)
Outros Resultados Abrangentes						154.000	6.000	160.000
Reclassific. p/Res. -Aj. Instrum. Financeiros					10.600	10.600		10.600
Resultado Abrangente Total						414.600	28.000	442.600
Constituição de Reservas			140.000	(140.000)				
Realização da Reserva reavaliação				78.800	(78.800)			
Trib. Sobre Real. Da Res. De Reavaliação				(26.800)	26.800			
Saldos Finais	1.500.000	93.000	340.000	-	382.600	2.315.600	204.800	2.520.400

FONTE: CPC 26.

Em relação ao modelo exposto são apontadas algumas observações:

- a) O patrimônio líquido consolidado (última coluna) evoluiu de \$ 1.808.000 para \$ 2.520.400 em função de apenas dois conjuntos de fatores: as transações de capital com os sócios (\$ 269.800) e o resultado abrangente (\$ 442.600). E o resultado abrangente é formado de três componentes:
- resultado líquido do período (\$ 272.000);
 - outros resultados abrangentes (\$ 160.000) e
 - reclassificação (\$ 10.600).

É interessante notar que as reclassificações para o resultado do período não alteram, na verdade, o patrimônio líquido total da entidade, mas, por aumentarem ou diminuírem o resultado líquido, precisam ter a contrapartida evidenciada. No exemplo dado, há uma transferência de \$ 10.600 de prejuízo que constava como outros resultados abrangentes para o resultado do período.

Imediatamente antes da transferência o resultado líquido era de \$ 260.600 que, diminuído do prejuízo de \$ 10.600 dos outros resultados abrangentes que estava em \$ 404.000 passou para \$ 414.600. Assim, a transferência do prejuízo de \$ 10.600 dos outros resultados abrangentes para o resultado do período não muda, efetivamente o total do patrimônio líquido, mas, como o resultado líquido é mostrado pelo valor diminuído dessa importância, é necessário recolocá-lo na mutação do patrimônio líquido.

- b) Na demonstração de resultado do período a última linha será mostrada por \$ 272.000, porque, a partir desse pronunciamento Técnico CPC26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o lucro líquido consolidado do período é o global, incluindo a parte pertencente aos não controladores no resultado das controladas, mas é obrigatória a evidenciação de ambos os valores: o pertencente aos sócios da controladora e o pertencente aos que são sócios apenas nas controladas, como se vê na mutação acima (\$ 250.000 e \$ 22.000, respectivamente nas antepenúltima e penúltima colunas).
- c) O pronunciamento exige a mesma evidenciação quanto ao resultado abrangente total, o que está evidenciado também no exemplo anterior: \$ 414.600 é a parte dos sócios da controladora e \$ 28.000 é a parte dos sócios não controladores nas controladas, totalizando \$ 442.600 para o período.
- d) As mutações que aparecem após o resultado abrangente total correspondem as mutações internas do patrimônio líquido, que não alteram, efetivamente, seu total. Poderia inclusive esse conjunto ser intitulado “mutações internas do patrimônio líquido” ou semelhante, ou ficar sem título como esta no próprio exemplo.
- e) Os saldos das contas que compõem a segunda, a terceira e a quinta colunas, devem ser evidenciados em quadro à parte ou em nota adicional; no caso de nota, pode ser assim divulgada:

1-Saldos finais (iniciais); Reserva Excedente de Capital, \$ 80.000; Gastos com emissão de ações \$ 7.000; Reserva de Subvenção de Investimento, \$ 10.000; Ações em Tesouraria \$ 50.000 e Opções outorgadas Reconhecidas, \$ 60.000. Total, \$ 93.000.

2- Saldos finais: Reserva Legal \$ 88.000, reservas de incentivos Fiscais \$ 52.000 e Reserva de Retenção de Lucros \$ 200.000. Total, \$ 340.000

3- Saldos finais: Reserva de Reavaliação \$ 234.600; Ajuste de avaliação Patrimonial \$ 68.000 e Ajuste de Conversão Acumulados, (\$ 80.000). Total \$ 232.600.

f) Os saldos de que trata a letra d) podem alternativamente ser evidenciados em quadros, com suas mutações analiticamente evidenciadas;

Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria (1)	Reserva de excedente de Capital	Gastos com Emissão de Ações	Reservas de Subvenção de Investimentos	Ações em Tesouraria	Opções Outorgadas Reconhecidas	Contas do Grupo (1)
Saldos Iniciais	50.000	(5.000)	100.000	(70.000)	5.000	80.000
Aumento de Capital	(35.000)		(15.000)			(50.000)
Gastos com Emissão de Ações		(7.000)				(7.000)
Opções Outorgadas Reconhecidas					30.000	30.000
Ações em Tesouraria Adquiridas				(20.000)		(20.000)
Ações em Tesouraria Vendidas				60.000		60.000
Saldos Finais	15.000	(12.000)	85.000	(30.000)	35.000	93.000

Reservas de Lucros (2)	Reserva Legal	Reserva p/ Expansão	Reservas de Incentivos Fiscais	Contas do grupo (2)
Saldos Iniciais	110.000	90.000	100.000	300.000
Aumento de Capital			(100.000)	(100.000)
Constituição de Reservas	12.500	108.500	19.000	140.000
Saldos Finais	122.500	198.500	19.000	340.000

g) O exemplo acima é sucinto e não contém, apenas por simplicidade, muitas das demais informações obrigatórias na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como dividendo por classe e espécie de ação, informações comparativas etc.

h) A mesma demonstração da mutação do patrimônio líquido acima mostrada poderia ser remontada com a demonstração do resultado abrangente total na última coluna, como a seguir:

	Capital Social Integrado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria (1)	Reservas de Lucros (2)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes (3)	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Controladores no Pat. Líq das Control.	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente Total da companhia
Saldos Iniciais	1.000.000	80.000	300.000	-	270.000	1.650.000	158.000	1.808.000	
Aumento de Capital	500.000	(50.000)	(100.000)			350.000	32.000	382.000	
Gastos com Emissão de Ações		(7.000)				(7.000)		(7.000)	
Opções Outorgadas Reconhecidas		30.000				30.000		30.000	
Ações em Tesouraria Adquiridas		(20.000)				(20.000)		(20.000)	
Ações em Tesouraria Vendidas		60.000				60.000		60.000	
Dividendos				(162.000)		(162.000)	(13.200)	(175.200)	
Transações de Capital com os Sócios						251.000	18.800	269.800	
Ajustes Instrumentos Financeiros					(60.000)	(60.000)		(60.000)	(60.000)
Tributos s/ Ajustes Instrum. Financeiros					20.000	20.000		20.000	20.000
Eq. Patrim. s/ Ganhos Abrang. de Coligadas					24.000	24.000	6.000	30.000	30.000
Ajustes de Conversão do Período					260.000	260.000		260.000	260.000
Trib. s/ Ajustes de Conv. Do Período					(90.000)	(90.000)		(90.000)	(90.000)
Outros Resultados Abrangentes					154.000	154.000	6.000	160.000	160.000
Ajustes de Instrum. Financ. Reclássific. p/ Result.					10.600	10.600		10.600	10.600
Realização da Reserva reavaliação				78.800	(78.800)				
Trib. Sobre Real. Da Res. De Reavaliação				(26.800)	26.800				
Reclassificação de Resultados Abrangentes						10.600		10.600	10.600
Lucro Líquido do Período				250.000		250.000	22.000	272.000	272.000
Constituição de Reservas			140.000	(140.000)		-			
Saldos Finais	1.500.000	93.000	340.000	-	382.600	2.315.600	204.800	2.520.400	442.600
Resultado Abrangente dos Não Controladores									28.000
Resultado Abrangente dos Sócios da Controladora									414.600

FONTE: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=119>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Nota-se que a DMPL pode ser elaborada abrangendo as informações da Demonstração de Resultado abrangente ou mesmo sem esta demonstração, logo, ela deve retratar a destinação do resultado seja lucro ou prejuízo de um período. Saber onde e quanto foi empregado pela empresa do seu resultado é importante tanto para os usuários internos como para os usuários externos.

A manutenção e preservação do Patrimônio são fundamentais para a continuidade da empresa, por isso a importância da interpretação e análise da DMPL, na percepção dos profissionais que atuam nesta área o conhecimento e entendimento da estruturação destas informações são fundamentais. E, para complementar este conhecimento a leitura e interpretação das notas Explicativas contribuem para complementar a análise e as tomadas de decisão.

RESUMO DO TÓPICO 2

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL retrata toda a movimentação gerada pelo resultado da empresa nas contas patrimoniais. Se observarmos apenas o Balanço Patrimonial, não conseguiremos visualizar as movimentações do Patrimônio Líquido apenas recebermos a informação do saldo destas contas.

É por este motivo que se elabora a DMPL, para entendermos todos os aumentos ou diminuições das contas do Patrimônio Líquido integradas por contas como o Capital Social, lucros ou prejuízos Acumulados, as Reservas de Lucros, Reservas de Contingências entre outras.

Os investidores focam nesta demonstração para identificar como as empresas aplicam os seus resultados, assim, a DMPL torna-se essencial, pois a maioria das negociações em bolsas de valores é direcionada após a análise de desempenho de uma organização com base em suas demonstrações. É apenas demonstrar um resultado seria insuficiente, considerando que os usuários externos têm grande interesse em verificar se há retorno ao aplicarem seus recursos em uma empresa e como está composto o patrimônio desta empresa.

Agregando a DRA, a DMPL apresenta-se mais completa, pois os seus usuários podem identificar os recursos destinados aos seus empregados e demais reavaliações do patrimônio no período.

AUTOATIVIDADE



1 Entre o conjunto das demonstrações contábeis a DMPL integra este grupo como uma demonstração obrigatória e sua evidenciação contribui para uma análise da destinação dos resultados da empresa, neste sentido analise as alternativas e identifique um dos blocos que deve ser apresentado na DMPL:

- () Transações de capital com os sócios.
- () Transações de compra de máquinas e equipamentos.
- () Transações de venda de veículos.
- () Transações de aquisição de estoques.

2 A DMPL apresenta as movimentações do patrimônio das empresas, seus aumentos ou diminuições de um período. Analise a DMPL da empresa ABC Ltda. e classifique as sentenças em V para as verdadeiras e F para as falsas:

Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria (1)	Reserva de Excedente de Capital	Gastos com Emissão de Ações	Reservas de Subvenção de Investimentos	Ações em Tesouraria	Opções Outorgadas Reconhecidas	Contas do Grupo (1)
Saldos Iniciais	60.000		15.000		5.000	80.000
Aumento de Capital	(25.000)		5.000			(20.000)
Gastos com Emissão de Ações						
Opções Outorgadas Reconhecidas					5.000	5.000
Ações em Tesouraria Adquiridas						
Ações em Tesouraria Vendidas						
Saldos Finais	35.000		20.000		10.000	65.000

- a) () A DMPL da empresa ABC Ltda. apresenta também a DRA com os resultados abrangentes.
- b) () Pode-se perceber um aumento no seu capital no valor de R\$ 60.000,00.
- c) () Ocorreu um aumento nas reservas de subvenção de investimentos.
- d) () As Reservas de Capital Excedentes sofreram uma redução no período no valor de R\$ 25.000.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () F - F - V - V.
- b) () V - V - F - F.
- c) () F - V - V - F.
- d) () V - F - F - V.

1 INTRODUÇÃO

O conjunto completo de todas as demonstrações contábeis inclui as Notas Explicativas. Trata-se do elemento qualitativo diante de inúmeras análises quantitativas dos dados coletados para gerar a informação.

Complementam as informações das demonstrações, esclarecendo e fornecendo informações adicionais que realmente auxiliam a compreensão da utilização de determinado método ou adoção de alguma mudança que os números refletem nas demonstrações, no entanto os usuários não conseguem decifrar sem o auxílio das notas explicativas.

2 CONCEITO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o CPC 26

as notas explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.



"As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis" (CPC 26).

Este mesmo CPC também prevê algumas informações essenciais que as notas explicativas devem trazer aos usuários:

51. Cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente. Além disso, as seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetidas quando necessário para a devida compreensão da informação apresentada:

- a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis dizem respeito ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;
- b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;
- c) a data de encerramento do período de reporte ou o período coberto pelo conjunto de demonstrações contábeis ou notas explicativas;
- d) a moeda de apresentação, tal como definido no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; e
- e) o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

52. Os requisitos do item 51 são normalmente satisfeitos pela apresentação apropriada de cabeçalhos de página, títulos de demonstração, de nota explicativa, de coluna e similares em cada página das demonstrações contábeis. Na determinação da melhor forma de apresentar tais informações, é necessário o exercício de julgamento. Por exemplo, quando as demonstrações contábeis são apresentadas eletronicamente, nem sempre podem ser usadas páginas separadas; os itens acima devem ser então apresentados com frequência suficiente de forma a assegurar a devida compreensão das informações incluídas nas demonstrações contábeis.

53. As demonstrações contábeis tornam-se muitas vezes mais compreensíveis pela apresentação de informação em milhares ou milhões de unidades da moeda de apresentação. Esse procedimento é aceitável desde que o nível de arredondamento na apresentação seja divulgado e não seja omitida informação material.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=44>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

3 OBJETIVO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade. O conteúdo, a forma de apresentação e a

divulgação das demonstrações contábeis de Entidades com atividades atípicas ou com regulamentação específica são tratados em normas próprias.

As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial, ou ainda, poderá estar relacionada a qualquer outra das Demonstrações Financeiras.

Entendendo a sua finalidade e contribuição dentro do conjunto das demonstrações financeiras, podemos prosseguir para elaborar e verificar como destacar os elementos relevantes das empresas que merecem destaque e esclarecimentos.

4 MÉTODO DE ELABORAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. O CPC 26 ainda menciona o que deve constar nas Notas Explicativas, no entanto, cada empresa deve evidenciar o que achar necessário ou relevante nas Notas Explicativas.

Nas normas a serem incluídas nas demonstrações financeiras, deverão constar:

- os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo;
- os investimentos, em outra sociedade, quando relevantes;
- o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- o número, espécies e classes das ações do capital social;
- as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- os ajustes de exercícios anteriores;

- os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

FONTE: Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/notasexplicativas.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Como complemento às Notas Explicativas previstas na Lei das S/A, a Comissão de Valores Mobiliários recomenda a inclusão de diversos assuntos relevantes para efeito de melhor entendimento das demonstrações financeiras, entre eles:

- ações em tesouraria;
- arrendamento mercantil;
- capital realizado atualizado;
- demonstrações em moeda de capacidade constante;
- demonstrações financeiras consolidadas;
- lucro/prejuízo por ação;
- ativo diferido;
- investimentos societários no Exterior;
- mudança de critério contábil;
- remuneração dos administradores;
- reservas - detalhamento;
- retenção de lucros;
- transações entre partes relacionadas;
- dividendos - cálculo;
- ágio/deságio;
- equivalência patrimonial;
- destinação do resultado do exercício;
- empreendimentos em fase de implantação;
- debêntures;
- ajustes de exercícios anteriores;
- reavaliação de bens;
- planos de aposentadoria e pensões;
- provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- ônus, garantias e contingentes;
- obrigações de longo prazo;
- programa de desestatização;
- opção de compra de ações.

Um modelo que o CPC 26 disponibiliza das Notas Explicativas pode ser analisado:

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia se insere no segmento de comércio, importação e exportação de

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos da Lei das Sociedades Anônimas; e aos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1 Determinação do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

2.2 Ativos circulantes

A classificação das contas é realizada com base na experiência da administração com perdas em anos anteriores, condições de mercado e situação econômica.

Os estoques são demonstrados pelo custo dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente (Peps - primeiro a entrar, primeiro a sair).

Importações em trânsito são demonstradas pelo custo acumulado de cada importação.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

2.3 Ativo Não Circulante

Os investimentos permanentes e relevantes em companhias ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo ou valor de avaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas autorizadas.

Os demais ativos realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

2.4 Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.

3. ESTOQUES

	20x1	20x0
Mercadorias	10.000,00	7.000,00
Material de embalagem	3.000,00	1.000,00
Material auxiliar	1.000,00	300,00
Total	14.000,00	8.300,00

4. INVESTIMENTOS

Participação em Controladas:

Neste item deverão ser informados, por empresa, os valores dos investimentos no exercício atual e no anterior.

Deverão ser informados também todos os dados referentes às Coligadas e Controladas, tais como:

- Capital Social;
- Nº de ações/quotas;
- Participação no capital;
- Patrimônio Líquido;
- Lucro Líquido.

5. IMOBILIZADO

Avaliados pelo custo original mais reavaliação efetuada, e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação.

	20x1	20x0	% depreciação
Móveis e Utensílios	60.000,00	50.000,00	10
Instalações	27.000,00	12.000,00	10
Veículos	43.000,00	24.000,00	20
Total	130.000,00	86.000,00	

6. FINANCIAMENTOS

Os financiamento de bens de capital no valor de R\$ (US\$ em 20x0), estão sujeitos à variações monetárias, além de encargos médios anuais de 18%.

7. CAPITAL

O capital social está representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E EVENTUAIS

A Sociedade, a exemplo das demais empresas que operam no país, está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas a Administração da Sociedade revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia a possibilidade de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências e eventuais, a débito ou crédito de resultados.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos da companhia, em 31 de dezembro de 20x1 e de 20x0, estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

10. COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de suas atividades, à descentralização das suas instalações, a Companhia adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de perda máxima provável, o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento.

Dentro desse conceito, em 31 de dezembro de 20x1, os ativos da Companhia apresentavam-se segurados contra sinistros (incêndio, raio, explosão, atos dolosos e impactos de veículos em R\$”

7. ADAPTAÇÃO À LEI Nº 11.638/2007 E MP Nº 449/2008

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, é necessário adotar as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, em conformidade com a Resolução nº 1.088, de 24.01.2007.

A Lei nº 11.638/2007 e a Medida Provisória nº 449/2008 alteraram, revogaram e introduziram diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), com vigência em 1º de janeiro de 2008. A nova Lei e Medida Provisória trouxeram importantes alterações em regras de reconhecimento e mensuração de itens patrimoniais, bem como de apresentação das demonstrações contábeis.

Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008, deve-se elaborar o balanço patrimonial inicial com data de 1º de janeiro de 2008, de acordo com o referido pronunciamento. Dessa forma, essa demonstração contábil é o ponto de partida da contabilidade, sendo que os ajustes iniciais efetuados, quando existentes, foram contabilizados na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

7.1 Contas do Ativo do Balanço Patrimonial

No que se refere à estrutura do Balanço Patrimonial, a Lei nº 11.638/2007 e a Medida Provisória nº 449/2008, ao dar nova redação ao artigo 178 da Lei nº 6.404/1976, disciplinaram sobre a nova composição dos grupos de contas, a saber:

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

1º - Ativo Circulante

2º - Ativo Não Circulante, composto por:

- Ativo Realizável a Longo Prazo: Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da Empresa.

- Investimento: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da Empresa.

- Imobilizado: ao alterar o artigo 179 da Lei nº 6.404/1976, a Lei nº 11.638/2007 determina que serão classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. No entanto o Bacen, por meio da Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, excluiu a aplicabilidade desse dispositivo para os bens objeto de operações de arrendamento mercantil, que devem ser registrados no ativo imobilizado das instituições arrendadoras.

- Intangível: A Lei nº 11.638/2007 instituiu o subgrupo Ativo Intangível, no grupo do Ativo Não Circulante, para registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. O Banco Central se manifestou sobre esse dispositivo, através da Carta-Circular nº 3.357, de 03.12.2008, determinando a classificação no subgrupo Intangível dos *softwares* adquiridos ou desenvolvidos após 30.09.2008 e a reclassificação das verbas de relacionamento negocial, principalmente, decorrentes de aquisições de folhas de pagamento, que estavam registradas em Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas.

- Diferido: apesar da Medida Provisória nº 449/2008 ter alterado a redação do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976, extinguindo o grupamento Ativo Diferido, a referida MP permitiu, por meio do artigo 299-A, que o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização. Contudo, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 3.617, de 30.09.2008, dispôs que os saldos existentes no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida Resolução devem ser mantidos até sua efetiva baixa.

7.2 Contas do Passivo do Balanço Patrimonial

No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

1º - Passivo Circulante;

2º - Passivo Não Circulante;

3º - Patrimônio Líquido, dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

- Ajustes de Avaliação Patrimonial: a MP nº 449/2008 definiu que deverão ser classificadas neste grupamento, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nessa Lei.

- Resultados de Exercícios Futuros: esse grupo foi extinto pela Medida Provisória nº 449/2008, a qual também disciplinou que o saldo existente em 31.12.2008 deverá ser reclassificado para o passivo não circulante em conta representativa de receita diferida nas informações contábeis.

7.3 Classificação e Descrição dos Ativos Financeiros

Com relação aos critérios de avaliação do ativo, o artigo 183 da Lei nº 6.404/1976 passou a prever a classificação dos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em categorias que denotam a intenção da Administração com relação a esses ativos. Segundo a nova redação desse artigo, deverão ser avaliados a preço de mercado os ativos destinados à negociação e os ativos classificados como disponíveis para venda.

Esse dispositivo da Lei foi regulamentado através do Pronunciamento Técnico CPC 14 que trata do reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros, aplicando a Circular Bacen nº 3.068/2001.

7.4 Arrendamento Mercantil Financeiro

A nova Lei incorporou ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos

com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Dessa forma, passou a abranger inclusive os bens que não são de propriedade da entidade, mas cujos controles, riscos e benefícios são por ela exercidos.

O Pronunciamento Técnico CPC 06 estabeleceu para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações apropriadas a aplicar em relação a arrendamentos mercantis, a saber:

A entidade arrendatária, para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, deve:

- registrar no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data da transição;

- registrar, em conta específica, a obrigação por arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição;

- e registrar a diferença apurada nos itens anteriores, líquida dos efeitos fiscais, contra lucros ou prejuízos acumulados na data da transição.

Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário anteriormente reconhecidos no resultado do período não podem ser incorporados ao valor do ativo no balanço patrimonial na data de transição.

A entidade arrendadora, para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, deve:

- efetuar a baixa do custo do ativo imobilizado e da correspondente depreciação acumulada, contra lucros ou prejuízos acumulados na data da transição e registrar o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro como ativo realizável (contas a receber), contra lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008 determinou que os bens objeto das operações de arrendamento mercantil devem ser registrados no ativo imobilizado das instituições arrendadoras, conforme regulamentação específica.

Valor de Recuperação de Ativos (*Impairment*) Outra inovação da Lei nº 11.638/2007 é a instituição da análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, principalmente, no imobilizado, no intangível e no diferido. Essa análise deve ser efetuada com o objetivo de se registrar as perdas de valor quando o valor recuperável for menor que o valor contábil do ativo e de revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. Esse assunto já foi

regulamentado pelo Bacen (Resolução CMN nº 3.605, de 29.08.2008), por meio da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

7.5 Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos

A Lei nº 11.638/2007 instituiu também o ajuste a valor presente para ativos e passivos de curto e longo prazo com efeito relevante. O Pronunciamento Técnico CPC 12, que trata de Ajuste a Valor Presente, dispõe sobre a apresentação de informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros, porém o Banco Central ainda não se pronunciou a esse respeito.

7.6 Equivalência Patrimonial

Pela nova Lei, serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial os investimentos em coligadas sobre cuja administração a empresa tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante em controladas e em outras sociedades que façam parte do grupo, ou estejam sob controle comum. Com isso, algumas empresas antes avaliadas pelo custo poderiam passar a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e vice-versa. O Banco Central, por meio da Resolução CMN nº 3.619, de 30.09.2008, adequou suas normas relativas à avaliação de investimentos ao texto da Lei nº 11.638/2007.

7.7 Prêmios Recebidos na Emissão de Debêntures e Doações e Subvenções para Investimentos

No patrimônio líquido, a conta de prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimentos foram eliminadas das contas de reserva de capital pela Lei nº 11.638/2007.

O Bacen, através da Resolução CMN nº 3.605, de 29.08.2008, faculta a manutenção do saldo das reservas relativas a outros itens até 31.12.2010, quando deverá ser efetuada sua destinação.

Segundo o novo texto da Lei, as doações ou subvenções governamentais para investimentos deverão sensibilizar o resultado da empresa. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

7.8 Reservas de Reavaliação

Outra alteração foi a eliminação da reserva de reavaliação. Por determinação do Banco Central, e conforme permitido pela Lei nº 11.638/2007, esse saldo será mantido até a efetiva realização por meio de depreciação ou baixa.

Em função do tratamento contábil da realização da reserva de reavaliação, não há, sob o aspecto tributário, nenhum impacto fiscal decorrente da sua manutenção ou do seu estorno.

7.9 Lucros Acumulados

Conforme modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007, o lucro líquido do exercício deve ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/1976. A Lei não eliminou a conta lucros acumulados nem a demonstração de sua movimentação, que devem ser apresentadas como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido. Essa conta, entretanto, tem natureza absolutamente transitória e deve ser utilizada para a transferência do lucro apurado no período, contrapartida das reservas de lucros e para as destinações do lucro. O Banco Central emitiu, em 29.08.2008, a Resolução nº 3.605 permitindo que o saldo de lucros acumulados existente na data da entrada em vigor da referida Resolução deve ser destinado até 31.12.2010.

7.10 Remuneração com Base em Ações

Sob a nova Lei, as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, devem transitar pelo resultado da empresa. O referido tema foi objeto do Pronunciamento Técnico CPC 10.

7.11 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e dos Fluxos de Caixa (DFC)

No que se refere às demonstrações contábeis, a Lei nº 11.638/2007, ao dar nova redação ao artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, eliminou a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), esta última obrigatória apenas para as companhias de capital aberto. Os Pronunciamentos Técnicos CPC 03 e 09 tratam da DFC e DVA.

Além deste modelo disponibilizado pelo CPC 26 é importante também pesquisar e visualizar como as empresas estão evidenciando e estruturando as Notas Explicativas, assim, selecionamos uma empresa que informa anualmente todo o conjunto das demonstrações contábeis para realizar a análise das notas explicativas:

QUADRO 14 – NOTAS EXPLICATIVAS – EMPRESA KROTON EDUCACIONAL – INFORMAÇÕES GERAIS

KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas ("Companhia" ou "Kroton") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presenciais e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, além do licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.

A Companhia exerce as suas atividades através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE.

A Companhia é listada na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e em 5 de dezembro de 2012 migrou para o segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3, em que negocia suas ações ordinárias.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.c).

Aquisição da Ítala

Em 28 de maio de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada direta EDE, adquiriu a totalidade das cotas da Ítala Participações Ltda. ("Ítala"). A Ítala é controladora do Grupo Uniasselvi, composto pelas controladas: Assevim, Fameg, Famelages, Famesul, Pós EAD, Pós Uniasselvi, Uniasselvi e LDV.

O Grupo Uniasselvi atua na modalidade de ensino à distância - EAD, por meio de 48 polos credenciados, e na modalidade presencial, com unidades nas cidades de Blumenau, Indaial, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Guaramirim, todas no Estado de Santa Catarina.

A Ítala foi incorporada pela controlada EDE em dezembro de 2012.

FONTE: Kroton Educacional

Percebe-se na nota explicativa acima que, inicialmente as empresas buscam apresentar a sua maneira de constituição, composição, campos de atuação, composição societária e mudanças impactantes que alteram as demonstrações anteriormente divulgadas, essa síntese é importante para destacar o histórico de atividades desta empresa.

QUADRO 15 – NOTAS EXPLICATIVAS – COMPOSIÇÃO DAS CONTAS CONTÁBEIS

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

FONTE: Kroton Educacional

Neste momento, verifica-se que a empresa relata os elementos que integram as contas contábeis, o que foi considerado em cada conta para classificá-la no grupo em que se encontra. Este procedimento auxilia na compreensão do que a empresa classifica em cada grupo de contas como, por exemplo: Caixa e Equivalentes de Caixa pode entender que neste grupo inserem-se a conta Caixa e também as contas bancárias sejam correntes ou de aplicações consideradas de liquidez imediata, deste modo todos os demais grupos precisam ser explorados e apresentados.

QUADRO 16 – NOTAS EXPLICATIVAS – CONTAS DO PATRIMÔNIO

2.18. Lucro por ação**a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários permite que, no momento do exercício da opção, a Companhia emita ações para conceder ao beneficiário.

2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

FONTE: Kroton Educacional

É através desta nota explicativa que a empresa deve esclarecer como procede para a distribuição dos seus resultados seja para seus sócios e para seus empregados, esta informação é também destacada na DMPL que integra a DRA. Com certeza é de grande relevância aos investidores saber como a empresa distribui seus resultados sabendo-se que seu capital pode estar aplicado nesta empresa. Aos empregados também como incentivo esta informação é relevante, pois é através dela que eles conhecem se há e como será a sua participação no resultado.

QUADRO 17 - NOTAS EXPLICATIVAS – GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

<p>4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)</p> <p>4.1. Fatores de risco financeiro</p> <p>a) Política de utilização de instrumentos financeiros</p> <p>As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado, de crédito e de liquidez.</p> <p>O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.</p> <p>b) Risco de mercado</p> <p><u>Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros</u></p> <p>Esse risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado e contas a pagar de aquisições de terceiros parcelados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.</p>
--

FONTE: Kroton Educacional

Procurou-se destacar a gestão do risco financeiro enfatizando a importância da empresa relatar este risco para seus usuários. Assim, a empresa revelando que apresenta um risco financeiro demonstra clareza em seus demonstrativos e, transmite maior credibilidade.

Para amenizar e tranquilizar os usuários e investidores, a empresa revela ao final que apresenta um acompanhamento pleno das movimentações financeiras de suas controladas evitando e prevenindo as oscilações que podem ocorrer, assim apresenta controle do risco financeiro.

Além do risco financeiro outros ainda podem incorrer, estaremos abordando o Risco de Crédito e Liquidez verificando o que a empresa destaca nestes elementos:

QUADRO 18 – NOTAS EXPLICATIVAS – GESTÃO DE RISCOS

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém provisão para créditos de realização duvidosa de R\$95.363 (R\$72.117 em 31 de dezembro de 2011), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos	4.706	5.586	1.340	11.632
Debêntures	1.698	216.844	325.267	543.809
Contas a pagar - aquisições	<u>54.823</u>	<u>69.240</u>	<u>102.283</u>	<u>226.346</u>
	<u>61.227</u>	<u>291.670</u>	<u>428.890</u>	<u>781.787</u>
Em 31 de dezembro de 2011:				
Empréstimos e financiamentos	10.461	8.889	1.579	20.929
Cédula de crédito bancário - CCB	-	217.736	326.603	544.339
Contas a pagar - aquisições	<u>401.095</u>	<u>14.084</u>	<u>1.746</u>	<u>416.925</u>
	<u>411.556</u>	<u>240.709</u>	<u>329.928</u>	<u>982.193</u>

FONTE: Kroton Educacional

Para a gestão de risco de crédito nota-se que a empresa é bem reservada, em relação ao segmento que atua sabe-se que podem ocorrer quedas na receita e, para tanto procura prevenir-se com a adesão a programas que repassam constantemente valores para permitir uma regularidade de recebimentos sem afetar o risco de recebimentos.

Quanto ao risco de liquidez a empresa também expõe os diversos compromissos financeiros assumidos com terceiros que podem, em algum momento afetar a sua capacidade de pagamento, porém, sabe-se que estes riscos foram necessários para a manutenção e continuidade das suas atividades e, sobretudo, como maneira de esclarecer que este risco foi assumido.

Considerando a capacidade de honrar com este compromisso a empresa revela que os compromissos financeiros foram assumidos respeitando os percentuais permitidos em relação às suas capacidades de pagamento.

QUADRO 19 – NOTAS EXPLICATIVAS – CAIXA E EQUIVALENTES

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	33	27	132.226	44.709
Fundo de renda fixa (i)	1.719	4.568	13.932	1.100
Fundo exclusivo (ii)	-	-	59.460	97.592
CDB (iii)	-	-	7.186	7.946
Aplicações financeiras (iv)	-	-	1.916	-
Título de capitalização (v)	-	-	900	-
	<u>1.752</u>	<u>4.595</u>	<u>215.620</u>	<u>151.347</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com rendimentos atrelados à variação do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, sendo 73,34% de crédito privado - bancos e 26,66% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 102% do CDI.

(iii) Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 98% do CDI.

(iv) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas com debêntures, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade é de 101% do CDI.

(v) Refere-se à aquisição de títulos de capitalização no valor de face de R\$1.000 com vigência de 24 meses a partir de dezembro de 2011, com carência de 12 meses para o resgate antecipado.

FONTE: Kroton Educacional

O capital imediatamente disponível é uma informação relevante, pois através do mesmo que a empresa estará quitando seus compromissos com seus empregados, fornecedores e mantendo as suas atividades constantemente, a sua composição identifica como está distribuído em aplicações e no caixa.

Quanto às aplicações é interessante revelar os rendimentos que as mesmas retornam para a empresa para analisar se os mesmos estão apresentando um retorno satisfatório, é nesta análise que se pode verificar se o capital próprio da empresa está sendo bem empenhado.

QUADRO 20 – NOTAS EXPLICATIVAS – INVESTIMENTOS

15. INVESTIMENTOS		
a) Informação sobre investimentos da controladora		
<u>Controlada EDE</u>		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quantidade de ações possuídas	2.034.266.657	1.115.447.396
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	2.034.267	1.115.447
Patrimônio líquido	2.186.232	1.152.801
Lucro do exercício (i)	192.228	41.352
Saldo contábil do investimento	2.186.232	1.152.801
Equivalência patrimonial	192.164	41.352
(i) Em 29 de março de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a destinação do lucro do exercício social de 2011 de R\$41.352, sendo: (i) R\$7.758 como compensação dos prejuízos acumulados; (ii) R\$1.680 para a constituição de reserva legal; e (iii) R\$31.914 destinados ao aumento de capital.		
A movimentação do investimento no exercício é como segue:		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	1.152.801	765.427
Aumento de capital (i)	886.906	324.556
Resultado de equivalência patrimonial	192.164	41.352
Dividendos mínimos a receber (ii)	(45.639)	-
Compra de ações para tesouraria	-	(4.704)
Outorga do plano de opção de ações (iii)	-	2.469
Cisão do plano de opções e ações em tesouraria (iii)	-	23.701
Saldo final	<u>2.186.232</u>	<u>1.152.801</u>
(i) Em agosto de 2012, houve aumento de capital de R\$600.370. Em dezembro de 2012, houve aumento de capital de R\$286.536 que representa o saldo da participação da Companhia na controlada Unopar, composto por:		
Investimento		17.212
Intangível		287.899
Tributos diferidos		<u>(18.575)</u>
		<u>286.536</u>
Com o aumento de capital, a EDE passou a deter o controle integral da Unopar.		
(ii) Dividendos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2012.		
(iii) Com a formalização do adiantamento para futuro aumento de capital enviado pela Companhia à EDE em setembro de 2011, houve a retirada dos saldos de ações emitidas pela Companhia que a EDE possuía em tesouraria e também a saída do plano de opção de ações da EDE para a Companhia, eliminando, dessa forma, os saldos de participação recíproca que existiam entre a controladora e a controlada.		

FONTE: Kroton Educacional

A questão de análise dos investimentos está focada na movimentação de aumento ou redução que esta conta apresenta em relação a períodos encerrados. Este comparativo permite uma visualização ampla das destinações do capital da empresa. Percebe-se se nesta atividade realizada a empresa verificou e analisou corretamente os retornos previstos em cada investimento, essa informação é muito atrativa aos investidores.

Verifica-se a capacidade de gerenciar os recursos que a empresa gera, percebendo-se se ela consegue gerar recursos com atividades não operacionais, ou seja, seu ramo de atuação não é gerar resultado com investimentos sua atividade operacional está associada a outro ramo, porém a empresa também precisa gerir seus recursos e assim pode originar retorno de outros investimentos que contribuem para a sua continuidade e refletem um bom desempenho aos investidores.

QUADRO 21 – NOTAS EXPLICATIVAS – EMPRÉSTIMOS I

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)		
a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Moeda nacional		
BDMG (i)	-	7.883
Capital de giro (ii)	5.972	2.128
Arrendamento mercantil financeiro (iii)	<u>5.660</u>	<u>10.918</u>
	<u>11.632</u>	<u>20.929</u>
Circulante	4.706	10.461
Não circulante	6.926	10.468
(i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - FINDES, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, para expansão das operações de ensino superior. Este contrato foi liquidado antecipadamente em abril de 2012.		
(ii) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa prefixada de CDI acrescido de 3,0% ao ano.		
(iii) Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos		

FONTE: Kroton Educacional

Os recursos advindos de terceiros são atrativos constantes dos usuários externos das demonstrações contábeis. Percebe-se no caso, que a empresa evidencia a composição dos grupos de Empréstimos e Financiamentos destacando os percentuais aplicáveis aos pagamentos dos empréstimos e financiamentos assumidos.

Percebe-se ainda que, a empresa justifica o compromisso financeiro assumido ao relatar que o mesmo destina-se a capital de giro ou aquisições de equipamentos por meio de arrendamentos que suprem necessidade para a sua continuidade no caso do capital de giro e os demais remetem a uma questão conservadora, pois, de fato, não há motivo para efetuar um desembolso de caixa que pode afetar o seu fluxo, assim, recorre-se ao arrendamento.

O próximo quadro também segue a linha de análise dos empréstimos nas Notas Explicativas, é importante destacar que a empresa ao expor todas as suas atividades operacionais, de investimento, financiamento e destinação de resultados é considerada transparente e, diante dos investidores esta transparência é entendida como algo positivo.

QUADRO 22 – NOTAS EXPLICATIVAS – EMPRÉSTIMOS II

a encargos médios de 6,68% ao ano e variação de encargos de 1,09% a 1,70%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

O valor de R\$1.034 refere-se a arrendamentos financeiros para compra de bens destinados aos polos parceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O período e o valor a receber dos polos são os mesmos do contrato de arrendamento.

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	7.112
2014	3.471	1.777
2015	2.115	715
2016	835	384
2017	379	384
2018	<u>126</u>	<u>96</u>
	<u>6.926</u>	<u>10.468</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	20.929	91.271
Adições	-	43.802
Adições provenientes de adquiridas (i)	17.554	9.422
Juros provisionados	1.376	6.897
Baixa proveniente da venda da controlada Suesc	-	(20)
Amortização de encargos	(3.665)	(7.609)
Amortização de principal (ii)	<u>(24.562)</u>	<u>(122.834)</u>
Saldo final	<u>11.632</u>	<u>20.929</u>

(i) Adição referente aos saldos das controladas adquiridas. Em 2011, das aquisições de Ceama, União, Fais e Unopar. Em 2012, refere-se à aquisição da Itala e das controladas, ocorrida em junho de 2012, e da Unirondon, ocorrida em agosto de 2012. Esta última teve seu contrato liquidado no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, contemplado no montante do item (ii).

(ii) Em 2011, a Companhia utilizou os recursos provenientes da captação da emissão de ações, para liquidação de empréstimos, ficando em aberto somente aqueles que a Administração entendia possuir baixo custo de capital.

Arrendamentos mercantis financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

FONTE: Kroton Educacional

Pois, todas as informações estão sendo retradas aos seus usuários, o que permite uma análise a longo prazo e evita-se surpresas na continuidade da empresa, que não podiam ser visualizadas por não estarem evidenciadas nas demonstrações contábeis, assim, pode-se entender que nem toda a exposição de empréstimos ou financiamentos é interpretada como negativa aos investidores.

LEITURA COMPLEMENTAR

BRASIL COMPLETA QUATRO ANOS DE IFRS

Compartilhamos abaixo notícia veiculada em diversos meios na semana de 02/12/2013, entre eles o Jornal do Comércio.

Brasil completa quatro anos de IFRS

Normas internacionais de contabilidade, chamadas IFRS na sigla em inglês, avançam de forma positiva no País, mas exigem informações qualificadas e constante atualização dos profissionais contábeis.

Desde 2010, quando o Brasil aderiu às normas internacionais de contabilidade (em inglês, *International Financial Reporting Standards*, IFRS) consolidou-se no País uma nova prática contábil, que vem se desenvolvendo gradativamente desde então. Como qualquer mudança significativa, essa também tem seus percalços inevitáveis, mas passíveis de ajustes.

Passados quase quatro anos de apresentação das demonstrações financeiras produzidas em consonância com as normas internacionais, o saldo da experiência brasileira é positivo, apesar do receio inicial e das contínuas adequações estabelecidas visando a ajustes para os países optantes pelo IFRS.

A alteração de processos estabeleceu uma mudança de filosofia na elaboração de demonstrações contábeis, explica Bruno Salotti, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). “O IFRS é um conjunto de normas baseado em princípios e, no Brasil, tínhamos um modelo baseado em regras. Em termos comparativos, do que havia antes para o que existe agora, houve avanço, e não tem como negar”, valida.

Salotti ressalta que hoje balanços e demonstrações contábeis têm melhor qualidade, conclusão a que chegou também o terceiro estudo produzido pela Ernest & Young (EY) em parceria com a Fipecafi para analisar a publicação de informações financeiras pelo IFRS. “Em três anos, obtivemos um avanço importante e o mercado todo está em uma curva de aprendizado”, acrescenta o sócio líder do escritório da EY no Rio Grande do Sul, Américo Franklin Neto, que também concorda com a ideia de que as normas internacionais impulsionaram uma mudança cultural, de hábitos e de rotina no País.

“É um processo ainda de maturação, de conhecimento das normas, que são complexas, demandam envolvimento de especialistas e privilegiam a essência ao invés da forma, diferentemente da modalidade anterior que favorecia os contratos”, sintetiza o diretor técnico do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Idésio Coelho. Fica claro que as mudanças, por mais que sejam benéficas, não são simples. A cada novo ano, a prática diminui barreiras, mas também torna evidente a importância de atenção às informações divulgadas e ajustes normativos para que a proposta do IFRS não se perca.

O saldo, depois de três anos de demonstrações financeiras apresentadas pelo modelo do IFRS, é positivo e o maior ganho para o País foi o de transparência nas informações prestadas, avalia Neto. “A transparência é o maior benefício, pois qualquer país consegue entender melhor a informação. Então, como estamos no mercado global, só destaco melhorias para o Brasil.”

Qualificação e auditoria aprimoram demonstrações

Com mudanças sempre em curso, as IFRS exigem de contadores e auditores atualização constante. Idésio Coelho, diretor técnico do Ibracon, destaca que a qualificação ainda é o maior entrave para a obtenção de melhores resultados. “As normas não são tão obscuras a ponto de dificultar a aplicação. O que emperra é a capacitação”, resume.

A adequação do Brasil aos pronunciamentos ocorre dentro da normalidade, avalia Coelho, mas é entre as empresas auditadas que têm sido verificadas as melhores práticas, em função do treinamento mais ajustado. “A empresa que não é auditada vive mais no seu próprio mundo, fica sem modelo até como *benchmarking* e, assim, leva um tempo maior de ajuste.”

Danilo Simões, sócio do Departamento de Práticas Profissionais da KPMG no Brasil, lembra que a adesão brasileira foi rápida, com anúncio feito em 2007 e aplicação em 2010, período curto para desenvolvimento. “Do ponto de vista de formação dos profissionais e do ambiente acadêmico, não houve tempo hábil para uma preparação adequada. Foi uma adoção positiva para o mercado de capitais, porém, a infraestrutura (conhecimento e maturação dos integrantes das informações financeiras) exigiu que o aprendizado ocorresse com a prática.”

Por outro lado, o Brasil teve a vantagem de conhecer o modelo de outros países que já haviam adotado as normas, benefício que se perdeu a partir de 2010, quando o País passou a ser suscetível às alterações das regras, tendo que aplicá-las de imediato, assim como os demais países. E, nesse ritmo dinâmico, evoluem as normas, o mercado e os profissionais.

Excesso de notas explicativas e subjetividade prejudicam a compreensão

Ao avaliar as demonstrações financeiras feitas por 60 companhias brasileiras de capital aberto em 2012, o estudo da EY em parceria com a Fipecafi concluiu que, embora tenha sido constatada uma melhora gradual nas informações

prestadas, o excesso de notas com conteúdo pouco relevante para o leitor e a subjetividade interpretativa para algumas regras (estabelecidas, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC) afastam os relatórios do objetivo central das IFRS: diminuir as incertezas do mercado.

“Para quem está de fora, pode dar uma impressão de que, quando você diz que adota as IFRS, as demonstrações são 100% comparáveis às de outra empresa que também adota as normas internacionais, porém, as próprias normas, em algumas situações, permitem escolha e cada empresa pode seguir um caminho específico”, alerta o doutor em Controladoria e Contabilidade Bruno Salotti, professor da Fipecafi e da FEA-USP.

Uma situação que ilustra bem a dificuldade promovida pela escolha de métodos distintos é o CPC 28, que trata da propriedade para investimento. Salotti explica que há duas possibilidades diferentes para apresentação das informações. Uma é o modelo de custo, que registra o preço de aquisição e, posteriormente, de depreciação. A outra é o modelo do valor justo, no qual é considerado o preço da propriedade a cada demonstração, revelando valorização ou desvalorização do espaço de acordo com o mercado.

No estudo da EY, 71% das companhias com propriedade para investimento recorreram ao modelo de custo contra 29% que optaram pelo valor justo. Das 60 empresas avaliadas, sete apresentaram propriedade para investimento. Dessas, cinco mensuraram as propriedades pelo método de custo (BM&FBovespa, EcoRodovias, MRV Engenharia, Multiplan e Sabesp) e duas pelo método de valor justo (BR Malls e BR Properties).

“Para mostrar os impactos das escolhas contábeis feitas pelas companhias, apresentamos os resultados que deixaram de ser apropriados no período de 2012 pela MRV Engenharia e pela Multiplan por terem escolhido o método de custo como avaliação de suas propriedades para investimento.

Podemos observar que, caso as companhias MRV Engenharia e Multiplan tivessem escolhido o valor justo, o ganho de *fair value* (valor justo), respectivamente, representaria 56,97% e 487% de seus resultados em 2012”, aponta o documento. “É um ponto de atenção. Quem vai analisar tem que ter consciência de que não é só sair comparando”, orienta Salotti.

A tendência, conforme avançam os debates sobre a aplicação dos pronunciamentos, é de que as normas restrinjam cada vez mais as opções de escolha a fim de uniformizar as informações prestadas. “No passado, a quantidade de opções que existia nas normas era maior e foi diminuindo. Mas as mudanças são feitas a partir de um amplo debate. É um processo político forte, amplo e demorado”, observa o professor da Fipecafi.

Já em relação ao excesso de notas explicativas e à relevância das informações prestadas, mudanças devem ser anunciadas em um prazo curto e, provavelmente no próximo ano, o IASB anuncie procedimentos a serem adotados.

“Uma coisa patente, que tem sido ponto negativo, é que as empresas com adoção das IFRS têm levado de maneira irracional a imposição de divulgação”, avalia Ricardo Julio Rodil, sócio da Baker Tilly Brasil e conselheiro do Ibracon.

Para Rodil, o excesso de notas é o maior gargalo das IFRS. “Em última instância, a intenção das normas é dar informação relevante ao usuário. Mas se eu faço 40 páginas de notas com a mesma ênfase a assuntos menos relevantes e mais relevantes, fica difícil para o leitor distinguir o que é o quê.

Isso tem se tornado um empecilho à boa informação”, acrescenta. Danilo Simões, sócio do Departamento de Práticas Profissionais da KPMG no Brasil, destaca que a preocupação em reportar todas as informações solicitadas pela norma leva muitas empresas a cumprir com essa prerrogativa de forma literal e automática, muitas vezes poluindo a demonstração financeira. “Existem documentos que repetem muitas informações”, ressalta.

Apesar dos pontos em debate – que não se refletem apenas nos balanços produzidos pelo Brasil, mas afetam todos os países adequados às normas -, as IFRS resultaram em melhorias, trazendo maior transparência para os dados divulgados no País e reduzindo o custo de capital, além de melhorar a qualidade da informação contábil.

FONTE: Jornal do Comércio, RS. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/noticias-completas/1520>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico vimos que:

- As Notas Explicativas são integrantes do grupo das demonstrações contábeis. Trata-se dos elementos qualitativos que as demonstrações nos revelam. Através desta Demonstração podemos identificar todos os critérios e métodos de reconhecimento e adoção de procedimentos contábeis das movimentações contábeis.
- Inicialmente devem constar todas as explicações sobre a atividade, segmento e história de atuação da empresa nesta atividade. Suas percepções em relação à movimentação do mercado e a continuidade e possibilidade de expansão diante das constantes mudanças no cenário.
- É também através das Notas Explicativas que as empresas conseguem e podem esclarecer toda a movimentação ocorrida em uma conta contábil no período e justificar um procedimento ou decisão tomados. Por exemplo, ao tomar um empréstimo a longo prazo com carência de pagamento, a empresa pode expor nas Notas Explicativas os motivos que determinaram essa decisão e as consequências positivas ou negativas que podem ocorrer com esta escolha.
- Um fato considerado relevante é que todas as empresas precisam elaborar as demonstrações contábeis, incluindo as Notas Explicativas, sobretudo as que negociam as suas ações na Bolsa de Valores, e mesmo demonstrando fatores de risco diante de novos investidores essa retratação não é considerada algo negativo, mas sim um elemento que descreve a realidade da empresa e as suas possibilidades e desafios.

AUTOATIVIDADE



- 1 Algumas informações são essenciais para a elaboração das notas explicativas, pois auxiliam na compreensão das movimentações realizadas nas contas contábeis. Quanto a estas informações essenciais, analise as sentenças e, classifique V para as verdadeiras e F para as falsas:
- () Não é necessário identificar nas notas explicativas a razão social da empresa, sua atividade, constituição e outros elementos que a identificam.
 - () É essencial informar a data em que se está encerrando as demonstrações contábeis nas notas explicativas.
 - () Torna-se fundamental informar nas notas explicativas se as demonstrações encerradas tratam-se de uma única empresa ou de um grupo de entidades.
 - () Para as notas explicativas não é necessário esclarecer o tipo de moeda em que se está apresentando as demonstrações contábeis.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequencia CORRETA:

- () F – V – V – F.
- () F – F – V – V.
- () V – V – F – F.
- () V – F – V – V.

- 2 A Florestas Verdes Ltda. encerrou o período em 31/12/X1 e, para tanto, elaborou as demonstrações contábeis, nas suas notas explicativas a empresa evidenciou a seguinte informação em relação aos Financiamentos: “Os Financiamentos de bens de capital no valor de R\$ 100.000,00 estão sujeitos a encargos médios anuais de 20%.” Com base nesta nota explicativa analise as sentenças e, assinale a CORRETA:

- a) () A empresa apresenta transparência pois evidenciou as condições do Financiamento assumido.
- b) () A evidenciação do Financiamento não é correto nas notas explicativas pois retrata endividamento da empresa.
- c) () A empresa deverá ocultar esta informação pois não reflete positivamente aos investidores.
- d) () Esta informação é irrelevante para os investidores, por este motivo é facultativo apresentar nas notas explicativas.

- 3 Os investimentos são necessários para que a empresa perpetue a sua atividade. Considerando que eles se fazem necessários para obter maior qualidade e atender as necessidades de seus clientes, a empresa busca constantemente realizar a ampliação de seus investimentos. Quanto a evidenciação dos investimentos nas notas explicativas, analise as alternativas, e, identifique aquela que se apresenta CORRETA:

- a) () Devem ser evidenciados os investimentos nas notas explicativas, para conhecimento dos usuários destas informações.
- b) () Somente os investimentos de longo prazo precisam ser demonstrados nas notas explicativas.
- c) () Quando o investimento é realizado por outra empresa que se torna coligada a evidenciação nas notas explicativas não é necessária.
- d) () Tratando-se de investimentos de capital que uma empresa realiza no capital de outra empresa, somente os juros devem ser apresentados em notas explicativas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Goreth Miranda; HAJJ, Zaina Said El. **Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill**. Cadernos de Estudos, FIPECAFI, São Paulo, v. 9. n. 16, p. 66-83, julho/dezembro 1997.
- ANTHONY, Robert N. Management accounting. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à contabilidade**: atualizada em conformidade com a Lei nº 11.638/2007. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2.933 de 28 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_2933_v1_O.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.
- CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 27. ed. São Paulo: Cetec, 2002.
- CHING, Hong Yuh. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
- COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/cofins.html>>. Acesso em: 6 fev. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03.pdf>> Acesso em: 03 dez. 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=44>> Acesso em: 1 dez. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.121 de 28 de março de 2008.** Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1121_2008.htm>. Acesso em: 24 nov. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.303 de 25 de novembro de 2010.** Aprova a NBC TG 04 - Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Contabilidade Geral: Características da informação contábil. **Boletim Eletrônico do CRCBA.** Disponível em: <<http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/carac.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

FARIA JÚNIOR, José Raymundo de. É melhor receber dividendos ou JCP? **IBCPF – Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros.** 6 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ibcpf.org.br/PlanejamentoFinanceiro/Artigo/223>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade.** Teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997, Vol. I.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GARCIA, Solange. **Diferimento de despesas de treinamento.** Cadernos de Estudos, FIECAFI, São Paulo, v. 9. n. 16, p. 84-91, julho/dezembro 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael E. Van. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/ipi.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade comercial:** atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. Para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº 11.941/09**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Walcir Gonçalves de. Capital intelectual e a contabilidade. **Revista de Contabilidade do CRCSP**, São Paulo, ano v, n. 16, p. 21-29, jun. 2001.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772009000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 nov. 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Reflexões sobre ativo intangível**. Disponível em: <<http://www.marion.pro.br/artigos/artigos.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MONOBE, Massanori. **Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido**. 1986. 185 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Avaliação de sociedades: apuração de haveres em processos judiciais**. São Paulo: Atlas, 2001.

PAIVA, Simone Bastos. O capital intelectual e a contabilidade: o grande desafio no alvorecer do 3º milênio. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 28, n. 117, p. 76-82, mai./jun. 1999.

PERGER, Rodrigo Alexandre; KNUTH, Valdecir (Orientador). **Capital intelectual: mensuração contábil**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Contabilidade) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2000.

PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/pis.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

RECEITA FEDERAL. Amortização. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr381a388.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

REIS, Arnaldo Carlos de Resende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Reserva de lucros. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/reservalucros.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de custos fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. Ativo intangível e potencialidades dos capitais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 125, p. 46-53, setembro/outubro 2000.

SANTOS, Antonio dos. Desmistificando o capital intelectual na contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 29, n. 121, p. 67-71, jan./fev. 2000.

SCHMIDT, Marina. **Brasil completa quatro anos de IFRS**. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=141450>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. Trad. de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Teoria da contabilidade**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/teoria_da_contabilidade.htm>. Acesso em: 24 nov. 2013.